



**V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO:
110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA
NATUREZA" DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-
TEMPO NA GEOGRAFIA**

**XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:
VOCÊ TEM SEDE DE QUE?**

DOSSIÊ, 110 ANOS DA GUERRA DO CONTESTADO

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga
Profa. Dra. Alcimara Aparecida Foetsch
Profa. Dr. Diane Daniela Gemelli
Profa. Dra. Patricia Baliski
Prof. Dr. Silas Rafael da Fonseca
Profa. Dra. Vanessa Maria Ludka

Londrina - 2025



V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO

110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA", DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:

VOCÊ TEM SEDE DE QUE?



PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
PARANÁ - SANTA CATARINA
BRASIL
23 A 26 DE OUTUBRO DE 2024



V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO

110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA" DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE - VOCÊ TEM SEDE DE QUE?

23, 24, 25 E 26 DE OUTUBRO DE 2024
UNESPAR & IFPR - UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ

WWW.CONGRESSOCONTESTADO2024.WORDPRESS.COM





REALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Colegiado de Geografia
Especialização em Dinâmicas Regionais: Natureza, Sociedade e Ensino
Observatório da Questão Agrária no Paraná - Reduto Contestado
RedeSol: Mulheres no Território Contestado Tecendo Economia Feminista e Solidária

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito
Observatório da Região e da Guerra do Contestado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ

GeoFome - Geografia da Fome, Território, Campo-Cidade e Desenvolvimento
Colegiado de Geografia

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Campus de União da Vitória



PROGRAMAÇÃO

23 / OUTUBRO / 2024

16h - Inauguração da exposição: **Contestado, 110 anos do massacre insepulto: frações e imagens do sertão caboclo**

19h – Abertura Oficial do V Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado e da XXXI Semana do Meio Ambiente

19h30 - Conferência: Pe. Valmir Pasa. O Ethos Caboclo do Contestado. Mestrado (stricto-sensu) em Bioética pelo Centro Universitário São Camilo - São Paulo/ SP.

20h - Conferência: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga – UEL: Por uma Arqueogeografia brasileira: a possibilidade de análise profunda do território a partir da Guerra do Contestado.

Lançamento dos livros: **Contestado, redes no geográfico**, 2ª edição; **Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas**, 2ª edição, **Contestado em Guerra**, 2ª edição; **Contestado, o território silenciado**, 3ª edição, de autoria do conferencista

21h30 - **Confraternização Cabocla** – um reduto saberes e sabores do Contestado

24 /OUTUBRO / 2024

9h – Dialogando sobre os **“Mandamentos da Natureza”** do Monge João Maria enquanto **formador do ethos e da cultura cabocla**, com estudantes do ensino Técnico em Meio Ambiente, no Instituto Federal do Paraná – Campus União da Vitória – Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (UEL)

14h às 18h – **Lentes que espelham o Contestado**: Contribuições Científicas

21h – Pré-estreia do documentário: **Luta da Erva**, da cineasta Marcia Paraiso, 2023, 80 min. Local: Cine Teatro Luz, em União da Vitória.



25 /OUTUBRO / 2024

14h às 18h – **Lentes que espelham o Contestado:** Contribuições Científicas

19h – Mesa redonda de Encerramento: **“Você tem sede de que?”** – Natureza, Fome e Fé.
Palestrantes: Profa. Dra. Diane Daniela Gemelli (UNESPAR-UV); Profa. Dra. Vanessa Maria Ludka (UENP-CP) e Profa. Dra. Alcimara Aparecida Foetsch (UNESPAR-UV).

26 /OUTUBRO / 2024

6h às 16h – **Trabalho de Campo:** Percorrendo e refletindo a Guerra do Contestado no Coração do Contestado, município de Lebon Régis – Crematório de Cadáveres de Perdizinhas, Serra da Boa Esperança, Pouso de São João Maria, Cemitério e Cepo da Igreja incendiada por bombardeio.

* Visitação guiada da exposição por estudantes da Rede de Ensino de União da Vitória, Porto União e Região, nas tardes de 23, 24 e 25 de outubro de 2024, no Instituto Federal do Paraná, de União da Vitória.





COMISSÃO ORGANIZADORA ACADÊMICA

Bruno Alves dos Santos Batista – Unespar-UV
 Dhionattan de Lara Lima – Unespar-UV
 Erick Schorr – Unespar-UV
 Geógrafa Camila de Souza Pereira – UENP
 Geógrafa Victória Jandira Bueno – UEL
 Geógrafo Filipe Barbosa de Lima – UEL
 Gustavo Henrique dos Santos Braga – UENP
 Geógrafa Sophia Vilas Boas Gomes - UEL
 Jessica Turkot – Unespar-UV
 Kerollaine Alexia Neves – Unespar-UV
 Leandra Eduarda Fabri Rezende - PPGEN - UENP
 Ms. Matheus Oliveira Martins da Silva – UNIR
 Ms. Sérgio Augusto Pereira – UENP-CP
 Natasha Kuchar Fernandez – Unespar-UV

MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA AVALIADORA

Alcimara Aparecida Foetsch – UNESPAR – PR
 Aline Edilane Ribeiro de Castro – UNIR – RO
 Antonio Carlos Castrogiovanni – UFRGS/PUCRS – RS
 Carlandio Alves da Silva – UFG – GO
 Carla Holanda da Silva - UENP - PR
 Diane Daniela Gemelli – UNESPAR – PR
 Fernando Luiz Araújo Sobrinho – UnB – DF
 Francisco de Assis Mendonça - UFPR – PR
 Gustavo Glodes Blum – UNICAMP – SP
 Janaina Zito Losada – UFSB – BA
 João Pedro Pezzato – UNESP – SP
 Jorge Paulo Pereira dos Santos – UERJ – RJ
 Josué da Costa Silva – UNIR – RO
 Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira- UENP - PR.
 Maico Dias Dias - UENP - PR.
 Marcelo Bordin - SESP – PR
 Maria Cleide Baldo – UTFPR – CM – PR
 Matheus Oliveira Martins da Silva – UNIR - RO
 Mauro José Ferreira Cury – UNIOESTE – PR
 Michael Wellington Sene – UNESPAR – PR
 Nilson Cesar Fraga – UEL – PR
 Paulo Henrique Marques de Castro - UENP - PR.
 Patricia Baliski – IFPR-UV – PR
 Reginaldo de Lima Correia - UFFS - PR
 Rosângela Custódio Cortez Thomaz – UNESP – SP
 Rita Dácio Falcão – UEA – AM
 Sérgio Augusto Pereira - UENP - PR.
 Sheila Castro dos Santos – UENP/UEL – PR
 Silas Rafael da Fonseca – IFPR-UV – PR
 Valquiria Brilhador da Silva – UNESPAR – PR
 Vanderlei Marinheski – UNESPAR – PR
 Vanessa Maria Ludka – UENP – PR
 Wendel Teles de Lima – UEA – AM



EDITORIAL

Entregamos os anais do V Congresso Brasileiro da Guerra Do Contestado: 110 anos da Guerra insepulta do Brasil - dos "Mandamentos da Natureza" da sociedade sertanejo-cabocla, a relação espaço-tempo na Geografia e da XXXI Semana do Meio Ambiente: Você tem sede de que? O conjunto de tais eventos teve como objetivo central reunir pesquisadores e pesquisadoras, além dos atores sociais que desenvolvem ações nos territórios do Contestado, especialmente, os que atuam com profícuo intercâmbio de informações e experiências de estudos científicos sobre o cenário geográfico da região da Guerra do Contestado, tanto no Paraná, como em Santa Catarina.

Os eventos casados, ocorreram em União da Vitória e Porto União - Paraná e Santa Catarina, respectivamente -, cidades criadas a partir do término da Guerra do Contestado, divididas na sua região central, pelos trilho da extinta Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, uma das principais causadoras da Guerra do Contestado, onde buscou-se agregar produções científicas e ações populares, promovendo o debate e a reflexão geográfica e áreas afins nos conclaves diários, a partir das apresentações e discussões de trabalhos originais. Os anais que apresentados, trazem estudos e informações históricas e geográficas atuais, assim como as experiências, e as recomendações no âmbito das questões que norteiam o Contestado nos seus 110 anos.

Esses anais trazem estudos riquíssimos na relação sociedade-natureza no espaço-tempo registrado no Contestado paranaense e catarinense, nesses 110 anos da guerra, desde as questões fundiárias como herança que marca as desigualdades na Microrregião de União da Vitória. Há, ainda, o papel das mulheres no território contestadense, com destaque para os direitos a partir das memórias de lutas da população cabocla. As discussões do papel do Contestado no pensamento latino-americano também são tratadas, a exemplo da erva mate no Contestado regional e internacional, mas, também, a questão da segurança alimentar regional, dentre outros fatores geográficos que explicam o Contestado no presente, alavancado pelo passado, mas com as lentes focadas no futuro das pessoas que vivem e fazem o Contestado existir como base de existência de uma civilização secular e milenar no sertão do Paraná e de Santa Catarina.

Nilson Cesar Fraga

Coordenador do Observatório da Região e da Guerra do Contestado



SUMÁRIO

ARTIGOS

A HERANÇA DA GUERRA DO CONTESTADO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DESIGUALDADE NA MICORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR.....	10
O CONTESTADO SOB ALENTE DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (PLACTS).....	26
MULHERES DO TERRITÓRIO CONTESTADO: ESCRITOS MEMORIAIS DE LUTAS POR DIREITOS E A CULTURA CABOCLA QUE RESISTE.....	40
SÃO MATEUS DO SUL NASCEU BEBENDO MATE: OS SUJEITOS PIONEIROS NO CULTIVO E CONSUMO DO OURO VERDE PARANAENSE.....	56
A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DO CONTESTADO (PR/SC): UMA ANÁLISE POR MEIO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	74
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A PARCERIA ENTRE A BIBLIOTECA POLONESA DA UNESPAR E O CLUBE LITERÁRIO WŁADYSŁAW REYMONT (CLWR).....	92
CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CONTESTADO PARANAENSE: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE GENERAL CARNEIRO, BITURUNA, PAULA FREITAS E CRUZ MACHADO.....	113
TERRA-TERRITÓRIO-NATUREZA: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DESDE O CONTESTADO PARANAENSE.....	134
UM OLHAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM TORNO DO MONGE JOSÉ MARIA NA IMPRENSA CARIOCA.....	154
O ENSINAR GEOGRAFIA: UMA REFLEXÃO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DE ENSINAR PARA A CIDADANIA.....	175
FRAGMENTOS DA GEOGRAFIA CULTURAL SERTANEJO-CABOCLA CONTESTADENSE, EXIBIÇÃO DE ACERVO DOS SÍTIOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DA GUERRA DO CONTESTADO.....	194
A GEOGRAFIA POLÍTICA NO TERRITÓRIO DO CONTESTADO: A FOME COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA.....	234
CONTESTADO, CENAS DOCUMENTADAS NO TEMPO E NO ESPAÇO: CLARO GUSTAVO JANSSON E OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS QUE ESCONDEM A AFLIÇÃO DA GUERRA.....	260
REGIÃO, FRONTEIRA E ESPAÇO NACIONAL.....	284
AUSÊNCIA DE ROSTO DE MULHERES NA GUERRA DO CONTESTADO: UMA LEITURA DOS PAPEIS DIVERSOS POR ELAS DESEMPENHADOS NO PLANALTO DO PATRIARCADO – “ELAS TUDO SABIAM”.....	303
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E PERTENCIMENTO NO CONTESTADO.....	345



RESUMOS

COMUNICAÇÃO SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA: JUVENTUDE E POSSIBILIDADES DE PROTAGONISMO	376
GUERRA DO CONTESTADO: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM IRINEÓPOLIS-SC.....	379
A QUESTÃO AGRÁRIA NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE PARA COMPREENDER A REALIDADE BRASILEIRA.....	381
NAS ÁGUAS DO MONGE: ANÁLISE AMBIENTAL E RELIGIOSIDADE NO POCINHO DO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO – UVA/PR.....	383
A RELAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO TERRITÓRIO CONTESTADO: DIREITO, EXISTÊNCIA E DIGNIDADE HUMANA.....	386
FEIRA DA DIVERSIDADE NA UNESPAR - UNIÃO DA VITÓRIA: INCENTIVANDO O COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO	389
COMO AS ENCHENTES AFETAM O ECOSISTEMA LOCAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E REGIÃO.....	392
ANÁLISE GERAL DAS CAUSAS DAS ENCHENTES DO RIO IGUAÇU EM UNIÃO DA VITÓRIA-PARANÁ.....	394
CASAS ESLAVO-PARANAENSES: UMA PROPOSIÇÃO DE ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL GEOGRÁFICA	397
O ZINE COMO VEÍCULO CRIATIVO DE CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA DA REGIÃO DO CONTESTADO	399
COMPARAÇÃO SOCIOECONÔMICA ENTRE OS FATORES DAS ENCHENTES DE 1983-2023.....	401
COMPREENSÃO DOS MÉTODOS MAIS EFICAZES PARA O ADJUTÓRIO DOS RIBEIRINHOS DO RIO IGUAÇU	404
O CONTESTADO NAS ESCOLAS DE SC E PR: EDUCAÇÃO E CONFLITO COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO OU ABORDAGENS VAGAS?.....	407
POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVADAS NO ÂMBITO DA ECONOMIA E DA SAÚDE MENTAL DURANTE O ENFRENTAMENTO DA INUNDAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA DURANTE AS CHEIAS DO RIO IGUAÇU EM 2023.....	409
YOUTUBE E HISTÓRIA PÚBLICA: O CANAL ENSINARTHUR PARA POPULARIZAÇÃO DO MOVIMENTO DO CONTESTADO.....	412



A HERANÇA DA GUERRA DO CONTESTADO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DESIGUALDADE NA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR

THE LEGACY OF THE WAR OF THE CONTESTADO: LAND CONCENTRATION AND INEQUALITY IN THE MICROREGION OF UNION OF VICTORY-PR

LA HERENCIA DE LA GUERRA DEL CONTESTADO: CONCENTRACIÓN DE TIERRAS Y DESIGUALDAD EN LA MICROREGIÓN DE UNIÓN DE VICTORIA-PR

Dhionattan de Lara Lima¹
Diane Daniela Gemelli²

Resumo

O território do Contestado, localizado entre os estados do Paraná e Santa Catarina, carrega uma história marcada por conflitos e resistências que remontam ao início do século XX. A Guerra do Contestado, uma das maiores revoltas camponesas do Brasil, evidenciou a disputa pela terra como um dos principais elementos desencadeadores do conflito. De um lado, a expansão do capital e a transformação da terra em propriedade privada; do outro, os caboclos, pequenos produtores rurais que viam seu modo de vida ameaçado pela expropriação. Essa realidade de concentração fundiária não é exclusiva do Contestado, mas reflete um padrão observado em diversas regiões do país, incluindo o estado do Paraná e suas regiões, de modo que os dados dos Censos Agropecuários do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelam uma estrutura agrária profundamente desigual, em que uma pequena parcela de grandes propriedades ocupa a maior parte das terras, enquanto a maioria dos pequenos agricultores luta pela sobrevivência em áreas cada vez mais escassas. Municípios do Contestado, como General Carneiro e Bituruna localizados na microrregião de União da Vitória exemplificam essa realidade, com a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, em contraste com o precário acesso à terra da agricultura camponesa. Essa concentração fundiária não apenas perpetua a pobreza e a desigualdade social, mas também compromete o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Compreender essa estrutura fundiária e buscar soluções para a redistribuição da terra torna-se, portanto, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras Chaves: Guerra do Contestado; Concentração Fundiária; Reforma Agrária.

¹ Estudante do Curso de Geografia e bolsista PIBIC (Fundação Araucária) vinculado ao projeto "A Questão Agrária no Contestado paranaense: um debate sobre a estrutura fundiária e a dinâmica produtiva no campo". E-mail: dhionattan220704@gmail.com

² Professora Adjunta vinculada ao Curso de Geografia e ao Curso de Pós-graduação *Lato sensu* Dinâmicas regionais: natureza, sociedade e ensino. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br



Abstract

The territory of the Contestado, located between the states of Paraná and Santa Catarina, carries a history marked by conflicts and resistances that date back to the beginning of the 20th century. The War of the Contestado, one of the largest peasant revolts in highlighted the land dispute as one of the main elements triggering the conflict. On the one hand, the expansion of capital and the transformation of land into private property; on the other, the caboclos, small rural producers who saw their way of life threatened by expropriation. This reality of land concentration is not exclusive to the Contestado, but reflects a pattern observed in several regions of the country, including the state of Paraná and its regions, so that the data from the IBGE Agricultural Census - Brazilian Institute of Geography and Statistics, reveal a deeply unequal agrarian structure, in which a small portion of large farms occupy most of the land, while most smallholder farmers struggle to survive in increasingly scarce areas. Municipalities of the Contestado, such as General Carneiro and Bituruna located in the microregion of União da Vitória exemplify this reality, with the concentration of land in the hands of few owners, in contrast to the precarious access to land of peasant agriculture. This land concentration not only perpetuates poverty and social inequality, but also compromises the socio-economic development of these regions. Understanding this land structure and seeking solutions for the redistribution of land becomes, therefore, fundamental to the construction of a more just and equitable society.

Keywords: War of the Contestado; Land Concentration; Agrarian Reform.

Resumen

El territorio del Contestado, localizado entre los estados de Paraná y Santa Catarina, lleva una historia marcada por conflictos y resistencias que se remontan al principio del siglo XX. La Guerra do Contestado, una de las mayores revueltas campesinas de Brasil, se ha puesto de manifiesto la disputa por la tierra como uno de los principales elementos desencadenantes del conflicto. Por un lado, la expansión del capital y la transformación de la tierra en propiedad privada; por otro, los caboclos, pequeños productores rurales que veían su modo de vida amenazado por la expropiación. Esta realidad de concentración fundiaria no es exclusiva del Estado Objeto de Queja, sino que refleja un patrón observado en varias regiones del país, incluyendo el estado de Paraná y sus regiones, por lo que los datos del Censo Agropecuario del IBGE - Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, Revelan una estructura agraria profundamente desigual, en la que una pequeña porción de grandes propiedades ocupa la mayor parte de las tierras, mientras que la mayoría de los pequeños agricultores luchan por sobrevivir en áreas cada vez más escasas. Municipios del Contestado, como General Carneiro y Bituruna ubicados en la microrregión de União da Vitória ejemplifican esta realidad, con la concentración de tierras en manos de pocos propietarios, en contraste con el precario acceso a la tierra de la agricultura campesina. Esta concentración de tierras no solo perpetúa la pobreza y la desigualdad social, sino que también compromete el desarrollo socioeconómico de estas regiones. Comprender esta estructura de tierras y buscar soluciones para la redistribución de la tierra se convierte, por tanto, en fundamental para la construcción de una sociedad más justa y equitativa.

Palabras Clave: Guerra del Contestado; Concentración Fundiaria; Reforma Agraria.



A questão agrária é um tema central e que envolve diversos aspectos que estão relacionados à estrutura fundiária, ao uso da terra, às relações de trabalho no campo e às lutas sociais por acesso à terra e por transformações da área rural. Entender a questão agrária no Brasil perpassa por uma análise histórica, econômica, social e política, considerando a complexidade dos interesses e conflitos presentes no campo epistêmico e na realidade geográfica.

Um dos elementos centrais da questão agrária é a estrutura fundiária altamente concentrada no Brasil. O país possui uma distribuição muito desigual da propriedade da terra, com a domínio de grandes propriedades (latifúndios) e a existência de muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem-terra. Essa concentração fundiária é resultado de um processo histórico de apropriação privada da terra, marcado por mecanismos como as sesmarias, a grilagem de terras públicas e a expropriação de comunidades tradicionais.

Para Stedile (2012) a manutenção do latifúndio improdutivo e a dificuldade de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais são fatores que aumentam os conflitos e as lutas sociais no campo. Enquanto uma parcela significativa da terra permanece concentrada nas mãos de poucos proprietários, muitos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra enfrentam a falta de acesso à terra, impossibilitando a realização de atividades produtivas e a manutenção de seus modos de vida.

Além da estrutura fundiária, a questão agrária envolve a disputa por diferentes tipos de uso e exploração da terra no campo. De um lado, há o modelo da agricultura capitalista que se expressa no agronegócio, voltado à produção em larga escala de *commodities* agrícolas para exportação, apoiado por políticas públicas e pelo grande capital. Esse modelo tem se expandido de forma agressiva, provocando a concentração fundiária, a expulsão de pequenos produtores, a degradação ambiental e a monocultura. Do outro lado, existe a agricultura camponesa, baseada na produção diversificada para o seu próprio consumo e para o abastecimento do mercado local, tendo como princípio a manutenção e reprodução da família, de forma a aliar terra-trabalho-produção-sociabilidade.

Essa forma de organização enfrenta muitas dificuldades de acesso à terra, crédito, assistência técnica e políticas públicas, mesmo com a sua importância na produção de alimentos. Essa disputa entre racionalidades distintas e contraditórias é um elemento chave da questão agrária.



As relações de trabalho no campo também são um aspecto fundamental da questão agrária. Diversas formas de exploração, como o trabalho análogo ao escravo, a precarização das condições de trabalho e a expropriação de camponeses e trabalhadores rurais, são elementos presentes nesse contexto. A expansão do agronegócio e a mecanização da agricultura têm contribuído para a intensificação da exploração do trabalho, a migração e mobilidade forçada campo-cidade. As lutas dos trabalhadores rurais, como a organização sindical e os movimentos sociais, têm buscado melhores condições de trabalho e maior acesso à terra. Nesse sentido, a reforma agrária, entendida como a redistribuição da propriedade da terra e a promoção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo do ponto de vista da distribuição pode contribuir para a construção territorial com mais equidade.

As lutas sociais no campo, iniciados por movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as comunidades quilombolas, os povos indígenas, entre outros, reivindicam a realização da reforma agrária e a democratização do acesso à terra. No entanto, as dificuldades da realização da reforma agrária, seja por resistência da bancada ruralista, seja por limitações das políticas públicas, constituem outro elemento central da questão agrária. É importante ressaltar que a questão agrária não se resume apenas à luta pela terra, mas também envolve a disputa por modelos de organização no campo que priorizem a sustentabilidade, a soberania alimentar, a valorização da cultura e dos modos de vida das pessoas que vivem do campo.

Teoricamente, a questão agrária pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas. Uma das mais influentes é a visão de Marx, que compreende a questão agrária como parte integrante da luta de classes e da dinâmica de acumulação capitalista. Nessa perspectiva, a concentração da propriedade da terra e a exploração do trabalho no campo são elementos estruturais do modo de produção capitalista, que busca controlar a agricultura aos seus interesses de valorização do capital.

Em resumo, a questão agrária é um fenômeno complexo, que envolve a disputa pelo acesso e uso da terra, pelos modelos de desenvolvimento rural, pelas relações de trabalho e pelas lutas sociais no campo. Seu entendimento requer uma análise histórica, econômica, social e política, considerando a diversidade de interesses e conflitos presentes nesse campo de tensões. Além disso,



a questão agrária se insere em um contexto mais amplo de transformações sociais, econômicas e ambientais, exigindo respostas que articulem diferentes dimensões da realidade.

Para Alentejano (2012), a estrutura fundiária no Brasil é um tema central para a compreensão da questão agrária. Desde o período colonial, a concentração da propriedade da terra tem sido uma característica marcante da sociedade brasileira, com profundas implicações sociais, econômicas e políticas. Historicamente, o modelo de distribuição de terras no Brasil remonta ao sistema de sesmarias, implantado pelos portugueses no século XVI. Esse sistema consistia na concessão de grandes extensões de terra a nobres, comerciantes e membros da igreja, com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento econômico da colônia. Essa prática, no entanto, acabou por favorecer a formação de grandes latifúndios, e não a pequena propriedade.

Após a independência do Brasil, em 1822, a Lei de Terras de 1850 consolidou o acesso à terra como um privilégio das elites, ao estabelecer que apenas a compra e a venda seriam as formas legais de aquisição de terras. Essa lei, associada à abolição do tráfico negreiro, dificultou o acesso à terra por parte dos escravizados libertos e dos imigrantes que chegavam ao país, contribuindo para a manutenção da estrutura fundiária concentrada. Ao longo do século XX, a concentração da propriedade da terra persistiu, apesar de alguns esforços de reforma agrária. Durante o período da ditadura militar (1964-1985), por exemplo, foram criados o Estatuto da Terra (1964) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1970), com o objetivo de promover a redistribuição de terras. No entanto, essas iniciativas não foram suficientes para alterar significativamente a estrutura fundiária do país.

Atualmente, o Brasil apresenta uma das estruturas agrárias mais concentradas do mundo. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 1% dos estabelecimentos rurais detêm 45% da área total dos imóveis, enquanto 50% dos estabelecimentos ocupam apenas 2,3% da área total. Essa concentração da propriedade da terra tem sérias implicações sociais e econômicas. De um lado, impede o acesso à terra por parte de milhões de famílias sem-terra ou com pouca terra, perpetuando a desigualdade e a pobreza no campo. De outro, está associada a um modelo de desenvolvimento agrícola voltado para a produção de commodities para a exportação, em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno (Alentejano, 2012).



Além disso, a concentração da propriedade da terra também está relacionada a conflitos sociais no campo, com a disputa pela terra entre grandes proprietários, camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais. Esses conflitos têm resultado em violência e violações de direitos humanos, com a expulsão de populações de suas terras e a criminalização dos movimentos sociais. Para enfrentar esse quadro, diversos movimentos sociais e organizações têm reivindicado a realização de uma ampla reforma agrária no país, com a redistribuição da terra e o fortalecimento da agricultura camponesa. Essa pauta se articula também com a luta pela soberania alimentar, pela agroecologia e pela preservação dos biomas e da biodiversidade.

Algumas iniciativas têm sido implementadas nesse sentido, como a criação de assentamentos de reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa. No entanto, esses avanços têm sido insuficientes diante da grandiosidade do problema e da resistência dos setores que se beneficiam da concentração fundiária. Portanto, a questão da estrutura fundiária no Brasil é um desafio histórico e complexo, que envolve não apenas a redistribuição da terra, mas também a transformação de relações de poder, a superação de desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo e igualitário. Nesse sentido, é fundamental compreender a questão agrária em sua totalidade, reconhecendo a diversidade de sujeitos, práticas e territorialidades que compõem o espaço rural brasileiro. Apenas dessa forma será possível avançar na construção de alternativas que respondam aos anseios das populações do campo e da cidade por justiça social, soberania alimentar e preservação ambiental, (Alentejano 2012).

Um exemplo emblemático dessa luta por terra é o Contestado, um território histórico no sul do Brasil, localizado entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que se destaca por ter tido uma das maiores revoltas populares do país no início do século XX. Segundo Gemelli (2018), a Guerra do Contestado, como ficou conhecida, foi um conflito que pôs o povo caboclo, formado por pequenos agricultores, posseiros e trabalhadores rurais, contra as forças do Exército brasileiro e da oligarquia local, em defesa de seus direitos sobre a terra. A origem do conflito remonta às disputas territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina pela posse de uma vasta região de florestas e campos naturais. Essa área, conhecida como Contestado, era habitada há décadas por uma população pobre e miscigenada, que praticava uma economia baseada na agricultura, na



extração da erva-mate e na criação de animais. No entanto, com a chegada da ferrovia e da empresa madeireira norte-americana *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, essa realidade começou a se transformar.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no início do século XX, trouxe consigo a concessão de 15 quilômetros de terras para cada lado dos trilhos para a exploração madeireira e a colonização. Essa medida resultou na expulsão dos caboclos de suas terras, que passaram a ser consideradas devolutas e, portanto, propriedade do Estado. Além disso, a empresa *Lumber*, com o apoio das forças públicas, organizou um “Corpo de Segurança” para garantir a posse dessas terras, desencadeando um processo de violência e conflito.

Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a Lumber organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça Brasileira, conhecido como “corpo de segurança da Lumber”. Causou verdadeira guerra de expulsão, perseguição, tortura e mortes no sertão contestado. Fortemente armado, o grupo vasculhava os pinheirais da empresa para varrer, expulsar e matar. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso foi apenas o começo daquela que seria a maior guerra camponesa do Brasil (Fraga, 2006, p. 183-184).

Diante dessa situação, os caboclos, liderados por figuras como o monge José Maria, começaram a se organizar em redutos, pequenos povoados onde viviam em comunidade e resistiam à expropriação de suas terras. Esse movimento de resistência evoluiu para uma guerra aberta contra o Exército brasileiro e as forças policiais, que tentavam destruir os redutos, (Gemelli, 2018).

A Guerra do Contestado durou cerca de quatro anos, de 1912 a 1916, e foi marcada por episódios de grande violência. As tropas do Exército, com o apoio de coronéis e fazendeiros locais, empreenderam diversas ofensivas contra os redutos, utilizando canhões, metralhadoras e bombardeios. Estima-se que milhares de caboclos tenham sido mortos durante o conflito, incluindo mulheres e crianças. Apesar da superioridade numérica e armamentista das forças oficiais, os caboclos demonstraram grande bravura e habilidade no combate, conseguindo algumas vitórias importantes. Isso se deve, em parte, ao profundo conhecimento que tinham do território e da natureza, além do forte sentimento de pertencimento e luta pela terra.



A derrota final do movimento caboclo, no entanto, não significou o fim de sua resistência. Mesmo após o término oficial da guerra, em 1916, os sobreviventes continuaram a lutar pela posse de suas terras, enfrentando a violência dos “esquadrões da morte” contratados pelos coronéis e pela *Lumber*. Essa luta pela terra e pela manutenção de seu modo de vida marcou profundamente a história do Contestado e seus desdobramentos ainda se fazem presentes na região. Até os dias atuais, a população local, herdeira dessa tradição de resistência, enfrenta os impactos da concentração fundiária, da degradação ambiental e da pobreza, que são, em grande medida, legados daquele conflito.

Gemelli (2018) afirma que o Contestado representa muito mais do que um episódio histórico isolado, simboliza a luta de um povo pela sua sobrevivência, pela defesa de seus direitos e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a memória da Guerra do Contestado continua a inspirar e a mobilizar os movimentos sociais e populares que buscam transformar a realidade do campo brasileiro. Além disso, o Contestado também nos revela a complexidade das relações entre o avanço do capitalismo, a exploração da natureza e a expropriação das populações tradicionais. Esse processo, que se repete em diferentes regiões do país, evidencia a necessidade de se repensar os modelos de desenvolvimento e de se valorizar a diversidade cultural e ambiental presentes em nosso território. No entanto, no contestado existe uma grande concentração de terra, onde a terra está distribuída de forma desigual, onde poucos tem muito e muitas pessoas nada ou quase nada de terra. Como discutiremos abaixo.

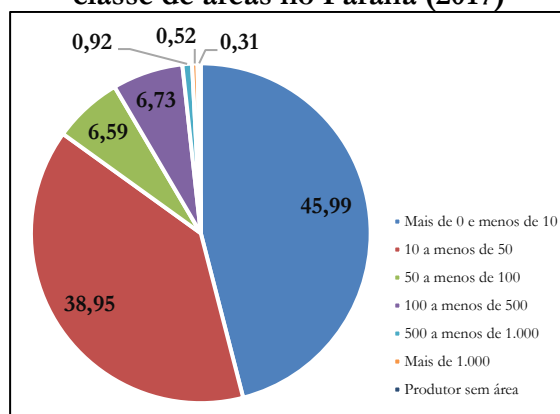
A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO CONTESTADO PARANAENSE:

No estado do Paraná a estrutura de fundiária revela uma realidade marcada pela desigualdade, que vai além da concentração de propriedades. Essa situação traz consigo profundas implicações sociais e econômicas. Atualmente, 1.577 imóveis com mais de 1.000 hectares estão responsáveis por impressionantes 25,75% de toda a área agropecuária do estado, que totaliza 3.795.801 hectares. Essa concentração em tão poucas mãos contrasta fortemente com a de muitos pequenos proprietários, que, embora representem a maioria das propriedades, ocupam apenas uma fração mínima dessa área.



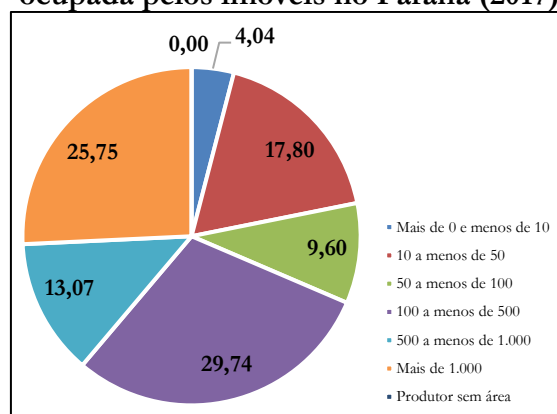
O cenário se torna ainda mais alarmante quando consideramos que os grandes proprietários controlam vastas extensões de terra, que poderiam sustentar até 204.075 famílias vivendo no campo, se levarmos em conta o módulo fiscal³ médio do estado, que é de 18,6 hectares. Enquanto isso, os pequenos agricultores enfrentam uma realidade desafiadora, com espaço e recursos cada vez mais escassos. Os 259.195 imóveis com até 50 hectares, que representam mais da metade das propriedades no estado, ocupam apenas 21,84% da área agropecuária total. Essa desigualdade não só marginaliza a pequena agricultura, mas também mantém a pobreza e a vulnerabilidade social de famílias que dependem da terra para sobreviver, situação que podemos analisar nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Percentual (%) de imóveis por classe de áreas no Paraná (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.

Gráfico 2 - Percentual (%) de área ocupada pelos imóveis no Paraná (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.

Assim, a estrutura fundiária do Paraná revela um ciclo vicioso: a concentração de terras nas mãos de poucos resulta em sérias consequências para o desenvolvimento econômico e social. As famílias que possuem pequenas propriedades enfrentam dificuldades crescentes para se manterem financeiramente. A falta de acesso à terra compromete sua autonomia econômica, forçando muitos a buscar fontes de renda externas, muitas vezes insuficientes para garantir sua

³ Essa medida, definida em hectares, comporta a delimitação de uma área mínima para o progresso econômico e social dos proprietários rurais, a qual varia segundo condições edafoclimáticas, necessidade de compatibilidade com preceitos da legislação ambiental em vigor, acesso a infraestrutura de transporte e beneficiamento da produção, bem como de acesso a mercados relevantes (Paulino, 2011, p. 115)



sobrevivência. Essa situação se agrava ainda mais devido às precárias condições de trabalho e à ausência de políticas públicas eficazes que promovam a reforma agrária e a redistribuição de terras. Além disso, essa concentração de terras está diretamente relacionada a outras questões sociais, como a exclusão e a luta por direitos. O acesso à terra é fundamental para a efetivação das territorialidades das comunidades rurais, e a desigualdade na distribuição de propriedades gera conflitos e tensões entre agricultores capitalistas e camponeses. Assim, a luta pela terra no Paraná se transforma em uma busca por dignidade, reconhecimento e um espaço onde as famílias possam viver de forma justa e igualitária.

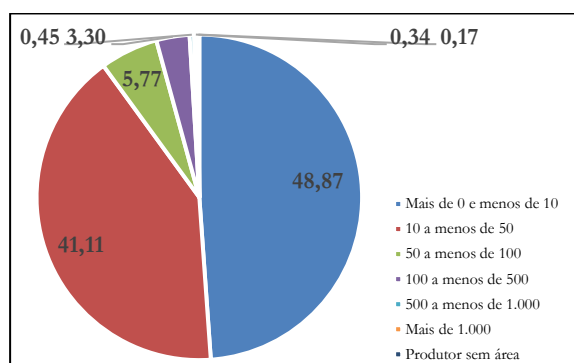
É crucial que se promova um debate mais abrangente sobre a estrutura fundiária do Paraná, que não apenas considere os dados, mas também escute as vozes e experiências das famílias que enfrentam essa realidade. A implementação de políticas públicas voltadas para a reforma agrária e a redistribuição de terras é essencial para mudar essa situação de desigualdade e garantir que todos tenham acesso a um pedaço de terra que possibilite não apenas a sobrevivência, mas também a construção de um futuro digno. Transformar essa estrutura fundiária é um passo fundamental para a justiça social.

Também precisamos analisar a estrutura fundiária na mesorregião do Sudeste paranaense, que é parte do Contestado, composta por 21 municípios cujo território revela a desigual distribuição de terras. A concentração de grandes propriedades, onde 121 imóveis com mais de 1.000 hectares ocupam 22,38% da área agropecuária total, evidencia uma realidade em que poucos detêm a maior parte do território, enquanto a maioria dos pequenos agricultores luta para garantir sua existência.

Essa situação não apenas mostra a desigualdade social, mas também compromete o desenvolvimento da região. Os dados revelam que os 259.914 hectares ocupados por essas 121 propriedades poderiam abrigar aproximadamente 13.788 famílias, considerando o módulo fiscal médio da mesorregião que é de 18,8 hectares. Essa comparação é alarmante, pois mostra o potencial de inclusão social que poderia ser alcançado com uma redistribuição das terras. No entanto, a realidade é que a grande maioria dos imóveis, cerca de 31.119, possui áreas de até 50 hectares, ocupando apenas 35,63% da área total. Mais da metade dos imóveis da região possui uma dimensão inferior ao módulo fiscal, o que significa que muitos de seus ocupantes enfrentam condições precárias de acesso à terra, como evidenciam os gráficos 3 e 4.

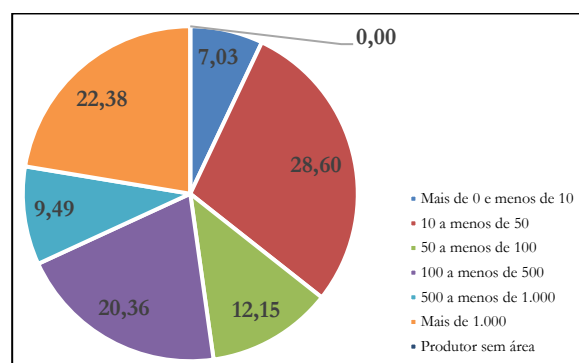


Gráfico 3 - Percentual (%) de imóveis por classe de áreas na Mesorregião do Sudeste Paranaense-PR (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.

Gráfico 4 - Percentual (%) de área ocupada na Mesorregião do Sudeste Paranaense-PR (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.

A desigualdade na distribuição de terras na mesorregião do Sudeste Paranaense é, portanto, um reflexo de uma problemática socioeconômica mais ampla, que exige intervenções urgentes. A promoção de políticas públicas voltadas à reforma agrária e à redistribuição de terras é fundamental para criar um território mais justo e equitativo. Além disso, é essencial fomentar a valorização da agricultura camponesa, que pode ser uma ferramenta poderosa para combater a pobreza e promover a sustentabilidade.

Por fim, a estrutura fundiária da mesorregião não é apenas uma questão econômica; é um indicador das relações de poder e da justiça social. Para que a mesorregião do Sudeste Paranaense possa avançar para ser um lugar mais justo e igualitário, é necessário repensar a forma como a terra é distribuída e utilizada, buscando um modelo que promova a inclusão, a justiça e a igualitário. Somente assim será possível garantir que a terra cumpra seu papel essencial na vida das comunidades, contribuindo para a construção de um território menos concentrado.

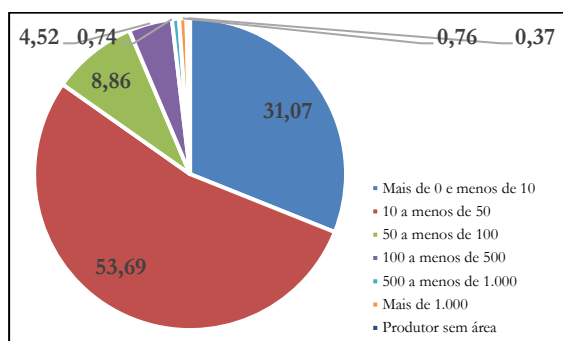
O mesmo caso acontece com a estrutura fundiária da microrregião de União da Vitória que sofre com a herança da Guerra do Contestado, revela um quadro alarmante de concentração de terras que perpetua a desigualdade social e econômica na região. Composta por sete municípios, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória



e a própria União da Vitória, a microrregião apresenta uma distribuição de terras que é, no mínimo, preocupante (Ver Gráficos 5 e 6).

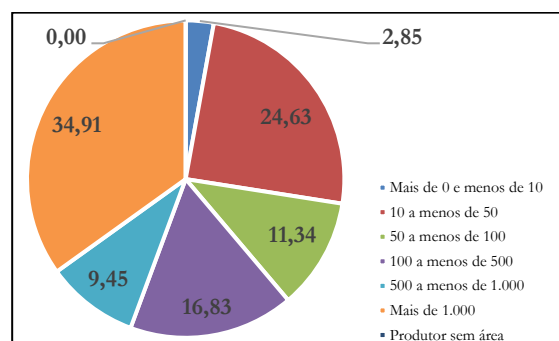
Os dados mostram que apenas 62 imóveis possuem mais de 1.000 hectares, o que representa uma fatia desproporcional de 34,91% da área agropecuária total, que soma 151.048 hectares. Essa concentração se revela ainda mais intensa quando se considera que o módulo fiscal médio da região é de 23,4 hectares. Isso significa que, na área ocupada por esses 62 imóveis, poderiam viver até 6.455 famílias, que, se tivessem acesso a essas terras, poderiam garantir sua existência e contribuir para o desenvolvimento econômico local.

Gráfico 5 - Percentual (%) de imóveis por classe de áreas na Microrregião de União da Vitória-PR (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.

Gráfico 6 - Percentual (%) de área ocupada pelos imóveis na Microrregião de União da Vitória-PR (2017)



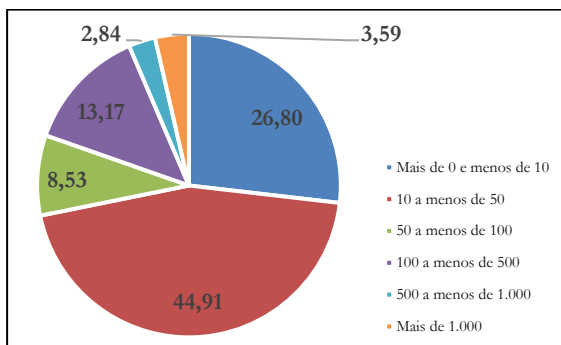
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.

No mesmo sentido, a concentração de terras no município de General Carneiro também é um fenômeno que expõe profundas desigualdades sociais e econômicas, refletindo um histórico de distribuição das propriedades que favorece uma minoria e desfavorece a maioria da população, fazendo com que o município de General Carneiro seja o mais desigual da Microrregião de União da Vitória na distribuição de terras. Os dados (Gráficos 7 e 8) sobre a estrutura fundiária do município mostram que 24 propriedades, com mais de 1.000 hectares cada, concentram 57,24% da área agropecuária total do município, que soma 58.341 hectares. Isso é preocupante, pois uma quantidade tão pequena de propriedades detém a maior parte da terra disponível, enquanto a grande maioria, composta por 479 imóveis de até 50 hectares, ocupa apenas 8,25% da área total.



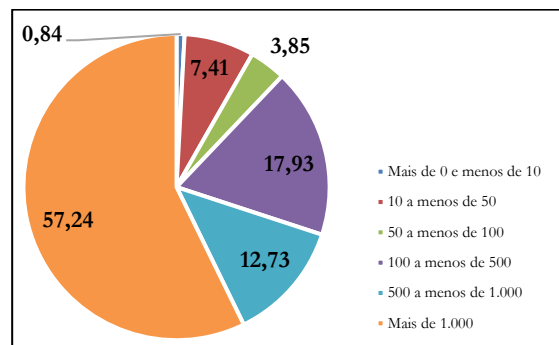
Essa distribuição desigual impacta diretamente a vida das famílias em General Carneiro. Com um módulo fiscal de 24 hectares, a área dos 24 grandes imóveis poderia acomodar até 2.430 famílias. Essa informação é reveladora, pois destaca um potencial de ocupação e produção que permanece inexplorado devido à concentração de terras. Em contrapartida, muitos dos 479 imóveis menores enfrentam dificuldades de acesso à terra de forma suficiente à reprodução das necessidades de existência social. Para essas famílias, a terra vai além de um espaço físico; é essencial para a reprodução da família. Podemos observar essa má distribuição de terras nos gráficos 7 e 8.

Gráfico 7 - Percentual (%) de imóveis por classe de áreas em General Carneiro-PR (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2023.

Gráfico 8 - Percentual (%) de área ocupada pelos imóveis em General Carneiro-PR (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2023.

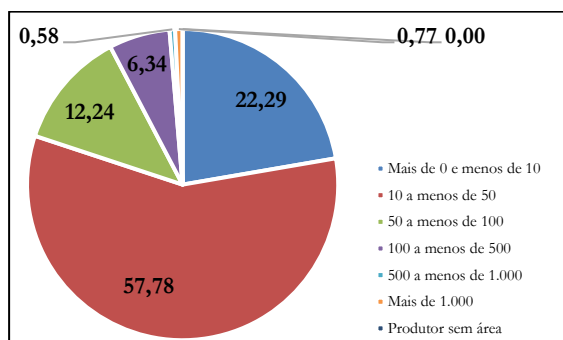
A concentração de terras em General Carneiro não é um fenômeno isolado, mas parte de um cenário maior de desigualdade agrária que afeta várias regiões do Brasil. Em Bituruna, município vizinho a General Carneiro, a situação em Bituruna também reflete a desigualdade na distribuição da terra. Analisando os dados (Gráficos 9 e 10) da estrutura fundiária do município, observa-se que 12 imóveis com áreas superiores a 1.000 hectares são responsáveis por abocanhar 35,66% da totalidade da área agropecuária, que soma 35.817 hectares. Essa situação também é preocupante, pois indica que uma pequena elite detém uma parte significativa das terras, enquanto a maioria da população rural permanece em áreas restritas. O município de Bituruna com um módulo fiscal de 24 hectares, com esses 12 imóveis poderia sustentar até 1.492 famílias,



demonstrando que se as terras fossem bem distribuídas poderiam ser mais bem aproveitadas, para a agricultura camponesa.

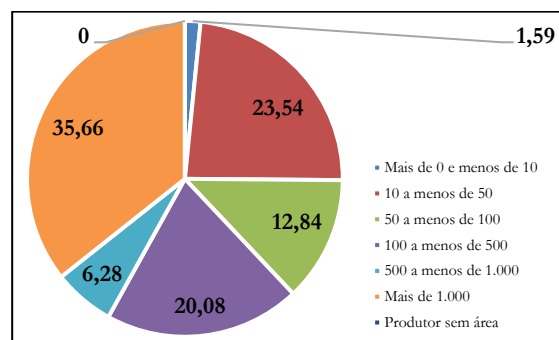
Além disso, no estrato de imóveis com até 50 hectares, que representa uma fração considerável da propriedade rural em Bituruna, existem 1.250 propriedades que ocupam apenas 25,13% da área total do município. Esses dados revelam não apenas a desigualdade na distribuição das propriedades de terras, mas também a limitação do acesso à terra para pequenos agricultores, que frequentemente enfrentam dificuldades para se estabelecer.

Gráfico 9 - Percentual (%) de imóveis por classe de áreas em Bituruna-PR (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.

Gráfico 10 - Percentual (%) de área ocupada pelos imóveis em Bituruna-PR (2017)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Dhionattan de Lara Lima, 2024.



Essa situação de concentração fundiária em General Carneiro e Bituruna ressalta a necessidade urgente de políticas públicas que promovam uma reforma agrária e incentivem a distribuição mais justa das terras. A desconcentração da terra poderia possibilitar que mais famílias tivessem acesso à agricultura, gerando emprego e melhorando a qualidade de vida no Contestado paranaense. Ao promover uma distribuição mais equitativa das propriedades rurais, seria possível criar um território onde pequenos agricultores e trabalhadores rurais pudessem desenvolver suas atividades de maneira igualitária, contribuindo assim para o fortalecimento da economia local e a promoção da justiça social e territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da estrutura fundiária no Estado do Paraná, como a mesorregião Sudeste Paranaense, a microrregião de União da Vitória e os municípios de General Carneiro e Bituruna, revela um quadro alarmante de concentração de terras. Essa realidade não é um fenômeno isolado, mas reflete um padrão histórico de desigualdade na distribuição da propriedade rural no Brasil, e na região podemos dizer que essa grande concentração de terra na mão de poucos, é uma herança deixada pelos conflitos da Guerra do Contestado, com a concessão de terras para a empresa americana Brazil Railway Company para exploração madeireira, também pela expropriação dos caboclos de suas terras e que foram entregues para empresas americanas para a exploração.

Os dados problematizados mostram que uma pequena parcela de propriedades ocupa a maior parte das terras, enquanto a maioria dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais luta pela sobrevivência em áreas cada vez mais escassas. A luta pela terra e a reivindicação por uma reforma agrária justa e efetiva ganham ainda mais relevância quando analisamos o contexto do Contestado. Esse território carrega uma história marcada por conflitos e resistências, evidenciando como a disputa pela terra foi um dos principais elementos desencadeadores de violentos confrontos entre caboclos, o Estado e o capital.

Portanto, compreender a estrutura fundiária e buscar soluções para a redistribuição da terra torna-se fundamental para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Isso requer não apenas a implementação de políticas públicas voltadas para a reforma agrária, mas também o



fortalecimento da agricultura camponesa, a valorização dos modos de vida das comunidades rurais e o reconhecimento da diversidade sociocultural presente em nosso território. Somente por meio de uma abordagem integrada, que articule diferentes dimensões da realidade, será possível avançar na superação da concentração de terras e promover o desenvolvimento da agricultura camponesa. A luta pela terra é, em última instância, uma luta por justiça social, dignidade e pelo direito dos agricultores camponeses de viverem com autonomia.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

FRAGA, Nilson Cesar. Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil. **Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)**, 2006.

GEMELLI, Diane Daniela. Por uma leitura geográfica do Contestado: o território, a terra e o povo caboclo. **Terra Livre**, v. 2, n. 51, p. 255-291, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados estatísticos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Vários acessos.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro: estudo comparativo. *Mercator* (Fortaleza. Online), v. 10, 2011. (p. 111-128).

PEREIRA, Isabel Brasil et al. **Dicionário da educação do campo**. 2012.

ROOS, Djoni; PAULINO, Eliane; MONTENEGRO, Jorge. Introdução Atualidade, atualização e espacialidade da Questão Agrária no Paraná. In. Observatório da Questão Agrária no Paraná (Org.). **Atlas da Questão Agrária no Paraná: Diálogos em Construção** (e-book). Naviraí/MS: Ipuvaíva, 2021, v. 1, p. 273



O CONTESTADO SOB ALENTE DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (PLACTS)

THE CONTESTADO THROUGH THE LENS OF LATIN AMERICAN THOUGHT IN SCIENCE, TECHNOLOGY, AND SOCIETY (PLACTS)

EL CONTESTADO A TRAVÉS DE LALENTE DEL PENSAMIENTO LATINOAMERICANO EN CIENCIA, TECNOLOGÍA Y SOCIEDAD (PLACTS)

Roger José Vieira Baiak⁴

Resumo: Neste artigo, discute-se o desenvolvimento científico-tecnológico no contexto latino-americano, com ênfase na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) como um exemplo histórico que revela as implicações da falta de uma análise crítica sobre o impacto das tecnologias. Através da lente do Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS), questionamos a suposição da neutralidade científica e tecnológica, evidenciando como essas inovações moldaram as relações de poder, economia e meio ambiente na região. O objetivo central é traçar paralelos entre a crítica ao determinismo tecnológico, presente no PLACTS, e os efeitos da ferrovia na dinâmica social, especialmente em relação às populações marginalizadas. A pesquisa conclui que, sem um exame crítico do papel da ciência e da tecnologia, projetos como a EFSPRG podem perpetuar desigualdades estruturais, ao invés de promoverem o desenvolvimento equitativo. Além disso, a análise histórica da EFSPRG serve como um exemplo paradigmático das inter-relações entre progresso tecnológico e controle territorial, abrindo espaço para reflexões contemporâneas sobre políticas públicas e a necessidade de integrar uma perspectiva crítica no planejamento de inovações tecnológicas futuras na América Latina.

Palavras-Chave: Ferrovia; Dependência tecnológica; Desenvolvimento regional.

Abstract: This article discusses scientific-technological development in the Latin American context, with an emphasis on the construction of the São Paulo – Rio Grande Railway (EFSPRG) as a historical example that reveals the implications of a lack of critical analysis regarding the impact of technologies. Through the lens of Latin American Thought in Science, Technology, and Society (PLACTS), we question the assumption of scientific and technological neutrality, highlighting how these innovations shaped power relations, the economy, and the environment in the region. The central aim is to draw parallels between the critique of technological determinism, present in PLACTS, and the effects of the railway on social dynamics, especially concerning marginalized populations. The research concludes that, without a critical examination of the role of science and technology, projects like the EFSPRG can perpetuate structural inequalities rather than promote

⁴ Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Paraná (2022). Especialista pelo Programa de Pós-graduação (Lato Sensu) Dinâmicas regionais: natureza, sociedade e ensino da Unespar - Campus União da Vitória. Mestrando pelo PPGECT - Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia – UTFPR - PG. Pesquisa sobre ensino de ciências e biologia. Professor da Educação Básica no estado de Santa Catarina.



equitable development. Furthermore, the historical analysis of the EFSPRG serves as a paradigmatic example of the interconnections between technological progress and territorial control, opening space for contemporary reflections on public policies and the need to integrate a critical perspective into the planning of future technological innovations in Latin America.

Resumen: En este artículo se discute el desarrollo científico-tecnológico en el contexto latinoamericano, con énfasis en la construcción del Ferrocarril São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) como un ejemplo histórico que revela las implicaciones de la falta de un análisis crítico sobre el impacto de las tecnologías. A través de la lente del Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología y Sociedad (PLACTS), cuestionamos la suposición de la neutralidad científica y tecnológica, evidenciando cómo estas innovaciones moldearon las relaciones de poder, la economía y el medio ambiente en la región. El objetivo central es trazar paralelismos entre la crítica al determinismo tecnológico, presente en el PLACTS, y los efectos del ferrocarril en la dinámica social, especialmente en relación con las poblaciones marginadas. La investigación concluye que, sin un examen crítico del papel de la ciencia y la tecnología, proyectos como el EFSPRG pueden perpetuar desigualdades estructurales en lugar de promover un desarrollo equitativo. Además, el análisis histórico del EFSPRG sirve como un ejemplo paradigmático de las interrelaciones entre el progreso tecnológico y el control territorial, abriendo espacio para reflexiones contemporáneas sobre políticas públicas y la necesidad de integrar una perspectiva crítica en la planificación de futuras innovaciones tecnológicas en América Latina.

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, uma nova visão sobre a natureza foi instaurada, consolidando a produção de aparatos científico-tecnológicos voltados para a exploração predatória em nome do lucro e do acúmulo de capital (Ganzala, 2018). Ciência e tecnologia (C&T) começaram a ocupar cada vez mais espaço na sociedade, e, nos últimos 50 anos, muitas vezes somos incapazes de acompanhar criticamente as transformações que elas promovem (Silveira; Pinheiro; Bazzo, 2007). A busca incessante pelo lucro e a crença no progresso ilimitado resultaram em uma exploração predatória dos recursos naturais, sem a devida consideração das consequências de longo prazo (Ganzala, 2018).

Nesse contexto, os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) emergiram como uma resposta crítica às visões tradicionais da ciência e tecnologia (Bazzo; Linsingen; Pereira., 2003). A abordagem positivista, amplamente difundida no século XX, pressupunha que o progresso científico-tecnológico levaria automaticamente a melhorias sociais. No entanto, o movimento CTS desafiou essa linearidade, apontando para as influências políticas, econômicas e sociais que



permeiam a construção do conhecimento científico (Palacios et al., 2001). No contexto latino-americano, essa crítica se intensificou com o surgimento do Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS), que reconhece as especificidades regionais e a dependência tecnológica dos países periféricos em relação às potências centrais (Thomas; Dagnino; Davyt, 1996; Herrera, 2015).

A construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) é um exemplo emblemático de como o desenvolvimento na América Latina foi frequentemente conduzido por interesses externos, em detrimento das necessidades e particularidades locais (Valentini, 2009; Herrera, 2015). A importação de materiais obsoletos, o impacto nas comunidades locais, despojadas de suas terras em nome do “progresso”, reflete as contradições de um modelo que, sob o pretexto do avanço, perpetua desigualdades (Darossi, 2023).

Embora o objetivo deste trabalho não seja uma análise detalhada das causas da Guerra do Contestado (1912-1916), é crucial destacar que o conflito teve suas raízes na revolta cabocla contra a expropriação ilegal de terras promovida pelas elites latifundiárias. A ausência de acesso à terra foi um dos principais fatores desencadeadores do conflito (Tomporoski, 2018).

Essa questão, que se originou com a rápida industrialização, persiste até os dias atuais, evidenciando que as transformações econômicas promovidas pela industrialização e pela tecnologia não foram acompanhadas por soluções adequadas para as necessidades sociais básicas. Ao longo da história, a alienação da propriedade privada e o controle desigual dos recursos perpetuaram essas dinâmicas (Engels, 2015).

Logo, este artigo tem como objetivo traçar paralelos entre o PLACTS e a Guerra Santa do Contestado, analisando como a ausência de uma reflexão crítica sobre o impacto da ciência e tecnologia resultou em desigualdades e conflitos sociais.

A Crítica ao Positivismo Científico e a Emergência dos Estudos CTS e PLACTS

Os estudos CTS emergiram como uma reação crítica da academia à concepção clássica das relações entre ciência, tecnologia e sociedade, fundamentada no positivismo científico, que pressupõe a neutralidade da ciência e sua contribuição inquestionável para o bem-estar comum



(Bazzo; Linsingen; Pereira., 2003). A partir de uma leitura da epistemologia da ciência essa perspectiva crítica se contrapõe à ideia linear de que mais ciência gera mais tecnologia, e que, por sua vez, impulsiona a riqueza e promoveria, por consequência, o bem-estar social (Palacios et al., 2001).

Essa postura crítica e reflexiva sobre a não neutralidade da C&T ancora-se em muitos autores que discutem os processos de construção do conhecimento científico (Auler; Delizoicov, 2015). Destacam-se as contribuições de Kuhn (2013), ao expor que a ciência não é tão aberta e democrática quanto se propaga, tendendo a perpetuar as estruturas de pensamento (paradigmas) das comunidades que a desenvolvem.

Logo, caracterizam-se principalmente por um processo crítico e reflexivo sobre o papel da ciência e da tecnologia (C&T) na sociedade, considerando tanto os fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam o desenvolvimento científico-tecnológico, quanto os impactos éticos, ambientais e culturais resultantes dessas mudanças (Bazzo; Linsingen; Pereira., 2003).

A ideia central é entender que a ciência e tecnologia não são atividades independentes com desenvolvimento próprio, mas processos influenciados por fatores sociais, como valores morais, crenças e interesses econômicos, que moldam suas ideias e produtos (Bazzo; Linsingen; Pereira., 2003).

No contexto da Guerra Fria, durante a década de 1960, essa perspectiva crítica ganhou força, pois o avanço científico-tecnológico mostrou-se insuficiente para produzir melhorias sociais proporcionais (Pinheiro; Silveira; Bazzo, 2007). Ademais, os impactos negativos da produção científica e tecnológica sem uma abordagem crítica — exemplificados pela criação de armas atômicas — acentuaram as contradições do modelo linear de desenvolvimento (Pinheiro; Silveira; Bazzo, 2007).

Ao passo que os estudos CTS europeus focavam nos diálogos acadêmicos e epistemológicos da C&T, o norte-americano focavam em questões de maior aplicação prática (Palacios; Galbarte; Bazzo, 2005), o PLACTS nasce como uma corrente autônoma, desenvolvida por cientistas e engenheiros da América Latina (Thomas; Dagnino; Davyt, 1996).



Com os processos de globalização, a dependência tecnológica da América Latina se intensificou, resultando em uma mudança de foco: do desenvolvimento tecnológico autônomo para a integração no mercado global (Thomas; Dagnino; Davyt, 1996).

Isso evidenciou a necessidade urgente de enfrentar as desigualdades regionais, especialmente no que tange à adoção de tecnologias desajustadas às realidades locais, que muitas vezes ignoram as especificidades culturais, econômicas e sociais da região (Linsingen, 2007).

Este processo resultou em um desenvolvimento científico-tecnológico que, muitas vezes, aprofundou desigualdades e desconsiderou as particularidades regionais (Auler; Delizoicov, 2015; Herrera, 2015).

Nos países considerados mais desenvolvidos, o progresso científico-tecnológico é frequentemente guiado por interesses sociais e nacionais, visando o fortalecimento da autonomia e o bem-estar de suas populações (Herrera, 2015). Em contraste, no contexto latino-americano, tais avanços foram historicamente orientados por interesses externos, muitas vezes desconectados das necessidades locais (Herrera, 2015). O processo de construção do conhecimento na América Latina foi marcado por relações de dependência tecnológica em relação aos países mais desenvolvidos (Kreimer, 2007), sendo moldado pelos atores e contextos específicos envolvidos em sua produção (Kreimer; Zabala, 2007).

Essa dependência tecnológica está intrinsecamente ligada a uma dependência ideológica. A construção do conhecimento na América Latina frequentemente reflete visões impostas de fora (Herrera, 2015).

A importação forçada de ideologias e práticas durante os processos de colonização instaurou diversas formas de controle moderno (Quijano, 2000). Esse tipo de pensamento limita a capacidade de discernir as principais contradições de sua realidade e obscurece as opressões locais em favor do acúmulo de capital e da consolidação destes modelos de poder (Pinto, 1960; Quijano, 2000). Dessa forma, o pensamento imposto pelas forças colonizadoras inibe uma percepção crítica, mantendo essas comunidades em um estado de subordinação (Pinto, 1960).

A partir então da visão acrítica da C&T propaga-se a monocultura mental (Shiva, 2003) que se refere à padronização do pensamento e à homogeneização das práticas culturais e sociais, resultantes da imposição destes paradigmas que ignoram as diversidades locais.

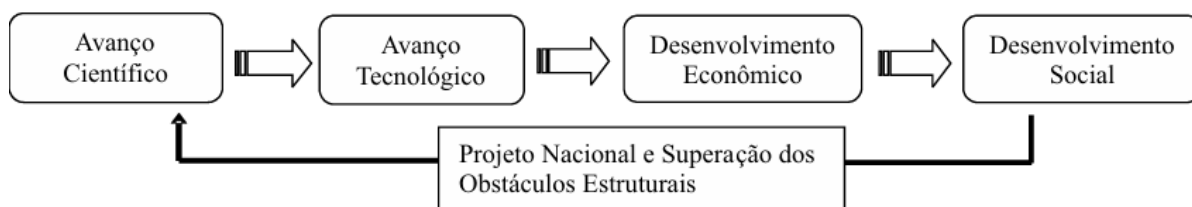


Assim, ao debaterem o desenvolvimento científico-tecnológico na América Latina Sábato e Botana (1970) identificam que “A pesquisa científico-tecnológica é uma poderosa ferramenta de transformação de uma sociedade. A ciência e a técnica são dinâmicos integrantes da trama mesma do desenvolvimento; são efeito, mas também causa; o impulsionam, mas também se realimentam dele.” (Sábato; Botana, 1970, p. 1, tradução nossa)

Logo, tanto o PLACTS quanto os estudos CTS representam correntes de pensamento que desafiam a visão tradicional de ciência e tecnologia como processos neutros e universais (Medeiro; Strieder; Machado, 2021). Enquanto os estudos CTS trazem uma crítica ampla sobre a não neutralidade da ciência, destacando a influência de fatores sociais, políticos e econômicos no desenvolvimento científico-tecnológico, o PLACTS avança ao propor uma abordagem autônoma e contextualizada para a América Latina (Linsingen, 2007).

Logo, o PLACTS nos convida a uma análise dialética entre CTS na qual ciência e tecnologia não são vistas como forças isoladas, mas como fenômenos historicamente determinados, que tanto refletem quanto reforçam as estruturas de poder e as dinâmicas sociais, sobretudo na América Latina, melhor exemplificado na figura 1 (Herrera, 2015, Dias; Dagnino, 2007).

Figura 1- A visão científica-tecnológica do PLACTS



Fonte: DIAS, Rafael; DAGNINO, Renato. A política científica e tecnológica brasileira: três enfoques teóricos, três projetos políticos. **Revista de Economia**, v. 33, n. 2, p. 91-113, 2007.

A LOCOMORTÍFERA: Tecnologia, Dominação e Resistência no Contestado

As dinâmicas supracitadas tornam-se claras no contexto do Contestado. Durante o processo de colonização do território catarinense, surge a construção da ferrovia EFSPRG, que tinha como objetivo a integração entre o centro e o sul do país (Valentini, 2009). Para essa



construção, foi necessária a importação de materiais, principalmente da Inglaterra, que já eram considerados ultrapassados para o país exportador, mas que, mesmo assim, eram vendidos a preços exorbitantes (Espig, 2023).

A construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), demonstrada pela figura 2, teve início em 1889, com a concessão à Companhia EFSPRG. O processo foi irregular e lento até 1906, quando a *holding Brazil Railway Company* (BRC) se integrou ao projeto, trazendo investimentos americanos. Em 1908, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* (SBLCC) também foi introduzida ao cenário, e em 1909, a BRC consolidou seus direitos de exploração e construção da ferrovia, incluindo a posse de terras a 15 km de cada lado da ferrovia (Thomé, 1980).

Figura 2 - Mapa da área de abrangência da Ferrovia e do Contestado.



Fonte: **Senado Federal**. Há 100 anos, o fim da sangrenta guerra do Contestado. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>. Acesso em: 10 out. 2024.

Os desafios enfrentados durante a construção da ferrovia em um ambiente muitas vezes inóspito resultaram em graves impactos para os trabalhadores ferroviários (turmeiros) e nas comunidades indígenas e locais (Espig, 2023). Ademais, a partir das concessões, o objetivo de explorar a madeira através da subsidiária SBLCC levou a ferrovia a atravessar terras em importantes



áreas florestais (Valentini, 2009). Embora fossem consideradas “vazias”, essas terras eram habitadas pela população cabocla, sucedeu-se então a criação de uma força paralela que facilitou a expulsão violenta e o desapossamento das terras desses grupos (Gemelli, 2018).

Aqui estabelece-se uma ponte de diálogo crítico entre teorias citadas. A ausência de uma análise crítica sobre o impacto da tecnologia (Pinto, 1960), oriunda dos processos de dependência científico-tecnológico, resultou em uma visão otimista e simplista onde qualquer intervenção tecnológica era vista como sinônimo de progresso (Espig, 2023).

Antes da chegada dessas agentes externos — em sua maioria imigrantes europeus e norte-americanos, a relação dos caboclos com a terra era profundamente enraizada em um modo de vida que equilibrava sua existência com o respeito pelos recursos naturais, a partir do cultivo em pequenas lavouras e da criação de animais (Valentini, 2009). Para esses povos, a terra não era meramente uma mercadoria ou meio de acumulação, mas sim um espaço de pertencimento e sobrevivência (Gemelli, 2018).

Posteriormente, a partir dos processos colonizatórios surge também a extração de madeira a partir da SBLCC, sem a devida preocupação ambiental local, a Lumber investiu no processo de industrialização da madeira (Valentini, 2009), logo além dos impactos sociais este processo transformou também o ambiente agravando a degradação ecológica na região.

O extrativismo promovido pelo controle da terra, impulsionado por interesses econômicos estrangeiros, resultou, nas primeiras décadas do século XX, na exploração significativa da riqueza natural desta região, a Lumber Company teve um impacto substancial no ecossistema local, com a derrubada de milhões de árvores, incluindo espécies nativas (Tomporoski, 2016)

Todo esse processo reflete as implicações da imposição de um modelo exógeno, que desconsiderou por completo as dinâmicas locais, um dos principais focos de crítica do PLACTS. Nesse sentido, alinham ressalta-se um entendimento de que o desenvolvimento da ciência e tecnologia não é neutro (Japiassu, 1995); ele atende predominantemente aos interesses econômicos e políticos das elites externas, negligenciando as necessidades e saberes locais (Auler; Delizoicov, 2015), sinalizando como a C&T se torna, assim, uma nova ferramenta para reproduzir dinâmicas de exploração, reafirmando que “toda tecnologia [...] transporta inevitavelmente um conteúdo ideológico” (Pinto, 2005, p. 320).



Dessa forma, sob a perspectiva crítica do PLACTS entende-se como a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e a subsequente exploração dos recursos naturais demonstram como a C&T podem ser utilizadas como ferramentas de dominação e exclusão social.

A partir da inauguração da ferrovia em 1911 o capital internacional instaura-se na região do contestado, no entanto “Com o capital internacional, chegou a violência inovadora” (Valentini, 2009, p. 205). Os processos de desapossamento intensificaram-se, os caboclos frente a miséria, fome e desamparo encontraram maneiras de resistência (Valentini, 2009), logo encontra-se mais uma ponte de diálogo com o PLACTS, ao destacar que os processos de resistência são fundamentais para a construção de alternativas que desafiem as dinâmicas de exploração e as relações de poder estabelecidas, propondo um desenvolvimento mais justo e sustentável, que reconheça e valorize a diversidade cultural e os conhecimentos locais. na busca por autonomia e na preservação de saberes e práticas locais (Herrera, 2015, Kreimer; Thomas, 2004).

Alfabetização Científica e Tecnológica: Reflexões Críticas sobre Ciência, Espaço e Cidadania e Aproximações no Contestado

No ensino, os estudos CTS se manifestam na promoção objetiva de uma Alfabetização Científica e Tecnológica (ACT), ao reconhecer a importância de um debate crítico e reflexivo sobre as dinâmicas da Ciência e Tecnologia em sociedade (Sasseron; Carvalho, 2011, Lorenzetti, 2017).

Chassot (2003) reconhece a ciência como a linguagem do mundo, logo em uma sociedade constantemente transformada por inovações científico-tecnológicas, a ACT torna-se essencial para uma atuação cidadã consciente e crítica.

A partir das dinâmicas discutidas neste estudo, acredita-se no potencial desse tema como um gerador de ACT. Primeiramente, é necessário reconhecer os impactos históricos, sociais e ambientais causados pela imposição de tecnologias e o papel da ciência na legitimação dessas intervenções. Além disso, ao debater a relação entre o desenvolvimento científico-tecnológico e as desigualdades regionais, o tema pode possibilitar que os alunos compreendam como o conhecimento científico não é neutro, mas está condicionado a fatores econômicos e políticos.



Essa abordagem crítica, pode despertar nos estudantes a consciência sobre o papel da ciência na transformação da sociedade, incentivando-os a refletir sobre o futuro da C&T e fomentando sua própria atuação como cidadãos em um mundo em constantes transformações oriundas da C&T (Fourez, 1997).

Ademais, ao analisarmos o conceito de espaço geográfico a partir de Santos (1977) entendemos que o espaço não é um mero palco passivo onde as relações sociais se desenrolam, mas sim um elemento ativo que influencia e é influenciado pela formação social, logo soma-se uma nova análise dentro dos estudos sobre C&T, o espaço como elemento balizador na produção de C&T (Auler; Delizoicov, 2011). A partir disto, pode-se debater como a configuração espacial impacta diretamente na forma como as tecnologias são desenvolvidas, apropriadas e utilizadas, criando uma relação dialética entre o espaço e a ciência a partir das próprias realidades discentes, somando-se a visão de uma educação emancipadora (Freire, 1987).

O contestado ainda hoje: possibilidades de pesquisa em PLACTS

Os impactos resultantes da intensa importação de C&T durante o período do Contestado ainda são evidentes em diversos aspectos da sociedade contemporânea. Exemplos claros incluem a concentração fundiária, que perpetua desigualdades socioeconômicas, e a prevalência de monoculturas que comprometem a diversidade agrícola e a segurança alimentar (Gemelli, 2018). Essas questões nos levam a refletir sobre as consequências duradouras das práticas de C&T e sua influência nas dinâmicas sociais e ambientais.

Diante desse primeiro contato com a temática, é fundamental explorar novos caminhos de pesquisa e reflexão sobre o impacto da C&T, especialmente no contexto da região do Contestado. Como as dinâmicas mencionadas, como a concentração de terra e a desigualdade social, serão debatidas nas discussões acadêmicas e sociais atuais?

Existe uma disposição crítica para reavaliar o modelo tradicional de desenvolvimento, que tem sido impulsionado por uma lógica positivista de C&T? Ou essa abordagem continuará a prevalecer, reforçando estruturas de poder existentes e limitando a inclusão de perspectivas alternativas que considerem a diversidade cultural e a justiça social? Todas estas indagações



encontram respaldo no PLACTS que destaca a importância de reconhecer os obstáculos estruturais no desenvolvimento latino americano (Dias; Dagnino, 2007).

Essas questões nos levam a explorar a interseção entre ciência, tecnologia e sociedade, e a refletir sobre como as lições do passado podem contribuir para um futuro mais equitativo e sustentável. Um exemplo dessas problemáticas está nas recorrentes enchentes nos municípios de Porto União e União da Vitória, causadas pelo Rio Iguaçu (Rocha, 2013).

Em audiência pública, o diretor do Instituto Água e Terra (IAT) enfatizou que a solução para esse problema demanda "[...] ciência, projeto [...] técnica". Diante disso, surge a pergunta: será que esse problema se resolve apenas com C&T? Além disso, de onde virão estas soluções? Será que estamos dispostos a continuar importando soluções tecnológicas sem considerar as complexidades locais? Sob a óptica do PLACTS é fundamental que, ao propor intervenções tecnológicas, haja uma análise crítica que leve em conta não apenas os aspectos técnicos, mas também as interações humanas e os impactos sociais e ambientais dessas ações (Linsingen, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva crítica do PLACTS, a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e a subsequente exploração dos recursos naturais demonstram como a C&T podem ser utilizadas como ferramentas de dominação e exclusão social. A imposição de um modelo tecnológico exógeno, que beneficiava interesses estrangeiros e elites locais, ignorou por completo as necessidades e saberes dos povos tradicionais, cujas vidas estavam intrinsecamente ligadas à terra e aos recursos naturais.

Essa intervenção reforça o argumento de que o desenvolvimento tecnológico, longe de ser neutro, carrega em si um conteúdo ideológico que favorece determinados grupos em detrimento de outros. Ao impor uma lógica de progresso que desconsidera as dinâmicas locais, a ferrovia não só marginalizou os caboclos, como também destruiu o equilíbrio social e ambiental existente, criando um espaço de exploração e exclusão.

Assim, o PLACTS nos convida a reavaliar as narrativas hegemônicas de progresso e a considerar formas de desenvolvimento científico-tecnológico que respeitem os saberes locais e



promovam justiça social, evitando a reprodução das dinâmicas de exploração que marcaram a história do Contestado.

REFERÊNCIAS

- AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Investigação de temas CTS no contexto do pensamento latino-americano. **Linhas críticas**, v. 21, n. 45, p. 275-296, 2015.
- BAZZO, W. A.; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. (Eds.). **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**, Madrid: OEI, 2003.
- CHASSOT, Ático. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/fev/mar. 2003.
- DAROSI, Flávia Paula. Os Donos da Terra: posseiros e latifundiários (séc. XIX). *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. (org). **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 51- 59.
- DELIZOICOV, Demétrio; AULER, Décio. Ciência, tecnologia e formação social do espaço: questões sobre a não-neutralidade. **Alexandria: revista de educação em ciência e tecnologia**, v. 4, n. 2, p. 247-273, 2011.
- DIAS, Rafael; DAGNINO, Renato. A política científica e tecnológica brasileira: três enfoques teóricos, três projetos políticos. **Revista de Economia**, v. 33, n. 2, p. 91-113, 2007.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Boitempo Editorial, 2015.
- ESPIG, Márcia Janete. O trem do futuro e suas ciladas: a construção da ferrovia do Contestado. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. (org). **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 127- 135.
- FOUREZ, Gerard. Scientific and technological literacy as a social practice. **Social studies of science**, v. 27, n. 6, p. 903-936, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GANZALA, Gabryelly Godois. A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI. 2018.
- GEMELLI, Diane Daniela. Por uma leitura geográfica do Contestado: o território, a terra e o povo caboclo. **Terra Livre**, v. 2, n. 51, p. 255-291, 2018.



HERRERA, Amílcar. **Ciencia y política en América Latina**. Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva, 2015.

IAT discute soluções para cheias no Rio Iguaçu em audiência pública em União da Vitória. Instituto Água e Terra, União da Vitória, 23 de novembro de 2023. Disponível em: IAT discute soluções para cheias no Rio Iguaçu em audiência pública em União da Vitória | **Instituto Água e Terra**. Acesso em 10 de outubro de 2024.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1975.

KREIMER, Pablo. Social studies of science and technology in Latin America: A field in the process of consolidation. **Science, Technology and Society**, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2007.

KREIMER, Pablo; ZABALA, Juan Pablo. Chagas disease in Argentina: Reciprocal construction of social and scientific problems. **Science, Technology and Society**, v. 12, n. 1, p. 49-72, 2007.

KREIMER, Pablo.; THOMAS, Hermán. Un poco de reflexividad o ¿de dónde venimos?: estudios sociales de la ciencia y la tecnología en América Latina. In: KREIMER, P. et al. (Ed.). **Producción y uso social de conocimientos: estudios de sociología de la ciencia y la tecnología en América Latina**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004. p. 11-90.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2013.

LORENZETTI, Leonir. A Alfabetização Científica na educação em ciências. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 2, n. 2, p. 1-3, 2017.

LINSINGEN, Irlan Von. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. **Ciência & Ensino**, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2007.

MEDEIROS, Priscila Caroline Valadão De Brito; STRIEDER, Roseline Beatriz; MACHADO, Patrícia Fernandes Lootens. PLACTS como aporte teórico da Educação CTS: um levantamento a partir das Atas do ENPEC. **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências-XIII ENPEC ENPEC EM REDES**. 2021.

PALACIOS, Eduardo Marino García et al. **Ciencia, Tecnología y Sociedad: una aproximación conceptual**. Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), 2001.

PALACIOS, Eduardo Marino García; GALBARTE, Juan Carlos González; BAZZO, Walter. **Introdução aos estudos CTS (Ciencia, Tecnología e Sociedade)**. Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), 2005.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggatto; BAZZO, Walter Antonio. Ciência, tecnologia e sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do ensino médio. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 13, p. 71-84, 2007.



PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. 2 Vol. Rio de Janeiro, 1960.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Contraponto, 2005.

QUIJANO, Aníbal et al. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: clasco, 2000.

ROCHA, Paulo Sergio Meira. **Gestão ambiental: gestão em áreas de risco de enchentes: um estudo de caso para união da vitória – Paraná**. 1ª. ed. União da Vitória: UNESPAR, 2013.

SÁBATO, Jorge; BOTANA, Natalio. La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina. **Instituto de Estudios Peruanos**. 1970.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81_100, 1977.

SASSERON, Lúcia Helena; DE CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. **Investigações em ensino de ciências**, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.

SENADO FEDERAL. Há 100 anos, o fim da sangrenta guerra do Contestado. 2016. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>. Acesso em: 10 out. 2024.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do Movimento Sertanejo do Contestado (1912-1916) à contemporaneidade—o domínio fundiário no Território do Contestado. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 28, p. 78-93, 2016.

THOMAS, Hernán; DAGNINO, Renato; DAVYT, Amílcar. El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria. **Redes**, v. 7, p. 13-51. 1996.

THOME, Nilson. **Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado**. Imp. Universal, 1980.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado: 1906–1916**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.



MULHERES DO TERRITÓRIO CONTESTADO: ESCRITOS MEMORIAIS DE LUTAS POR DIREITOS E A CULTURA CABOCLA QUE RESISTE

Ananda de Novais Santiago⁵

Giselle Moura Schnorr⁶

Kerollaine Alexia Neves⁷

Luzia Aparecida Elias Custódio⁸

Resumo

O apagamento das mulheres na história ainda é um fenômeno recorrente e a superação desta passa pelo direito à memória como exercício de reparação histórica e enfrentamento às diversas opressões. Este artigo tem como objetivo contextualizar o conflito ocorrido entre os Estados do Paraná e Santa Catarina pela disputa de limites territoriais, conhecido como Guerra do Contestado, dando destaque à participação feminina. O fio condutor desta escrita está em expressar que a luta pelo direito à terra e ao território não estão desvinculadas da histórica negação de direitos civis, políticos e sociais das mulheres. O exercício memorial de reconhecimento das nossas ancestrais que, juntamente com população cabocla resistiram no território contestado, destaca que estas mulheres se opuseram à opressão patriarcal que as reduzia aos cuidados do lar e de crianças. O artigo ressalta o envolvimento de mulheres na luta, muitas vezes, assumindo a liderança na guerra e traz algumas reflexões sobre o contexto atual na região com destaque aos altos índices de violência contra mulheres, ou seja, seguimos em guerra e na luta por direitos dos corpos-territórios contestados.

Palavras-chave: Gênero; Violência; Identidade Cabocla.

Abstract

The erasure of women from history is still a recurring phenomenon and overcoming it involves the right to memory as an exercise in historical reparation and confronting various forms of

⁵ Advogada e bolsista graduada do Projeto Direito a Educação e Igualdade de Gênero: a escola como Espaço de Proteção Social e Combate às Desigualdades Educacionais, Fundação Araucária. E-mail: anandasantiago@outlook.com.br

⁶ Professora no Colegiado de Pedagogia, do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia e Coordenadora do Programa de Extensão Coletivo Paulo Freire de Filosofia, Educação e Cultura. E-mail: giselle.schnorr@unespar.edu.br

⁷ Acadêmica de Geografia e Bolsista no Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social (PIBIS) vinculada ao Programa de Extensão Coletivo Paulo Freire de Filosofia, Educação e Cultura. E-mail: kerollaineneves22@gmail.com

⁸ Acadêmica do Curso de Direito e Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária. E-mail: luziae27@gmail.com



oppression. The aim of this article is to contextualize the conflict that took place between the states of Paraná and Santa Catarina over territorial boundaries, known as the Contestado War, highlighting the participation of women. The central argument of this paper is that the struggle for land and territorial rights is intrinsically linked to the historical denial of women's civil, political, and social rights. The memorial act of recognizing our female ancestors, who, alongside the caboclo population, resisted in the contested territory, underscores that these women opposed patriarchal oppression that relegated them to home and children caring. The article emphasizes the involvement of women in the struggle, often taking the lead in the war, and offers some reflections on the current context of the region, highlighting the high rates of violence against women, in other words, we are still at war, and fighting for the rights of the contested bodies-territories.

Keywords: Gender; Violence; Cabocla Identity.

Resumen

La borradura de las mujeres en la historia sigue siendo un fenómeno recurrente y superarlo pasa por el derecho a la memoria como ejercicio de reparación histórica y de enfrentamiento a diversas opresiones. Este artículo tiene como objetivo contextualizar el conflicto ocurrido entre los Estados de Paraná y Santa Catarina por la disputa de límites territoriales, conocido como Guerra del Contestado, destacando la participación femenina. El hilo conductor de esto escrito es expresar que la lucha por el derecho a la tierra y al territorio no está desligada de la negación histórica de los derechos civiles, políticos y sociales de las mujeres. El ejercicio memorial de reconocimiento a nuestras ancestras que junto a la población cabocla resistieron en el territorio en disputa, resalta que estas mujeres se opusieron a la opresión patriarcal que las reducía al cuidado del hogar y de los hijos. El artículo destaca el involucramiento de las mujeres en la lucha, muchas veces tomando el liderazgo en la guerra y trae algunas reflexiones sobre el contexto actual en la región, destacando los altos índices de violencia contra las mujeres, es decir, seguimos en guerra y en la lucha por los derechos de los cuerpos-territorios en disputa.

Palabras clave: Género; Violencia; Identidad Cabocla.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado (1912-1916), não foi somente uma disputa de limites travada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, mas sim um dos episódios mais violentos da história social brasileira: para a população da região não fazia diferença pertencer ao Estado do Paraná ou de Santa Catarina diante da dura vida cotidiana que enfrentavam onde o Estado era inexistente enquanto organismo institucional e entidade coletiva. Os “coronéis” e, com o passar do tempo,



sobretudo, o monge eram as referências de ação e explicação do mundo para essa população expropriada de acesso à terra e condições dignas de vida (Peters, et al..2015, p. 240-241)

Cerca de 50 municípios possuem como elemento central da sua formação territorial a guerra do contestado, envolvendo os Estados do Paraná e de Santa Catarina, ao sul do Brasil, perpassando um cenário de resistência do povo caboclo, os quais tiveram o direito de permanência na terra negado pelo Estado e capital privado (Neves, 2023).

A Guerra do Contestado é um episódio complexo e multifacetado da história brasileira, marcado por diversas tensões e interpretações. Historicamente se percebe uma dualidade na forma como a narrativa sobre o conflito foi construída, retratando muitas vezes, a população cabocla⁹ como responsável pela violência, quando, na realidade, estavam lutando não só pela permanência, mas também pela sobrevivência, pelo direito de existir e de permanecer no território ameaçado diante da invasão de suas terras. (Fraga; Bueno; Silva, 2020).

A Guerra do Contestado é um exemplo de um massacre que se caracterizou como uma “limpeza” étnica por meio da eliminação da população cabocla local considerada “mestiça”, ou seja, com ancestralidade africana e indígena e pela ocupação territorial pelo capital internacional para exploração de recursos naturais via concessão pelo Estado brasileiro à *Brazil Railway Company* (EUA), do magnata norte-americano Percival Farquhar, para a construção da Estrada de Ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul.

A criação e ampliação da malha ferroviária estavam intrinsecamente relacionadas com o discurso do desenvolvimento e da modernidade presente na fala dos republicanos. Nos acordos políticos e econômicos entre o governo e a Companhia estava o fato de que essa seria a proprietária de uma faixa de quinze quilômetros de largura em cada margem da estrada, o que resultou na expulsão dos caboclos e posseiros que ali ou próximo desta área já habitavam. A modernização do

⁹ O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpa, ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense (FRAGA, 2016, p. 38).



sistema de transportes brasileiro, a abertura para o capital internacional, portanto, criaram um fato social caro a ser pago pela sociedade (Machado: 2004)

A terra e a natureza tratadas como mercadoria pelo capital são as principais causas do conflito: “As pessoas que viviam e conviviam com as florestas foram totalmente desconsideradas e no século XX pode-se dizer que houve, além da guerra contra a natureza, a guerra contra os seres humanos que conviviam com a natureza” (Marés, 2015, p. 62).

Como aponta Gemelli (2018, p.289):

O Contestado, há um século, nos mostra os significados e desdobramentos do capital, enquanto ato hegemônico na organização do espaço e revela a bravura de sua gente, homens e mulheres, meninos e meninas, crianças e idosos que corajosamente lutaram e lutam por um outro mundo possível. O Contestado continua a nos ensinar e a geografia tem muito a aprender com esse povo simples que segue em luta para que natureza e trabalho não se fragmentem, a fim de que a vida não se despedace.

Este complexo fenômeno histórico, econômico, político e cultural segue pouco abordado nos currículos escolares e universitários. O Estado segue omissivo quanto a reconhecer que este episódio sangrento foi um genocídio no qual teve responsabilidade e permanece cúmplice das opressões e da negação dos direitos da população cabocla.

A invisibilidade na história oficial sobre o que representou a Guerra do Contestado é maior quanto ao conhecimento sobre a participação das mulheres, pois, não só nesta guerra como em outros conflitos, as mulheres desempenham papéis significativos como líderes e defensoras de direitos. No contexto da guerra supramencionada muitas mulheres foram lideranças espirituais, enfermeiras, defensoras de suas comunidades e até mesmo combatentes.

Feitas estas considerações iniciais, este artigo, escrito por mulheres de diferentes áreas de conhecimentos, que vivem na região do território contestado, destaca a participação das mulheres na Guerra do Contestado, traçando algumas reflexões sobre questões de poder, gênero e violência que se entrelaçam até a atualidade. O exercício memorial de reconhecimento de nossas ancestrais que, juntamente com população cabocla resistiram no território contestado, destaca que estas



mulheres se opuseram à opressão patriarcal¹⁰ representada pela dominação do território, expulsão das terras onde viviam e exploração da natureza. O artigo traz algumas reflexões sobre o contexto atual em alguns municípios do contestado paranaense com destaque aos altos índices de violência contra mulheres, ou seja, seguimos em guerra e na luta por direitos dos corpos-territórios contestados.

MULHERES E CONTESTADO: UM EXERCÍCIO MEMORIAL

A escritora, Nobel de Literatura em 2015, Svetlana Aleksievitch na obra “A guerra não tem rosto de mulher” (2016) ao perceber que apenas a perspectiva masculina é narrada na história das guerras, rompe com este silenciamento, conta, com base em depoimentos e documentos, que no Exército Vermelho soviético durante a 2ª Guerra Mundial, quase um milhão de mulheres lutaram e não tiveram sua história contada. Neste e em diversos conflitos mulheres exerceram trabalhos administrativos, foram aviadoras, membros da Marinha, tanguistas, paraquedistas, operadoras de artilharia, atiradoras, além de médicas, enfermeiras, etc.

A exemplo: Marie Curie contribuiu para salvar milhares de soldados na Primeira Guerra com as suas experiências; Joana D’Arc, guerreira da Guerra dos Cem Anos, foi queimada em praça pública aos 19 anos, acusada de heresia e bruxaria por um tribunal eclesiástico inglês e francês; A jornalista inglesa Dorothy Lawrence se passou por homem para trabalhar nas trincheiras como correspondente de guerra, fingiu ser homem para estar nas trincheiras, e teve seu livro de memórias sobre esse período censurado pelo governo; A soviética Lyudmila Pavlichenko foi responsável pelo abatimento de 309 soldados nazistas; Susan Travers não informou seu gênero no formulário para se tornar membro oficial na Legião Estrangeira Francesa e conduziu um caminhão pegando fogo em meio a uma perseguição.

Na Guerra do Contestado, mulheres desempenharam papéis de luta e resistência, assim como certamente sofreram violências terríveis. Algumas destas mulheres tiveram grande relevância e são citadas na memória oral e em documentos históricos, tais como como Nega Jacinta,

¹⁰ Segundo Gerda Lerner (2019) apesar das mulheres terem participação fundamental na formação da sociedade seguem sendo marginalizadas e o patriarcado representa um processo histórico e filosófico de dominação econômica, política, sexual, cultural e religiosa no qual se constituiu complexas tramas de submissão das mulheres.



Ali vinha ela arçando a bandeira
 Da cor brasileira, verde e branca,
 Risonha e franca, muié corajosa
 Frautendo formosa, uma linda canção.
 A Chica Pelega trinava e sorria
 A tudo atendia com grande alegria
 Como lebre corria, ligera e disposta
 Dando em resposta seu grito de guerra.
 Tecendo pra cá, traçando pra lá
 Sem se cansá, com grande corage...
 Era a image de rija guerrera
 Com fé verdadeira em defesa à sua Terra!

Conforme Neves (2023) Virgem Teodora, cujas visões alteraram o poder simbólico de controle sobre os caboclos, se tornou conhecida por sua ligação religiosa com João Maria, de quem recebia instruções que repassava aos caboclos. Teodora ganhou destaque por sua habilidade de inspirar esperança em meio ao conflito, conquistando autoridade, com suas ordens sendo prontamente obedecidas. Vale ressaltar que Teodora foi a única mulher guerrilheira sobre a qual se tem registros baseados em pesquisas e arquivos digitais.

Neves (2023) destaca ainda que Nega Jacinta, curandeira e parteira, construiu seu legado através de sua generosidade ao cuidar dos pacientes do Território Contestado. Viveu em uma gruta na cidade de Três Barras-SC, onde teria acolhido o Monge João Maria de Agostinho durante uma de suas passagens pela região. Nesse contexto, Nega Jacinta tornou-se uma figura religiosa importante devido à sua ligação com o monge, atraindo fiéis que visitam sua gruta regularmente, considerando um local sagrado.

A vida dessas mulheres expressa as intrínsecas relações entre corpo-terra-natureza no mundo caboclo, próprio de uma cosmovisão na qual a terra-natureza são sagradas. Pertencentes ao território e portadoras de saberes ancestrais estas mulheres são exemplos da presença e resistência, ao longo dos conflitos e das batalhas sangrentas, assim como de milhares de outras lutas por direitos fundamentais como a comida, terra, teto, saúde, educação e participação social, uma subversão ao sistema antropocêntrico, capitalista, patriarcal e racista.

Não podemos deixar de apontar que no período da Guerra do Contestado (1912-1916) as mulheres sequer tinham direito a voto e o acesso à escolarização, o que caracteriza ainda mais as



opressões e as formas de resistências a uma sociedade que nega direitos, uma vez que essa luta pelo direito à terra-natureza representava sobreviver e ter alguma dignidade.

É importante perceber, como o exemplo e as lutas dessas figuras históricas ecoam nas lutas contemporâneas das mulheres por justiça social e direitos. Suas práticas romperam com padrão estrutural estabelecido no qual ao homem é inculcado a ideia de virilidade e força e a mulher é atribuída a subserviência e a benevolência. A força e resistência das caboclas do contestado podem ser compreendidas como precursoras de demandas por igualdade de gênero, por direitos humanos, pelo direito a terra e das pautas do ecofeminismo contemporâneo que articulam a defesa do meio ambiente com a permanência no território e denúncia que a destruição da natureza afeta de forma distinta as mulheres. A luta pela terra e contra a exploração de corpos e da natureza, enfrentada pelas camponesas do Contestado, reflete até dias atuais nas lutas de mulheres no Brasil rural e urbano por justiça, autonomia e participação plena na sociedade.

Apesar de avanços nas últimas décadas, como a aprovação de leis para coibir a violência¹¹ e aumentar a representatividade política, a desigualdade de gênero ainda é uma realidade que impacta de forma diferenciada as mulheres. Estimar com precisão os números de violência contra as mulheres durante a Guerra do Contestado é um desafio, devido à falta de documentação e dados sistematizados. Os registros sobre a violência de gênero na Guerra do Contestado são escassos e, em muitos casos minimizados ou ocultados pelas narrativas oficiais. Isso reflete um padrão intangível contra a mulher em diferentes momentos históricos, onde esses atos não eram reconhecidos, mas sim naturalizados como parte das dinâmicas sociais e de guerra.

O apagamento das memórias sobre a vida das mulheres no contexto da Guerra do Contestado, como em outros momentos históricos, são exemplos de como o gênero influencia a experiência de invisibilização das mulheres em situações de conflito. A negação do direito às

¹¹Como: BRASIL Lei Nº 11,340, de 2006. Lei Maria da Penha que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. BRASIL. Lei Nº 13.104, de 2015. que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.



memórias impacta diretamente na possibilidade de reparação histórica, pois, sem o reconhecimento oficial de eventos e das injustiças do passado, não se avança em direção da justiça social e igualdade concreta. O reconhecimento das injustiças e violências cometidas e que seguem sendo reproduzidas é parte necessária para efetivação da dignidade de um povo.

O apagamento das mulheres na história é um fenômeno recorrente que reflete as desigualdades de gênero e a marginalização das contribuições femininas em diversos campos.

Veiga-Neto (2017, p. 46) afirma a importância de:

Uma perspectiva de descrição e análise histórica que parte não das grandes narrativas oficiais – das elites, dos vencedores, dos grupos dominantes, das grandes obras, etc., -, mas que parte de pequenas e supostamente insignificantes referências narrativas obscuras, fragmentos de textos.

No caso das mulheres, a negação da memória histórica é duplamente significativa. Além de terem seu papel no conflito apagado, como ocorreu na Guerra do Contestado, são privadas da possibilidade de reconhecimento como agentes históricas e como sujeitos de direitos. Isso reforça a exclusão de suas vozes e de seus corpos pelo direito a existir, por justiça e visibilidade de suas contribuições no seu tempo histórico. Deste modo, o direito às memórias é fundamental para que se conheça a verdade dos eventos históricos, como, também, para abrir caminhos para superação das injustiças que permanecem atuais. Isso representa entender que relações de gênero são perpassadas pelo exercício do poder e que em contextos bélicos, como na Guerra do Contestado, mulheres estiveram presentes na defesa de seus corpos, da natureza, do território, da vida. Esta compreensão amplia o olhar sobre o conflito e contribui para o reconhecimento de que as mulheres são seres humanos.

Neste particular, Novais (2015, p. 60) registra:

Portanto, observa-se que quando as relações de gênero são reconstruídas historicamente, explicitam contradições e recuperam a importância dos papéis femininos, na medida em que confrontam a história dominante com a história das mulheres, permitindo novos parâmetros para a análise dos papéis sociais e sexuais. Assim, por mais que o discurso ideológico defina a mulher como passiva e submissa frente às condições vividas, existem ações efetivas de mulheres que rompem com os limites arbitrariamente impostos.

As narrativas dominantes que excluem ou minimizam o papel das mulheres corroboram com o apagamento da história das mulheres em diferentes contextos: na literatura, nas ciências, na política, nas guerras e em movimentos sociais. O direito à memória é uma resposta a esse



apagamento e se refere à importância de reconhecer e preservar histórias, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas contribuições valorizadas.

Apesar do contínuo apagamento da Guerra do Contestado e em especial da participação das mulheres no conflito, se faz importante destacar que a cultura cabocla resiste e se manifesta na região com forte presença memorial das mulheres.

DIREITOS DAS MULHERES NO PARANÁ: UMA ANÁLISE DOS DADOS SOBRE VIOLÊNCIAS NA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA

A Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 5 que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres, essa foi a primeira vez que o Brasil teve uma Constituição que estabeleceu essa igualdade formal. No contexto do nosso cotidiano ainda vemos a luta das mulheres em prol de garantir seus direitos, embora já tenhamos conquistado avanços como o voto feminino, participar da vida pública, estudar, ter uma profissão, recentemente foi necessário amplo debate para que fosse assegurando o direito de as mulheres decidirem sobre seus corpos, com a aprovação da lei que anula o consentimento do cônjuge para a realização de laqueadura.

Esses são alguns exemplos de conquistas que a mulher contemporânea adquiriu como consequência de muitas lutas e resistências, não obstante a isso, é evidente que ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é direitos e igualdade para as mulheres. A nossa Carta Magna de 1988 não só acolhe demandas históricas das mulheres, como serve de base para a continuidade da luta por justiça social e igualdade e para que ocorra uma mudança de pensamento estrutural no Brasil.

Uma vez que, ainda existem desafios significativos como desigualdade salarial, a violência de gênero, o assédio sexual e a representação política insuficiente a mobilização social, a educação, a conscientização são fundamentais para que as conquistas se consolidem e novas vitórias sejam alcançadas. Embora a Constituição Federal do 1988 assegure direitos formais a igualdade material ainda está longe de se concretizar. Vivemos em uma sociedade estruturalmente patriarcal, que impõe papéis para cada gênero e delimita os espaços de atuação. Esse sistema frequentemente



confina as mulheres ao âmbito privado, enquanto o espaço público é reservado aos homens, aos quais se atribuem conceitos de força, autoridade e virilidade.

Por isso, é essencial recuperar memórias e dar o devido reconhecimento às figuras femininas que, apesar de invisibilizadas, tiveram um papel significativo na Guerra do Contestado e na história em geral. Essas mulheres personificam resistência, força e coragem, legitimando a luta contínua por igualdade de direitos. Ressaltar a presença e a contribuição das mulheres ao longo da história é imprescindível, pois elas também participaram da construção e da garantia de direitos.

Ainda que o Estado brasileiro tenha avançado no tocante a normativas jurídicas voltadas ao reconhecimento de que a violência contra a mulher exige políticas públicas e ações efetivas para superação das desigualdades sociais e de gênero, há muito a ser realizado para que a estrutura de concentração de riquezas, terras e de opressão contra as mulheres sejam superadas.

A região do Contestado é marcada até os dias atuais pela pobreza, concentração de terras, negação de direitos e violências. A precarização das condições de vida, de trabalho, desigualdades sociais gesta uma cultura de certa naturalização de situações de violências e discriminações.

Tomando como referência o Estado do Paraná às violências de gênero, segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2016), coloca este estado em terceiro lugar no ranking de feminicídios no país, atrás apenas do Maranhão e do Rio de Janeiro. Nessa época, a média de crimes contra mulher - estimativa por 100 mil habitantes - era maior que a média nacional, enquanto esta pontuava 5,82 casos, o Paraná registrava 6,49 mortes. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, foram registrados 81.865 casos de violência contra mulheres no Paraná, em situações que envolvem homicídios dolosos (inclusive feminicídio), lesão corporal dolosa/violência doméstica, ameaças, estupro e estupro de vulnerável (em sua maioria crianças).

Em 2020, o Paraná estava entre os cinco estados com os maiores índices de estupros ou estupros de vulnerável (0 a 19 anos), por 100 mil habitantes: Mato Grosso do Sul (186,0), Rondônia (146,2), Paraná (139,7), Mato Grosso (136,5) e Santa Catarina (135,2), sendo a maior parte das vítimas é do sexo feminino, representando 91% dos registros.

Os dados notificados e sistematizados pela Comissão Regional de Enfrentamento às Violências, e 6ª Regional de Saúde, com base nos registros no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), abrangendo os municípios União da Vitória, Antônio Olinto, Bituruna,



Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e São Mateus do Sul, que estão na região do contestado paranaense, evidenciam que a violência de gênero ainda é uma realidade, exigindo ações contínuas e efetivas para dirimi-las.

Entre os anos de 2017 e 2024, foram notificados 3.219 casos de violência na região¹², dos quais 70% das vítimas eram mulheres. Esses números refletem a vulnerabilidade feminina em um contexto de desigualdade social e cultural, onde a violência de gênero se manifesta, predominantemente, no ambiente doméstico. De acordo com os registros, 67,7% das agressões ocorreram dentro das residências, reforçando a necessidade de medidas mais rigorosas para coibir a violência intrafamiliar.

Além disso, a violência afeta de forma expressiva as mulheres mais jovens, sendo que 38,3% das vítimas tinham menos de 19 anos. A violência sexual é uma preocupação central, com 94% dos casos atingindo mulheres, e um percentual alarmante de 70,8% das notificações envolvendo crianças e adolescentes. Outro dado relevante é a relação das vítimas com os agressores. Em grande parte dos casos, a violência é praticada por pessoas próximas, como familiares e parceiros íntimos, o que dificulta a denúncia e o rompimento do ciclo de violência.

Além da violência física e sexual, a vulnerabilidade das mulheres também se reflete em outros indicadores preocupantes, como as tentativas de suicídio. Na região, 68,3% das vítimas de tentativas de suicídio eram mulheres, muitas delas com histórico de violência doméstica.

Assim sendo, percebe-se que apesar dos avanços conquistados na defesa dos direitos das mulheres, os dados demonstram que a violência é uma realidade alarmante na Região do Contestado Paranaense. A predominância da violência doméstica, sexual e psicológica ressalta a urgência de políticas públicas eficazes, bem como a ampliação da rede de apoio e uma maior conscientização social e superação da cultura machista. Para que as conquistas das mulheres não fiquem restritas ao campo jurídico formal é essencial que se traduzam em proteção efetiva, segurança e dignidade na vida cotidiana.

¹² Os dados apresentados foram obtidos pela 6ª Regional de Saúde de União da Vitória, por meio de levantamento dos registros no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) referente aos municípios de União da Vitória, Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e São Mateus do Sul.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou evidenciar a participação das mulheres na Guerra do Contestado como portadoras de saberes ancestrais que as constituíram na defesa da terra-natureza. O reconhecimento e valorização das memórias das mulheres em distintos contextos históricos e sociais, especialmente em cenários de guerra, ainda são desafios para diversas áreas de conhecimentos e implica no compromisso para estejam presentes nos currículos escolares e universitários, bem como em pesquisas.

Como afirma Novaes (2015, p. 58):

Os levantes sociais, encabeçados e representados por mulheres, podem evidenciar a força social das mulheres na história e, ao mesmo tempo, sua proximidade com as ações diretas, demonstrando que existe uma lógica feminina de participação de gênero no âmbito da política e na luta por direitos.

A história das mulheres na Guerra do Contestado, embora esquecida em muitos relatos históricos oficiais, revela a profundidade da luta feminina por justiça em contexto de opressão e como suas cosmovisões de mundo se opunham ao capital predatório, destruidor da natureza e das vidas. Ao reconhecermos que mulheres como Chica Pelega, Maria Rosa, Virgem Teodora e Nega Jacinta resistiram na defesa do povo caboclo junto ao território honramos suas memórias e suas vidas destruídas pela ganância do capital e pelos poderosos representados pela república e exército brasileiros que banharam de sangue do território contestado. Estas mulheres, como muitas outras, representam longas lutas pelo direito a vida, a terra e a preservação da natureza.

Cavar os destroços das memórias, tirar da invisibilidade esse conflito e as lutas das mulheres visa contribuir na denúncia das opressões e no anúncio pelo direito a outro mundo possível. Ao negar a memória e a relevância desse evento, o Estado impede que a região, as comunidades afetadas e seus descendentes tenham acesso e a uma reparação justa, seja por meio de reconhecimento público, compensações territoriais, reforma agrária, ou mesmo a valorização simbólica de suas lutas. A memória histórica desempenha um papel fundamental na construção da identidade coletiva, permitindo que comunidades marginalizadas reivindiquem seus direitos e lutem por compensações por danos sofridos e compreendam a si mesmas.



As mulheres, desde tempos remotos, têm sido protagonistas nas lutas por justiça social e pelo reconhecimento de seus direitos, sendo fundamentais não apenas no contexto de guerras específicas, mas na contínua construção da sociedade. Conforme afirma Adichie (2014, p. n.p.) a luta das mulheres é atravessada por indignação diante das injustiças:

A questão de gênero, como está estabelecida hoje em dia, é uma grande injustiça. Estou com raiva. Devemos ter raiva. Ao longo da história, muitas mudanças positivas só aconteceram por causa da raiva. Além da raiva, também tenho esperança, porque acredito profundamente na capacidade de os seres humanos evoluírem.

O reconhecimento das memórias das ancestrais do território contestado enfatiza a indignação e força das mulheres. O capitalismo se alimenta do patriarcado e sua cultura de ódio às mulheres, mas seguimos re-existindo com nossos corpos-territórios. Os dados de violências contra mulheres apresentados neste trabalho são apenas a “ponta do iceberg” de uma estrutura social herdeira de uma guerra que dizimou uma população miserável que desejava viver em seu território. A violência, marca estruturante da formação da sociedade brasileira, é um fenômeno complexo e permanece como cultura que afeta mulheres por serem mulheres.

Há uma guerra em curso no Brasil na qual, em 2022, uma mulher foi morta a cada seis horas, como um aumento de 1,6% nos casos de feminicídio registrados em 2023 em comparação com o ano anterior (Atlas da Violência/FBSP, 2023). Estes dados, que por si devem impressionar, precisam ser analisados compreendendo que milhares de mulheres estão cotidianamente submetidas a múltiplas violências, pois a letalidade é resultado de violências cíclicas que culminaram no feminicídio.

Há muito a se fazer para que mulheres sejam reconhecidas como pessoas de direitos, para que não tenham suas vozes silenciadas e suas vidas destruídas pela violência de gênero que permeia nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**; Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FELIPPE, Euclides. J. **O Último Jagunço**: Folclore na História da Guerra do Contestado. Curitiba – SC, Universidade do Contestado, 1995.

FRAGA, Nilson C. **Contestado em guerra**: 100 anos do massacre insepulcro do Brasil – 1912 – 2012. Florianópolis: Insular: 2012.

FRAGA, Nilson. C. **Contestado**: a grande guerra civil brasileira. In: SCORTEGANA, A.

REZENDE, C. J., TRICHES, R. I. **Paraná**: espaço e memória. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

FRAGA, Nilson. C. Território e Silêncio: contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: FRAGA, N. C. (Org.) **Território e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis, Ed. Insular, 2011.

FRAGA, Nilson. C. **Vale da morte**: o contestado visto e sentido “entre a Cruz de Santa Catarina e as espado do Paraná”. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010.

FRAGA, Nilson. C.; BUENO, V. J.; SILVA, H. F. M. Mulheres Sem Rosto e Obliteradas no Chão Patriarcal do Contestado. In: **Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado; Colóquio de Geografias Territoriais Paranaenses e Semana de Geografia da UEL**. 2020. p. 120-140.

GEMELLI, Diane D. Por uma Leitura Geográfica do Contestado: Território, Terra e o Povo Caboclo. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 33, vol. 2, p. 255-291, 2018.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo, Cultrix, 2019.

MACHADO, Paulo P. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MARÉS, Carlos Frederico. **Terra mercadoria, terra vazia**: povos, natureza e patrimônio cultural. Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 1, p. 57-71, 2015.

MARQUES, Karolina. **O desligamento das mulheres em contextos de guerra**. Elas no Poder, 28 set. 2023. Disponível em: <https://elasnopoder.org/blog/o-apagamento-das-mulheres-na-guerra/>. Acesso em: 13 out. 2024.



NEVES, Kerollaine Alexia. **Mulheres e território:** o Contestado a partir das figuras femininas. União da Vitória: UNESPAR, 2023. Resumo. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/12PWYiWmYmrT09QOxSBUzw9nSMRZepNx6/edit>>. Acesso em: 10 out. 2024.

NOVAES, Elizabete David. **Entre o público e o privado:** o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 3, dez. 2015.

PETERS, Ana Paula.; SCHNORR, Giselle. M.; TAUSCHECK, Neusa M. Descolonização de saberes e interculturalidade: a cultura cabocla, o conflito do contestado e seus ecos nos dias atuais. In: CARVALHO, A. D. (Org.) **Interculturalidade, Educação e Encontro de Pessoas e Povos**. Lisboa – Portugal: Edições Afrontamento, p. 239 – 249, 2015.

VASCONCELLOS, Aulo Sanford de. **Chica Pelega:** A Guerreira de Taquaruçu. Florianópolis: Insular, 2. ed. 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.



SÃO MATEUS DO SUL NASCEU BEBENDO MATE: OS SUJEITOS PIONEIROS NO CULTIVO E CONSUMO DO OURO VERDE PARANAENSE

SÃO MATEUS DO SUL WAS BORN DRINKING MATE: THE PIONEERING SUBJECTS IN THE CULTIVATION AND CONSUMPTION OF PARANÁ'S GREEN GOLD

SÃO MATEUS DO SUL NACIÓ TOMANDO MATE: LOS PIONEROS EN EL CULTIVO Y CONSUMO DEL ORO VERDE DE PARANÁ

Wagner da Silva¹³

Celbo Antonio da Fonseca Rosas¹⁴

Resumo:

A erva-mate é uma planta nativa da mata de araucárias, além da “territorialização natural” também há o adensamento através do plantio. É muito comum o seu consumo de várias formas, mas o chimarrão é a que mais se destaca. Uma das maiores problemáticas nas pesquisas voltadas para esse tema, é que os indígenas, apesar de pioneiros no cultivo e uso, raramente são reconhecidos como tal. Portanto, o presente texto tem como objetivo principal analisar como os indígenas locais se relacionavam com a erva-mate, bem como qual a importância dada por estes sujeitos para esta planta. A categoria de análise é o território, sobretudo em sua perspectiva multidimensional e relacional. A metodologia aplicada está dentro do aspecto quali-quantitativo, mesclando análise de dados secundários atuais, levantamento arqueológico e referências sobre a história e geografia da erva-mate. Se pode constatar que o território de São Mateus do Sul teve como povos originários, três povos principais: Kaingáng, Xoklém e Tupi-Guarani. Todos eles estabeleceram uma certa relação com o cultivo e consumo da erva-mate, em diferentes escalas. É possível afirmar ainda que os indígenas atribuem muito mais o valor de uso do que de troca, em se tratando da erva-mate, fato percebido nas múltiplas dimensões da construção territorial.

Palavras-chave: erva-mate; valor de uso; território.

Abstract:

Yerba mate (*Ilex paraguariensis*) is a native species of the Araucaria forest, characterized not only by its “natural territorialization” but also by the intensification of its presence through cultivation. Its consumption is widespread in various forms, with chimarrão emerging as the most culturally

¹³ Doutor em Geografia. Instituição: Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: geo.wagner92@gmail.com

¹⁴ Doutor em Geografia. Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: celboantonio@yahoo.com.br



and socially significant. A persistent challenge in scholarly research on this subject is the marginalization of Indigenous peoples, who, despite being the original cultivators and users of yerba mate, are seldom acknowledged as such. Accordingly, this study aims to examine the historical and cultural dynamics of Indigenous engagement with yerba mate, as well as the significance attributed to the plant within their socioterritorial contexts. The primary analytical framework is the concept of territory, explored through a multidimensional and relational perspective. Methodologically, this research adopts a mixed-methods approach, integrating qualitative and quantitative analyses, including the examination of contemporary secondary data, archaeological surveys, and historical-geographical references concerning yerba mate. The findings indicate that the original inhabitants of São Mateus do Sul comprised three main Indigenous groups: the Kaingáng, Xoklém, and Tupi-Guarani. Each of these groups developed distinct yet interrelated practices concerning the cultivation and consumption of yerba mate, reflecting varying degrees of integration within their sociocultural systems. Moreover, the research underscores that Indigenous communities primarily ascribe a use value rather than an exchange value to yerba mate, a distinction that manifests across multiple dimensions of territorial construction.

Keywords: yerba mate; use value; territory.

Resumen:

La yerba mate es una planta nativa del bosque de araucarias, además de su «territorialización natural» también se ha densificado a través de la plantación. Es común consumirla en diversas formas, sin embargo, el mate es la que más se destaca. Uno de los mayores problemas en la investigación sobre este tema es que los indígenas, a pesar de ser pioneros en su cultivo y uso, raramente son reconocidos como tales. Por lo tanto, el objetivo principal de este texto es analizar cómo los indígenas locales se relacionaban con la yerba mate, así como la importancia que le daban a esta planta. La categoría de análisis implementada es territorio, especialmente en su perspectiva multidimensional y relacional. La metodología usada es la cualitativa y cuantitativa, incluyendo el análisis de datos secundarios actuales, investigaciones arqueológicas y referencias sobre la historia y geografía de la yerba mate. Se observa que el territorio de São Mateus do Sul tuvo tres principales pueblos originarios: Kaingáng, Xoklém y Tupi-Guarani. Todos ellos establecieron relación con el cultivo y consumo de la yerba mate, en diferentes escalas. También es posible afirmar que los indígenas atribuyen a esta yerba mucho más valor de uso que de cambio, hecho que se observa en las múltiples dimensiones de la construcción territorial.

Palabras-clave: yerba mate; valor de uso; territorio.

Introdução

Raramente referências sobre a erva-mate levam em consideração os indígenas como sujeitos pioneiros na descoberta dos benefícios desta planta nativa da mata de araucárias. Por outro lado, outros sujeitos se apropriaram e utilizam a erva-mate como símbolo territorial. Um dos exemplos mais claros é o estado do Rio Grande do Sul, que trabalhou e trabalha de maneira intensa



e relação do chimarrão com o seu território de maneira geral, sendo comum observarmos o estereótipo do gaúcho portando uma cuia de chimarrão.

Já no Paraná, essa ação não é tão intensa, o território paranaense, a partir de seu processo histórico e relacional, apresenta no Paraná Tradicional, um maior apelo ao consumo da erva-mate através do chimarrão, diferente das regiões colonizadas posteriormente, onde se sobressaem o consumo do chá-mate e o tereré, porém, longe de ser um símbolo territorial.

São Mateus do Sul é um município localizado no extremo sul paranaense, muito conhecido pela produção de erva-mate plantada e presença de erva-mate nativa. O cultivo e consumo desta planta ocorrem desde antes da chegada de qualquer imigrante europeu neste território. Portanto, o objetivo principal do presente artigo é analisar como os indígenas locais se relacionavam com a erva-mate, bem como qual a importância dada por estes sujeitos para esta planta.

Justifica-se tal análise pela existência de uma lacuna em discussões que estabeleçam relações entre os povos indígenas locais e a erva-mate, inclusive não é incomum encontrarmos teóricos que consideravam este território um sertão antes da chegada dos imigrantes europeus, desprezando toda a vida, colaboração e importância que os povos originários exercem na construção territorial atual.

O presente texto está subdividido, além da presente introdução, em outros momentos: O primeiro, quando há uma aproximação da perspectiva multidimensional do território com a produção de erva-mate atual; o segundo, onde ocorre uma análise da relação dos indígenas com a erva-mate; e por fim, acontecem as considerações finais.

A pesquisa é bibliográfica de caráter quali-quantitativo. Foram consultadas obras referenciais sobre o território; levantamento arqueológico sobre os indígenas que habitavam este território; o histórico de cultivo e consumo da erva-mate; bem como dados primários trabalhados e analisados a partir do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção e cultivo da erva-mate atualmente: o território multidimensional, histórico e relacional

Saquet (2015) considera o território multidimensional, histórico e relacional, sendo assim uma pesquisa pode dar enfoque para determinada dimensão, porém, sem desconsiderar a



existência e influências de outras dimensões, uma vez que o território é resultado das ações e processos que ocorrem em todas elas. Dados estatísticos de produção refletem diretamente a dimensão econômica do território, que também são construídos a partir de um processo histórico e relacional. Acreditamos que uma primeira aproximação estatística é importante para compreendermos qual o tamanho do universo da dimensão territorial econômica que estamos tratando.

As informações estatísticas da erva-mate são coletadas e divulgadas, a nível nacional, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em três pesquisas principais: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), Produção Agrícola Municipal (PAM) e Censo Demográfico. A PEVS ocorre anualmente e trata dos dados da erva-mate como elemento extrativista. A PAM ocorre anualmente e coleta os dados da erva-mate plantada, como lavoura permanente. Já o censo agropecuário ocorre de maneira decenal e analisa a erva-mate tanto extraída quando plantada. Por tal motivo, de integrar tanto os dados da agricultura quanto do extrativismo em relação aos estabelecimentos agropecuários, para esta variável, analisaremos os dados coletados e tabulados através do Censo Agropecuário de 2017. Já no que diz respeito a produção em toneladas, até para traçar um paralelo entre cinco anos distintos e próximos, analisaremos os dados da PAM e da PEVS, entre 2018-2022.

Quadro 1 – Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes da lavoura permanente (unidades)

Unidade territorial	Produtos da lavoura permanente
Brasil	Total: 814.810
	Erva-mate: 19.003 (2.3%)
Paraná	Total: 28.919
	Erva-mate: 7.610 (26.3%)
São Mateus do Sul-PR	Total: 742
	Erva-mate: 733 (98.7%)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.
 Recuperado de – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).
 Nota: Dados organizados pelos autores (2024).

A partir dos dados do quadro 1, podemos perceber que a nível de Brasil, a erva-mate não chega a representar 2.5% dos estabelecimentos agropecuários com produtos de lavoura permanente, portanto podemos falar em uma baixa representatividade. Tal fator é explicado pela



especificidade biogeográfica que erva-mate precisa, que é encontrada em locais pontuais, como partes do sul do Brasil, algumas regiões de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Estamos abordando neste momento a variedade plantada, por isso os dados são relativos à agricultura.

Já no que diz respeito ao estado do Paraná, essa representatividade cresce bastante, já que 26.3% dos estabelecimentos agropecuários paranaenses, com produtos de lavoura permanente, possuem mais de cinquenta pés de erva-mate. Esse praticamente ¼ de estabelecimentos estão, em sua maioria, localizados na região centro-sul do estado, que é onde os planaltos, clima, vegetação nativa e disponibilidade hídrica são condizentes com a melhor reprodução da erva-mate. Tal pontualidade interfere até hoje na dinâmica econômica da região.

Por sua vez, em São Mateus do Sul, encontramos uma representatividade muito alta, pois 98.7% dos estabelecimentos agropecuários, com produtos de lavoura permanente, possuem mais de 50 pés de erva-mate. Interessante pontuar aqui, que a erva-mate, muitas vezes, não representa a principal fonte de renda e ocupação dos produtores destas propriedades, já que seu período de colheita não abrange o ano todo. Além de que, muitas vezes, a erva-mate representa uma espécie de reserva econômica para os produtores, colhidas e comercializadas, principalmente para realizar investimentos ou em períodos de crises de outras produções.

Quadro 2 – Número de estabelecimentos agropecuários com extração vegetal (unidades)

Unidade territorial	Produtos da extração vegetal
Brasil	Total: 467.340 Erva-mate: 12.017 (2.5%)
Paraná	Total: 10.661 Erva-mate: 7.908 (74.1%)
São Mateus do Sul-PR	Total: 1.407 Erva-mate: 1.386 (98.5%)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Recuperado de – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Nota: Dados organizados pelos autores (2024).

Já o quadro 2 trata da extração vegetal das folhas de erva-mate, portanto, neste sentido, o Brasil possuía 467.340 estabelecimentos agropecuários com extração vegetal, no ano de 2017, porém apenas 2.5% desses estabelecimentos possuem extração de erva-mate. Apesar de serem



dados diferentes, este número se assemelha muito ao percentual de estabelecimentos agropecuários com lavoura permanente de erva-mate, a nível de Brasil. Os motivos para a baixa participação são os mesmos apontados na produção agrícola.

O estado do Paraná possui 10.661 estabelecimentos agropecuários com extração vegetal, sendo que 74.1% destes estabelecimentos praticam a extração de erva-mate. Este dado é bem diferente (maior) do que o analisado anteriormente, da agricultura. A representatividade da erva-mate no extrativismo paranaense é muito grande. Novamente aparece a lógica da dimensão econômica, já que no extrativismo os tratos culturais diminuem bastante, e conseqüentemente a ocupação de trabalho na propriedade também. Ocorre ainda de muitas pessoas que moram na área urbana possuírem chácaras ou sítios na área rural, e conservarem os pés de erva-mate como uma forma de reserva econômica e valorização da propriedade.

Para São Mateus do Sul, os dados são bem parecidos com os da agricultura permanente, já que 98.5% dos estabelecimentos agropecuários com extrativismo vegetal no município, possuem pés de erva-mate, representando praticamente a totalidade. A partir disso, fazemos agora uma análise da produção em toneladas, visando perceber qual o impacto da quantidade de estabelecimentos agropecuários com erva-mate na produção total.

Quadro 3 – Quantidade em toneladas: erva-mate (folha verde) produzida a partir das lavouras permanentes 2018-2022

Unidade territorial	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	509.949 t.	522.259 t.	527.546 t.	557.927 t.	618.601 t.
Paraná	182.285 t.	197.352 t.	228.382 t.	238.050 t.	316.615 t.
Cruz Machado-PR	36.800 t.	36.800 t.	44.000 t.	46.000 t.	50.000 t.
São Mateus do Sul-PR	35.000 t.	39.000 t.	50.000 t.	48.000 t.	63.000 t.

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) 2018-2022.
 Recuperado de – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).
 Nota: Dados organizados pelos autores (2024).

A inclusão do município de Cruz Machado nos quadros 3 e 4 explica-se por conta da grande produção de erva-mate neste município, que se assemelha à de São Mateus do Sul,



figurando, os dois, sempre na liderança estadual da produção. O recorte temporal de 2018 até 2022 se justifica pelo fato de 2018 ser o primeiro ano após a realização do Censo Agropecuário e 2022 ser o último dado disponível destas pesquisas.

Todos os recortes territoriais apresentaram um crescimento contínuo na produção da erva-mate em lavouras permanentes. O Paraná, que é o maior produtor de erva-mate do Brasil, segundo o IBGE (2022), foi o principal responsável pelo crescimento da produção brasileira como um todo, percebe-se isso quando notamos dados bem próximos do crescimento da produção estadual paranaense e do crescimento da produção brasileira, em números absolutos. Já em números relativos, o Brasil apresentou um crescimento na produção de erva-mate de 21.3 % em cinco anos; o Paraná teve um crescimento de 73.6%; a produção de Cruz Machado aumentou em 35.8%; e São Mateus do Sul, saltou 80% na produção agrícola da erva-mate, em 5 anos. Dentre os recortes territoriais escolhidos, São Mateus do Sul foi o que apresentou o maior crescimento relativo.

Quadro 4 – Quantidade de erva-mate (em toneladas) extraída entre 2018-2022

Unidade territorial	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	346.941 t.	371.659 t.	426.034 t.	505.504 t.	441.840 t.
Paraná	299.136 t.	323.242 t.	372.315 t.	442.189 t.	379.476 t.
Cruz Machado-PR	55.200 t.	55.400 t.	66.000 t.	69.000 t.	75.000 t.
São Mateus do Sul-PR	35.000 t.	39.000 t.	40.000 t.	52.000 t.	63.000 t.

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal (PEVS) 2018-2022.

Recuperado de – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Nota: Dados organizados pelos autores (2024).

Em relação aos dados do extrativismo, observamos que o Brasil e Paraná apresentaram um crescimento da extração de 2018 até 2021, em 2022 houve uma queda. Já Cruz Machado e São Mateus do Sul, apresentaram um crescimento ininterrupto dentro do intervalo de tempo analisado.



Nesses 5 anos, o Brasil cresceu 27.3% na extração; o Paraná apresentou um crescimento de 26.8%; Cruz Machado aumentou em 35.8%; e São Mateus do Sul, 80%.

Tais fatores podem ser explicados por dois fatores: área colhida, São Mateus possui maior área colhida que Cruz Machado (IBGE, 2022); e a variação do preço médio pago ao produtor, pela folha verde da erva-mate (no barranco¹⁵). Segundo relatório da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB-PR), na regional de União da Vitória, o preço médio da erva-mate no barranco variou da seguinte maneira: set. 2018 (R\$ 19.00 a arroba), set. 2019 (R\$ 17.00 a arroba), set. 2020 (R\$ 20.00 a arroba), set. 2021 (R\$ 19.50 a arroba) e em 2022 (R\$ 23.00). Entre variações positivas e negativas, comparando o primeiro e último ano se pode notar um aumento de 21% no preço médio pago ao produtor. O aumento do preço estimula o plantio, adensamento e conseqüentemente a colheita e extrativismo.

Apesar do preço da erva-mate “no barranco” ainda ter o abatimento dos custos de poda, para o produtor, ele é considerado um indicativo importante para tomarmos como referência na compreensão do aumento ou diminuição da produção da folha dentro das unidades territoriais. A conflitualidade territorial entre o preço pago ao produtor, a indústria e aquele que o consumidor paga no comércio, é um dos elementos que também configuram o território dos ervateiros.

Na produção total em 2022, somando a extração e a produção agrícola, Cruz Machado produziu 125 mil toneladas de folhas de erva-mate, já São Mateus do Sul 126 mil toneladas. Tais dados mostram que a quantidade produzida nos dois municípios é muito parecida, o que implica diretamente nas dinâmicas territoriais de ambos. Como já citado, tais dados demonstram muito mais a dimensão econômica do território, porém compreendemos que o consumo, que é um dos principais fatores responsáveis pela expansão ou recuo da produção, é territorializado a partir de outras dimensões, além da econômica.

Portanto, segundo o IBGE (2022), São Mateus do Sul é o maior produtor de erva-mate do Paraná.

¹⁵ Existem três tipos de precificações para a venda de folha de erva-mate para a indústria: a) No pé: quando a indústria se responsabiliza pela poda e transporte das folhas, o que evidentemente gera um preço menor pago ao produtor; b) No barranco: quando a indústria se responsabiliza pelo transporte e o produtor pela poda das folhas, gerando um preço intermediário; c) na indústria: quando o produtor se responsabiliza pelos custos de poda e transporte, porém recebe o valor “cheio”.



A origem do território dos ervateiros pela perspectiva da caá-i

Caá-i é um termo tupi, que significa água de erva saborosa, uma referência ao chimarrão. Considerar o território dos ervateiros não significa exclusivamente a cadeia produtiva, mas sim todos os sujeitos que estão/estavam envolvidos nesta dinâmica territorial. Não existe possibilidade de compreender o território partindo apenas do presente ou aparência, portanto ocorrerá uma análise temporal e territorial, buscando uma compreensão multidimensional e temporal de tais fenômenos.

Saquet (2015) coloca que é necessário entender o tempo e o território para compreender as temporalidades e territorialidades. Para este autor, tanto as territorialidades quanto as temporalidades são históricas, coexistentes e relacionais. A divisão dos dois elementos é uma prática didática para facilitar a compreensão, porém o autor reconhece que ambos ocorrem ao mesmo tempo e são multidimensionais.

Desse modo, o estudo dos territórios é compreendido a partir do processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e a análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças-permanências ocorridas) em unidade com o tempo coexistente, relação presente em nossa vida diária condicionando-a e por ela sendo influenciada no movimento de apropriação e produção dos territórios. (Saquet, 2015, p. 84).

De acordo com as afirmações anteriores, é possível compreender que não são apenas os processos atuais que formam e modificam o território, mas sim uma conjuntura de sujeitos, processos, objetos e relações. Saquet (2015) entende a territorialidade em quatro níveis correlatos: - como apropriações do espaço geográfico, que ocorrem simbólica ou concretamente; práticas espaço-temporais – efetivadas na relação natureza-sociedade; - como relações sociais; - como comportamentos, objetivos etc. Considerando que para a formação do território há de existir uma intencionalidade, mesmo que simbólica, tais elementos formam uma teia de relações que ocorrem concomitantemente.

As temporalidades [...], significam ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e da sociedade. (Saquet, 2015, p. 110).



Perceptivelmente, os ritmos, temporalidades e apropriações dos povos originários¹⁶ eram totalmente diferentes da sociedade atual, por isso se faz necessária uma abordagem que leve em consideração tais movimentos. O território pode ser abordado por diversas nuances, mas todas elas devem considerar a influência das técnicas, épocas, sujeitos e apropriações.

Claro que quando se trata de povos originários da América, existe um universo vasto de grupos, hábitos e características. Para tanto, de acordo com a presente pesquisa, há uma aproximação do recorte temporal analisado, ou seja: o estado do Paraná, e mais profundamente, São Mateus do Sul.

Segundo Wachowicz (1988) é infrutífero classificar os ameríndios com base nas fronteiras atuais, já que os povos originários não levavam em consideração tal divisão, sendo criada durante o período da colonização, pelos europeus. Portanto, de acordo com este autor, considerar a divisão por grandes áreas culturais torna-se mais assertivo, já que tal classificação é baseada em fatores ecológicos e geográficos.

Deste modo, segundo Wachowicz (1988), são encontrados quatro grandes grupos na América do Sul: Andinos – habitavam/am a região da Cordilheira dos Andes e já apresentavam arquitetura e metalurgia bem apuradas, ex.: Incas; Circum Caribe – localizados ao norte da América do Sul, principalmente no mar das Antilhas, ex.: Caribes; Floresta Tropical – já praticavam a navegação fluvial, agricultura, construíam cerâmicas e redes, ex.: Tupi-Guarani; Marginal – desconheciam o uso da rede, viviam da coleta, pesca e caça, em alguns casos praticavam agricultura rudimentar e produziam algumas cerâmicas, ex.: Jês.

Assim sendo, de acordo com Wachowicz (1988), o estado do Paraná era habitado principalmente por povos das áreas culturais floresta tropical (Tupi-Guarani) e marginal (Jê).

Chmyz et al. (2006) realizaram um estudo arqueológico da área da mina da Petrobras, na comunidade de Dois Irmãos, em São Mateus do Sul-PR, onde apontaram que três grupos principais habitaram o território mencionado:

¹⁶ Para Nimmo e Nogueira (2018), há uma grande lacuna na historiografia acerca da relevância e consumo da erva-mate no início da colonização da América do Sul, já que a maioria das pesquisas foca nos séculos XIX e XX, principalmente nos aspectos econômicos, técnicos e industriais que a planta movimentou e movimenta. Dessa maneira, dificulta a compreensão de um território multidimensional, e sobretudo, partindo das diferentes temporalidades.



No espaço estudado e áreas adjacentes informações etnohistóricas, assim como abordagens arqueológicas executadas, registraram a presença de grupos indígenas relacionados ao tronco linguístico Macro-Jê, representados pelos Kaingáng e Xoklég, e os Tupi-Guarani, referentes ao Tronco Tupi. (Chmyz et al. 2006, p. 5).

Tal levantamento, é, até o presente momento, o estudo mais completo acerca do tema dentro deste recorte. Há uma dificuldade de referências específicas sobre o modo de vida de grupos indígenas regionais, o que se consegue encontrar são relatos gerais e descritivos amplamente sobre os povos originários, por isso tal levantamento arqueológico ganha mais importância ainda. Não há menções de relações e usos da erva-mate destes três grupos nos estudos de Chmyz et al. (2006), porém se torna um pontapé inicial para melhor compreensão dos povos originários que habitavam este território.

O Kaingáng (também conhecidos como Coroados), segundo Chmyz et al. (2006), eram povos seminômades, que baseavam sua sobrevivência na pesca, caça e coleta, além de praticarem uma agricultura preambular. Ocupavam um território vasto, que ia da atual localização do estado de São Paulo, até Misiones, na Argentina. Especificamente no estado do Paraná, se estendiam pelos três planaltos, principalmente nos vales dos grandes rios, dentre eles o Iguazu, que banha o atual território de São Mateus do Sul.

Chmyz et al. (2006) destacam que habitavam terrenos frios e altos, onde se encontravam matas mistas com araucárias e campos, a partir daí, coletavam pinhão, frutos e mel.

Já os Xoklég, também conhecidos como bugres, botocudos etc., apesar de pertencerem ao mesmo tronco linguístico dos Kaingáng, segundo Chmyz et al. (2006), mostram diferenças culturais em relação às organizações e rituais. Eram nômades e há uma série de relatos de ataques que esse grupo cometia às propriedades dos colonos e grupos tropeiros, durante suas passagens entre União da Vitória e São Mateus do Sul.

Eram grupos nômades e viviam do extrativismo e caça, apesar de também praticarem uma agricultura de autossustento (Chmyz et al. 2006). Tal fato, fez com que esse povo tivesse uma movimentação considerável pelo território, o que fez com que fossem encontrados em locais distantes da sua origem.



O extrativismo principal era de frutos e pinhão, sendo que a época de maior fartura era a da maturação da semente do pinheiro araucária. Eram guerreiros destemidos e corajosos, tendo habilidades para construções que priorizassem sua defesa contra ataques dos homens brancos.

Os Tupi-Guarani representavam o terceiro povo que habitava o território de São Mateus. Se estendendo desde o “[...] o antigo território do Guayrá, além do espaço situado entre os rios Tietê e Iguaçu e a região entre o rio Uruguai e a Lagoa dos Patos. Estavam, também, entre os rios Uruguai e Paraná, até o rio Miranda ao norte e, nas ilhas do rio Paraná até o rio Tigre, ao sul.” (Chmyz et al. 2006, p. 18).

Eram seminômades e praticavam a coleta e a caça. Chmyz et al. (2006) apontam que eram adeptos também da horticultura. Suas roças eram preparadas a partir do sistema de coivara, cultivavam principalmente o fumo, mandioca e milho.

Para Wachowicz (1988), a alimentação deste grupo era complementada com os frutos de coleta: raízes, larvas, jerivá, mel e erva-mate. Com destaque para este último, já que segundo o mesmo autor, foi o povo Tupi-Guarani que ensinou o europeu a utilização esta planta.

Berkai e Braga (2000, p. 13) pontuam que:

Os índios, não cultivavam a erva-mate, que tal como, eles próprios, nascia e crescia de forma silvestre e nativa, espontaneamente em nossa terra, propagada pelos pássaros, que alimentando-se da semente da erva-mate, encarregavam-se de seu plantio. E, como erva-mate encontrou em nosso solo as condições ideais, para seu pleno desenvolvimento até a idade do corte ou poda, que naquela época, não se dava em mais lapsos de tempo inferiores à trinta anos (uma taquara seca na contagem indígena).

A perspectiva extrativista da erva-mate foi a primeira maneira de exploração, que na comparação dos autores, tinham semelhanças entre a vida indígena e da planta de erva-mate. Outro elemento territorial interessante é a noção das temporalidades, como não possuía um apelo exclusivamente econômico, os indígenas esperavam um tempo maior para fazer a poda. Os ritmos e intervalos de tempo se constituem de maneiras diferentes no território, de acordo com os sujeitos que fazem parte, das técnicas empregadas e dos objetivos almejados.



Nesse mesmo sentido, Lessa (2013) relata que os espanhóis ao entrarem em contato com os indígenas Guaranis, que povoavam a província do Guayrá¹⁷ no século XVI, além de surpresos com a hospitalidade e vitalidade destes, também ficaram curiosos com um hábito que era diferente de outros povos indígenas: O consumo generalizado de uma bebida, feita com certas folhas verdes e moídas, servida em um porongo pequeno, e ingerida através de um canudo de taquara, cuja base apresentava um trançado artesanal das fibras, o que impedia que os pedaços da planta fossem ingeridos juntamente com o líquido.

Ainda, Lessa (2013, p. 13-14) coloca que:

Indagados sobre a origem daquela bebida, responderam os índios, que o uso da “caá-i” havia sido originalmente exclusivo dos pajés, em suas práticas de magia; mas que, por ocasião de prolongada luta que os guairenhos tiveram de manter com uma tribo inimiga, os pajés decidiram estender aos guerreiros o benefício da bebida, transmitindo-lhes tal entusiasmo e vigor que dentro em breve a vitória era alcançada. Sobrevinda a paz, o uso da bebida continuou, pois todos logo se acostumavam a ela e careciam de seus efeitos estimulantes, fortalecedores do corpo e do espírito. Acresce notar que os índios não despendiam mínimo esforço para consegui-la, pois bastava tostar as folhas da “caá”, árvore que se encontrava aos milhares pelas selvas do Guairá. E havia um fato interessante: aquele alimento era inesgotável, já que as árvores da “caá”, por mais que fossem cortadas, sempre renasceriam e dentro de três anos estariam novamente aptas para uma colheita abundante.

Dentro da análise territorial, existem inúmeras formas de apropriações, claro que a apropriação da erva-mate variou e varia de grupo social para grupo social. Novamente, se pode perceber a questão das multidimensionalidades proposta por Saquet (2015), enquanto para os indígenas guaranis, a erva-mate era apropriada de uma maneira simbólica/cultural, para outros grupos, como os colonizadores espanhóis, ela teve um significado muito mais econômico.

Berkai e Braga (2000) ainda nos mostram que além de ingerir a erva-mate, os indígenas também a utilizavam como forma de compressa:

Os índios conheciam e usavam a erva-mate há centenas de anos, desde os primórdios de sua civilização, sendo inicialmente usada por pajés e caciques, que além de sorverem suas propriedades através do mate faziam uso das suas folhas esmagadas, para aplicação local, em feridas ou lesões, na forma de compressas,

¹⁷ Para saber mais sobre a província do Guayrá, consultar: PARELLADA, Cláudia Inês. **A herança de um tesouro: arqueologia da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espíritu Santo (1589-1632)**, Fênix, Paraná. Curitiba: SAMP, 2014. 321 p. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/ebook_a_heranca_de_um_tesouro.pdf>



para obterem uma rápida e perfeita cicatrização. A erva-mate, era conhecida como uma erva milagrosa, com poderes sobrenaturais, daí seu uso ser exclusivo de pajés e caciques (Berkai; Braga, 2000, p. 14, grifos nossos).

Novamente aparece o uso simbólico/cultural da erva-mate por parte dos indígenas, alcançando praticamente um valor sobrenatural, como os próprios autores colocam na passagem anterior, com os pontos de destaque grifados por nós. Berkai e Braga (2000) também concordam com Lessa (2013), quando colocam que inicialmente a erva-mate era de uso exclusivo dos pajés, com os primeiros autores citando também os caciques. Com propriedades curativas e revitalizantes, a erva-mate se torna um símbolo para os indígenas locais, tanto que posteriormente, o uso foi liberado para todos os membros das tribos:

Com o passar do tempo, dado a necessidade de estimularem seus guerreiros, tanto para à caça, quanto para à guerra, algumas tribos passaram a liberar o uso da erva-mate, de maneira generalizada, para toda a tribo, o que tornou seus membros diferenciados das demais tribos, eis que, passaram à ser mais alegres, ágeis e muito mais fortes, estimulados e nutridos pelas propriedades nutricionais e terapêuticas da erva-mate. Em desvantagem, as demais tribos, passaram gradativamente liberar o uso da erva-mate à todos os seus integrantes, que se tornavam mais alegres e dispostos com o uso da “caá” (erva-mate em Guarani) (Berkai; Braga, 2000, p. 14).

Como podemos perceber até aqui, na apropriação territorial da erva-mate pelos indígenas, não tinha predominância do sentido econômico, este só iria predominar de fato a partir da chegada dos colonizadores europeus. Outro elemento que deve ser destacado é o fato de os indígenas não hesitarem em apresentar e ensinar os colonizadores a consumirem erva-mate. Neste sentido, houve uma mudança no sentido principal da apropriação territorial.

As conflitualidades territoriais seguem sendo premissas importantes para a compreensão de suas configurações. De acordo com isso, Lessa (2013) relata que com a expansão da influência da Coroa Portuguesa, a partir das Entradas e Bandeiras, os bandeirantes tiveram contato com a erva-mate e sua utilidade pelos indígenas, onde hoje é território paranaense. Houve a mesma curiosidade e interesse que ocorreram com os espanhóis, inclusive levando a novidade em sua carga de retorno. Com o alargamento do território português para o oeste do Brasil, os expedicionários tiveram contato com o território do atual Mato Grosso, onde tiveram contato com mais erva-mate, a qual os indígenas locais chamavam de “congôin”, (o que alimenta, na língua



Tupi). E foi com a alcunha de “congonha” que, inicialmente, o mate se popularizou entre os brasileiros (Lessa, 2013).

Outro fato que comprova a importância simbólica da erva-mate para os indígenas, sobretudo os Guaranis, é a existência e relato de uma lenda acerca da erva-mate que é popular entre eles:

Os guaranis acreditavam ser a “caá” um presente dos deuses e, que daí advinham seus princípios milagrosos, segundo uma lenda indígena, pré-colombiana, a origem da erva-mate ou “caá” é obra e graça de Tupã (Deus supremo, representado pelo Sol), que como doação, entregou esta, aos pajés (feiticeiros da tribo), para que transmitissem seus poderes milagrosos, à seus filhos membros da grande império guarani. Eis, que fora, igualmente, Tupã, que ordenou a Caá-Yari, a Deus dos ervais e dos ervateiros, que fosse revelado aos pajés as propriedades milagrosas da caá, para que, os guaranis pudessem se beneficiar, tanto na guerra, como na caça e em suas atividades do cotidiano (Berkai; Braga, 2000, p. 14).

Tal lenda se popularizou como símbolo da erva-mate para os indígenas e pode ser vista como um exemplo da apropriação cultural do território dos ervateiros a partir deste elemento. Esta simbologia traz novamente o valor de uso que as primeiras nações da América do Sul aplicavam não só à erva-mate, mas a uma série de outras plantas, demonstrando sua gratidão à natureza e que essa era mais do que suficiente para seu sustento e sobrevivência.

Linhares (1969) é categórico ao afirmar que a “América nasceu bebendo mate”, e que apesar da erva-mate nascer naturalmente em alguns territórios deste continente, encontraram vestígios em áreas que não possuíam ervais nativos. Para este autor, existia um ativo comércio de erva-mate entre os povos indígenas, sendo que o transporte era realizado por milhares de quilômetros, através de caminhos difíceis e tortuosos, e que chegavam até a atravessar os Andes para chegar ao Peru, Bolívia e Chile. Ainda nessa mesma ideia, Linhares (1969) coloca que em Lima, no Peru, quando os colonizadores chegaram, já era bastante conhecido o consumo da “erva do Paraguai”, citado até como vício elegante, já que até as damas e mulheres da Côte ali instaurada, consumiam a bebida.

Esse é o primeiro relato encontrado que traz uma apropriação territorial com viés econômico por parte dos indígenas locais, o fato de comercializarem a erva-mate e outros elementos com indígenas andinos, mostra que esse recurso também era uma oportunidade de troca



para os indígenas locais. Entendendo como era feito o comércio naquela época, com a não existência do dinheiro, o sentido mesmo que econômico, tinha muito mais valor de uso do que hoje. Também cabe destacar que o fato de ter um sentido econômico, não anula ou se torna mais importante que o sentido da apropriação cultural, já que o significado da erva-mate e da floresta de araucária de maneira geral, sempre foi de vital importância para os povos indígenas locais.

Pela visão europeia, sobretudo espanhola, a erva-mate tinha se tornado um vício descontrolado entre os indígenas, e houve inúmeras tentativas de proibição do seu consumo, em uma tentativa de combate que foi feita com o álcool, algum tempo depois (Linhares, 1969). Existem relatos em Berkai e Braga (2000), inclusive, de que alguns jesuítas chamaram a erva-mate de erva do diabo. Aqui se pode perceber uma conflitualidade territorial exponencial, a tentativa de proibição pode ser explicada primeiro pela disputa do poder, os espanhóis acreditavam que os indígenas não seriam controlados facilmente se ingerissem a erva-mate regularmente. Segundo, era algo que fugia do controle espanhol, uma planta nativa da América que era consumida por nativos locais, para apropriação territorial exploratória que os espanhóis e portugueses impuseram, isso era uma dificuldade.

A perspectiva europeia sobre a erva-mate trouxe novas nuances e desdobramentos ao território dos ervateiros, principalmente no que diz respeito ao valor de troca, já que em sua maioria, a erva-mate foi vista como uma mercadoria pelos imigrantes.

Apesar de não ser mais a maioria, o valor de uso da erva-mate ainda pode ser percebido em alguns produtores que beneficiam sua própria erva-mate de maneira tradicional/artesanal. Considerando que vale muito mais consumir a erva-mate com a garantia da procedência e manter a prática, do que focar exclusivamente no lucro que a venda das folhas pode trazer.

Considerações finais

Existem algumas lacunas e dificuldades para relacionar o uso da erva-mate pelos indígenas que habitavam o território de São Mateus do Sul. Apesar dos relatos da existência de Guaranis nesse território e da existência nativa da erva-mate, são raras as pesquisas que traçam essa



relação diretamente. Muito provavelmente, os Kaingáng¹⁸ também faziam uso da erva-mate, já que habitavam este território onde a planta é nativa. Porém, os relatos se referem muito mais aos guaranis.

O segundo problema, como já abordado aqui, é o fato de que não há possibilidades de compreender o modo de vida das populações nativas locais e suas relações com a erva-mate a partir da divisão política e territorial oficial que se estabelece hoje, pois as fronteiras indígenas eram diferentes daquelas construídas politicamente a partir da colonização.

Também não se pode cair numa romantização do uso da erva-mate pelos indígenas locais, a partir da constatação que eles foram os pioneiros no uso desta planta. Por um lado, existe um saudosismo pelos relatos que trazem este tema, até por se tratar inicialmente, de uma planta utilizada para rituais dos mais variados perfis, até a existência das lendas contadas até hoje. Por outro, existem formas de apropriações que podem diminuir a importância indígena para o uso da erva-mate, como os discursos que levam o chimarrão como algo pertencente exclusivamente à cultura do Rio Grande do Sul. Ao analisar relatos históricos e a área de abrangência da planta nativa erva-mate, se pode entender como o Paraná e seus diferentes sujeitos ganham destaque.

Como terceiro ponto, destacamos o massacre e escravização indígena que houve com o processo colonizador. Apesar de estarem em busca de ouro e prata principalmente, a erva-mate se tornou uma riqueza significativa aos olhos dos colonizadores, o que causou enormes prejuízos aos povos nativos e à vegetação. Como ocorre em toda a história oficial brasileira, há uma intencionalidade de apagamento territorial dos povos originários a partir da perspectiva da história “oficial”.

Por último, no que diz respeito aos indígenas que habitavam o território onde hoje é São Mateus do Sul e sua relação com a erva-mate, há uma evidente necessidade de pesquisas a partir das evidências locais.¹⁹

¹⁸ Ver em: LUZ, Moisés da. **Carijos e barbaquás no Rio Grande do Sul: resistência camponesa e conservação ambiental no âmbito da fabricação artesanal da erva-mate.** Porto Alegre: 2011.

¹⁹ Não é o objetivo principal da presente pesquisa, uma vez que a partir dela os sujeitos, ações e objetos do território são analisados como parte da conjuntura territorial. Porém, essa é uma das maiores lacunas que merecem maior atenção.



Referências:

BERKAI, Dorival; BRAGA, Clóvis Airton. **500 anos de história da erva-mate**. Canoas-RS: Cone Sul, 2000.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Censo Agropecuário de 2017 – resgatado em Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em 13 de jan. de 2024.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Produção Agrícola Municipal – PAM – resgatado em Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em 15 de jan. de 2024.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS – resgatado em Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas/brasil/2022>>. Acesso em 15 de jan. de 2024.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane Maria.; VOLCOV, Jonas Elias; BORA, Eloi; CECCON, Roseli S. A arqueologia da Mina Dois Irmãos, em São Mateus do Sul-Paraná. **Arqueologia**, UFPR, v. 6, p. 1-147.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **A história do chimarrão**. 4 ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1969.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção muntidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6ª edição. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1988.



A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DO CONTESTADO (PR/SC): UMA ANÁLISE POR MEIO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

FOOD INSECURITY IN THE CONTESTADO REGION (PR/SC): AN ANALYSIS BASED ON CADASTRO ÚNICO AND THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN LA REGIÓN DEL CONTESTADO (PR/SC): UN ANÁLISIS A PARTIR DEL CADASTRO ÚNICO Y DEL PROGRAMA BOLSA FAMILIA

Vanessa Maria Ludka²⁰

Gustavo Henrique dos Santos²¹

Ana Julia Oliveira de Mello²²

Sérgio Augusto Pereira²³

Camila de Souza Pereira²⁴

Leandra Eduarda Fabri Rezende²⁵

Resumo

A insegurança alimentar ocorre pela falta de acesso regular e suficiente a alimentos de qualidade, necessários para uma vida saudável e ativa. Isso acontece quando pessoas ou famílias não conseguem garantir uma alimentação adequada, seja por questões econômicas, sociais ou ambientais. A insegurança alimentar pode variar de preocupações com a falta de alimentos no futuro até situações mais graves, como fome e desnutrição. O presente artigo tem como objetivo analisar a insegurança alimentar na Região do Contestado (PR/SC) nos anos de 2004, 2014 e 2024 por meio de dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Metodologicamente esta pesquisa é de cunho quali-quantitativa, foi elaborada por meio de pesquisas bibliográficas e levantamentos de dados secundários. Na Região do Contestado (PR/SC) no ano de 2024 cerca de

²⁰ Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEN da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Doutora em Geografia pela UFPR. Líder do Grupo de Pesquisa GEOFOME. vanessaludka@uenp.edu.br

²¹ Graduando em Licenciatura em Geografia da UENP. Bolsista de Iniciação Científica – Fundação Araucária. Membro do Grupo de Pesquisa GEOFOME. E-mail gustavohenrique.braga34@gmail.com

²² Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa GEOFOME. E-mail: anajuliaoliveiramello@gmail.com

²³ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Professor Substituto na Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP - no curso de licenciatura em Geografia. Membro do Grupo de Estudos GEOFOME. E-mail: sergio.pereira@uenp.edu.br

²⁴ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - campus Presidente Prudente. Pesquisadora do grupo de pesquisa GEOFOME e GEDRA. camila.s.pereira@unesp.br

²⁵ Professora da Educação Básica. Mestranda em Ensino pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPGEN/UENP). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa GEOFOME. lefabrizende@gmail.com



No terceiro momento apresentou-se os dados do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único onde pode-se perceber a presença da insegura alimentar na região em estudo.

A região em estudo possuía no ano de 2024 uma população estimada de 690.439 habitantes, sendo que 38,40% da população estava inserida no Cadastro Único, ou seja, tem uma renda de meio salário mínimo (R\$ 706,00) e apenas 13,59% da população em situação de insegurança alimentar recebem auxílio do Programa Bolsa Família.

METODOLOGIA

Metodologicamente esta pesquisa é de cunho quali-quantitativa, e foi elaborada a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica pautados em autores que discutem sobre o conceito de insegurança alimentar e fome. Foram realizados levantamentos de dados secundários, e informações em órgãos governamentais, coletados nos sites do IBGE (2024), Datasus (2024) e MDS (2024b).

Para alcançar a porcentagem de pessoas primeiramente foi calculado a média de famílias atendidas pelo PBF e cadastradas no CadÚnico em cada ano de estudo (2004, 2014 e 2024), somando todos os meses e dividindo por doze, na sequência utilizou-se duas fórmulas elaboradas por Ludka, Pereira e Mello (2022). A primeira equação foi utilizada para calcular a porcentagem de pessoas atendidas pelo PBF.

$$\% \text{ Pessoas atendidas pelo PBF} = \frac{NF \times NPF}{PE} \times 100. \text{ (Equação 1)}$$

Em que, PBF – é Programa Bolsa Família; NPF – segundo o Observatório Nacional da Família (2021) é o número de pessoas que compõem as famílias brasileiras 3,3 (2004 e 2014), e 2,79 (2024); NF – é o número de famílias inscritas; PE – é a população estimada

Para calcular a porcentagem de pessoas cadastradas no CadÚnico utilizou-se a seguinte equação:

$$\% \text{ Pessoas cadastradas no CadÚnico} = \frac{NF \times NPF}{PE} \times 100. \text{ (Equação 2)}$$

Em que, CadÚnico – é Cadastro Único; NPF – segundo o Observatório Nacional da Família (2021) é o número de pessoas que compõem as famílias brasileiras 3,3 (2014), e 2,79 (2024); NF – é o número de famílias inscritas; PE – é a população estimada.



DA INSEGURANÇA ALIMENTAR A FOME.

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular e, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, porém, dentre todos os direitos humanos, é seguramente o mais constante e maciçamente violado (Leão, 2013).

A insegurança alimentar ocorre quando a população não possui acesso contínuo e frequente aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a sua sobrevivência. Desse modo, quando o acesso aos alimentos adequados é incerto ou irregular, descaracteriza a presença da segurança alimentar e surge a Insegurança Alimentar e Nutricional (FAO, 2021).

A Segurança alimentar ocorre quando a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Salles-Costa et. al, 2022 p.69).

A insegurança alimentar leve ocorre quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, portanto, a qualidade da dieta dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos está presente e existe o risco para a sustentabilidade da família (Salles-Costa et. al, 2022 p .69).

Insegurança alimentar moderada é quando aparecem reduções quantitativas de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos (Salles-Costa et. al, 2022 p. 69).

Insegurança alimentar grave é quando há redução quantitativa de alimentos, tanto para a alimentação de adultos como para a de crianças que residem no domicílio. Nesta situação a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (Salles-Costa et. al, 2022 p. 69).

A FAO considera a fome sinônimo de subalimentação crônica, ou seja, quando uma pessoa não é capaz de adquirir alimento suficiente para suprir as necessidades calóricas mínimas para um dia, ao longo do ano, ela estaria em situação de fome.

No Quadro 01 destacou-se os cinco tipos diferentes de causas básicas da fome que podem ser identificadas, são elas:



Quadro 01 – Cinco tipos diferentes de causas básicas da fome

Nº	Tipo	Descrição
1	Causas históricas	Imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, escravidão, divisão de trabalho, leis de herança, religião, guerras, tecnologia, etc. Toda sociedade tem uma história. A história pode ser entendida como a interação entre a economia e política, ideologia, etc. Estas causas podem ser entendidas pela análise da sociedade em componentes dos tipos 2 a 5, citados neste quadro.
2	Causas tecnológicas e ecológicas	recursos naturais, clima, fertilidade do solo, know-how tecnológico. Estas são relacionadas às condições materiais e técnicas de produção (recursos potenciais).
3	Causas econômicas	relações de propriedade, posse ou acesso a meios de produção, divisão de trabalho, estrutura de poder, imperialismo e neocolonialismo, exploração, etc. Estas são relacionadas às condições sociais de produção (estrutura econômica da sociedade).
4	Causas culturais e ideológicas	ideologia, religião, opiniões, concepções morais, crenças e hábitos, leis tradicionais, etc. Estas estão relacionadas à superestrutura da sociedade.
5	Causas políticas	estrutura de poder, militar e política, a lei e as cortes, direitos democráticos, política fiscal, política de emprego, organização, etc. Estas estão principalmente relacionadas à estrutura e função do Estado.

Fonte: Jonsson (2021 p. 82-83)

Na região em estudos a fome está presente nos cinco níveis, inicia-se com as causas históricas com o conflagrar da guerra em 1912, perpassa pelas causas tecnológicas e ecológicas com a derrubada da floresta de araucárias, pelas causas econômicas com a entrada da Empresa *Lumber* e as políticas de Estado, causas culturais e ideológicas e causas políticas.

A REGIÃO DO CONTESTADO (PR/SC).

Ao longo dos anos, a Guerra do Contestado tem sido analisada a partir de diversas perspectivas, como as dos historiadores, geógrafos, políticos, sociólogos, folcloristas e artistas,



cada qual com sua abordagem, referências conceituais, métodos e contribuições específicas. A análise geográfica da Guerra do Contestado só se torna possível ao compreendê-la como um "fenômeno histórico vivo e multifacetado, e não como uma fórmula abstrata e morta" (Machado, 2004, p.36). Isso implica refletir sobre o conflito levando em conta suas motivações, o modo como se desenrolou e, de maneira mais ousada, reconhecer que suas consequências ainda são sentidas nos dias de hoje – especialmente neste período em que se comemoram os cem anos do conflito, que ocorreu entre 1912 e 1916.

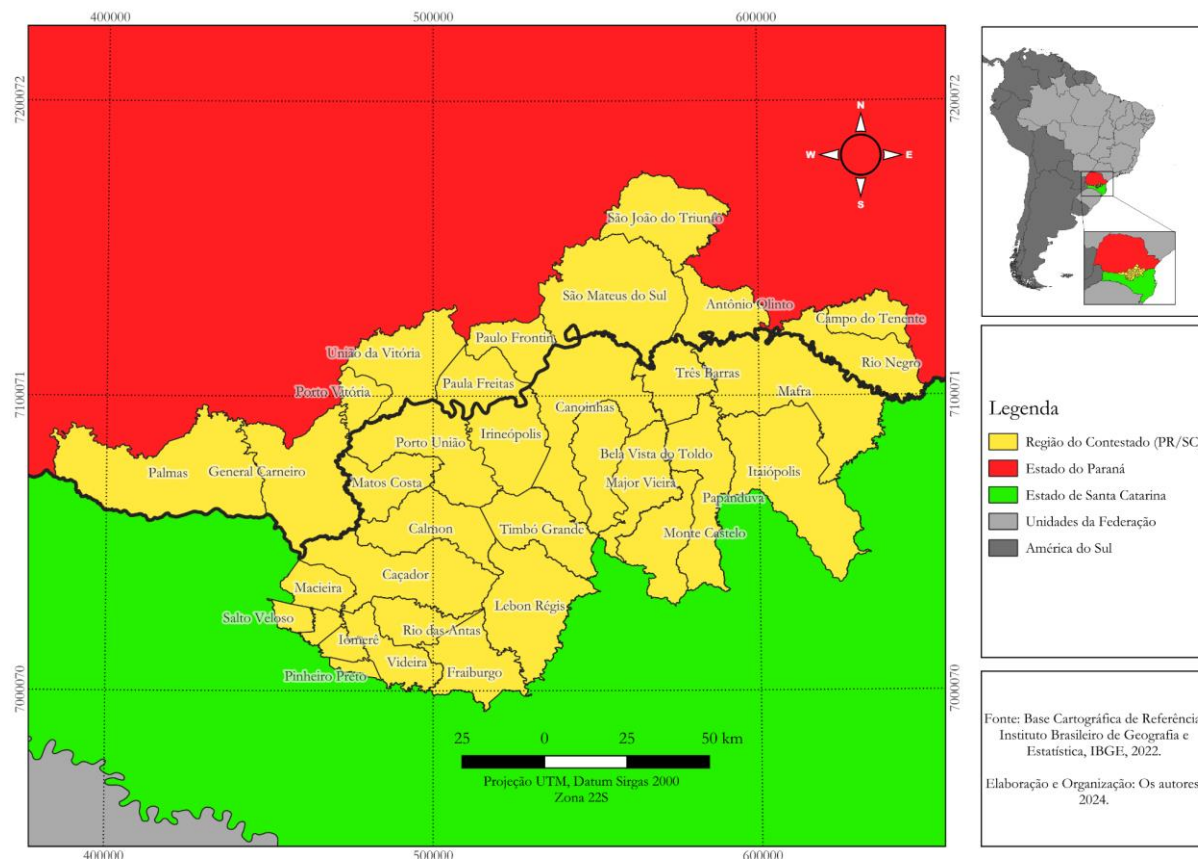
Entre 1912 e 1916, em Santa Catarina, em uma área disputada com o Paraná, ocorreram alguns dos episódios mais sangrentos de suas histórias. Foi quando a população do Planalto se armou e deu início ao que ficou conhecido como a Guerra do Contestado. O conflito teve diversas causas, envolvendo simultaneamente um movimento messiânico de grande escala, a disputa pela posse de terras, a competição econômica pela exploração de recursos naturais e uma questão de limites entre estados (Fraga, 2010, p. 139).

A Guerra do Contestado foi determinante para a configuração territorial atual de Santa Catarina e Paraná, além de ter delimitado as regiões conhecidas como Contestado Catarinense e Sul Paranaense. Segundo Eduardo Galeano (1986), foi uma das maiores guerras civis do continente americano, marcada principalmente pelo genocídio de milhares de camponeses pobres. Esse episódio histórico é complexo, alimentado por uma teia de fatores interligados, que envolvem questões sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas (Fraga, 2009, p. 17).

A região do Contestado (PR/SC) delimitada para este estudo é composta por 34 municípios sendo 11 que pertencem ao Paraná e 23 que pertencem a Santa Catarina (Figura 01).



Figura 01 - Cartograma de localização da Região do Contestado (PR/SC).



Fonte: IBGE, 2022.

Compõem a região os seguintes municípios: Antônio Olinto – PR, Arroio Trinta – SC, Bela Vista do Toldo – SC, Caçador - SC, Calmon – SC, Campo do Tenente – PR, Canoinhas – SC, Fraiburgo – SC, General Carneiro – PR, Iomerê – SC, Irineópolis – SC, Itaiópolis – SC, Lebon Regis – SC, Macieira - SC, Mafra – SC, Major Vieira – SC, Matos Costa – SC, Monte Castelo – SC, Palmas – PR, Papanduva – SC, Paula Freitas – PR, Paulo Frontin – PR, Pinheiro Preto – SC, Porto União – SC, Porto Vitória - PR, Rio das Antas – SC, Rio Negro – PR, Salto Veloso – SC, São João do Triunfo – PR, São Mateus do Sul – PR, Timbó Grande – SC, Três Barras – SC, União da Vitória – PR e Videira – SC.



INSEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DO CONTESTADO (PR/SC): UMA ANÁLISE PELO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

O Cadastro Único para Programas Sociais, conhecido como CadÚnico, é uma base de dados que reúne informações socioeconômicas das famílias em situação de vulnerabilidade, permitindo o registro e atualização de cadastros. As famílias devem se inscrever no CadÚnico e fornecer informações sobre sua renda, composição familiar, escolaridade, moradia, entre outros dados relevantes, com base nessas informações, os órgãos responsáveis podem avaliar a elegibilidade das famílias para diversos programas sociais (Farias, 2019).

Qualquer família de baixa renda pode se cadastrar no Cadastro Único, devem estar cadastradas as famílias de baixa renda: Que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. Além de garantir renda para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família busca promover a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como esporte, ciência e trabalho (MDS, 2004b).

Para ter direito ao Bolsa Família, a principal regra é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês. Por exemplo, se apenas um integrante da família tem renda e recebe um salário mínimo (R\$ 1.412), e nessa família há sete pessoas, a renda de cada um é de R\$ 201,71. Como está abaixo do limite de R\$ 218 por pessoa, essa família tem o direito de receber o benefício (MDS, 2024b).

Na tabela 01 destacou-se o número de famílias que estavam cadastradas no CadÚnico nos anos de 2014 e 2024 (não há dados disponíveis para o ano de 2004 do CadÚnico) e o número de famílias que foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos anos de 2004, 2014 e 2024 na Região do Contestado (PR/SC).



Tabela 1 – Número de famílias cadastradas no Cadastro Único e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos anos de 2004, 2014 e 2024 na Região do Contestado (PR/SC).

Município	População (2004)	Nº Famílias PBF (2004)	População (2014)	Nº Famílias PBF (2014)	Nº Famílias CadÚnico (2014)	População estimada (2024)	Nº Famílias PBF (2024)	Nº Famílias CadÚnico (2024)
Antônio Olinto - PR	7.273	357	7.343	479	1465	7.071	951	1703
Arroio Trinta - SC	3.552	32	3.504	55	313	3.628	37	252
Bela Vista do Toldo - SC	5.721	162	6.047	562	915	5.950	275	945
Caçador - SC	67.744	1186	74.871	1628	5878	75.998	2994	11327
Calmon - SC	3.506	77	3.401	354	962	3.513	396	1161
Campo do Tenente - PR	6.781	143	7.245	647	1369	7.666	1065	1905
Canoinhas - SC	52.431	819	52.937	1583	5584	56.721	2385	6056
Fraiburgo - SC	34.308	598	35.710	1619	4977	34.148	1948	5689
General Carneiro - PR	14.958	459	13.635	1522	2846	10.861	1371	2620
Iomerê - SC	2.684	15	2.855	15	130	2.953	48	173
Irineópolis - SC	9.729	217	10.556	687	1393	10.437	651	1400
Itaiópolis - SC	19.683	503	20.485	754	2662	22.741	814	1651
Lebon Regis - SC	11.991	74	12.067	1313	2752	11.605	949	2962
Macieira - SC	1.909	27	1.821	61	265	1.800	46	136
Mafra - SC	51.113	773	53.361	1631	7050	57.023	1856	5273
Major Vieira - SC	6.735	131	7.566	513	1041	7.545	569	1369
Matos Costa - SC	3.119	148	2.726	238	811	2.795	295	883
Monte Castelo - SC	8.252	326	8.346	583	1667	7.787	887	1616
Palmas - PR	37.339	612	44.107	3207	8940	49.891	3846	9614
Papanduva - SC	17.060	415	18.096	1053	2540	19.667	672	1727
Paula Freitas - PR	5.218	158	5.491	273	910	5.778	307	954
Paulo Frontin - PR	6.565	173	6.966	218	1053	6.369	268	765
Pinheiro Preto - SC	2.942	45	3.345	71	330	3.598	50	464
Porto União - SC	32.658	539	33.740	863	3348	33.727	779	2680
Porto Vitória - PR	4.163	110	4.084	181	630	3.549	353	810
Rio das Antas - SC	6.249	89	6.220	236	867	6.386	303	984
Rio Negro - PR	30.479	559	32.902	1137	3038	31.324	1100	3569
Salto Veloso - SC	4.155	62	4.525	130	423	4.486	112	479
São João do Triunfo - PR	13.264	507	14.482	1173	2788	13.923	665	2321
São Mateus do Sul - PR	37.961	936	43.927	1835	4707	43.413	2206	6851
Timbó Grande - SC	6.914	211	7.547	775	1426	7.503	1097	1990
Três Barras - SC	17.725	464	18.281	1406	3219	20.373	718	2476
União da Vitória - PR	50.353	703	55.435	2340	6658	56.397	2443	7623
Videira - SC	44.828	402	50.238	776	4140	58.299	1173	4605

Fonte: MDS, Datasus e IBGE.



Ao analisar os dados apresentados na tabela 01, observou-se que dos trinta e quatro municípios que compõem a região do Contestado (PR/SC), cinco deles apresentaram o número superior de 700 famílias beneficiadas pelo PBF no ano de 2004. Sendo eles: Caçador - SC (1.186 famílias); São Mateus do Sul - PR (936 famílias); Canoinhas -SC (819 famílias); Mafra - SC (773 famílias) e União da Vitória - PR (703 famílias). Já os municípios que possuem o número inferior do total de 100 famílias beneficiadas pelo PBF são: Iomerê -SC (15 famílias); Macieira - SC (27 famílias); Arroio Trinta -SC (32 famílias); Pinheiro Preto -SC (45 famílias) e Salto Veloso - SC (62 famílias). É importante destacar que a tabela 01 não apresenta os dados do CadÚnico no ano de 2004 pois as informações do mesmo não foram divulgadas.

No ano de 2014 o número de famílias cadastradas no CadÚnico variou da maior de 8.940 famílias para a menor de 130 famílias inseridas no CadÚnico. O município de Palmas -PR (8.940 famílias); seguido de: Mafra -SC (7.050 famílias); União da Vitória - PR (6.658 famílias); Caçador - SC (5.878) e Canoinhas - SC (5.584 famílias) apresentaram a maior quantidade de famílias cadastradas no CadÚnico. Já o município de Iomerê - SC (130 famílias), seguido de: Macieira - SC (265 famílias); Arroio Trinta - SC (313 famílias); Pinheiro Preto - SC (330 famílias) e Salto Veloso - SC (423 famílias) possuíam o menor número de famílias cadastradas.

Dos trinta e quatro municípios que fazem parte da região do Contestado (PR/SC), cinco municípios evidenciaram a maior quantidade de famílias beneficiadas pelo PBF no ano de 2014. O município de Palmas - PR possui o maior número de famílias beneficiárias com 3.207, seguido de: União da Vitória - PR (2.340 famílias); São Mateus do Sul - PR (1.835 famílias); Mafra - SC (1.631 famílias) e Caçador - SC (1.628 famílias). Por outro lado, quatro municípios possuem número inferior a 100 famílias beneficiárias do PBF, sendo eles: Iomerê - SC (15 famílias); Arroio Trinta - SC (55 famílias); Macieira - SC (61 famílias) e Pinheiro Preto - SC (71 famílias).

Em 2024, 10 anos após o ano de 2014 o município de Palmas - PR continua com o maior número de famílias beneficiadas pelo PBF, com 3.846 famílias, sendo que 9.614 famílias estão inseridas no CadÚnico. Em contrapartida, o município de Arroio Trinta - SC apresenta a menor quantidade de famílias beneficiárias do PBF, com 37 famílias beneficiadas sendo que 252 famílias estão inseridas no CadÚnico. Ou seja, menos da metade das famílias cadastradas no CadÚnico



estão sendo beneficiadas pelo PBF. A tabela 02 apresenta um resumo da região em estudo, com dados do PBF e do CadÚnico nos anos de 2004, 2014 e 2024.

Tabela 02 – O Programa Bolsa Família e o Cadastro Único na Região do Contestado (PR/SC) nos anos de 2004, 2014 e 2024.

Dados da Região do Contestado (SC/PR)	2004	2014	2024
Habitantes	629.362	673.862	690.439
Nº de famílias atendidas pelo PBF	12.032	29.918	33.629
Nº de Famílias cadastradas no Cadastro Único	-	87.097	95.033

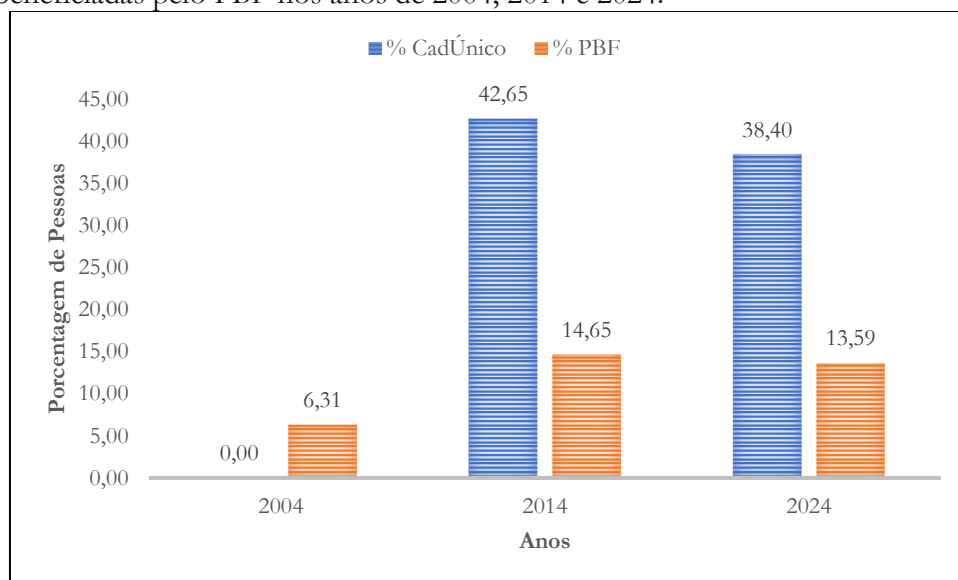
Fonte: Datasus (2024) e MDS (2024b).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 02, a população dos municípios de Santa Catarina e Paraná, pertencentes a Região do Contestado, obtiveram acréscimo demográfico ao longo dos anos analisados. Seguindo a tendência publicado pelo IBGE (2024), demograficamente o país continuará crescendo até 2041, refletindo-se, conseqüentemente, na Região do Contestado, saindo de 629.362, em 2004, para 690.439 habitantes em 2024. Em contrapartida, o número de famílias no CadÚnico obteve um crescimento exponencial, 87.097 em 2014, para 95.033 famílias cadastradas em 2024. Por sua vez, a quantidade de famílias beneficiadas pelo PBF obteve um crescimento significativo, embora menor se compararmos com o CadÚnico. Em 2004 continha cerca de 12.032 famílias, já em 2024 atingiu 33.629 famílias.

O Gráfico 01 apresentou a porcentagem de pessoas da Região do Contestado (PR/SC) inseridas no Cadastro Único e beneficiadas pelo PBF nos anos de 2004, 2014 e 2024.



Gráfico 01 – Porcentagem de pessoas da Região do Contestado (PR/SC) inseridas no Cadastro Único e beneficiadas pelo PBF nos anos de 2004, 2014 e 2024.

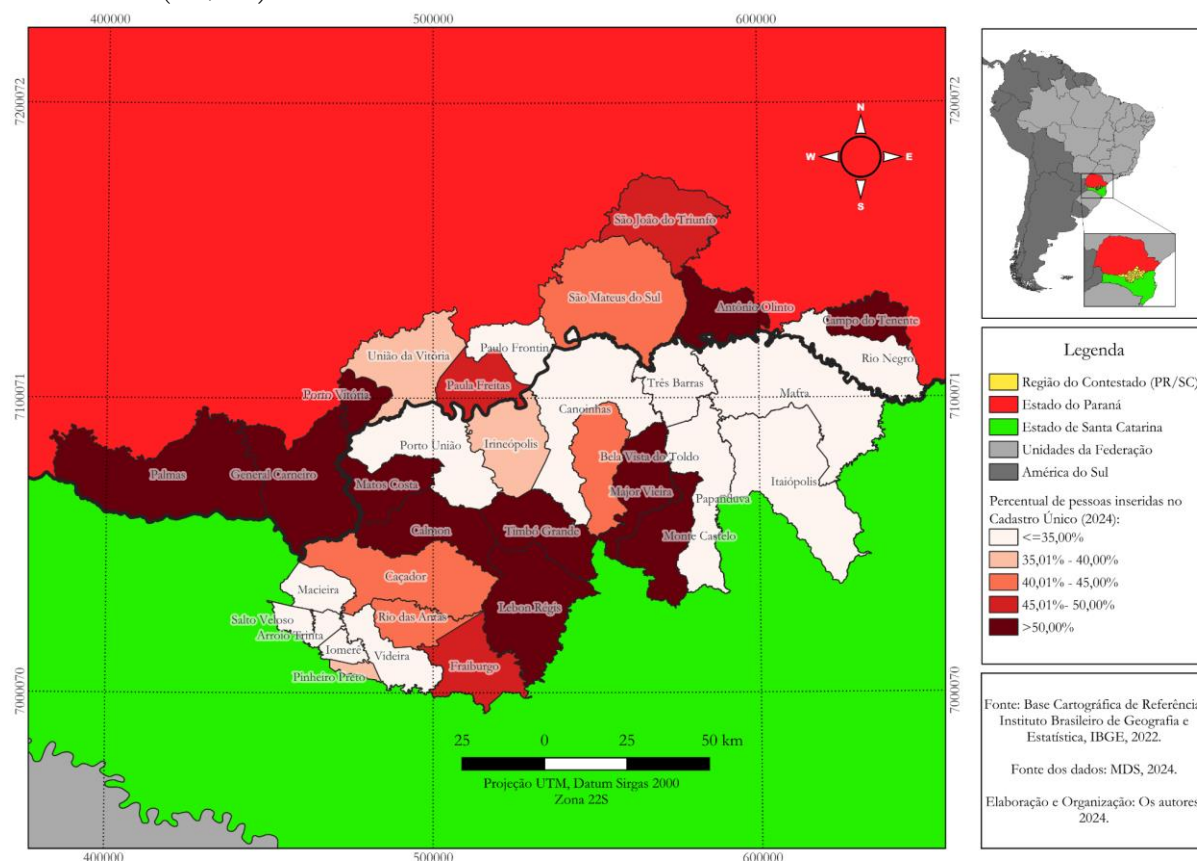


Fonte: MDS (2024b).

Ao analisar o Gráfico 01, que apresentou a porcentagem de pessoas cadastradas no CadÚnico e os beneficiários do PBF na Região do Contestado durante os anos de 2004, 2014 e 2024, é visível a desproporção dos dados entre os dois. Em 2004, a região em estudo continha cerca de 6,31% de pessoas recebendo o benefício do PBF, sendo ainda o início desta política social no país. Já em 2014, tinham cerca de 42,65% de cadastrados no CadÚnico, desse montante, apenas 14,65% de pessoas recebiam o PBF. Por fim, em 2024 tivemos uma queda em ambos, pois a quantidade de pessoas inseridas no CadÚnico era de 38,40%, e o PBF compreendia cerca de 13,59% de pessoas recebendo o benefício. Fica claro a diminuição de pessoas participando do CadÚnico e, conseqüentemente, na queda de beneficiários do PBF, que resulta no empobrecimento e no baixo desenvolvimento econômico da região. A Figura 02 apresenta um mapa da porcentagem de pessoas inseridas no Cadastro Único no ano de 2024 na Região do Contestado (PR/SC), por meio dele é possível observar os municípios com a maior porcentagem de pessoas em situação de vulnerabilidade social.



Figura 02 - Porcentagem de pessoas inseridas no Cadastro Único no ano de 2024 na Região do Contestado (PR/SC).



Fonte: MDS (2024a).

Observa-se na Figura 02 a porcentagem de pessoas inseridas no Cadastro Único no ano de 2024 na Região do Contestado (PR/SC), onde é notório a grande quantidade de municípios com números expressivos de pessoas introduzidas no sistema do CadÚnico, variando entre 20% até 92,21%. Dentre os municípios de SC que mais tiveram pessoas cadastradas, foi Calmon-SC, com 92,21%, em seguida, Matos Costa-SC com 88,14% de cadastrados. Timbó Grande-SC e Lebon Régis-SC continha cerca de 74% e 71,21%, respectivamente, de pessoas inseridas no CadÚnico. Por fim, Monte Castelo, Major Vieira e Bela Vista do Toldo-SC continham de 57,90%, 50,62% e 44,31%, respectivamente, de suas populações no CadÚnico em 2024.

Por sua vez, os municípios catarinenses que apresentaram as menores taxa foram Iomerê-SC, com 16,35%, sendo o segundo menor municio da região do contestado. Em seguida, temos



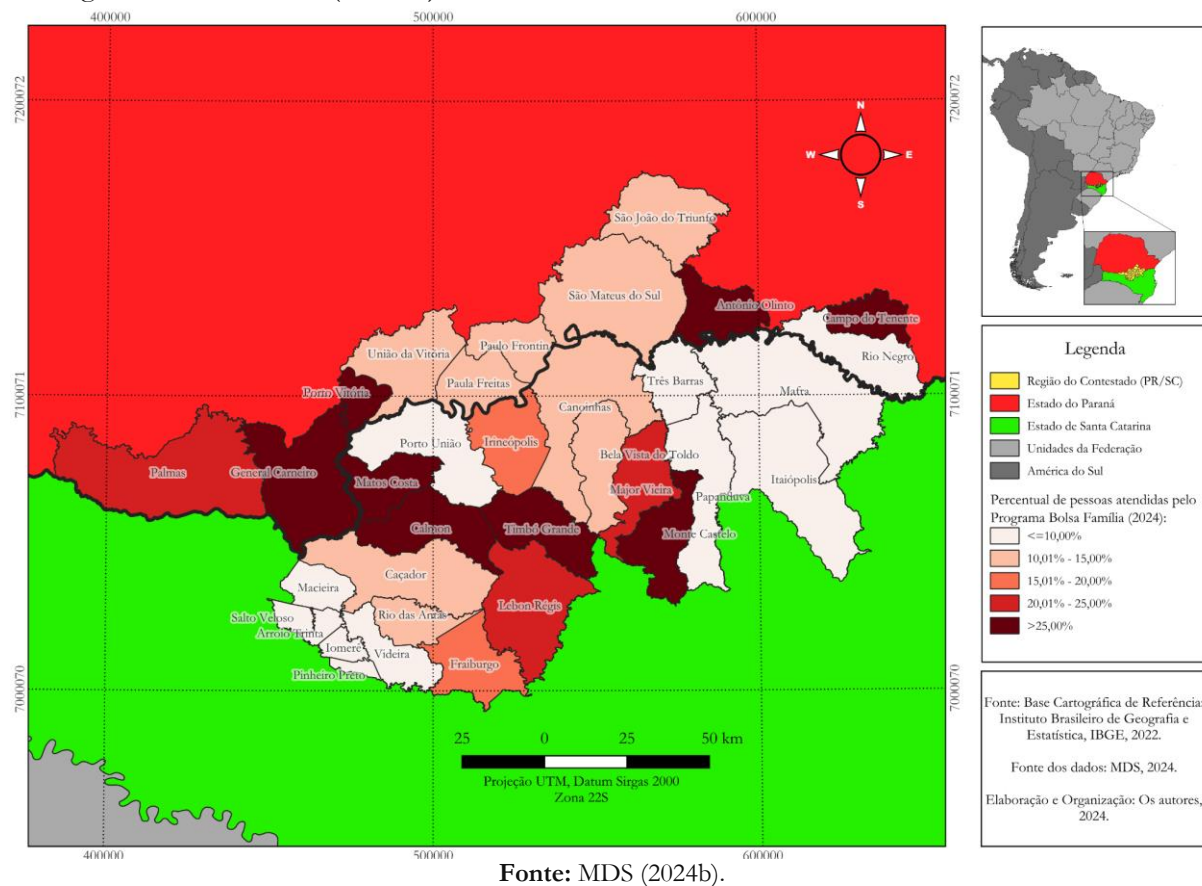
os municípios de Arroio Trinta e Itaiópolis-SC com 19,38% e 20,26%, respectivamente, de pessoas cadastradas no CadÚnico. Analisando os municípios do PR com as menores taxas, destaca-se Rio Negro-PR e Paulo Frontin-PR, com 31,79% e 33,51%, respectivamente, de pessoas cadastradas no Cadastro Único em 2024.

Em contrapartida, Campo do Tenente-PR é o município paranaense, da Região do Contestado, com a maior taxa de cadastrados, cerca de 69,33% de pessoas. Além disso, General Carneiro-PR e Antônio Olinto-PR com 67,30 e 67,20%, respectivamente, de pessoas inseridas no Cadastro Único. O município de Porto Vitória-PR, o menor da região do contestado paranaense, registrou cerca de 63,68% de cadastrados. E por fim, Palmas-PR, sendo o quinto maior município da região do contestado e o segundo maior da região do Paraná, com 53,76% da sua população no CadÚnico.

A Figura 03 apresenta a porcentagem de pessoas beneficiadas pelo PBF na Região do Contestado (PR/SC) no ano de 2024. O mapa é caracterizado por cores quentes e cores frias, em que as cores quentes evidenciam os municípios que possuem as maiores taxas de pessoas atendidas pelo programa. Já os municípios que apresentam as menores porcentagens de pessoas beneficiadas pelo PBF são representados pelas cores frias.



Figura 03 - Porcentagem de pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no ano de 2024 na Região do Contestado (PR/SC).



Conforme pode ser observado na Figura 03, o mapa é representado pelas cores, em que as cores quentes apresentam os municípios com as maiores taxas de pessoas beneficiadas pelo PBF na região do Contestado (PR/SC) no ano de 2024. O município de Timbó Grande - SC possui a maior porcentagem, com 40,79% de pessoas atendidas pelo PBF. Por outro lado, as cores frias apresentam os municípios com as menores porcentagens. Arroio Trinta - SC detém a menor taxa de pessoas beneficiárias do PBF, com 2,85%. As taxas variam da menor de 7% para a maior de 30%.

Os municípios que apresentam a porcentagem maior de 30% são: Timbó Grande - SC (40,79%); Campo do Tenente - PR (38,76%); Antônio Olinto - PR (37,52%); General Carneiro - PR (35,22%); Calmon - SC (31,45%) e Monte Castelo - SC (31,78%). Já os municípios que



apresentam porcentagem menor de 7% são: Arroio Trinta - SC (2,85%); Pinheiro Preto - SC (3,88); Iomerê - SC (4,54%); Videira - SC (5,61%); Porto União - SC (6,44%) e Salto Veloso - SC (6,95).

É importante destacar que os municípios que possuem as menores taxas de pessoas atendidas pelo PBF no ano de 2024 são todos pertencentes ao estado de Santa Catarina. Em um comparativo entre os anos de 2004, 2014 e 2024, três municípios destacam-se com as menores taxas em todos esses anos, sendo eles o município de Iomerê - SC, Arroio Trinta - SC e Videira - SC. Todos também pertencentes ao estado de Santa Catarina.

Ao analisar a porcentagem total da região do Contestado (PR/SC) nos anos de 2014 e 2024 em relação ao número de pessoas inseridas no CadÚnico e pessoas beneficiadas pelo PBF é notório que menos da metade dessas pessoas foram atendidas pelo PBF. Por exemplo, no ano de 2014, cerca de 42,65% da população total da região do Contestado (PR/SC) estavam inseridas no CadÚnico e somente 14,65% foram beneficiadas pelo PBF. Já no ano de 2024, cerca de 38,40% dos habitantes totais da região do Contestado (PR/SC) estão cadastrados no CadÚnico e somente 13,59% são atendidos pelo PBF. Ou seja, mais da metade não está recebendo o benefício.

É necessário ressaltar que as pessoas inseridas no CadÚnico são pessoas de baixa renda, sendo assim, mais da metade dessas pessoas estão em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se analisa a insegurança alimentar ou a fome, para alguns, aparentemente não há responsáveis diretos por tamanha perversidade, por dinâmicas sociais que levem alguém a passar fome e a adoecer pela falta de acesso à alimentação adequada, principalmente quando isso ocorre em um país como o Brasil ou na Região do Contestado (PR/SC) produtora e exportadora de alimentos.

No que diz respeito à fome na Região do Contestado, não difere muito da realidade brasileira abordada por Josué de Castro (2001 p. 280), pois a fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais, aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação. No que consiste à Região



do Contestado, neste contexto, pode-se citar a exploração da madeira nativa desde antes da Guerra do Contestado, com a concessão à empresa Lumber de explorar 15 km de cada lado da ferrovia São Paulo Rio Grande. Atualmente, a região é grande parte ocupada pela plantação do pinus, álamo, monocultivo do tabaco, e granjas de frango.

Na Região do Contestado, há diversas formas de fome e pobreza. Além da fome de alimentos, há carência de políticas sociais, de cultura, de oportunidades, de sustentabilidade ambiental, de serviços essenciais, de terras para o cultivo e de liberdade.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos o apoio da Universidade Estadual do Norte do Paraná e da Fundação Araucária.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão e aço**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Ed. 14, 2001.

DATASUS. Ministério da Saúde. 2024. **Tecnologia da Informação a Serviço do SUS**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def> . Acesso em: 7 ago. 2024.

FAO. **SOFI 2021: Relatório da ONU destaca impactos da pandemia no aumento da fome no mundo**. 2021; Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1415747/>. Acesso em: 3 out. 2024

FARIAS, L. Trajetória do CadÚnico durante o ciclo petista: 2003 a 2016. **Temáticas**, v. 27, n. 53, p. 69-104, 2019

FRAGA, N. C. **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná**. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 ed., 1986

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 10 de ago. 2024.



JONSSON, U. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luís. (Org.). **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. Campina Grande - PR: EDUEPB, 2021.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

LUDKA, V. M.; PEREIRA, S. A.; MELLO, A. J. O. D. O Programa Bolsa Família e o aumento da fome e da pobreza no Norte Pioneiro do Paraná. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 31, n. 2, p. 151, 3 jul. 2022.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> . Acesso em: 07 de ago. 2024a.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Bolsa Família e Cadastro Único conhecer para incluir no seu município**, 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html> Acesso em: 07 de ago. 2024b.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA FAMÍLIA. **Famílias e Filhos no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf> . Acesso em: 07 de ago. 2024.

SALLES-COSTA, Rosana; FERREIRA, Aline Alves; CASTRO JUNIOR, Paulo. BURLANDY, Luciene. **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A PARCERIA ENTRE A BIBLIOTECA POLONESA DA UNESPAR E O CLUBE LITERÁRIO WŁADYSŁAW REYMONT (CLWR)

UNIVERSITY EXTENSION: THE PARTNERSHIP BETWEEN THE POLISH LIBRARY OF UNESPAR AND THE WŁADYSŁAW REYMONT LITERARY CLUB (CLWR)

EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: LA ASOCIACIÓN ENTRE LA BIBLIOTECA POLACA DE UNESPAR Y EL CLUB LITERARIO WŁADYSŁAW REYMONT (CLWR)

Alcimara Aparecida Foetsch²⁶

Jessica Turkot²⁷

Kaynan Gabriel Schorr²⁸

Resumo

Este artigo visa compartilhar a experiência das atividades extensionistas realizadas na Biblioteca polonesa da Unespar, vinculada ao Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, por meio da valiosa parceria com o Clube Literário Władysław Reymont (CLWR), uma coletividade informal que congrega simpatizantes da cultura polonesa e da literatura. Inicialmente, apresentamos uma contextualização sobre a fundação da biblioteca e sua importância para a região do Contestado, relatando como se construiu a parceria com o CLWR. Em seguida, descrevemos ações já executadas, atividades desenvolvidas, inspirações que emergiram e as proposições futuras para o aproveitamento do acervo de forma criativa e inspiradora. O principal objetivo deste trabalho é confirmar a eficiência das atividades geradas pela colaboração entre a Universidade e a comunidade organizada, comprovando que os projetos de caráter identitário fortalecem e valorizam a cultura local, podendo atingir níveis nacionais e internacionais. Assim sendo, buscamos evidenciar a contribuição significativa das bibliotecas físicas na promoção de ações e atividades à distância, democratizando o acesso à cultura e ressaltando o potencial da Universidade em criar espaços de diálogo coletivo, fundamentado, criativo e reconhecido pelos grupos étnicos comprometidos com a valorização de suas origens.

Palavras-chave: Poloneses; Bibliotecas; Extensão universitária.

²⁶ Professora do Colegiado do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória. E-mail: alcimara.foetsch@unespar.edu.br

²⁷ Estudante do Colegiado do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória. Bolsista PIBEX/Fundação Araucária. E-mail: turkotjessica8@gmail.com

²⁸ Estudante do Colegiado do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória. Bolsista PIBIS/Fundação Araucária. E-mail: kaynanschorr123@gmail.com



Abstract

This article aims to share the experience of extension activities carried out at the Polish Library of Unespar, linked to the Unespar Polish Observatory Extension Project, through a valuable partnership with the Wladyslaw Reymont Literary Club (CLWR), an informal collective that brings together enthusiasts of Polish culture and literature. Initially, we provide context on the foundation of the library and its importance for the Contestado region, detailing how the partnership with CLWR was established. Next, we describe the actions already undertaken, the activities developed, the inspirations that emerged, and future proposals for utilizing the collection in a creative and inspiring way. The main objective of this work is to confirm the efficiency of the activities generated through collaboration between the University and the organized community, proving that identity-based projects strengthen and enhance local culture, with the potential to reach national and international levels. Thus, we seek to highlight the significant contribution of physical libraries in promoting remote actions and activities, democratizing access to culture, and emphasizing the University's potential to create spaces for collective, well-founded, and creative dialogue, recognized by ethnic groups committed to valuing their origins.

Keywords: Polish; Libraries; University extension.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo compartir la experiencia de las actividades de extensión realizadas en la Biblioteca polaca de Unespar, vinculada al Proyecto de Extensión del Observatorio polaco de Unespar, a través de la valiosa colaboración con el Club Literario Władysław Reymont (CLWR), una colectividad informal que reúne a simpatizantes de la cultura y la literatura polaca. Inicialmente, presentamos una contextualización sobre la fundación de la biblioteca y su importancia para la región del Contestado, relatando cómo se estableció la asociación con el CLWR. A continuación, describimos las acciones ya ejecutadas, las actividades desarrolladas, las inspiraciones que surgieron y las propuestas futuras para aprovechar la colección de manera creativa e inspiradora. El principal objetivo de este trabajo es confirmar la eficacia de las actividades generadas por la colaboración entre la Universidad y la comunidad organizada, demostrando que los proyectos de carácter identitario fortalecen y valoran la cultura local, pudiendo alcanzar niveles nacionales e internacionales. De este modo, buscamos evidenciar la contribución significativa de las bibliotecas físicas en la promoción de acciones y actividades a distancia, democratizando el acceso a la cultura y resaltando el potencial de la Universidad para crear espacios de diálogo colectivo, fundamentado, creativo y reconocido por los grupos étnicos comprometidos con la valorización de sus orígenes.

Palabras Clave: Polacos; Bibliotecas; Extensión universitaria.



INTRODUÇÃO

A região do Contestado, que abrange o *Campus* União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), é composta por diversas comunidades que se originaram das antigas colônias de povoamento eslavo do final do século XIX e início do século XX, destacando-se os descendentes de poloneses (GLUCHOWSKI, 2005). Essa herança cultural agrupa pessoas com a descendência e simpatizantes da identidade polonesa interessados em conhecer, compreender e pesquisar os costumes e hábitos de seus antepassados, visando entender as dinâmicas socioculturais de diferentes regiões e contextos.

Com base nessa demanda, em 2018, o Colegiado de Licenciatura em Geografia propôs o Projeto de Extensão “Observatório polonês da Unespar”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Alcimara Aparecida Foetsch, que tem como objetivo estreitar a relação do *Campus* União da Vitória com os descendentes de poloneses e simpatizantes, promovendo espaços de diálogo, vivências e troca de saberes. A proposta se consolidou a partir do início das atividades do também recém-formado (2019) Clube Literário Władysław Reymont (CLWR) que desenvolve ações e atividades de forma a enaltecer a identidade trazida pelos imigrantes articulando-a com a Polônia contemporânea. Trata-se de uma coletividade informal da qual participam membros de vários estados brasileiros que se encontram *online*, semanalmente, para dialogar sobre a identidade, a história, a memória, a ancestralidade e a cultura polonesa no Brasil e no exterior. Do encontro destas duas propostas, Observatório e Clube Literário, surgiu a ideia de fundar a Biblioteca polonesa da Unespar.

O Observatório polonês da Unespar realiza desde sua formação em parceria com o CLWR, encontros presenciais e *online*, eventos temáticos, oficinas, exposições, rodas de conversa, produção de materiais, cursos específicos, atividades comunitárias, internacionalização, grupos de estudo, integrações institucionais, intervenções artísticas, além de leituras e produções científicas. Neste artigo, abordaremos as atividades extensionistas desenvolvidas na Biblioteca polonesa da Unespar em parceria com o CLWR, detalhando ações, relatos de atividades e sugerindo inspirações.

A Biblioteca polonesa da Unespar, fundada em janeiro de 2000, está situada dentro da Biblioteca Dante de Jesus Augusto, no *Campus* de União da Vitória da Unespar, em uma sala própria. Possui um acervo de aproximadamente dez mil livros em polonês, abrangendo diversos



temas e áreas do conhecimento. As obras foram trazidas ao Brasil pelos imigrantes poloneses durante sua vinda ou adquiridas ao longo da formação das colônias e anos posteriores. O acervo atual é fruto de doações de pequenas bibliotecas particulares, igrejas, clubes, e instituições públicas e privadas e ainda aceita doações, desde que os livros sejam no idioma polonês.

É fundamental destacar a importância das bibliotecas públicas presenciais não apenas na promoção da leitura, mas também como fonte de inspiração para ações, atividades e exposições a partir dos livros e objetos que nelas se encontram, como cartas, dedicatórias e outros achados. As atividades são realizadas tanto de forma virtual (a maioria) quanto presencial, englobando textos, materiais visuais, reflexões, confecções artesanais, referências a datas comemorativas, estações do ano, calendários religiosos e eventos acadêmicos. Dessa forma, mesclam-se atividades extensionistas de caráter coletivo e popular com produções científicas de pesquisa.

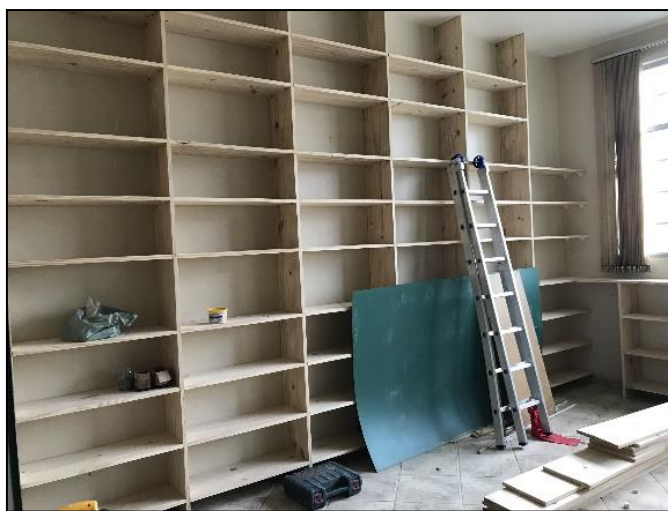
Neste trabalho, exploraremos diversas ações, atividades e inspirações de natureza extensionista desenvolvidas a partir da biblioteca. Começaremos abordando a organização e a manutenção do acervo de livros. Em seguida, destacaremos a presença de algumas obras valiosas, curiosas e raras, além de comentar sobre a seção de “achados e guardados”, a parceria com o Clube Literário Władysław Reymont e as atividades temáticas promovidas, como as infantis, comemorativas e aquelas relacionadas a flores e outros temas. Ao final, discutiremos as proposições futuras que planejamos desenvolver na biblioteca. Nosso objetivo é demonstrar que as bibliotecas também funcionam como espaços comunitários, promovendo encontros, ações e atividades que fortalecem os laços culturais entre os membros da comunidade.

1. AÇÕES, ATIVIDADES E INSPIRAÇÕES: PROPOSTAS EXTENSIONISTAS

Quando da chegada dos primeiros livros em janeiro de 2020, o primeiro passo foi a preparação do espaço físico que incluiu a construção de estantes de madeira provisórias e a remoção dos livros das caixas em que vieram transportados. Com o apoio de acadêmicos e voluntários começou a primeira higienização, fundamental devido à antiguidade dos materiais, que estiveram guardados por muito tempo. Neste processo, contamos com o auxílio dedicado de várias pessoas da comunidade, em especial, da professora Terezinha Gelchaki, que coordenou os



trabalhos iniciais. Atualmente, a organização e a limpeza interna são duas ações constantes e contínuas na Biblioteca polonesa para garantir a conservação e o aproveitamento do acervo. As Fotografias de 01 a 04 mostram como os livros chegaram e a construção das estantes provisórias que foram custeadas pelo Clube Literário Wladyslaw Reymont:



Fotos 01 a 04: Chegada dos livros e construção das estantes.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, 2024.

Em seguida, realizamos uma primeira triagem temática com o objetivo de conhecer o acervo, que não está catalogado. Durante essa ação, observamos que a maioria dos livros é de literatura polonesa, além de uma boa variedade de obras sobre biografias, culinária, arte, religiosidade, imigração para o Brasil, história, geografia, medicina, arquitetura, histórias infantis, poesia, contos e narrativas de viagem, entre outros temas. Também identificamos uma diversidade de coleções distribuídas pelo acervo, que estão sendo localizadas e agrupadas nas estantes de literatura, como pode ser visto na Fotografia 05:



Foto 05: Algumas das coleções existentes na Biblioteca polonesa da Unespar.
Fonte: Acervo do Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, 2024.

Depois de realizar a triagem e reunir algumas coleções dispersas, começamos a catalogar os livros utilizando uma ficha catalográfica desenvolvida para esse propósito. Essa ficha visa identificar o livro, a área temática, as palavras-chave, o ano de edição, o local da editora, o número de páginas e o estado físico do exemplar. Por se tratar de livros no idioma polonês, contamos com a preciosa ajuda da professora Ludmila Pawlowski que, voluntariamente, faz a tradução e revisa a separação temática. A seguir, apresentamos algumas fotos do espaço:



Fotos 06 a 09: Biblioteca polonesa da Unespar.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, 2024.

Para otimizar a organização interna e o aproveitamento inicial do acervo, selecionamos algumas obras que serviram de inspiração para as atividades propostas pela biblioteca para o CLWR. Essas obras são preciosidades, curiosidades e raridades. No total, foram escolhidos 30 livros, cujos temas e conteúdos despertam interesse e atraem os descendentes de poloneses no Brasil, abordando folclore, música, culinária, arte, arquitetura, imigração e religião.

Dentre as preciosidades do acervo, destacamos da literatura clássica: - De Adam Mickiewicz: "Pan Tadeusz"; - De Henryk Sienkiewicz: "Quo vadis"; - De Boleslaw Prus; Faraon"; - De Wladyslaw Reymont: "Nowele"; - De Wit Tarnawski: "Conrad - Cztowiek - Pisarz - Polak"; Livros curiosos: - De Andrzej Banach: "O modzie polskiej XIX wieku"; - De Tadeusz Mankowski:



“Polskie tkaniny i hafty XVI-XVII w.”; há ainda muitos outros que versam sobre várias áreas temáticas, em especial, sobre literatura.

Mencionamos ainda os livros ricamente ilustrados sobre arte-sacra polonesa; cultura e arte de Lviv; arte da era do rein Stanislaw Poniatowski; Wavel e suas coleções e a arte do Renascimento; arte até o rei Jan III Sobieski; Artes decorativas a arte do oriente; Arte armênia na Polônia; Sarmatismo na arte polonesa; obras de artistas estrangeiros em posse polonesa; perfis de colecionadores de arte poloneses e obituários de notáveis historiadores de arte. Atualmente, estamos focados em almanaques e calendários que reúnem décadas de eventos relacionados aos poloneses no Brasil, oferecendo uma rica fonte de curiosidades e informações diárias. A Fotografia 10 apresenta alguns desses almanaques e calendários:

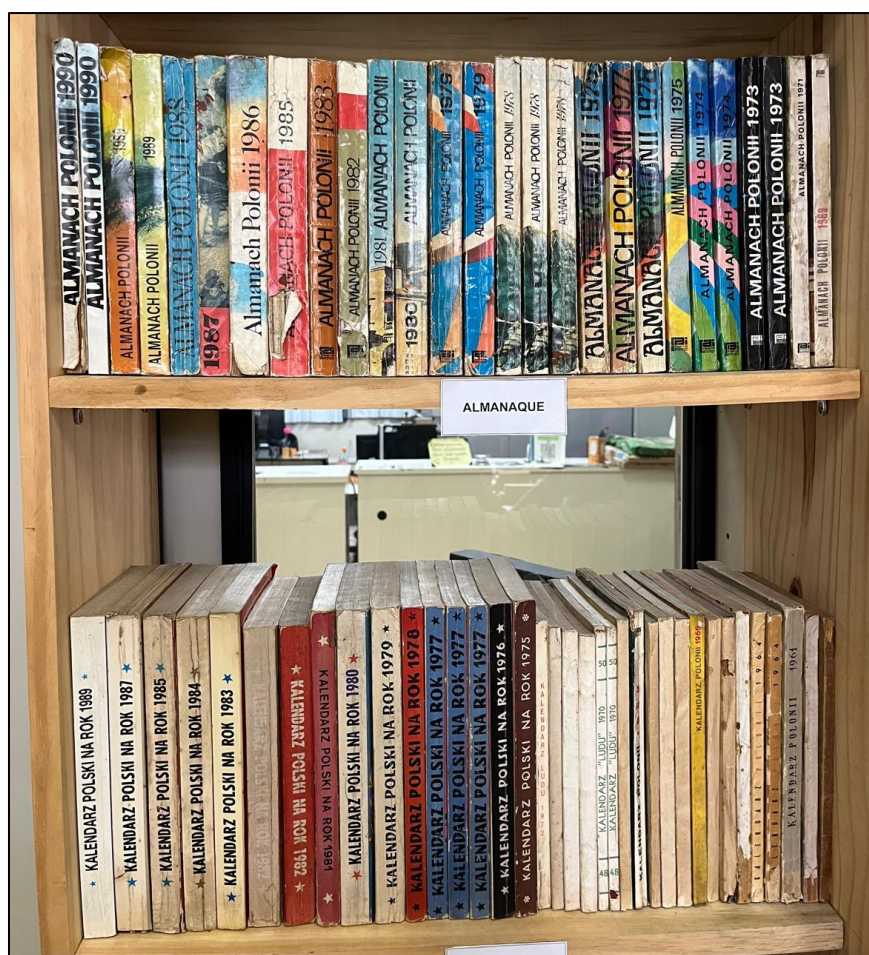


Foto 10: Almanagues e calendários existentes na Biblioteca polonesa da Unespar.
Fonte: Acervo do Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, 2024.



A busca por inspirações nas curiosidades do acervo é uma ação considerada de grande valor. A biblioteca abriga entre essas curiosidades, objetos classificados como “achados e guardados”, descobertos desde o início da organização dos livros. Esses itens, que chegaram junto com os livros da Polônia ou foram guardados aqui no Brasil, incluem cartas, documentos, convites, marcadores de página, cartões postais, panfletos, jornais, cardápios e mapas. Além disso, os próprios livros apresentam elementos intrigantes, como ex-líbris, dedicatórias, carimbos e selos de procedência, que revelam tanto a origem das obras quanto o conteúdo que elas abordam. A descoberta desses itens estimula as atividades propostas: ao serem encontrados, são fotografados e separados para servir como fontes de inspiração ou para acompanhar eventos, palestras e pesquisas nas áreas de imigração e cultura.

O objetivo é cultivar o interesse por objetos de pertencimento que refletem uma estética cultural, evocando memórias, inspirações, aprendizado, leituras, imaginação e o estudo do idioma polonês. Esses artefatos e símbolos encontrados promovem uma expansão da consciência, criando conexões, despertando lembranças e intrigando aspectos de um passado já distante. Citamos como exemplo elementos os achados vinculados à religião católica que incluem cantos, orações, poesias, leituras e rezas que inspiram memórias. Isso nos leva a acreditar no potencial promissor do cenário local para atividades conjuntas com a comunidade acadêmica e grupos que valorizam a cultura.

Além disso, há uma variedade de dados interessantes e curiosos, objetos que intrigam pela sua origem ou significado, gerando interesse para reflexões e inspirações que podem resultar em atividades relacionadas ao conteúdo dos itens ou elementos encontrados. A Fotografia 11 apresenta alguns destes achados e guardados dentro dos livros:



Entre as diversas atividades desenvolvidas, destacamos o trabalho de estudo e resgate das lendas polonesas, contadas tanto para crianças quanto para adultos, que estimulam a imaginação, o aprendizado e a exploração. Essas lendas têm sido utilizadas como narrativas orais para explicar fenômenos misteriosos e sobrenaturais. No âmbito do Programa de Extensão, foram trabalhadas lendas como o Dragão de *Wawel*, *Lajkonik* e *Siuda Baba*. É importante ressaltar que a comunidade envolvida no Programa atuou como corresponsável e protagonista na definição das ações, evidenciando a construção colaborativa, interdisciplinar e extensionista das atividades, que buscam valorizar a cultura étnica dos participantes da Universidade Pública.

De fato, as atividades têm como objetivo destacar a relevância deste espaço físico e dos materiais disponíveis para a pesquisa sobre a imigração polonesa no Brasil. Por meio do contato com esses recursos, os participantes poderão se conectar com o passado e compreender melhor a história e a cultura dessa comunidade. Livros, documentos e outros materiais fornecem uma variedade de informações, permitindo que os interessados explorem as trajetórias, tradições e contribuições dos imigrantes poloneses. Esse processo de pesquisa não apenas enriquece a memória coletiva, mas também fomenta um diálogo intergeracional, recuperando histórias e vivências. Ademais, o espaço físico cria um ambiente propício para a troca de ideias, discussões e reflexões sobre a identidade cultural e a influência da imigração polonesa na formação das sociedades paranaense e catarinense. Ao reunir pessoas dispostas a compartilhar suas experiências e conhecimentos, forma-se uma rede de apoio que valoriza a diversidade.

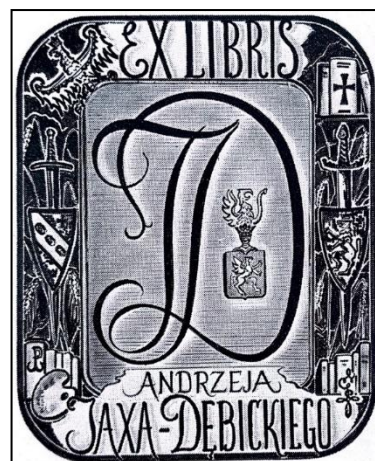
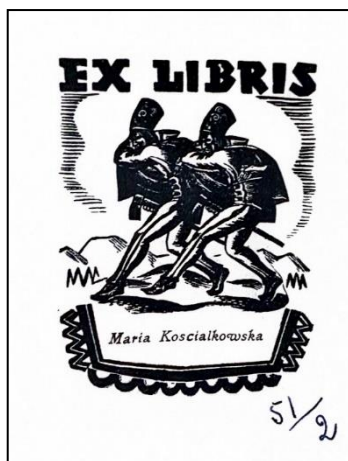
Assim sendo, a Biblioteca polonesa da Unespar e o Clube Literário Władysław Reymont (CLWR) mantêm uma parceria voltada para a preservação da cultura polonesa, envolvendo pessoas de várias regiões do país. O clube participa ativamente das atividades propostas, oferecendo oficinas temáticas que são pensadas a partir de inspirações oriundas da biblioteca, citaremos algumas a seguir. Uma atividade proposta partiu dos *ex-libris*, etiquetas gráficas que identificam a quem pertence/pertenceu um livro. Esses selos, geralmente acompanhados de uma ilustração, incorporam elementos que refletem os gostos do proprietário, sua história de vida, e os estilos da época, além de incluir seu sobrenome. Normalmente, são colados na parte interna da capa do livro.



A atividade foi realizada *online*, com o envio de um arquivo contendo os diversos tipos de *ex-libris* da Biblioteca Polonesa da Unespar. Os membros foram convidados a criar seu próprio *ex-libris*, refletindo sobre quais elementos gráficos escolheriam para confeccionar seu selo.

A biblioteca possui inúmeros livros com essas etiquetas, com 13 tipos diferentes registrados até o momento. Sempre que novos *ex-libris* são encontrados, eles são escaneados e arquivados, formando um banco de dados.

A Fotografia 12 apresenta o cartaz construído para a divulgação da atividade e as Fotografias 13 a 17 apresentam alguns dos *ex-libris* encontrados na biblioteca:

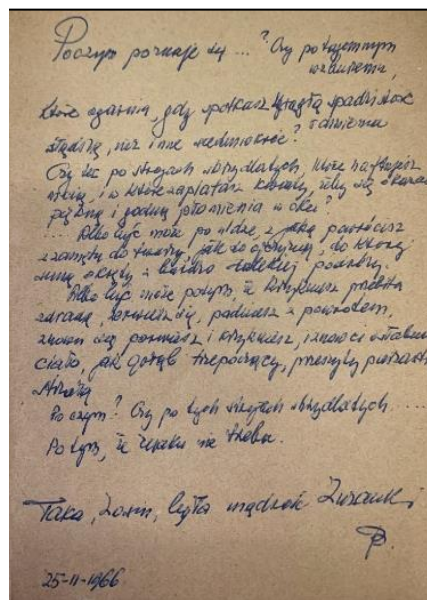
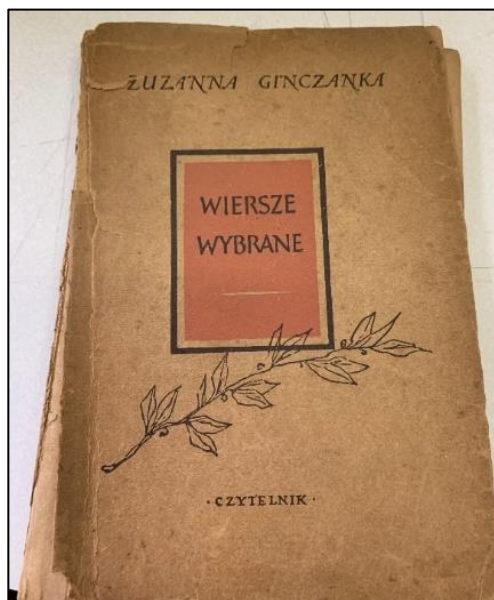
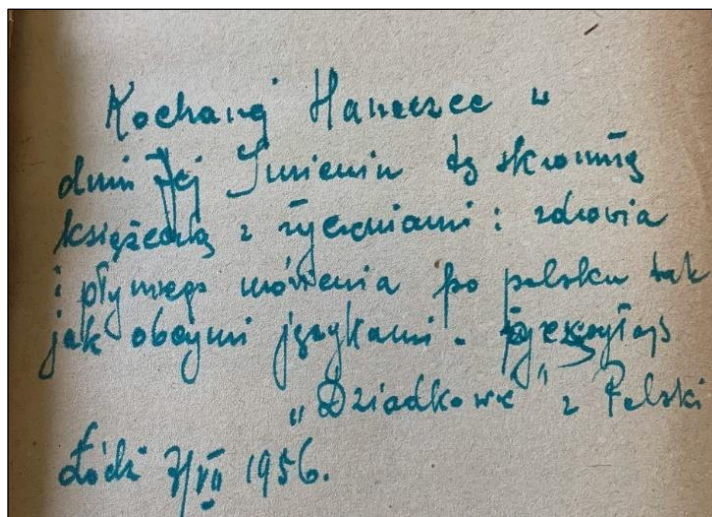


Fotos 12 e 17: Ex-libris encontrados na Biblioteca polonesa da Unespar.
 Fonte: Acervo do Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, 2024.



Outra atividade muito interessante partiu das dedicatórias, que são mensagens curtas ou pequenos textos que costumam aparecer na primeira folha dos livros, expressando carinho, afeto ou admiração dedicados a alguém especial. Na biblioteca, destacam-se as dedicatórias manuscritas, todas em polonês, frequentemente encontradas em obras de literatura, mas também em outras áreas temáticas. Essa escolha sugere que o autor da dedicatória não apenas desejava transmitir uma mensagem afetuosa, mas também compartilhar a história e o título do livro com uma pessoa querida. Muitas dessas dedicatórias incluem datas e endereços, e foram apresentadas em forma de fotos ao lado das capas dos livros, convidando à reflexão, à criação e à possível tradução.

Com um acervo de inúmeras dedicatórias manuscritas, algumas já traduzidas e datadas, essas palavras têm quase um século de história. Hoje, são analisadas para fortalecer essa conexão entre pesquisa, apreço e afeto, resgatando as experiências dos imigrantes que estabeleceram raízes neste país. A escrita da dedicatória do livro é um momento em que autores podem expressar toda a sua gratidão e consideração por pessoas importantes em suas vidas ou mesmo que tiveram participação decisiva na construção do livro. Assim, a dedicatória presta uma homenagem muito especial a essas pessoas, trazendo emoções e sentimentos verdadeiros. As Fotografias 18 e 19 mostram, respectivamente, a capa de um livro e a dedicatória, em idioma polonês. Da mesma forma, as Fotografias 20 e 21:



Fotos 18 a 21: Algumas capas de livro e suas dedicatórias.
 Fonte: Acervo do Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, 2024.

Inspirados pelo conteúdo do livro infantil “*Babcia i Jabłko*” (tradução: vovó e a maçã) e por algumas obras de culinária do acervo, promovemos uma atividade criativa que resultou em diversas receitas à base de maçãs. Vários membros do CLWR participaram ativamente, enviando suas receitas e compartilhando lembranças especiais ligadas à fruta. Para enriquecer a experiência, disponibilizamos imagens do livro de pintura, estabelecendo uma conexão visual e artística com a narrativa. Além disso, recebemos contribuições de crianças da cidade de Gniezno, da Polônia, por



meio do Clube de Professores Poloneses e Polônicos Gniazdo (PL) que gravaram vídeos explorando a temática das maçãs enquanto liam a história, promovendo um intercâmbio cultural brasileiros e poloneses.

As atividades focadas na criação de artesanato e elementos artísticos, propostas pela Biblioteca polonesa da Unespar, visam explorar a identidade da estética artística polonesa. Isso é feito por meio da utilização de cores, imagens e considerando aspectos culturais do país, como hábitos e costumes de diferentes épocas do ano. Em consonância com a participação do Clube Literário Władysław Reymont, a biblioteca organiza atividades mensais ou semanais alinhadas à temática do mês. Com o apoio de um grupo de voluntárias, que ajudaram na organização e na transmissão via *Google Meet*, foram confeccionadas galinhas de feno em maio, inspiradas na Páscoa, utilizando materiais reutilizáveis. Da mesma forma, no Natal, foram criados artesanatos a partir de materiais recicláveis, como retalhos de jornais e outros objetos decorativos.

Durante o ano de 2024, a biblioteca e o clube literário se dedicaram à divulgação do livro “História da Polônia” (2023), escrito por Piotr Plisiecki, Jarosław Rabiński, Arkadiusz M. Stasiak e Cezary Taracha, historiadores da Universidade Católica de Lublin, na Polônia. Nas linhas, os autores tão bem conseguem combinar a experiência sangrenta da guerra e a noite cruel do terror stalinista com o amor pela Pátria e o profundo respeito aos antepassados e descendentes.

A compilação²⁹ é o resultado de longas e diversificadas discussões sobre o passado polonês apresentado em um volume conciso a fim de encorajar a leitura, sem sobrecarregar e demasiadas exigências. Esperamos não limitar a sugestão aos que possuem raízes com a Polônia, visto que os fatos e acontecimentos narrados dizem respeito também a história europeia, tão necessária à compreensão do mundo passado e contemporâneo.

Enquanto biblioteca e clube literário, acreditamos ser fundamental a promoção de atividades de leitura, em especial, acerca da História da Polônia para brasileiros. Por conta disso, foram realizadas várias ações atividades como leituras guiadas, palestras, planos de aula e o livro foi distribuído gratuitamente para várias instituições e pessoas, conhecidos por seu interesse na leitura e na cultura polonesa.

²⁹ Sugerimos a leitura de: PLISIECKI, P. História da Polônia. In: **Boletim TAK!** Agenda Cultural Polônia Brasil - Número 35 - Maio/junho 2024. Tradução da Professora Ludmila Pawlowski. (p. 21-22).



A Fotografia 22 ilustra a capa deste livro:



Foto 22: Capa do Livro “História da Polônia” (2023).

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar, 2024.

Em setembro, a biblioteca promoveu uma atividade em celebração à chegada da primavera, com o tema “flores na paisagem do campo”. Foram disponibilizadas imagens de livros contendo



flores, poemas, ilustrações florais e paisagens floridas, extraídas de obras de biologia, geografia, arte, literatura infantil e dos almanaques de abril de 1978. Essa iniciativa gerou a sugestão, proposta por membros do clube literário, de criar marcadores de páginas com flores secas.

Além das oficinas temáticas e atividades, já foram sugeridas ações relacionadas ao folclore polonês, incluindo lendas, oficinas sobre fatos históricos da Polônia, estudos sobre cemitérios poloneses, além de poesia, contos e músicas da Polônia, inspiradas pelo acervo e itens da biblioteca.

Na dimensão acadêmica, a Biblioteca polonesa da Unespar tem sido apresentada e discutida em eventos científicos nacionais e internacionais, dentre as principais publicações, citamos a participação em vários eventos regionais, nacionais e internacionais, com publicação de resumos e artigos, além da apresentação de trabalhos científicos. Destacamos a escrita de dois artigos que podem ser conferidos nas seguintes referências: Foetsch *et al.* (2002) e Foetsch *et al.* (2003), cujos textos versam sobre o Observatório polonês e sobre a Biblioteca polonesa da Unespar.

Atualmente, a biblioteca ainda não está aberta ao público externo em período integral, pois não completou a catalogação dos livros e precisa de melhorias no espaço para atender melhor as demandas de pesquisa e promover encontros literários e culturais. Além disso, há a necessidade de manutenção na limpeza e organização. A biblioteca tem muitos planos para facilitar esses processos, com a esperança de que o futuro ofereça um ambiente mais atraente e dinâmico para a produção de conhecimento, tanto no âmbito intelectual, quanto social.

O acervo possui uma diversidade riquíssima de conteúdos que podem servir como fontes de pesquisa e inspiração para produções culturais e artísticas. Por isso, defende-se a restauração de algumas obras que, devido ao tempo, podem estar em condições difíceis de manuseio, como sujeira, folhas soltas e degradação do material. No entanto, esse projeto requer uma pré-organização cuidadosa e financiamento adequado. Além disso, a digitalização de obras raras, juntamente com a atualização constante do site da biblioteca da Unespar para divulgar esses títulos, será um projeto dispendioso. A catalogação de todos os livros também exigirá tempo, considerando o volume e a quantidade do acervo. São perspectivas para o trabalho futuro.

Além disso, está prevista a criação de redes sociais ativas para promover o espaço e suas ações, há planos para desenvolver vitrines temáticas baseadas em personagens, textos, figuras ou



elementos impactantes da cultura polonesa e dos imigrantes no Brasil. Também serão realizadas leituras para crianças e idosos, considerando que o acervo inclui obras que despertam interesse nesses públicos. Haverá encontros de fé e oração, fundamentados em livros da área de religiosidade e bíblica. Além disso, serão oferecidas oficinas de leitura e discussões sobre o cotidiano das figuras presentes nos livros do acervo, analisando moda, arquitetura, paisagens, costumes e culinária. Atividades de desenho e criações artísticas também servirão como uma releitura das obras disponíveis na biblioteca.

À medida que os planos para a organização do espaço forem sendo concluídos, os projetos esperados buscarão expandir a visão sobre novas metodologias para o uso do local. Como mencionado, tanto as exposições *online* quanto as físicas desempenham um papel importante na promoção da cultura eslava, registrando a história dos livros e dos diversos itens que compõem a biblioteca. A preservação, organização e documentação desses materiais refletem a identidade mista dos descendentes do povo polonês. Assim, uma biblioteca pública pode ter impactos sociais significativos na preservação da memória cultural. Com as atividades atuais e os projetos futuros, a Biblioteca polonesa da Unespar almeja ser um espaço físico que se enraíza e mantém seus objetivos e compromissos em atividades intelectuais e artísticas que remetem e fazem referência à cultura polonesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da presença marcante da etnia polonesa³⁰ na região de abrangência do *Campus* União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná - Unespar e considerando a importância dos livros e manuais impressos trazidos e/ou recebidos pelos imigrantes em nosso país, o Projeto de Extensão do Observatório Polonês organizou uma biblioteca física composta por livros doados, todos no idioma polonês, oriundos de instituições culturais, igrejas, clubes, residências, pequenas bibliotecas pessoais e espaços públicos. Atualmente, o acervo com mais de dez mil livros conta com os seguintes temas: biografia, idioma, culinária, arte, religiosidade, imigração para o Brasil,

³⁰ Mazurek (2016); Posadzy (2018); Wachowicz (1981, 1999).



literatura, história, geografia, medicina, histórias infantis, poesia, contos, narrativas de viagem, entre outros.

Disto partindo, a presente proposta, construída em forma de relato de experiência, objetivou apresentar o acervo, as ações desenvolvidas e as perspectivas de atividades futuras a serem elaboradas na e a partir da Biblioteca polonesa. Para tanto, propomos um olhar para as obras, evidenciamos as preciosidades e raridades, nominamos alguns dos principais títulos/autores e enumeramos os desafios encontrados na organização do espaço. Trata-se, com certeza, de um riquíssimo e promissor acervo, mas que, no entanto, carece de dedicação e trabalho organizado. Por fim, almejamos que a Biblioteca polonesa da Unespar comece a figurar no cenário do universo de visitação cultural étnica, pesquisas e atividades tornando-se espaço de referência atrativa aos que buscam informação, leitura, conhecimento histórico, diálogo cultural, encontros temáticos e participação em ações ativas e criativas.

Acreditamos que as bibliotecas desempenham um papel fundamental na sociedade por várias razões. Primeiramente, elas proporcionam acesso a uma vasta gama de informações, incluindo livros, revistas, jornais e bases de dados, que são essenciais para o aprendizado e a pesquisa. Além disso, incentivam a leitura e a literacia, criando um ambiente onde as pessoas podem explorar diferentes gêneros e autores. Para pesquisadores e acadêmicos, as bibliotecas oferecem recursos e assistência especializada, fundamentais para o desenvolvimento de projetos e estudos. Ademais, promovem a inclusão social ao oferecer acesso gratuito à informação e serviços, independentemente do status socioeconômico.

Outro aspecto importante é a preservação cultural. As bibliotecas ajudam a manter a história e a cultura local, conservando coleções de documentos, fotos e outros materiais históricos. Esses fatores mostram como as bibliotecas são essenciais para o crescimento individual e coletivo, promovendo conhecimento, inclusão e cultura.

Esperamos com a contribuição desta propositiva despertar o interesse no espaço da biblioteca, evidenciar a importância da atenção aos objetos de afeição, oferecer sugestões de ações e atividades a serem desenvolvidas com livros físicos, incentivar outras instituições/associações ao cuidado com o acervo bibliográfico, se apresentar como um espaço de destino para obras no idioma polonês que possam ser doadas, mas, além de tudo, figurar como um lugar de referência



para os estudos sobre a etnia polonesa no Brasil a partir da centralidade de uma universidade pública e muito valiosa. Futuramente, esperamos desenvolver atividades extensionistas cada vez mais qualificadas.

REFERÊNCIAS

FÖETSCH, A. A.; CARDOSO L. F.; ZACZEWSKI L. M.; Krul D. M.; PAWLOWSKI L.; GELCHAKI T. Observatório polonês da Unespar: cultura, arte e identidade étnica - extensão universitária, literatura e afetividade. *In*: FOETSCH, A. A. **Extensão universitária na UNESPAR de União da Vitória: ações, registros e perspectivas**. Alcimara Aparecida Föetsch (Organizadora). Curitiba: CRV, 2022. 232 p. ISBN Digital 978-65-251-2171-0. DOI 10.24824/978652512171.0 (p. 95-106).

FOETSCH, A. A.; TURKOT, J.; PAWLOWSKI, L.; GELCHAKI, T. Biblioteca polonesa da Unespar: a criação, o acervo e as ações. *In*: FOETSCH, A. A.; BROIET*II, C.; DANTAS, S. C.; CARDOSO, R. D. (Orgs.) **Atividades de extensão: desenvolvidas na UNESPAR**. [recurso eletrônico]. 1. ed. Curitiba: Editorial Casa, 2023. v.7, 187p.; 23cm. ISBN 978-65-5399-769-1. (p. 07-24).

GLUCHOWSKI, K. **Os poloneses no Brasil: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil**. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

KOBELINSKI, M. Władysław Stanisław Reymont (1867–1925): notas (auto) biográficas. **Boletim Tak!**: Agenda Cultural Polônia Brasil, n. 16, p. 18-20, jul./ago. 2020.

MAZUREK, J. **A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)**. Tradução de Mariano Kawka. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

PLISIECKI, P.; RABIŃSKI, J.; STASIAK, A. M.; TARACHA, C. **História da Polônia**. Lublin - Porto Alegre, 2023.

PLISIECKI, P. História da Polónia. *In*: **Boletim TAK!** Agenda Cultural Polónia Brasil - Número 35 - Maio/junho 2024. Tradução da Professora Ludmila Pawlowski. (p. 21-22).

POSADZY, I. **Na trilha dos peregrinos: impressões de uma visita às colônias polonesas na América do Sul**. Tradução de Mariano Kawka. Wydawnictwo Agape, Poznań, 2018.

WACHOWICZ, R. C. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.



WACHOWICZ, R. C. Aspectos da imigração polonesa ao Brasil. **Projeções**. Revista de Estudos Polono-Brasileiros, Curitiba, ano 1, vol. 1, 1999. (p. 10-31).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, pela concessão de uma bolsa PIBEX (o Programa Institucional de Bolsas para Extensão Universitária) e uma bolsa PIBIS (Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social - Pesquisa e Extensão Universitária) para o Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar. Agradecemos ao Clube Literário Władysław Reymont (CLWR) pela parceria na elaboração e realização das atividades extensionistas.



CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CONTESTADO PARANAENSE: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE GENERAL CARNEIRO, BITURUNA, PAULA FREITAS E CRUZ MACHADO³¹

CONFLICTOS Y RESISTENCIAS EN EL CONTESTADO PARANAENSE: UN ANÁLISIS EN LOS MUNICIPIOS DE GENERAL CARNEIRO, BITURUNA, PAULA FREITAS Y CRUZ MACHADO

CONFLICTS AND RESISTANCE IN THE CONTESTADO PARANAENSE: AN ANALYSIS IN THE MUNICIPALITIES OF GENERAL CARNEIRO, BITURUNA, PAULA FREITAS, AND CRUZ MACHADO

Diane Daniela Gemelli³²

Rodrigo Moschkovich Athayde³³

Francis Henrique Estacio da Silva³⁴

Resumo

Este artigo objetiva analisar o campo no Contestado paranaense na perspectiva dos processos sociais, econômicos, políticos, jurídicos e ambientais, dos conflitos territoriais e das resistências sociais que se manifestaram/manifestam no contexto de luta pela terra-território. Considera-se elementar compreender como a Guerra do Contestado (1912-1916) moldou a ocupação do território e as relações sociais na parte paranaense da região em que ocorreu o conflito, desde seu término até os dias atuais, e também evidenciar as diferenças socioeconômicas entre modelos antagônicos de ocupação e uso da terra, resultantes dos desdobramentos da guerra ocorrida no início do século XX. Para tanto, fez-se um recorte territorial que compreende os municípios de General Carneiro, Bituruna, Paula Freitas e Cruz Machado. A pesquisa indica a necessidade ampliar o debate sobre o acesso à terra e ao território na perspectiva que representa também o acesso à natureza e a garantia da preservação ambiental, com isso, rompendo com a noção de natureza apenas enquanto recurso natural e mercadoria a ser apropriada pelo modo de produção capitalista. Deste modo, acreditamos que a reforma agrária tem a potencialidade de, ao democratizar o acesso à terra, possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, social, econômica e ambientalmente.

Palavras-chave: terra-território; estrutura fundiária; luta pela terra.

³¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Unespar, por meio de bolsa de pesquisa de Iniciação Científica e Tecnológica vinculada ao projeto “A Questão Agrária no Contestado: processos, conflitos e resistências”.

³² Professora Adjunta do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória, orientadora desta pesquisa e coordenadora do projeto de pesquisa “Dinâmicas territoriais no Contestado: terra, trabalho e ambiente” e do projeto de extensão “Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado”. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br

³³ Estudante de graduação em história vinculado ao projeto “A Questão Agrária no Contestado: processos, conflitos e resistências”.

³⁴ Estudante de graduação em geografia vinculado ao projeto “A Questão Agrária no Contestado: processos, conflitos e resistências”.



Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el campo en el Contestado paranaense en la perspectiva de los procesos sociales, económicos, políticos, jurídicos y ambientales, así como de los conflictos territoriales y de las resistencias sociales que se manifestaron/manifiestan en el contexto de lucha por tierra-territorio. Se considera elemental comprender como la Guerra del Contestado (1912-1916) ha dado forma a la ocupación del territorio y a las relaciones sociales en la parte paranaense de la región en que ocurrió el conflicto y también evidenciar las diferencias socioeconómicas entre modelos antagónicos de ocupación y uso de la tierra, resultantes de los desdoblamientos de la guerra ocurrida en el inicio del siglo XX. Para tanto, se hizo un recorte territorial que comprende los municipios de General Carneiro, Bituruna, Paula Freitas y Cruz Machado. La investigación indica la necesidad de ampliar el debate sobre el acceso a la tierra y al territorio en la perspectiva que representa también el acceso a la naturaleza y a la garantía de la conservación ambiental, con eso, rompiendo la noción de naturaleza apenas en cuanto recurso natural y mercadería a ser apropiada por el modo de producción capitalista. De este modo, creemos que la reforma agraria tiene la potencialidad de, al democratizar el acceso a la tierra, posibilitar la construcción de una sociedad más justa y equilibrada, social, económica y ambientalmente.

Palabras-clave: tierra-territorio; estructura de tierras; lucha por la tierra

Abstract

This article aims to analyze the rural areas of the Contestado region in Paraná from the perspective of social, economic, political, legal, and environmental processes, as well as territorial conflicts and social resistance that have manifested and continue to manifest in the struggle for land and territory. It is essential to understand how the Contestado War (1912-1916) shaped the occupation of the territory and social relations in the Paraná portion of the region where the conflict took place. The study also seeks to highlight the socioeconomic differences between opposing models of land occupation and use, resulting from the developments of the war that occurred in the early 20th century. To this end, the study focuses on the municipalities of General Carneiro, Bituruna, Paula Freitas, and Cruz Machado. The research indicates the need to broaden the debate on access to land and territory, considering it also as access to nature and a guarantee of environmental conservation. This approach challenges the notion of nature merely as a natural resource and commodity to be appropriated by the capitalist mode of production. In this way, we believe that agrarian reform has the potential, by democratizing access to land, to contribute to the construction of a more just and balanced society, socially, economically, and environmentally.

Keywords: land-territory; land structure; struggle for land.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu numa extensa área do interior dos estados do Paraná e de Santa Catarina, atualmente correspondente ao sudeste do Paraná, e no lado



catarinense, ao planalto norte e parte das regiões serrana e oeste. O conflito foi a maior guerra civil já registrada em território brasileiro, quando o próprio Estado se voltou contra a população cabocla – camponeses e trabalhadores – que há gerações viviam naquilo que era denominado de sertão.

Os desdobramentos da Guerra, nas diferentes escalas de análise (social, econômica, política, jurídica, ambiental etc.) são elementares para o entendimento da configuração do espaço agrário. Deste modo, passados 109 anos do término oficial da Guerra é possível atestar que os conflitos permanecem no plano das relações cotidianas, no fazer territorial, na transfiguração ambiental e nos significados das relações de produção que se estabeleceram temporalmente.

Nesse sentido, Fraga (2016, p. 29) afirma que a Guerra continua, “o Contestado ainda é guerra os tambores acabam de rufar, as batalhas seguem, o sofrimento ainda atinge muitos, o sangue dos que deram a vida lutando pelo seu direito à terra e à vida ainda está impregnado pela região da Guerra do Contestado”.

Portanto, entendemos que não é cabível tratar do ocorrido como algo restrito temporalmente, de modo que entender a dimensão territorial do Contestado requer uma análise das repercussões do conflito no espaço-tempo. Para tanto, assevera-se que os mesmos elementos que deflagraram a Guerra, permanecem na conformação territorial do Contestado na atualidade, quais sejam, a apropriação privada capitalista da terra-território, a transformação da terra em mercadoria e a busca pela homogeneização produtiva.

Fraga (2016, p. 29) afirma que o conflito “segue até os dias atuais, quando a população do Contestado vive a guerra pela vida, pela terra e pela comida”. Defendemos que a disputa pela terra/território representou o estopim para a deflagração da Guerra, de modo que a apropriação privada da terra-território permanece sendo central para a continuidade das tensões sociais que se manifestam numa série de questões, tais como: acesso à terra, trabalho, educação, saúde, alimentação, degradação da natureza etc.

Com a intenção de identificar os conflitos e as ações de resistência e de luta pelo acesso à terra-território construídas após a Guerra do Contestado, esta pesquisa verticalizou as análises nos municípios de General Carneiro, Bituruna, Paula Freitas e Cruz Machado. A escolha destes municípios como objeto de estudo, dentre tantos outros que foram território da guerra, longe de ser aleatória, dá-se pelo fato de que a realidade destes nos confronta com dois modelos



antagônicos, no entanto, complementares de ocupação e uso da terra: o latifúndio improdutivo ou de silvicultura (indústria madeireira) em General Carneiro e Bituruna, e a pequena propriedade, com produção diversificada em Paula Freitas e Cruz Machado.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho nos valem dos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica; recorte da área de estudo; levantamento, sistematização e análise de dados estatísticos; elaboração de uma linha do tempo da luta pela terra-território nos municípios estudados; entrevista com um assentado e um acampado da reforma agrária.

Inicialmente realizamos levantamento bibliográfico, leituras e fichamentos sobre a Guerra do Contestado, com ênfase aos processos econômicos e à luta pela terra. Nesse sentido, buscamos compreender os desdobramentos da Guerra a partir da luta pela terra-território que permanecem na atualidade frente ao descumprimento da função social da terra.

Na sequência, realizamos o recorte da área de estudo, considerando a configuração agrária e a ocupação do território no contexto do Contestado paranaense. Assim, definimos o aprofundamento da pesquisa nos municípios de General Carneiro, Bituruna, Paula Freitas e Cruz Machado.

Posteriormente, realizamos levantamento de dados sobre a estrutura fundiária no Contestado, quando foram analisados dados estatísticos relacionados à realidade socioeconômica e a estrutura fundiária e produtiva dos municípios selecionados para a pesquisa. Para tanto, foram realizadas pesquisas junto ao Projeto de Extensão Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado e também nos seguintes bancos de dados: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e MAPBIOMAS - Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil.

A próxima etapa consistiu na identificação de acampamentos e assentamentos de reforma agrária no Contestado, para tanto, levamos em consideração os acampamentos de luta pela terra e os assentamentos de reforma agrária territorializados nos municípios estudados. Essa etapa se desdobrou na elaboração de uma linha do tempo da luta pela terra-território e a realização de duas



entrevistas que tiveram por objetivo compreender o histórico da luta pela terra-território e as ações de resistência construídas na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

CONTESTADO EM GUERRA: O PROCESSO DE “LIMPEZA” DA TERRA

O território conhecido como Contestado engloba hoje uma vasta região do norte do Estado de Santa Catarina, e uma porção menor (porém não menos importante no contexto da guerra) do sul do Estado do Paraná. É impossível compreender a atual realidade socioeconômica e cultural deste território sem analisar as causas e os desdobramentos da Guerra do Contestado. Como reflete acertadamente Fraga (2016, p. 29) “100 anos depois, o Contestado ainda é guerra”.

A história oficial, durante todo o século XX, insistiu em reduzir o debate sobre as causas do conflito ao fanatismo religioso e a disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Essa ideia confusa e superficial sobre o maior conflito camponês da história republicana do Brasil permanece, surpreendentemente, até mesmo entre os moradores da região na qual ocorreu a guerra, fato que faz com que o conflito continue fazendo vítimas no Contestado, geração após geração.

Ressaltamos, que sobretudo na ciência geográfica, apenas recentemente o Contestado tem sido discutido com a relevância que possui. Porém, ainda de forma limitada no que se refere a escala de abrangência. São poucas as universidades, os pesquisadores e mesmo as escolas, ainda que localizadas no território de luta, conflito, guerra e morte que têm se debruçado em apreender as tramas que enredaram a Geografia do/no Contestado (Gemelli, 2018, p. 257).

Alguns autores e autoras sobre os quais nos debruçamos para a pesquisa vivem na região e vivem “a” região. Para além do estudo teórico, realizaram extensos trabalhos de campo sobre a geografia, a geopolítica e as relações socioeconômicas no Contestado. Construíram abordagens e teorias numa perspectiva crítica sobre diversos elementos que compõe a conflagração do conflito. Entre eles, a fé e o messianismo, já que os caboclos e caboclas se organizaram através da crença no Monge João Maria e seus sucessores(as), também a limpeza étnica, o extermínio da população cabocla que então habitava a região e sua substituição por imigrantes europeus. Porém, destacam como causa principal para a ocorrência da guerra a expansão do grande capital, das relações de produção capitalistas, a transformação da terra, e consequentemente da natureza, em mercadoria,



com a chegada da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, construída pelo empresário norte americano Percival Farquhar no início do século XX. A ferrovia teria início em Itararé (SP) e terminaria em Santa Maria (RS).

De acordo com Ferreira (2023) no período anterior à construção da ferrovia, havia na região que hoje conhecemos como Contestado uma espécie de relação de compadrio entre os grandes coronéis da terra e os caboclos e caboclas que a eles serviam. Os coronéis dominavam o território e permitiam à população cabocla que habitasse os rincões e fundos de pasto. Em troca do direito à posse e ao uso da terra prestavam serviços nas fazendas dos coronéis. Era uma relação de submissão que de forma alguma deve ser romantizada, entretanto, não havia as relações de exploração e exclusão da lógica capitalista, pois a mão de obra e a terra em si não eram tidas como mercadoria.

Isto posto, o Contestado ainda era uma região a ser conquistada pela expansão do capitalismo industrial, em especial vinculado ao imperialismo inglês, já que a construção de ferrovias era o carro chefe da dominação econômica inglesa ao redor do mundo, e foram os empréstimos de bancos da Inglaterra que financiaram a construção da ferrovia (Gemelli, 2018). A empresa de Farquhar, *Brazil Railway Company*, recebeu como pagamento pela empreitada 9 km de terras devolutas de cada lado dos trilhos a partir das proximidades do rio Iguaçu, na região de Porto União da Vitória. O acordo excetuava as terras dos coronéis e fazendeiros, restando à rapina do Grupo Farquhar os ditos sertões inabitados, ou seja, as terras onde viviam camponeses e camponesas pobres (Gemelli, 2018).

Dessa forma, a violência no Contestado explode muito antes da primeira batalha nos campos do Irani em 1912. Ao perceber o potencial de mercantilização da terra e da madeira na área que havia recém adquirido, Farquhar estabelece na região a *Brazil Lumber and Colonization Company*, com o intuito de cortar e comercializar a madeira, em especial o pinheiro Araucária, e também vender lotes de terra para imigrantes europeus recém-chegados.

Junto à construção da ferrovia o conflito se inflama com a instalação, em 1909, da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que, por meio da concessão das terras ocupadas pela Floresta Ombrófila Mista irá retirar araucária, imbuia, cedro e erva-mate. Após a pilhagem fará a venda de lotes de terras com a finalidade da ocupação/colonização por imigrantes europeus, daquilo que era denominado como “sertão” (Gemelli, 2018, p. 270).



No intuito de garantir seu domínio, a *Lumber* monta o chamado “Corpo de Segurança”, uma força paramilitar encarregada de “limpar” a região da presença indesejada dos caboclos, “para se estabelecer a *Lumber* precisou de terras vazias e estas terras não eram um ‘sertão inabitado’, como se propalava. Construída a ferrovia, era preciso retirar das terras concedidas ao Grupo Farquhar, homens e mulheres que nelas viviam há décadas” (Gemelli, 2018, p. 270).

De acordo com Ferreira (2023), mesmo com a explosão de violência a partir da construção da ferrovia, a guerra propriamente dita se inicia com a chegada dos desterrados aos campos do Irani sob a liderança do Monge José Maria, após serem expulsos do chamado ajuntamento de Taquaruçu, em Curitibaanos, acusados de serem monarquistas.

À época a região conhecida como Banhado Grande do Irani pertencia ao Estado do Paraná, que enviou tropas para combater a invasão dos fanáticos (Ferreira, 2023). O combate ocorreu em 22 de outubro de 1912, com a morte em batalha dos dois comandantes, o Monge José Maria do lado dos camponeses, e o coronel João Gualberto, comandante das tropas legalistas, que foram derrotadas e tiveram de recuar (Ferreira, 2023).

A partir de então os camponeses refugiam-se em redutos, ou cidades santas, onde organizam a vida através da religiosidade, com lideranças político-militares e religiosas como a Virgem Maria Rosa e o Caboclo Deodato, e também a fé inabalável em São João Maria, que permanece até hoje na região. Os redutos chegavam a ter milhares de casas e população estimada maior do que muitas localidades catarinenses e paranaenses à época. Entre os principais estavam o Reduto de Taquaruçu, o Reduto de Caraguatá e o Reduto de Santa Maria.

Durante os 4 anos seguintes ao primeiro combate as expedições militares legalistas do Exército brasileiro em conjunto com pistoleiros da *Lumber* e as forças policiais locais, sofreram derrotas humilhantes para os rebeldes camponeses, que realizaram feitos grandiosos como a tomada de cidades inteiras, a destruição da sede da *Lumber* em Calmon ocorrida em 5 de setembro de 1914, e a queima de cartórios que continham as escrituras das terras que haviam sido roubadas dos camponeses.

“Junto ao ataque à *Lumber* várias fazendas pertencentes, sobretudo a coronéis com ligação ao grupo de Percival Farquhar foram assaltadas. A serraria só foi reconstruída um ano depois, quando voltou a explorar exportar a madeira dos imensos pinheirais” (Gemelli, 2018, p. 276).



De acordo com Fraga (2016) as tropas legalistas se depararam com “um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por pessoas conhecedoras do terreno e da natureza, numa verdadeira guerra de guerrilha” (Fraga, 2016, p. 32). Os camponeses sem armas impuseram uma resistência ferrenha e inesperada para as tropas regulares e os pistoleiros dos coronéis, porém, não resistiram a superioridade tecnológica do Exército brasileiro, que dispunha de canhões e metralhadoras frente ao armamento dos rebeldes composto por instrumentos de trabalho e facões de guamirim. Para Fraga, a resistência consciente e heroica fez com que os camponeses e camponesas do Contestado vencessem moralmente a guerra. O autor destaca:

O Exército de São João Maria contou com quase 10 mil pessoas armadas, geralmente homens, crianças e mulheres juntos, tanto jovens quanto velhos. Lutando assim, a população inteira pela sua sobrevivência econômica e cultural, e devido à sua forte fé, resistiu até ao fogo armado, acreditando que isto faria parte da sua glória. Mas os caboclos e as caboclas venceram moralmente a guerra, pois seus princípios éticos prevaleceram até os dias atuais (Fraga, 2016, p. 32).

Durante a aula inaugural do curso de Direito do campus de União da Vitória no ano de 2023, o palestrante, jurista e professor Carlos Frederico Marés destacou que o Exército brasileiro seria o único de seu conhecimento que fala com orgulho do extermínio de seu próprio povo.

Após a queda da última grande cidade santa em Santa Maria, no dia 5 de abril de 1915, seguiram-se quase dois anos de caça e extermínio aos caboclos e às caboclas remanescentes no Contestado. De acordo com Gemelli (2018), o ano de 1917 passaria para a história na região como o “ano da limpeza”, ou “a fase do açougue”, quando a *Lumber* em conluio com fazendeiros e coronéis financiaram grupos armados para exterminar a população cabocla remanescente. A autora aponta que:

Não é possível precisar quantos caboclos e quantas caboclas foram mortos/mortas, seja, pelas forças oficiais do Exército brasileiro, do Corpo de Segurança da Lumber, ou ainda pela força dos coronéis locais. Foram quatro anos de Guerra declarada, porém o pós-guerra, sobretudo, no ano de 1917, registrou o genocídio de caboclos e caboclas que haviam fugido da morte nos quatro anos anteriores (Gemelli, 2018, p. 278).

Entretanto, o extermínio não foi total, certamente houve sobreviventes. De modo que, como todos que fogem da violência, estes teriam se dispersado pela região, adentrando mais às matas, ido para as cidades, para outras regiões do Paraná e de Santa Catarina, ou se incorporado



ao trabalho assalariado e degradante nas fazendas dos vencedores.

Um olhar atento sobre as relações étnico-culturais, sociais e econômicas nos municípios analisados nesta pesquisa corrobora com a afirmação de Fraga (2016) que alerta sobre a continuidade do conflito e sua configuração, com os coronéis e fazendeiros de outrora dando lugar aos empresários e madeireiros atuais na exploração da miséria da população pobre e cabocla da região. Ao mesmo tempo a luta pelo direito à terra-território, ao trabalho e a vida digna segue firme nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária organizados pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por todo o Contestado, onde vivem caboclos e caboclas que mantêm a cultura de resistência e a fé em São João Maria.

CONTESTADO EM GUERRA: A CONCENTRAÇÃO DA TERRA

Como já mencionado anteriormente, a aliança sinistra entre as empresas de Percival Farquhar e os coronéis e fazendeiros da região não rendeu lucros exorbitantes apenas com a madeira, mas também com a venda das terras saqueadas/esvaziadas depois destinadas para projetos de colonização, principalmente para imigrantes europeus. No contexto científico eugenista da época, a ideia vigente, até mesmo em setores do governo, era o embranquecimento da população para o desenvolvimento da nação. Quando se transita pelos municípios da região percebe-se que as melhores terras e os melhores terrenos urbanos são ocupados majoritariamente por pessoas brancas com sobrenome de imigrantes.

Entretanto também é evidente a presença marcante da população cabocla, que, num movimento de resistência secular, se deixou absorver pela nova sociedade que emergia do caos da guerra, ressignificando seus costumes, sua cultura e sua religiosidade. É comum, por exemplo, ver famílias de descendentes de imigrantes batizando seus filhos nas “grutas do Monge”, compartilhando uma cuia de chimarrão e ostentando símbolos como a Cruz Verde do Exército Encantado.

Entre as heranças malditas legadas à região pelos desdobramentos da guerra, talvez a mais cruel seja a hegemonia da indústria madeireira, que impõe a perpetuação do latifúndio e a brutalização da classe trabalhadora no Contestado decorrente do



[...] processo de territorialização do latifúndio silvicultor, que tem repercutido no espaço urbano e no espaço rural por meio de impactos econômicos, sociais e ambientais que contribuem para a manutenção da pobreza e da degradação ambiental na região. [...] A presença do latifúndio nos municípios está diretamente ligada à condição de pobreza da população no campo e na cidade e na negação do modo de vida camponês. A condição de pobreza da população é entendida a partir da ausência de diversidade produtiva e, portanto, dos significados e desdobramentos da opção econômica pela madeira, bem como da violação ao cumprimento da função social da terra (Fonseca, 2019, p. 224).

O levantamento de dados e a pesquisa de campo feitos nos municípios de General Carneiro e Bituruna trazem dados reveladores sobre esta realidade. General Carneiro³⁵ e Bituruna são os municípios onde as contradições trazidas pela concentração da terra e, conseqüentemente, da riqueza, se mostraram mais evidentes. A tabela a seguir contribui para a problematização do tamanho desta concentração.

Tabela 1 – Estrutura fundiária em General Carneiro (2017)

Classes de Áreas (em ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
Mais de 0 e menos de 10	179	26,80	861	0,84	4,81
10 a menos de 50	300	44,91	7.550	7,41	25,17
50 a menos de 100	57	8,53	3.928	3,85	68,91
100 a menos de 500	88	13,17	18.273	17,93	207,65
500 a menos de 1.000	19	2,84	12.976	12,73	682,95
Mais de 1.000	24	3,59	58.341	57,24	2.430,88
Produtor sem área	1	0,15	-	-	-
Total	668	100,00	101.929	100	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado, 2023.

A tabela 1 evidencia que, em relação a configuração fundiária, General Carneiro possui 101.929 há destinados a agricultura e a pecuária, ocupados por 667 estabelecimentos agropecuários, dos quais 536 têm menos de 100 ha e ocupam apenas 12,1% da área do município. Dos outros 131 estabelecimentos, 24, possuem mais de 1.000 ha e ocupam a impressionante

³⁵ General Carneiro foi território da guerra no lado paranaense, foi onde caiu o avião pilotado pelo Capitão Kirk, primeira tentativa de uso militar da aviação no Brasil com finalidade bélica. Hoje, o município é dominado pelo latifúndio e pela monocultura de pinus e eucalipto patrocinada por grandes empresas da indústria madeireira.



quantia de 57,24% da área destinada a agricultura e a pecuária no município.

Sobre a dinâmica produtiva no campo, em General Carneiro, não se observa produção tão significativa de milho, erva-mate e soja, tendo sido colhidas, em, 2022, respectivamente, 3.000 t., 4.600 t., e 7.000 t., (IPARDES, 2022). Entretanto, constata-se o domínio da silvicultura com 24.780 ha (MAPBIOMAS, 2022), totalizando quase 1/4 do total da área ocupada pelos estabelecimentos indicados na tabela 1.

No município de Bituruna os dados sobre a concentração da terra também impressionam. Dos 1.561 estabelecimentos rurais, 1.441 possuem menos de 100 ha e ocupam 37,97% da área de agricultura e pecuária, ou seja, mais uma vez o latifúndio abocanha boa parte do território, sendo 12 estabelecimentos com mais de 1.000 ha responsáveis por ocupar 35,66% da área agropecuária municipal. A tabela 2 contextualiza esse cenário.

Tabela 2 – Estrutura fundiária em Bituruna-PR (2017)

Classes de Áreas (em ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
Mais de 0 e menos de 10	348	22,29	1.598	1,59	4,59
10 a menos de 50	902	57,78	23.638	23,54	26,21
50 a menos de 100	191	12,24	12.897	12,84	67,52
100 a menos de 500	99	6,34	20.171	20,08	203,75
500 a menos de 1.000	9	0,58	6.308	6,28	700,89
Mais de 1.000	12	0,77	35.817	35,66	2.984,75
Total	1.561	100,00	100.429	100,00	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado, 2023.

Sobre a produção no campo e a relação com a dinâmica regional se destaca a produção de erva-mate, que em 2022, totalizou 31.200 t. (26% do total produzido na MRG de União da Vitória), nesse contexto, a produção de soja foi de 8.500 t. e foram produzidas 5.000 t. de milho (IPARDES, 2022). De acordo com MAPBIOMAS (2022) o município também tem uma significativa área com silvicultura (20.582 ha, abarcando 1/5 do total da área ocupada por propriedades rurais).

É importante a reflexão sobre alguns dados em relação à produção e a estrutura fundiária de General Carneiro e Bituruna. Os dois municípios possuem boa parte de seu território coberta pela monocultura de pinus e eucalipto para suprir a demanda da indústria madeireira regional.



Fonseca (2019), comprovou através da análise de dados oficiais e de uma extensa pesquisa de campo a relação intrínseca entre a indústria madeireira, a concentração da terra, a pobreza e a degradação ambiental nestes municípios.

O autor demonstrou que General Carneiro e Bituruna possuem os piores indicadores sociais da microrregião (MRG) de União da Vitória e que isso encontra correspondência no fato de que as elites locais, mesmo com o fechamento das madeireiras tradicionais, mantiveram a madeira como principal atividade econômica, arrendando parte de seus grandes latifúndios (hoje abandonados) para as atuais empresas de monocultivo de pinus e eucalipto. Desta forma, conseguem burlar os índices de produtividade que poderiam declarar seus latifúndios improdutivos, ao passo que sustentam o poder e a influência política ao manter a concentração da terra e impedir o acesso do campesinato ao principal meio de produção.

Apesar da proximidade e de coexistirem na mesma microrregião, os municípios de Paula Freitas e Cruz Machado apresentam realidades distintas em comparação a General Carneiro e Bituruna, começando pela estrutura fundiária, com presença significativa da pequena propriedade.

Paula Freitas é um município em que há predomínio da agricultura camponesa. Destaca-se a produção de erva-mate e de fumo. Sendo o fumo uma cultura própria da agricultura camponesa e de pequenas propriedades, e responsável por gerar quantidade significativa de empregos, em especial na época da colheita.

Dados do IPARDES (2022), indicam que o município de Paula Freitas é responsável por aproximadamente 17% da produção regional de fumo, ou seja, 1.500 toneladas num universo de 8.604 t. produzidas na MRG de União da Vitória. Também se destaca a participação do município na produção de erva-mate (15.600 toneladas) e soja (45.800 toneladas), produção que equivale, respectivamente, a 13% e 34% do total produzido por essas culturas na MRG de União da Vitória.

Porém, ao analisar os dados do Censo Agropecuário de 2017, percebe-se as contradições inerentes ao paradigma de concentração da terra que assolam a região estudada. Apesar de os estabelecimentos com menos de 100 ha serem a grande maioria dos estabelecimentos rurais no município (440 dos 485 estabelecimentos) e também responsáveis por movimentar a economia local e regional, as 102 propriedades acima de 100 ha ocupam boa parte da área de agricultura e pecuária em Paula Freitas, ou 67,99% do total, destaca-se a existência de quatro propriedades com



área superior a 1000 ha que juntas ocupam 20,25% do território agropecuário municipal.

Tabela 3 – Estrutura fundiária em Paula Freitas-PR (2017)

Classes de Áreas (em ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
Mais de 0 e menos de 10	158	32,58	825	2,91	5,22
10 a menos de 50	225	46,39	4.935	17,47	21,93
50 a menos de 100	47	9,69	3.283	11,62	69,85
100 a menos de 500	42	8,66	8.038	28,46	191,38
500 a menos de 1.000	9	1,86	5.446	19,28	605,11
Mais de 1.000	4	0,82	5.720	20,25	1.430,00
Produtor sem área	-	-	-	-	-
Total	485	100,00	28.247	100,00	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado, 2023.

Já sobre a dinâmica produtiva em Cruz Machado, destaca-se a importante participação na produção de feijão (4.800 t. – 55% de todo o feijão produzido na MRG de União da Vitória), também se constata a produção de milho (25.200 t. – 54% do total produzido na mesma MRG), ainda se observa a produção de erva-mate somando 50.000 t. que equivale a 42% da produção da MRG (IPARDES, 2022).

No que diz respeito a apropriação da terra, existem 2.951 estabelecimentos com menos de 100 ha, num universo de 3.051 estabelecimentos rurais, que ocupam 61,37% da área agropecuária municipal. Ainda assim, há 3,28% das propriedades (totalizando 85 imóveis), que ocupam 38,6% da área de agricultura de Cruz Machado, destas, chama atenção a existência de 11 propriedades com mais de 1.000 ha que tomam para si 21,27% do território agropecuário municipal, de modo que ao fazer um cálculo médio cada uma teria 2.151 ha de área.



Tabela 4 – Estrutura fundiária em Cruz Machado-PR (2017)

Classes de Áreas (em ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
Mais de 0 e menos de 10	844	27,66	3.977	3,57	4,71
10 a menos de 50	1.827	59,88	45.463	40,87	24,88
50 a menos de 100	280	9,18	18.840	16,93	67,29
100 a menos de 500	60	1,97	10.138	9,11	168,97
500 a menos de 1.000	14	0,46	9.153	8,22	653,79
Mais de 1.000	11	0,36	23.666	21,27	2.151,45
Produtor sem área	15	0,49	-	-	-
Total	3.051	100,00	111.237	100	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Org.: Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado, 2023.

A análise dos dados da estrutura fundiária dos municípios selecionados deixa evidente que a concentração da terra permanece como a grande tragédia que assola a região e impede seu desenvolvimento pleno, mesmo nos municípios com forte presença da agricultura camponesa. Isso corrobora com o entendimento de que na região do Contestado paranaense, a Guerra do Contestado ocorrida no início do século XX deixou como herança maldita a indústria madeireira, que legitima o latifúndio através da falácia de que é a madeira que gera riqueza para os municípios.

A comparação entre os dados analisados nas tabelas de estrutura fundiária municipal, em conjunto com os Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios selecionados, confirma o que diversos pesquisadores(as) e movimentos sociais denunciam: quanto maior a concentração da terra maior a desigualdade e a pobreza. Esse fato parece acentuar-se em regiões onde predomina o latifúndio madeireiro, caso da região estudada nesta pesquisa.

A propriedade da terra gera males paradoxais porque destrói a natureza com força devastadora e argumenta que mais precisa destruir para dar de comer a desesperado e incontável contingente humano, ironicamente, quanto mais destrói a natureza, menos vida possibilita, inclusive humana, quanto mais altera os seres vivos, mais aproxima da morte. Há algo de errado nessa lógica inversa, não é possível que a garantia de um direito individual seja o flagelo do direito dos povos (Marés, 2003, p. 13).

Na MRG de União da Vitória, há mais de 100 anos dominada pela indústria madeireira, o IDH (2010) dos municípios está abaixo da média estadual. Entre os municípios estudados, Paula Freitas apresenta o maior IDH-M, 0,717 (sendo também o município com menor concentração



fundiária dentre os analisados nesta pesquisa), na sequência, Bituruna (0,667), Cruz Machado (0,664) e General Carneiro (0,652), destaca-se que a média deste indicador no Estado do Paraná é 0,749, consideravelmente superior aos municípios estudados (IBGE, 2010).

O monopólio da terra que fundamenta a construção territorial brasileira interdita um conjunto de sujeitos sociais do acesso à terra de trabalho e para a reprodução da vida. Enquanto estratégia para romper com as cercas do latifúndio e cumprir a função social da terra, camponeses e camponesas, se organizam para lutar pela reforma agrária.

Sobre a função social da terra, a Constituição Federal de 1988, destaca a necessidade de serem cumpridos, simultaneamente, quatro quesitos, são eles: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Em vista disso, nos últimos 40 anos identifica-se a conquista de algumas frações do território que foram retiradas do domínio do latifúndio que não cumpre o preceito constitucional da função social da terra. Sobre isso, na sequência, sistematizamos as conquistas camponesas pela territorialização e consolidação de assentamentos de reforma agrária nos municípios de Bituruna e General Carneiro.

CONTESTADO EM GUERRA: A CONTINUIDADE DA LUTA PELA TERRA

Da mesma forma que o latifúndio e o coronelismo insistem em perpetuar seu poder e influência no Contestado, também o campesinato permanece resistindo e lutando pelo seu direito à terra e à vida digna. Quem já passou, mesmo que por um breve período, na região do Contestado costuma ouvir histórias sobre disputas de terras. Difícil encontrar alguém cuja família não esteve envolvida em alguma contenda por um lote de terra durante o longo século entre a guerra e os dias atuais.

A partir da década de 1980 essa luta se intensifica através da organização coletiva dos camponeses e camponesas para reivindicar o direito à posse da terra. Nas duas décadas seguintes, entre vitórias e revezes, o campesinato organizado através do MST em Bituruna e General Carneiro



conquistou 8 assentamentos de reforma agrária, assentou quase 500 famílias, fundou cooperativas e mantém a luta viva através de dois acampamentos na região que ainda lutam por regularização.

Um senhor, assentado e liderança Sem Terra de Bituruna desde a primeira ocupação realizada no município em 1988, relata um pouco desta trajetória. De acordo com suas memórias, a partir do início da década de 1980 as grandes madeiras começam a falir e abandonar as fazendas devido à escassez de madeira de lei “nos matos” da região, já que na época ainda não havia as grandes áreas de monocultura de pinus. Isso fez com que muitos ficassem sem emprego e buscassem a organização coletiva. Em 1986 é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Bituruna e em 1988 é realizado o primeiro grande enfrentamento aos coronéis da região, a ocupação da área da madeireira Bettega. Para o entrevistado, “foi ali, na década de 1980, que começou o desemprego, ali. O pessoal ficou sem emprego por causa do extermínio da madeira. A fundação do Sindicato foi em 16 de agosto de 1986 e a ocupação foi em 5 de agosto de 88”.

A ocupação da fazenda Bettega foi seguida de um violento despejo que até hoje povoa o imaginário das pessoas da região, e teve repercussões em todo o estado. De acordo com o entrevistado, a violência policial contra as famílias repercutiu de forma muito negativa na época e foi notícia em toda a imprensa, porém não desanimou os Sem Terra, que se mantiveram organizados.

Nós ocupamos na noite do dia 5 e fomos despejados no dia 6 à tarde. Não chegamos a ficar nem 24 horas em cima da área. Era cerca de 200 a 250 famílias mais ou menos. Foi um despejo, assim, bem violento, onde foi 16 presos, as mulheres foram espancadas, pisadas por cima, foi um despejo bem violento. Era mais ou menos uns 180 policiais mais ou menos, que fez o despejo. Várias lideranças presas.

Após o trauma do despejo as famílias ficaram acampadas na sede do Sindicato por 8 meses, mantendo-se organizadas coletivamente para dividir as tarefas do dia a dia e a renda que obtinham com serviços de empreita na região. Em abril de 1989, após negociações com o INCRA, ocuparam a área que viria a se tornar o primeiro dos 6 assentamentos em Bituruna, o Assentamento Rondon.

Depois do despejo nós ficamos acampados no terreno do Sindicato durante 8 meses. E depois, daí, que nós fomos pra essa negociação que houve com o INCRA que nós ocupamos daí de novo essa outra área que hoje é o Assentamento Rondon 3. Dia 23 de abril, fomos despejados, em agosto e daí dia 23 de abril de 1989 que nós ocupamos o Rondon.



O Assentamento Rondon seria regularizado pelo INCRA apenas em 1991. Após a conquista da terra pelos camponeses organizados pelo MST, mais famílias passam a se organizar e lutar por terra na região. Durante a década de 1990, sob a bandeira do Movimento Sem Terra, as famílias camponesas de Bituruna iriam conquistar mais 4 áreas de assentamento - Assentamento Etiene (1991), Assentamento 12 de Abril (1998), Assentamento Santa Bárbara (1998) e Assentamento Criciuminha (1998). Em 2001 o Assentamento Sonho de Rose foi a última área conquistada pela luta camponesa no município (ver tabela 5).

Tabela 5 – Assentamentos de Reforma Agrária em Bituruna e General Carneiro

Município	Assentamento	Área (ha)	Número de lotes	Data de Criação
Bituruna	PA Rondon III	4.240,000	80	13/05/1991
	PA Etiene	1.058,000	24	13/08/1991
	PA 12 de Abril	5.800,000	209	13/08/1998
	PA Criciuminha	829,284	25	02/09/1998
	PA Santa Bárbara	1.669,340	47	16/11/1998
	PA Sonho de Rose	851,710	31	14/09/2001
	Total	8.648,710	416	
General Carneiro	PA Colina Verde	1.784,600	60	14/10/1997
	PA Rio Catequese	416,538	19	20/12/2000
	Total	2.201,138	79	

Fonte: INCRA, 2023. Org.: Rodrigo Moschkovich Athayde, 2024.

As lutas camponesas retiraram do controle do latifúndio 8.648,710 ha de terra em Bituruna e 2.201,138 ha em General Carneiro, isso representa, respectivamente, 6,7% e 2,0% dos territórios municipais. Para tal cálculo foi considerado o tamanho dos municípios, portanto, incluindo não apenas a área agropecuária. Além dos assentamentos indicados na tabela 5, indica-se a existência do PA 27 de outubro e do PA Recanto Bonito, cujos territórios estão envolvidos num imbróglio jurídico sobre a redefinição do limites político-administrativos dos municípios de Bituruna, General Carneiro, Palmas e Coronel Domingos Soares. Nos dados do INCRA, ambos os assentamentos constam como pertencentes ao município de Palmas, entretanto, o primeiro está em área territorial litigiosa entre Bituruna e Coronel Domingos Soares (destaca-se que foi criado em 1998, possui área de 7.260 ha e 166 lotes), já o segundo, até 2014 pertencia a General Carneiro, naquele ano houve uma redefinição dos limites municipais entre General Carneiro e Palmas, e toda



a área territorial do assentamento que foi criado em 1999 (1.300 hectares, com 70 famílias assentadas) passou a fazer parte do município de Palmas, entretanto, os próprios assentados têm se organizado para que o assentamento seja considerado pertencente a General Carneiro.

Ainda que as frações sejam pequenas, sobretudo, quando ainda se comprova existência de grandes propriedades que não atendem as necessidades da coletividade (conforme indicam as tabelas sobre a estrutura fundiária), é necessário destacar o significado da transformação da terra de negócio em terra de trabalho. Isto é, antes da conquista dos assentamentos estas áreas de terra atendiam aos interesses escusos de seus pretensos proprietários, ao passo que ao se transformarem em terra de trabalho possibilitam a reprodução camponesa de, pelo menos, 500 famílias (é comum que num mesmo lote resida mais do que uma família, são, sobretudo, filhos e filhas de assentados que constituem família e permanecem no campo).

Destaca-se, ainda, nos municípios estudados, a existência de dois acampamentos de luta pela terra, um em General Carneiro, trata-se do Acampamento Vitória do Contestado - ocupado em 18 de agosto de 2018, atualmente conta com 53 famílias acampadas; e outro em Paula Freitas, Acampamento Reduto de Caraguatá - ocupado em 17 de fevereiro de 2005, atualmente conta com 40 famílias acampadas. São famílias que estão em luta para fazer cumprir a função social da terra, para romper com as cercas do latifúndio, para produzir alimentos para a sociedade, para criar os filhos com liberdade, para trabalhar com autonomia e para contribuir com o desenvolvimento econômico, social e ambiental enquanto direito de todos. Portanto, é preciso romper com o privilégio e monopólio de classe sobre os meios de produção para que se construa uma sociedade com justiça social e territorial.

A lógica do capital, que tem como ponta de lança na região a indústria madeireira se adapta e segue tentando exterminar a cultura e o imaginário camponês caboclo. Do outro lado, os acampamentos do MST na região seguem confrontando os coronéis de hoje, e cada mudança na conjuntura política é um respiro para aqueles que continuam lutando pelo sonho da terra. Em sua tese de doutorado, Fonseca (2019) mostra que boa parte das famílias que hoje estão acampadas nos dois acampamentos do MST em Paula Freitas e General Carneiro, são oriundas da área urbana. Entretanto, em seus relatos, todos tinham fortes vínculos com o campo e, mesmo morando na cidade, saíam diariamente para trabalhar nas fazendas do entorno.



Esta é mais uma condição cruel imposta pelo setor madeireiro no Contestado. Os camponeses e camponesas são “ajuntados” em bairros de periferia das áreas urbanas, brutalizados, e só lhes resta trabalhar para aqueles que os impedem de ter acesso à terra e à vida digna. Um camponês, acampado no Acampamento Vitória do Contestado, relata este processo.

Nós só parava nos mato, tirando erva. Sou nascido em Bituruna e criado em General Carneiro, e nós só parava nos mato. Nós só andava tirando erva pra cá e pra lá, por Bituruna, nós fomos até em Pato Branco fazer erva, porque nós não tinha onde ir, ia de uma ervateira pra outra. Fomos pra Ponte Cerrada tirar erva, nossa vida inteira foi só nos mato. Daí que a falecida mãe era conhecida do seu Antoninho Costa quando ele era prefeito. Daí que ele deu um lote pra falecida mãe ali no bairro São João, logo que eles começaram a fazer o bairro São João. Mas nós não tinha o que fazer [na cidade]. Fizemos um barraquinho lá, nós ficava dois, três dias ali, daí ficava mais 30, 40 dias no mato, comida era só por encomenda, os caminhão de erva levavam, mas nós não conhecia a cidade, tipo, só o pouquinho que a gente vinha ali, não conhecia o que era uma loja direito (Camponês acampado no Acampamento Vitória do Contestado).

De acordo com o acampado, essa era a realidade de todos que moravam no recém-formado bairro São João na década de 1980. Famílias camponesas que viviam perambulando pelas fazendas em trabalhos sazonais, um nomadismo que Fonseca (2019) também destrincha e comprova nos relatos de camponeses e camponesas da região. Para o acampado entrevistado, a opção por se juntar à luta por reforma agrária foi uma questão de necessidade “porque pelo menos aqui nos mato eu sei viver, é roçar, é fazer uma erva, é cortar uma lenha, eu me viro. E lá na cidade não tem o que fazer, até pra assentar um tijolo os cara dizem que tem que ter curso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a pesquisa mostrou que a hipótese inicialmente levantada tem respaldo na materialidade, na realidade concreta do Contestado atual. O modelo de ocupação do território, imposto pelo capital estrangeiro há pouco mais de 100 anos no Contestado, perdura e se adapta, reproduzindo a brutalização e a pobreza dos indivíduos descendentes daqueles que os coronéis e os capitalistas do início do século XX julgavam indesejáveis. Ao passo que nas áreas onde se permitiu a divisão da terra, ou onde esta foi conquistada pela luta coletiva é possível gestar outra racionalidade no que tange à conservação ambiental, à justiça social e econômica, tencionadas pelas



ações de resistência construídas socialmente.

Além disso, é importante demarcar que uma política efetiva de reforma agrária traz benefícios para o conjunto da sociedade em decorrência das práticas camponesas e seus desdobramentos, tais como: produção para o autoconsumo e para a comercialização; produção baseada na diversidade produtiva de alimentos; proteção e conservação ambiental; diminuição do empobrecimento urbano; desenvolvimento local e regional, entre outros. Portanto, ao fazer cumprir a função social da terra o campesinato articula o cuidado ambiental com a justiça social e econômica, isso porque, é capaz de potencializar a natureza na condição de existência social, vinculada ao modo de vida, às relações de trabalho dignas, à produção de alimentos e, portanto, ao equilíbrio entre desenvolvimento econômico e ambiente.

Entretanto, os índices de concentração da terra ainda são exorbitantes, de modo que, além das famílias que vivem nos acampamentos, na linha de frente da luta pela terra, também existe uma legião de camponeses e camponesas exprimidos em loteamentos urbanos, situação que comprova, mais uma vez, a necessidade de debater a reforma agrária e de avançar no desenvolvimento de política públicas que efetivamente sejam capazes de alcançar a sustentabilidade numa perspectiva de totalidade, ou seja, aliando o fazer econômico, cuidando das pessoas e da natureza. Assim, somente uma outra configuração territorial, que rompa com as cercas da concentração da terra e da renda, será capaz de construir um futuro comum e sem privilégios de classe, finalmente, acabando com a guerra.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Kauane do Rocio Soares. **Repercussões da Guerra do Contestado**: um estudo sobre a terra e o território nos municípios de Curitibaanos, Fraiburgo, Lebon Régis e Timbó Grande - Santa Catarina. (TCC em Geografia). Curso de Geografia. Universidade Estadual do Paraná, 2023.

FONSECA, Silas Rafael da. **Latifúndio (im)produtivo e impasses a recriação camponesa no sudeste paranaense**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Londrina, 2019.

FRAGA, Nilson Cesar. A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida-(in) certezas sobre o mundo caboclo. In. FOETSCH, Alcimara Aparecida;



GEMELLI, Diane Daniela, Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

GEMELLI, Diane Daniela Gemelli. Por uma leitura geográfica do Contestado: território, terra e o povo caboclo. **Terra Livre**, São Paulo. Vol. 2, número 51, pag. 255-291, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados estatísticos. Disponível em <https://www.ibge.gov.br> Vários acessos.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Banco de dados do estado. Disponível em <https://www.ipardes.pr.gov.br> Vários acessos.

MAPBIOMAS. PROJETO DE MAPEAMENTO ANUAL DO USO E COBERTURA DA TERRA NO BRASIL. Plataforma MapBiomas uso e cobertura. Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/o-projeto/#> Vários acessos.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.



TERRA-TERRITÓRIO-NATUREZA: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DESDE O CONTESTADO PARANAENSE³⁶

LAND-TERRITORY-NATURE: A GEOGRAPHICAL APPROACH FROM THE CONTESTADO PARANAENSE

TIERRA-TERRITORIO-NATURALEZA: UN ABORDAJE GEOGRÁFICO DESDE EL CONTESTADO PARANAENSE

Diane Daniela Gemelli³⁷

Silas Rafael da Fonseca³⁸

Resumo

Neste texto, propomos atualizar os debates sobre o Contestado numa perspectiva crítica, portanto, não comprometida com as narrativas hegemônicas. Temos como recorte de análise o Contestado paranaense, dimensão geográfica ainda pouco problematizada nas investigações científicas. Objetivamos compreender a conformação territorial do Contestado paranaense a partir da apropriação privada da terra-território-natureza e os desdobramentos no que concerne à concentração fundiária e às transformações nas práticas produtivas, compreendendo que estes conteúdos geográficos se manifestam no controle, na regulação e na subordinação das múltiplas dimensões da vida humana aos interesses da racionalidade capitalista. Metodologicamente, sistematizamos e problematizamos dados referentes à estrutura e aos usos da terra, bem como indicadores da dinâmica populacional de modo a construir uma abordagem teórica que analisa o Contestado paranaense em processo de construção atravessado pela permanência dos conflitos e tensionamentos. Por fim, defendemos que o Contestado continua em guerra porque as múltiplas dimensões e necessidades da vida são negligenciadas intencionalmente provocando dificuldades objetivas para a existência humana, mas também porque se dá a imposição de uma racionalidade que permanece eliminando outras sociabilidades e territorialidades.

Palavras-chave: Esvaziamento; Concentração Fundiária; Dinâmica Produtiva.

Abstract

In this text, we propose to update the debates on the Contestado from a critical perspective, thus not aligned with hegemonic narratives. Our analysis focuses on the Paraná Contestado, a

³⁶ Este texto problematiza alguns dos resultados alcançados nos projetos de pesquisa “Dinâmicas territoriais no Contestado: terra, trabalho e ambiente”, “A Questão Agrária no Contestado: uma análise geográfica a partir do monopólio da terra e da degradação econômica e socioambiental” e no projeto de extensão “Observatório da Questão Agrária no Paraná – reduto Contestado”.

³⁷ Professora Adjunta vinculada ao Colegiado de Geografia da Unespar – Campus de União da Vitória. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br

³⁸ Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no IFPR – Campus de União da Vitória. E-mail: silas.fonseca@ifpr.edu.br



geographical dimension that has been little explored in scientific research. We aim to understand the territorial configuration of the Paraná Contestado through the lens of private appropriation of land-territory-nature and its consequences regarding land concentration and transformations in productive practices. We recognize that these geographical elements manifest in the control, regulation, and subordination of multiple dimensions of human life to the interests of capitalist rationality. Methodologically, we systematize and analyze data related to land structure and usage, as well as indicators of population dynamics, in order to construct a theoretical approach that examines the Paraná Contestado as a region in continuous formation, marked by ongoing conflicts and tensions. Finally, we argue that the Contestado remains at war because the multiple dimensions and necessities of life are intentionally neglected, creating objective hardships for human existence, and because a dominant rationality continues to suppress other forms of sociability and territoriality.

Keywords: Depopulation; Land Concentration; Productive Dynamics.

Resumen

En este texto, proponemos actualizar los debates sobre el Contestado en una perspectiva crítica, por tanto, no comprometida con las narrativas hegemónicas. Tenemos como recorte de análisis el Contestado paranaense, dimensión geográfica aun poco problematizada en las investigaciones científicas. Objetivamos comprender la conformación territorial del Contestado paranaense a partir de la apropiación privada de tierra-territorio-naturaleza y los desdoblamientos a lo que concierne a la concentración de tierras y a las transformaciones en las practicas productivas, comprendiendo que estos contenidos geográficos se manifiestan en el controle, en la regulación y en la subordinación de las múltiples dimensiones de la vida humana a los intereses de racionalidad capitalista. Metodológicamente, sistematizamos y problematizamos datos referentes a la estructura y a los usos de tierra, así como indicadores de la dinámica poblacional, de modo a construir un abordaje teórico que analiza el Contestado paranaense en proceso de construcción cruzado por la permanencia de los conflictos y tensionamientos. Por fin, defendemos que el Contestado continua en guerra porque las múltiples dimensiones y necesidades de la vida son olvidadas intencionalmente, provocando dificultades objetivas para la existencia humana, pero también porque se da a la imposición de una racionalidad que permanece eliminando otras sociabilidades y territorialidades.

Palabras clave: Vaciamiento; Concentración De Tierras; Dinámica Productiva.

INTRODUÇÃO

O Contestado compreende uma área que abrange o Sul/Sudeste paranaense e adentrando ao estado de Santa Catarina se estende pelo planalto norte, oeste e região serrana. A Guerra do Contestado (1912-1916) é elemento fundante dos conflitos que emergiram por



terra-território e, por consequência, pelos contraditórios sentidos e significados do trabalho e da apropriação da natureza que repercutem no espaço-tempo na conformação de uma estrutura territorial desigual e concentrada.

Isso posto, entendemos o Contestado como território em movimento produzido a partir das racionalidades conflitivas que se materializam no contexto que antecede a Guerra, durante a Guerra e que permanecem na atualidade. Isso quer dizer que defendemos a permanência da guerra até os tempos atuais por entendermos que os conflitos por terra-território e os desdobramentos do projeto de expansão geográfica da sociedade capitalista continuam impactando a vida das gentes de modo a revelar um cenário de profunda injustiça territorial. Assim, ainda que tenha se passado quase 110 anos do término oficial do conflito, é possível afirmar que “o Contestado ainda é guerra, os tambores acabam de rufar, as batalhas seguem, o sofrimento ainda atinge muitos, o sangue dos que deram a vida lutando pelo seu direito à terra e à vida ainda está impregnado pela região da Guerra do Contestado” (Fraga, 2016, p. 29).

O acesso à terra ou, como nos relatam os sujeitos entrevistados em nossas pesquisas, o desejo em ter “um pedaço de terra” (Gemelli, 2018; Fonseca, 2019) nos indica que a terra possibilita, para estes sujeitos, camponeses e trabalhadores expropriados, a autonomia para a realização do trabalho, o direito ao alimento, a manutenção da família, o estabelecimento de uma relação sociedade-natureza mediada pela condição de existência da vida humana, que permita a garantia da reprodução do modo de vida, das sociabilidades e das territorialidades, bem como a possibilidade de viver com dignidade. Portanto, no contexto das lutas sociais, a luta pela terra não se restringe a sua dimensão e capacidade produtiva, “é mucho más que la lucha por un medio de producción: es también la lucha por un determinado horizonte de sentido para la vida con la tierra, finalmente, como território” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 293).

Tendo esse recorte, objetivamos compreender a manifestação das dinâmicas territoriais no Contestado paranaense³⁹ a partir dos significados dialéticos da apropriação

³⁹ Os estudos sobre o Contestado numa perspectiva crítica, isto é, não alinhada à história oficial, surgem tardiamente. Deste modo, até hoje, são poucos os estudos que problematizam o Contestado paranaense. Em vista disso, nos últimos anos temos nos debruçado sobre este recorte territorial por entendermos que se trata de uma área contígua ao Contestado catarinense onde aconteceram os episódios mais representativos no contexto da Guerra. Também defendemos que é um equívoco compreender a formação territorial do Sudeste/Sul do Paraná sem considerar os processos, conteúdos e significados da Guerra do Contestado. Na atualidade, os municípios que fazem



privada da terra, do controle do território e da transfiguração da natureza. Trata-se, portanto, de uma tríade, terra-território-natureza que contribuem para a atualização dos debates na perspectiva geográfica, ou seja, na compreensão do espaço enquanto totalidade em movimento.

Para tanto, propomos abordar os sentidos e significados da terra na perspectiva da terra de trabalho e da terra de negócio, além de identificar a manifestação territorial da estrutura fundiária no Contestado e sua vinculação com as diferentes práticas produtivas no campo, de modo a problematizar sobre a uniformização geográfica expressa na apropriação privada da terra-território-natureza enquanto desdobramento da racionalidade capitalista e, portanto, da continuidade da Guerra.

Metodologicamente compreendemos ser necessário um aporte teórico sustentado na interação dialética estabelecida entre terra-território-natureza, bem como o levantamento, sistematização e análise de dados sobre a estrutura fundiária e as práticas produtivas no Contestado, de modo a identificar a correlação proposta no contexto das dinâmicas territoriais que se materializam no espaço-tempo atreladas ao movimento expansivo do capital.

OS CONTRADITÓRIOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA TERRA

O acesso à terra é condição elementar à existência da vida humana, uma vez que permite a reprodução das práticas socioeconômicas sustentadas no trabalho enquanto ato ontológico e valor de uso. No entanto, sob os desígnios do modo de produção capitalista e, por consequência, da sociedade de classes, o acesso à terra passa a ser regulado pela noção de

parte daquilo que denominamos como Contestado paranaense compartilham de uma realidade territorial que se aproxima da parte catarinense, problemáticas que envolvem, por exemplo, a apropriação privada e os usos capitalistas da terra, os rebatimentos sociais no que concerne às condições de existência dos trabalhadores, a degradação da natureza etc., e que exigem uma postura reflexiva no sentido de analisar o território forjado ao longo do tempo, como produto e resultado da Guerra e como permanência de uma sociedade marcada pelo conflito, portanto, pela continuidade das disputas e da Guerra. Isso posto, compreendemos que o Contestado paranaense é formado pelos seguintes municípios: Antonio Olinto, Bituruna, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Honório Serpa, Inácio Martins, Lapa, Mallet, Mangueirinha, Palmas, Paula Freitas, Paulo Frontin, Pinhão, Porto Vitória, Rebouças, Reserva do Iguaçu, Rio Azul, Rio Negro, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, União da Vitória.



propriedade, isto é, pela “ideia de apropriação individual, exclusiva e absoluta” que assume a feição de “uma construção humana localizada e recente” (Marés, 2003, p. 17).

A terra virou mercadoria e daí, capital! A terra sempre foi para todos os povos a fonte da vida, seja para colher os alimentos e demais necessidades, seja para produzir cada objeto, bem, coisa que tenha valor para a vida diária da comunidade humana. O capitalismo transformou estas coisas em simples mercadorias. A ideia de que as coisas, as utilidades, deixem de ser bens em si para serem apenas valores negociáveis, mercadorias, que se trocam por dinheiro, mudou o conceito de utilidade, isto é, o seu valor de uso, estético, sentimental ou cultural, deixou de ser apreciado (no duplo sentido, que não se tem apreço, nem preço) dando lugar exclusivamente ao seu valor de troca, isto é, ao seu preço, seu valor de mercado (Marés, 2015, p. 58).

Nessa perspectiva, a propriedade privada capitalista da terra atende determinados interesses político-econômicos do movimento de expansão e reprodução metabólica do capital que impedem o acesso universal à terra enquanto condição de existência da vida e de reprodução das territorialidades. Isso significa que “o desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, e a terra transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista” (Marés, 2003, p. 81), de modo que a terra “passou a ser capital. Como capital sequer necessita produzir para ter valor, basta estar disponível para produzir, eis o problema, tudo o que está em cima atrapalha” (Marés, 2015, p. 58).

Assim, para transformar a terra em capital é preciso esvaziá-la, limpá-la de tudo aquilo que possa impedir sua apropriação econômica, portanto, as gentes que a ocupam, bem como seus modos de vida, de sociabilidade, a relação orgânica com a natureza, suas formas de viver, trabalhar e produzir precisam ser removidos, despejados. Retira-se o envolvimento das pessoas com a terra-território-natureza e das pessoas entre si, rompe-se com os vínculos orgânicos e metabólicos para individualizar e dominar. Dessa maneira, no bojo da apropriação privada e capitalista da terra se estabelecem os sentidos e significados da terra de negócio/terra vazia (valor de troca) em detrimento da terra de trabalho (valor de uso).

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio em terra de exploração do trabalho alheio, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso,



nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar a agricultura (Martins, 1980, p. 60).

A terra, portanto, assume uma condição *sui generis* no modo de produção capitalista, ou seja, é uma “mercadoria inventada” (Marés, 2015), uma vez que não é produzida pelo trabalho humano, portanto não há valor gerado pela extração da mais-valia, isso quer dizer que é “finita, pois o tamanho das terras é determinado pela natureza. Não se pode aumentar seu tamanho, portanto, seu acesso estaria limitado a alguns proprietários” (Stédile, 2012, p. 674), de modo que “vale mais quanto mais livre, vazia, esteja” (Marés, 2015, p. 59). Portanto,

[...] propriedade privada da terra a transformou numa mercadoria especial, que pode ser comprada por qualquer pessoa que pague por ela. Na verdade, quando se compra uma terra, não se compra o valor trabalho que haveria dentro dela, mas sim um direito de exploração. Por isso, ela se transformou numa mercadoria especial, uma mercadoria-fetiche, porque o que as pessoas compram é um direito (Stédile, 2012, p. 673).

Este direito se expressa de diferentes maneiras, pode ser o direito de exploração, de produzir o que for mais conveniente e lucrativo para a dinâmica do mercado, ou ainda o direito de não produzir, de deixá-la como reserva de valor para ser negociada num momento de valorização, quando será possível auferir maior extração de renda. Porém, de um modo ou de outro, sendo terra produtiva ou para a especulação, é preciso esvaziá-la para cercá-la.

Pois bem, o terreno, ou o espaço vazio, tem valor porque nele se pode construir ou se pode plantar. Se está ocupado, se não é espaço vazio, o que tem em cima, ainda que seja a mais rara expressão de beleza, impede a comercialização da mercadoria espaço. A ocupação pode ser um exemplar de beleza arquitetônica ou uma rara espécie de animal ou planta ou ainda um povo que fraternalmente vive suas tradições. Ocupam o vazio, e a mercadoria é o vazio (Marés, 2015, p. 59).

A partir da manifestação territorial das diferentes e contraditórias formas de apropriação da terra (terra de trabalho x terra de negócio), se edifica a relação metabólica entre a humanidade e a natureza por meio do trabalho concreto ou do trabalho abstrato, ou ainda, como pondera Mészáros (2007), através das mediações de primeira e de segunda ordem.



O traço marcante do sistema do capital é a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, no interesse da autorrealização ampliada do capital (Mészáros, 2002), daí a necessária separação trabalhador x meios de produção. A terra, de “meio universal de trabalho” (Marx, 2014), se torna escassa ao ser apropriada. Mercadificada, é negada ao trabalhador e à trabalhadora. Ao lhe restar somente a força de trabalho, e ao deparar-se com a condição de que tudo que necessita também é mercadoria, precisa vendê-la ao capitalista para garantir sua existência, assim, há o rompimento das mediações de primeira ordem e a transmutação para as mediações de segunda ordem, próprias do funcionamento do capital enquanto sistema hegemônico.

Mészáros (2007), salienta que a interação entre homem (mulher) e natureza é mediada por circunstâncias dadas, ou seja, trata-se de uma relação necessária, porém, mediada por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas. Daí a compreensão das mediações de primeira ordem, enquanto inevitáveis à relação homem(mulher)-natureza, e as mediações de segunda ordem, por serem específicas ao capital, têm a relação homem(mulher)-natureza caracterizada pelo caráter expansivo do capital, pelo “utilitarismo” e pela mercantilização universal dos objetos e das relações humanas.

Quando a relação homem/mulher-natureza passa a ser mediada pelas necessidades do mercado, rompe-se com as mediações de primeira ordem, sendo tal relação ancorada, portanto, nas mediações de segunda ordem que sustentam a civilização do capital. Nesse contexto, se estabelece os sentidos da transfiguração da natureza, como pondera Suertegaray (2021, p. 55) “esta transfiguração, no caso da natureza, muitas vezes, ocorre como subordinação pelos processos sociais de apropriação e de exploração, no contexto político, que norteia as práticas sociais em nossa sociedade”, gerando “além da guerra contra a natureza a guerra contra os seres humanos que convivem com a natureza” (Marés, 2015, p. 62).

Por isso, tudo que está permanentemente sobre a terra, ocupando o espaço, na lógica cruel da mercadoria, é atrapalho, inutilidade, obstáculo nefasto. Nesta categoria de obstáculo nefasto para a mercadoria terra está a natureza ou a biodiversidade natural, estão também os índios, quilombolas, povos tradicionais e suas culturas (Marés, 2015, p. 59).



Assim, e por meio da intensificação do processo de divisão social e territorial do trabalho (ruptura metabólica expressa na separação trabalhadores/as x meios de produção), buscamos compreender as dinâmicas territoriais que se materializam no Contestado no espaço-tempo, atreladas ao movimento expansivo do capital. Defendemos que o término da guerra só será possível com a reunificação orgânica entre sociedade-natureza, ou seja, se faz premente a reapropriação social da natureza, em que terra-território-natureza estejam a serviço da vida em sua totalidade. Portanto, é preciso romper as cercas, acabar com as privações e avançar no sentido de uma sociedade com justiça territorial em que os princípios basilares sejam a redistribuição e a democratização, ou seja, terra com gente, com sociobiodiversidade e com territorialidades.

De tal modo, nossas análises se sustentam nas contribuições de Marés (2015, p. 64) quando afirma, que, “para a terra de propriedade privada, mercadoria em si, a ocupação pela natureza é um estorvo, quer dizer, a natureza deveria ser removida totalmente”, se somam às reflexões de Suertegaray (2021, p. 76) ao dizer que “a ruptura metabólica de origem, através da troca, separa o ser humano da natureza e o transforma em força de trabalho social e, a natureza, em recurso a ser explorado à exaustão, para que a acumulação ampliada se produza e se reproduza” e culminam na defesa de que “*es la reapropiación social de la naturaleza la que exige que la lucha por la tierra sea, también, la lucha por la Tierra*” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 310).

MANIFESTAÇÃO TERRITORIAL DO ESVAZIAMENTO DA TERRA NO CONTESTADO PARANAENSE

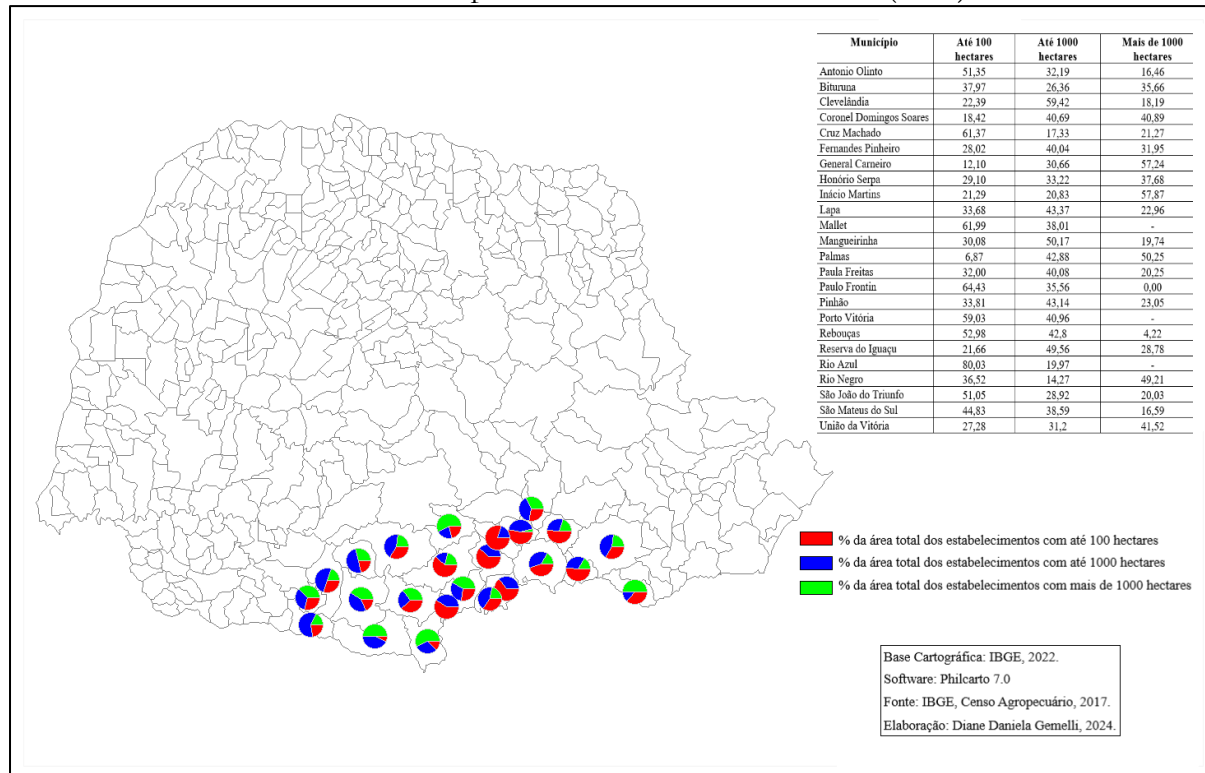
O esvaziamento da terra se manifesta territorialmente na combinação de um conjunto de processos sociais que se estabelecem a partir do movimento contraditório da relação sociedade-natureza. Neste subtítulo, objetivamos problematizar estes processos e alguns conteúdos territoriais, considerando a relação espaço-temporal, isto é, partimos do entendimento de que o Contestado enquanto território marcado pela guerra ocorrida oficialmente entre 1912 e 1916 resulta “da expansão geográfica do capital e apropriação da natureza (terra e floresta), via expulsão de milhares de homens e mulheres de suas terras e de



seus territórios” (Gemelli, 2018, p. 122), num processo constantemente feito, retroalimentado pela necessidade do capital reproduzir-se. Isso quer dizer que no Contestado as terras continuam sendo violentadas e esvaziadas para que sejam cercadas e transfiguradas em outras formas e em outros conteúdos - que em sua aparência e essência são geográficos, uma vez que se desdobram no processo de transformação do território e da natureza, logo da sociedade.

Para iniciar este debate, problematizamos sobre a estrutura fundiária, por meio da análise da distribuição dos estabelecimentos agropecuários nos municípios do Contestado paranaense, considerando o tamanho das propriedades em três níveis: aquelas com até 100 hectares; aquelas entre 100 e 1000 hectares e aquelas com mais de 1000 hectares.

Figura 1 – Porcentagem da área dos estabelecimentos agropecuários em relação ao total das terras nos municípios do Contestado Paranaense (2017)





Com base na leitura do mapa e da tabela que compõe a Figura 1, observamos que, ainda que existam algumas disparidades entre a dinâmica da apropriação da terra nos municípios indicados, é possível afirmar que a desigualdade no acesso/distribuição é uma marca do Contestado, assim como é no Brasil. Entretanto, não podemos naturalizar a situação, de modo que é preciso compreendê-la em sua essência, eivada de tensionamentos e rebatimentos sociais, econômicos e políticos.

Isto posto, constatamos que em alguns municípios a terra é mais concentrada do que em outros. Caso, por exemplo, de Inácio Martins, General Carneiro, Palmas e Rio Negro que possuem entre 50 e 60% das terras apropriadas por estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. Nessa condição, são, respectivamente, 13, 34, 24 e 6 estabelecimentos, que no universo dos estabelecimentos existentes nestes municípios representam tão somente, 1,64%; 3,59%; 5,28% e 0,55%, entretanto, abocanham 11,5% do total das terras destinadas à agropecuária nos municípios do Contestado paranaense.

Nesse movimento contraditório, percebemos que em municípios como Mallet, Porto Vitória, Paulo Frontin e Rio Azul a terra é menos concentrada. Dentre os 24 municípios analisados, são os únicos que não registram estabelecimentos com mais de 1.000 hectares e também estão entre aqueles com maior presença de áreas com até 100 hectares. Entretanto, essa dinâmica adquire outros contornos quando comparamos o número total de estabelecimentos com até 100 hectares e aqueles com área superior a 100 hectares, assim, são indicados, respectivamente, os seguintes dados: Mallet – 1.477 e 46 estabelecimentos; Porto Vitória – 402 e 13; Paulo Frontin – 1.135 e 33 e Rio Azul – 2.016 e 26. Isso significa que nestes municípios os estabelecimentos com até 100 hectares equivalem a média de 97% do total de estabelecimentos existentes, entretanto, controlam apenas 66% das terras, enquanto esta proporção nos imóveis com mais de 100 hectares é de 3% e 33%.

Outra problematização que a estrutura fundiária destes municípios denota é a relação da distribuição da terra com o módulo fiscal. De acordo com a legislação brasileira⁴⁰ o módulo fiscal é uma unidade de medida com “dimensão suficiente para a sobrevivência de uma família em condições de renda suficiente para prover as necessidades imediatas e a possibilidade de

⁴⁰ Lei N°. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.



progresso social” (Paulino, 2015, p. 109). Com base nessa prerrogativa são definidas as dimensões da pequena e média propriedade, sendo as grandes propriedades desconsideradas, assim, a pequena propriedade é aquela com área até quatro módulos fiscais e a média aquela com área superior a quatro e até quinze módulos fiscais. Deste modo, a medida de quatro módulos fiscais é entendida como a mínima adequada em cada município para que uma família possa satisfazer as necessidades reprodutivas a partir do uso da terra.

Considerando o Contestado paranaense, o módulo fiscal dos municípios fica entre 16 e 24 hectares, sendo essa medida, portanto, tida como necessária à manutenção socioeconômica da unidade familiar. Entretanto, em todos os municípios há um contingente significativo de estabelecimentos que não possuem essa área mínima. Levando em consideração os municípios com maior concentração fundiária e fazendo uma associação com o percentual existente de estabelecimentos com área de até 10 hectares (dimensão consideravelmente inferior ao módulo fiscal), chega-se a seguinte realidade: em Palmas o percentual é de 16,7%; em General Carneiro 26,8%; em Inácio Martins 39% e em Rio Negro 60,5%. Nos municípios com menor concentração fundiária os dados revelam que em Porto Vitória 32,3% dos estabelecimentos possuem área de até 10 hectares; em Mallet 35,6%; em Paulo Frontin 46% e em Rio Azul 54,3%.

Estes percentuais indicam as famílias residentes no campo que estão em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica por possuírem área de terra insuficiente para atender as necessidades reprodutivas. Também são estas famílias que convivem com a pressão/insegurança constante para permanecer no campo ou então que precisam se mobilizar para outras formas de trabalho enquanto possibilidade de geração de renda que possibilite garantir a reprodução das necessidades humanas.

Nesse contexto, entendemos que uma das faces da apropriação privada da terra é a precarização no acesso à terra e não apenas a negação à terra. Com isso, queremos dizer que ainda que alguns sujeitos sociais tenham acesso à terra, esta, por sua extensão somada à qualidade e capacidade produtiva, é incapaz de garantir a reprodução social. Daí se desdobra outro fenômeno, qual seja, o deslocamento populacional campo-cidade que é uma realidade na escala brasileira e que também se reproduz no Contestado paranaense.



Compreendemos, à luz do debate sobre a questão agrária e considerando a dinâmica territorial já contextualizada, que a diminuição da população rural e o aumento da população urbana (Tabela 1) encontra respaldo no processo de expansão das relações de produção capitalista que objetivam homogeneizar o campo via terra de negócio. A subordinação da agricultura camponesa à racionalidade capitalista, o esvaziamento do campo por meio da apropriação das terras camponesas pela agricultura capitalista ou ainda a limitação no acesso à terra, confinando alguns sujeitos em áreas que não permitem a reprodução social, levam a intensificação da concentração fundiária, da produção monocultural e, portanto, da migração forçada dos camponeses para as periferias das cidades.



Tabela 1 – População urbana e rural em alguns municípios do Contestado paranaense (1980-1991-2000-2010-2022)

	1980		1991		2000		2010		2022		Variação % (1980-2010)	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
General Carneiro	6.003	2.973	5.209	6.078	4.996	8.903	4.100	9.569	2.571	8.491	- 57,2	285,6
Inácio Martins	8.396	2.072	11.263	2.513	6.885	4.078	6.288	4.665	3.525	6.145	- 58,0	296,5
Palmas	14.144	16.723	10.372	24.890	3.408	31.411	3.093	39.795	4.769	43.478	- 66,2	259,9
Rio Negro	5.838	15.827	6.115	20.200	6.250	22.460	5.564	25.710	5.589	25.735	- 4,2	162,6
Mallet	6.787	3.254	6.280	5.528	5.740	6.862	5.403	7.570	5.263	8.165	- 22,4	250,9
Paulo Frontin	4.367	989	4.985	1.573	4.813	1.752	4.740	2.173	4.102	2.241	-6,0	226,5
Porto Vitória	2.014	1.506	1.918	1.854	1.835	2.216	1.785	2.235	1.565	1.997	- 22,2	132,6
Rio Azul	8.169	2.528	9.200	3.206	8.689	4.334	9.081	5.012	8.088	5.937	-0,9	234,8

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1980; 1991; 2000; 2010; 2022. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2025.



Ainda que não seja possível conhecer a história e a trajetória territorial individual que se expressa no movimento da população rural e urbana, é possível constatar, conforme os dados compilados na tabela 1, uma tendência à diminuição da população que vive no campo e o aumento da população nas cidades.

Os dados sistematizados na série história 1980-2022 revelam o aumento da população urbana num ritmo maior quando comparado à diminuição da população rural, o que indica não apenas o deslocamento populacional campo-cidade, mas o próprio crescimento populacional localizado no espaço urbano.

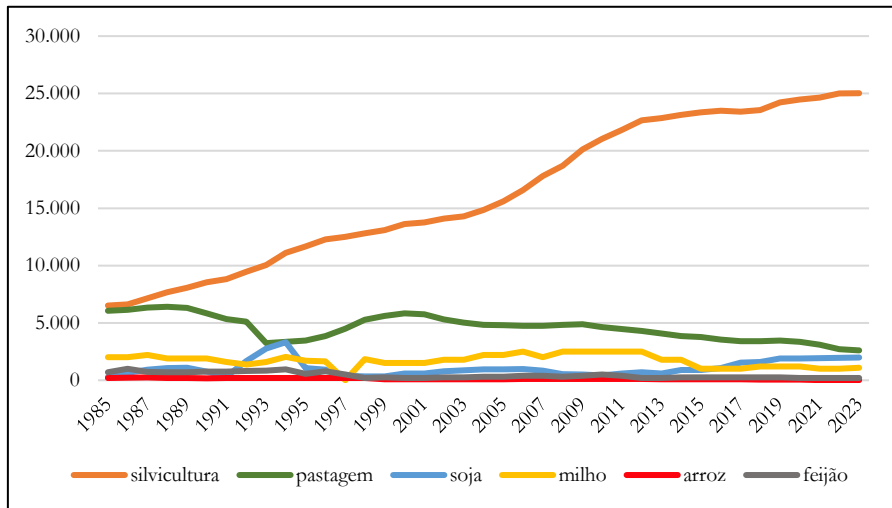
No período 1980-2010, é possível constatar que apenas dois municípios, Paulo Frontin e Rio Azul, registraram aumento populacional no campo. Ainda assim, mesmo nestes municípios, a tendência ao aumento populacional é muito mais evidente na área urbana. Os demais municípios, liderados por Palmas, registraram decréscimo na população rural.

Já quando se compara os dados dos dois últimos Censos Demográficos observa-se que o município de Rio Negro registrou um leve aumento na população rural, enquanto o município de Palmas teve um aumento um pouco mais expressivo. Os demais municípios registraram queda da população rural.

Entendemos que o movimento populacional campo-cidade encontra correspondência na apropriação e nos usos da terra. Tendo essa premissa, é fundamental compreender a mudança nas práticas produtivas. Para tanto, na sequência constam gráficos que expressam a dinâmica produtiva, no período entre 1985-2023, nos quatro municípios com maior percentual de imóveis com área superior a 1.000 hectares no Contestado paranaense. Metodologicamente foram consideradas as principais culturas em termos de área cultivada e os principais gêneros alimentares.

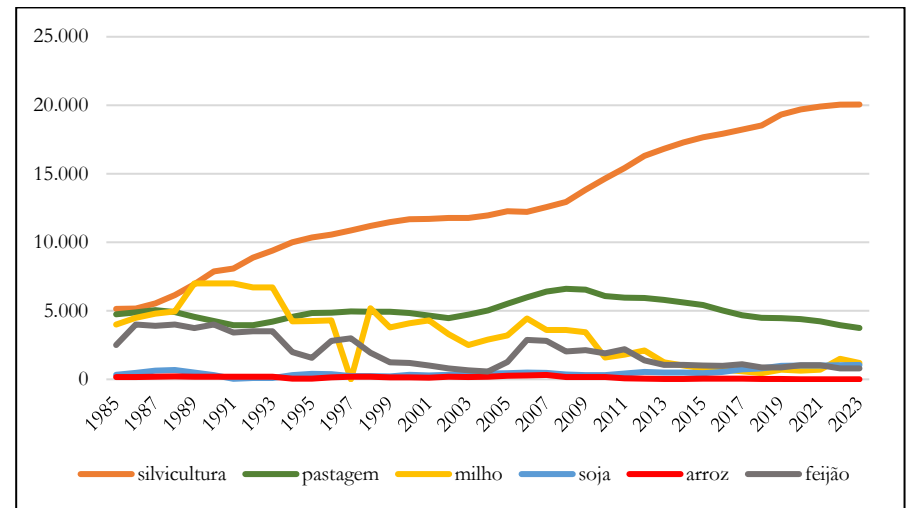


Gráfico 1 – Dinâmica produtiva no campo em General Carneiro (1985-2023)



Fonte: IBGE e MapBiomas Brasil, 2023. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2024.

Gráfico 2 – Dinâmica produtiva no campo em Inácio Martins (1985-2023)



Fonte: IBGE e MapBiomas Brasil, 2023. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2024.



Nos dois municípios com maior percentual de propriedades com mais de 1.000 hectares no Contestado paranaense, observa-se o crescimento da área territorial ocupada pela silvicultura e pela soja e a redução de áreas ocupadas, sobretudo, pela produção de arroz e feijão. Esse cenário revela a expansão da agricultura capitalista, expressa na uniformização territorial, tendo esta racionalidade produtiva materializada, sobretudo, na grande propriedade produtora de pinus e no movimento contraditório da produção de soja, um dos produtos-símbolo da agricultura capitalista que também está presente nas unidades camponesas.

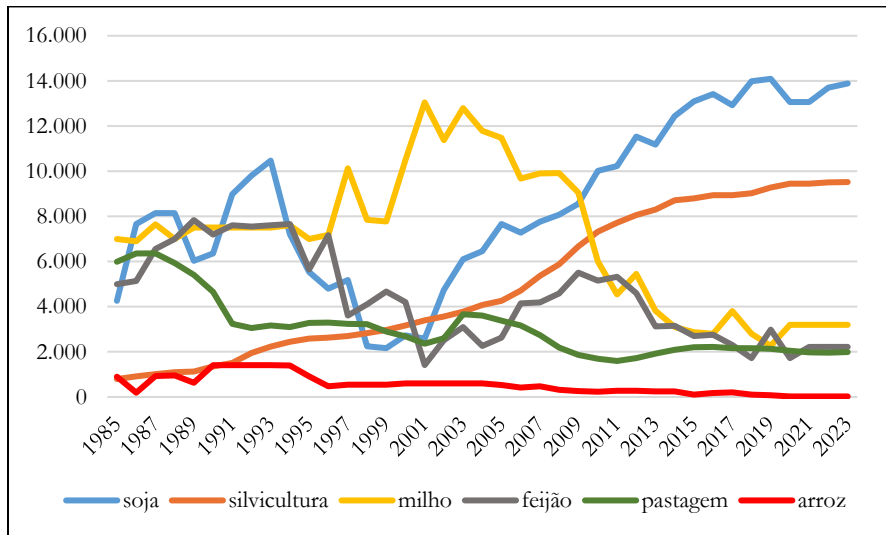
Em General Carneiro, no período indicado, a área ocupada pela soja aumentou 609%, já a produção da silvicultura aumentou sua área em 284%. Entretanto, os números absolutos indicam o domínio da silvicultura com 25.021 hectares em 2023, isso equivale a $\frac{1}{4}$ da área territorial ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no município, conforme os dados declarados no Censo Agropecuário de 2017. As demais produções indicadas no gráfico revelam diminuição na área ocupada na seguinte ordem: milho (45%), pastagem (57%), feijão (71%), arroz (92%). A produção dos principais gêneros alimentares se restringe a 215 hectares, sendo 200 hectares de feijão e apenas 15 de arroz.

Em Inácio Martins a dinâmica produtiva encontra proximidade com aquela do município de General Carneiro, ou seja, nota-se o aumento da área ocupada pela silvicultura (290%) e pela soja (223%) e a diminuição das demais áreas: pastagem (20%), feijão (67%), milho (70%) e arroz (96%). Dentre as produções que lideram o aumento percentual, nota-se, que em 2023, a área ocupada pela silvicultura era de 20.056 hectares, equivalendo a 32,7% da área destinada aos estabelecimentos agropecuários no município, enquanto a área de soja era de 1.050 hectares e a de arroz chegou a apenas 5 hectares. A produção de feijão, ainda que tenha oscilado e diminuído consideravelmente no período, em 2023, ocupava uma importante área de 805 hectares.

Na sequência, indicamos os dados da dinâmica produtiva em dois municípios do Contestado paranaense que, quando analisa-se a estrutura fundiária, apresentam importante participação de estabelecimentos com até 100 hectares.

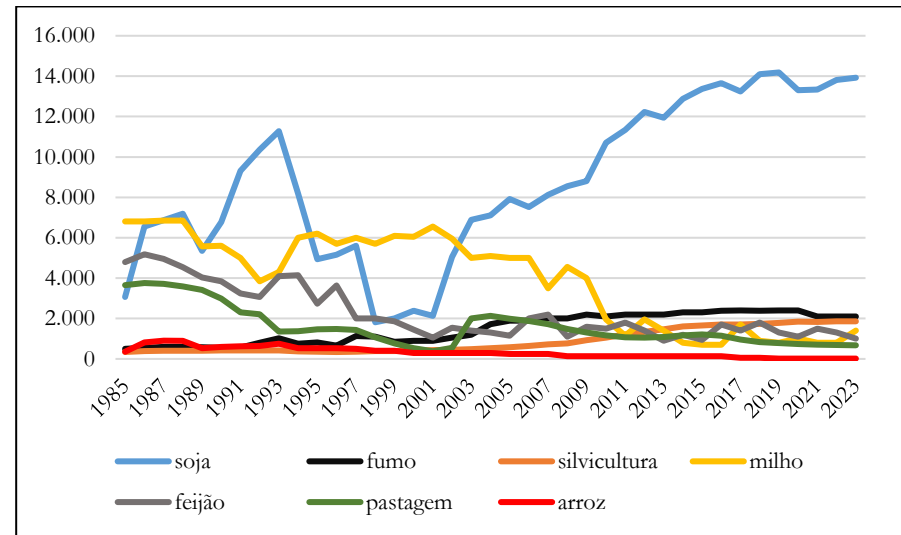


Gráfico 3 – Dinâmica produtiva no campo em Mallet (1985-2023)



Fonte: IBGE e MapBiomas Brasil, 2023. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2024.

Gráfico 4 – Dinâmica produtiva no campo em Paulo Frontin (1985-2023)



Fonte: IBGE e MapBiomas Brasil, 2023. Org.: Diane Daniela Gemelli, 2024.



Ainda que seja possível perceber aproximações entre os dados apresentados referente aos municípios com maior percentual de grandes propriedades, com área superior a 1.000 hectares, e aqueles com maior participação de propriedades com até 100 hectares, é notório que o movimento das linhas que indicam a área ocupada por diferentes tipos de produção, no período de 1985-2023, revela orientação distinta. Isto é, o desenho dos gráficos guarda particularidades que se expressam na dinâmica produtiva no campo, denotando maior uniformidade e linearidade nos municípios com maior número de grandes propriedades, enquanto naqueles com importante participação de propriedades menores nota-se maiores oscilações, indicando o movimento de uma sociedade marcada por menores índices de concentração da terra e das práticas produtivas.

Deste modo, no período indicado, o município de Mallet registrou aumento significativo da área ocupada pela silvicultura e pela soja, chegando, respectivamente, a 1.098% e 226%, fazendo com que essas duas produções passassem a ocupar 59% da área agropecuária do município. Ainda assim, a área ocupada pela soja é a mais representativa no município, com 13.891 hectares, ante os 9.520 hectares destinados à silvicultura. As demais produções, ainda que com oscilações durante o período sofreram decréscimo na área cultivada na ordem de: milho (54%), feijão (55%), pastagem (66%) e arroz (97%). Destaca-se que, ainda que tenha sido registrada diminuição, a área de feijão permanece significativa (2.217 hectares), entretanto o arroz é plantado em apenas 25 hectares, quando em 1985, 900 hectares eram destinados a esta produção.

Em Paulo Frontin, a área ocupada pela soja também é a mais representativa do município, chegando a 10.863 hectares, com aumento de 354% no período analisado e tomando 39% da área agropecuária do município. As áreas destinadas a silvicultura e ao fumo⁴¹ também registraram aumento na ordem de 442% e 320%, respectivamente. As demais culturas tiveram diminuição da área produtiva: milho e feijão (79%), pastagem

⁴¹ Destaca-se a importância da produção de fumo em municípios com presença significativa de pequenas propriedades, isso se deve às características desta produção no contexto da monopolização do território pelo capital e da dinâmica contraditória do capital no campo brasileiro.



(81%), arroz (95%). Sobre os principais gêneros alimentares, o feijão ainda é plantado em 1.000 hectares, entretanto, a área de arroz restringe-se a 15 hectares.

Esses dados corroboram com o entendimento de que os conflitos e tensionamentos permanecem no Contestado paranaense, enquanto desdobramento dos contraditórios sentidos e significados da terra de trabalho e da terra de negócio. O esvaziamento da terra denota numa realidade territorial que, ainda que contenha particularidades, é marcada pela racionalidade do modo de produção capitalista e sua tendência à concentração e uniformização territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo esperamos contribuir com a atualização dos estudos sobre o Contestado, especialmente ao problematizarmos o Contestado paranaense enquanto realidade territorial, de modo a construir uma abordagem teórica-metodológica com base na conformação dos processos e conteúdos que se manifestam geograficamente.

Deste modo, compreendemos que a apropriação privada capitalista por meio do controle da tríade terra-território-natureza, provoca a transfiguração geográfica, isto é, produz outra realidade territorial, que se expressa, não apenas no processo de concentração fundiária e de mudança nas práticas produtivas baseadas na lógica monocultural e/ou de produtos atrelados à dinâmica do mercado capitalista, mas evidencia o esvaziamento, explícito: a) na “limpeza” da terra, apartando diferentes sociabilidades e territorialidades do envolvimento com as múltiplas dimensões do fazer social, isto é, a espoliação, expropriação e expulsão não são apenas mecanismos para controlar a terra e a forma de produzir com o interesse de acumular capital, mas são formas para regular a reprodução da vida; b) na substituição da floresta nativa pela terra “limpa”, não apenas para que esta seja tomada pelas florestas artificiais, por alguma outra mercadoria ou ainda para que seja incorporada ao mercado especulativo, a ser comercializada quando representar maiores possibilidades de acumulação de capital, mas também para subordinar a existência social.



Com isso, queremos dizer que o Contestado paranaense continua em guerra não apenas porque terra-território-natureza seguem sendo apropriados pelo fazer capitalista e isso tem provocado mudanças nas práticas produtivas. O Contestado continua em guerra porque a uniformização geográfica se revela não só no aumento da produção de pinus e de soja em desfavor da produção de arroz e feijão ou o aumento da população urbana em detrimento da população rural. O Contestado continua em guerra porque as múltiplas dimensões e necessidades da vida são negligenciadas intencionalmente provocando dificuldades objetivas para a existência humana, como o não acesso às condições mais elementares - trabalho, renda, alimentação -, mas também porque se dá a imposição de uma racionalidade que individualiza, brutaliza, aparta, esvazia, violenta e continua eliminando outras sociabilidades e territorialidades.

REFERÊNCIAS

FRAGA, Nilson Cesar. A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. In. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; BUCH, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

FONSECA, Silas Rafael da. **Latifúndio (im)produtivo e impasses a recriação camponesa no Sudeste paranaense**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

GEMELLI, Diane Daniela. **“Onde planta o pinus não dá mais nada”**: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados estatísticos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Vários acessos.

MAPBIOMAS, Projeto MapBiomias. **Coleção 4 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. Disponível em: <http://plataforma.mapbiomas.org/map#coverage>. Vários acessos.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I, volume 1/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 29ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Institucionalidades frágeis e territórios altivos: a paradoxal eficiência da agricultura camponesa no Brasil. **Geonordeste** (UFS), v. 26, p. 103-123, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Lucha por la tierra, lucha por la Tierra - ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 45, p. 291-316, 2016.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In. CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.



UM OLHAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM TORNO DO MONGE JOSÉ MARIA NA IMPRENSA CARIOCA

*UNA MIRADA SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DISCURSIVA EN TORNO AL
MONJE JOSÉ MARIA EN LA PRENSA CARIOCA*

*A LOOK AT THE DISCURSIVE CONSTRUCTION AROUND THE MONGE JOSÉ
MARIA IN THE RIO DE JANEIRO MEDIA*

Nilvia Eligia Pinho⁴²

Michele Schneiders⁴³

Resumo

O Contestado continua sendo um episódio histórico mencionado superficialmente nos manuais historiográficos. Observa-se gradativo apagamento e generalização sobre o episódio, que é descrito meramente como um movimento de fanáticos. No entanto, trata-se de um evento complexo, permeado por profundas injustiças sociais. O trabalho tem como objetivo compreender como esse esquecimento foi constituído a partir da análise de descrições publicadas por um jornal carioca de grande circulação em 1912 sobre uma das figuras centrais do conflito: o Monge José Maria. Compreendido o discurso como local de produção do saber e instrumento de poder, o estudo, de caráter documental e bibliográfico, baseou-se na Análise do Discurso franco-brasileira, com apoio nos estudos de Gregolin (1995; 2004; 2007) e Foucault (1999; 2008; 2012). A partir dos pressupostos da Genealogia do Poder, concluiu-se que os enunciados dos camponeses passaram por procedimentos de exclusão, mecanismos de controle e organização discursivos. Além disso, a descrição dos sertanejos nos excertos é evidência da generalização construída sobre o Contestado, que o coloca como movimento de bandidos e fanáticos. O apagamento dos enunciados sertanejos, assim, não foi acidental, mas fruto de um processo discursivo que os marginalizou e favoreceu a perspectiva das instituições dominantes da época.

Palavras-chave: análise de discurso; mídia; Contestado.

Abstract

Contestado remains a historical episode mentioned superficially in historiographical manuals. A gradual erasure and generalization of the conflict is observed, which is merely described as a movement of fanatics. However, it's a complex event, marked by deep social injustices. The aim of the research is to understand how this erasure was constructed based

⁴² Nilvia Eligia Pinho, graduada em Letras Português/Inglês na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória.

⁴³ Michele Schneiders, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná *campus* União da Vitória, Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná *campus* Cascavel



on the analysis of descriptions published by a major Rio de Janeiro newspaper in 1912 about one of the central figures of the conflict: the Monge José Maria. Considering the discourse as a site of knowledge production and an instrument of power, the study, of a documentary and bibliographic nature, as based on Franco-Brazilian Discourse Analysis, drawing on the works of Gregolin (1995; 2004; 2007) and Foucault (1999; 2008; 2012). Based on the assumptions of the Genealogy of Power, it was concluded that the enunciation of the peasants underwent procedures of exclusion, mechanisms of control, and discursive organization. Furthermore, the description of the sertanejos in the excerpts serves as evidence of the generalization constructed about the Contestado, which portrays it as a movement of bandits and fanatics. The erasure of the oppressed discourses was not accidental; rather, it was the result of a discursive process that marginalized them and favored the perspective of the dominant institutions of the time.

Keywords: Discourse analysis; media; Contestado.

Resumen

El Contestado sigue siendo un episodio histórico mencionado superficialmente en los manuales historiográficos. Se observa un progresivo borrado de la historia y una generalización sobre el episodio, que se describe meramente como un movimiento de fanáticos. Sin embargo, se trata de un evento complejo, atravesado por profundas injusticias sociales. El objetivo de este trabajo es comprender cómo se ha constituido el olvido del contestado a partir del análisis de descripciones publicadas en 1912 por un periódico de gran circulación en Río de Janeiro sobre una de las figuras centrales del conflicto: el Monje José Maria. Entendiendo el discurso como un lugar de producción del saber y un instrumento de poder, el estudio, de carácter documental y bibliográfico, se basó en el Análisis del Discurso franco-brasileño, con apoyo en los estudios de Gregolin (1995; 2004; 2007) y Foucault (1999; 2008; 2012). A partir de los presupuestos de la Genealogía del Poder, se concluyó que los enunciados de los campesinos pasaron por procedimientos de exclusión, mecanismos de control y organización discursivos. Además, la descripción de los sertanejos en los fragmentos analizados es evidencia de la generalización construida sobre el Contestado, que lo presenta como un movimiento de bandidos y fanáticos. Así, el borrado de los enunciados de los sertanejos no fue accidental, sino el resultado de un proceso discursivo que los marginó y favoreció la perspectiva de las instituciones dominantes de la época.

Palabras clave: análisis del discurso; medios de comunicación; Contestado.

PALAVRAS INICIAIS

O Contestado é um momento histórico complexo que ainda permanece na penumbra quando são discutidos os marcos do percurso de nosso país. Pouco citado, quando trazido à tona, é tratado com vagueza, omitidos aspectos relevantes em sua ocorrência e reduzidos a



generalizações os episódios que o compõem. O ocorrido se caracteriza pela eclosão de um conflito movido por grande quantidade de tensões coexistentes no contexto socioeconômico da época.

Tendo como palco a região de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina do início do século XX, o local era na época ainda isolado dos grandes centros econômicos e comandado por coronéis - fazendeiros que dispunham de grandes extensões de terra e funcionavam quase como detentores da lei nesses espaços. Geograficamente, a área era de difícil acesso, sendo o maior contato com as demais regiões do país feito a partir dos movimentos de tropeiros, que se estabeleciam e habitavam alguns pontos estratégicos, compondo grande parte dos vilarejos da época. Além disso, esse período histórico é marcado pela presença de povos imigrantes, trazidos pela promessa de novas terras promovida por planos de incentivo do governo. A esse cenário foram acrescentados outros fatores, internos e externos. A proclamação da república no fim do século XIX e implantação do sistema federalista geraram entre os estados citados um impasse territorial, sendo toda a região de fronteira requerida pelos presidentes de ambas as federações, em uma disputa que batizou a porção do mapa “[...] das barrancas do rio Uruguai até o Norte, com o rio Iguaçu” (Blasi, 2013, p. 230.) de região contestada. Repentinamente, esse território isolado vê-se atingido pela modernização e entra em cena a estrada de ferro. Rios (2013, p. 36) afirma que

A Guerra do Contestado começa de fato em um escritório na Pensilvânia, nos Estados Unidos, quando um empresário, aventureiro e especulador, informado do potencial de riqueza inexplorado dessa região perdida, resolve voltar os olhos para o Brasil como possível campo para suas empresas.

A construção da ferrovia que ligava o estado de São Paulo ao do Rio Grande do Sul, empreitada pela empresa estadunidense “*Brazil Railway Company*”, tem especial ligação com a região contestada, visto que a obra não só empregou expressiva mão de obra vinda de outras regiões e desassistida após a inauguração da ferrovia, como retirou as terras de posseiros que habitavam os entornos dos trilhos anteriormente, deixando um rastro de fome camuflado sob peles de progresso e desenvolvimento.



Esse encadeamento de fatos, que hoje percebemos permeado de injustiça social, encontra em uma figura popular nos campos rurais isolados da época um ponto de ebulição, que de forma ou outra culminará nos acontecimentos que hoje caracterizam a Guerra do Contestado. Similarmente ao que ocorrera anos antes em Canudos, a revolta é movida por um caráter religioso e messiânico, centrado na figura de José Maria de Agostinho, o monge.

O emblemático personagem de origem pouco conhecida, usava da religiosidade e crenças locais, denominando-se herdeiro de outros monges bastante cultuados, de nome João Maria. Pregava a palavra de Deus e a “monarquia celestial”, profetizava cataclismos e proferia discursos de insurreição e revolta. Ao lado de seus 12 pares de França⁴⁴, aos poucos, reuniu ao seu redor massivo número de populares sertanejos, entre eles desapossados de suas terras, trabalhadores desempregados após a inauguração da ferrovia e pobres camponeses encantados pelo seu discurso. O Monge e seus seguidores vagueavam pelos sertões e fazendas, reunindo cada vez mais populares ao grupo. O ajuntamento passou a chamar a atenção das figuras locais de prestígio, e entre disputas por território e alarmismo, logo chegou ao conhecimento da União, que se viu pressionada a tomar alguma providência. A providência foi a repressão.

A partir daí, de uma guerra que começa caracterizada por guerrilhas e termina assinalada pelo extermínio, constrói-se o maior conflito sertanejo armado da América Latina. É inegável que o Contestado foi um movimento de porte robusto, um marco para as regiões atingidas por ele, para os estados em que ocorreu e para o país. No entanto, os manuais de história mais usuais vagam em pormenorizações sobre o tema, restringindo-se a menções superficiais e que por vezes denotam construção pitoresca dos fatos. A história muitas vezes, perpetuada pelo olhar de quem a conta, trata de silenciar vozes e colocá-las em um lugar comum estereotipado. O contestado passa, por sua vez, por um gradual apagamento, apagamento perigoso, que pode levar a generalizações e descaracterizações do movimento. A figura do monge resiste ao tempo, mesmo que descaracterizada, confundida, diluída, e persiste sendo a maior representante do conflito.

⁴⁴ José Maria lia junto aos seus seguidores um livro sobre a história de Carlos Magno, e acreditava fielmente no seu retorno. Os 12 pares, dessa forma, eram a “guarda real” do imperador, composta por 24 cavaleiros.



Os motivos que levam a esse tipo de fenômeno são variados. No entanto, é inegável que a construção de memórias passa pelo crivo do campo discursivo, em um processo de escolha do que se decide ou não enunciar, sendo as construções discursivas decisivas na perpetuação do que se transmite sobre um assunto, como ele é recebido, que olhar lhe é dedicado. Foucault (1999) defende que a produção discursiva é controlada, selecionada, estruturada e redistribuída através de mecanismos que ditam o que pode ou não ser enunciado em determinado contexto.

Nesse sentido, nesta pesquisa objetiva-se compreender de que maneira o discurso utilizado pelos enunciados jornalísticos da época interferiram no modo com que o Contestado foi concebido e é entendido ainda hoje. Dada a importância da breve passagem do Monge para a construção discursiva histórica do conflito, perscrutar-se-á como a sua caracterização nos periódicos acaba por trazer generalizações que perduram através do tempo para todo o movimento. Para isso, foram elencados três excertos publicados em 1912 do jornal carioca “Correio da Manhã” que fazem menção ao Monge.

A pesquisa de caráter bibliográfico e documental será calcada na Análise de Discurso franco-brasileira, através de Gregolin (1995; 2004; 2007) e Foucault (1999; 2008; 2012), tomada a língua não só como instrumento de comunicação, mas sim, como o lugar de conflito, de produção de saber, compreendidas as formações discursivas também como instrumentos de poder.

Estudar o discurso que permeia a figura do Monge José Maria é promover não o resgate de uma figura histórica ou discutir sua idoneidade, mas refletir como determinados enunciados centrados na construção da subjetividade podem levar ao gradual apagamento das raízes de toda uma região.

DO INTERIOR AO CENTRO - UMA NAÇÃO RETRATADA NOS JORNAIS

Os enunciados midiáticos são objeto constante entre analistas do discurso, afinal, os sentidos se concretizam naquilo que circula em uma sociedade. Memorando o período histórico que constituiu o Brasil na época da revolta, é válido destacar que o jornal era ferramenta essencial na constituição enunciativa. Na imprensa eram retratados os fatos, mas



também se criavam opiniões, veiculavam-se posicionamentos. O jornal entretia, convencia, fazia política. No jornal a atualidade estava em voga, mas também o futuro era tracejado. Segundo Mariani (2001, p. 33), o discurso jornalístico

[...] enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade ou seja, lê o presente - ao mesmo tempo em que organiza um futuro - as possíveis conseqüências desses fatos do presente - e, assim, legitima, enquanto passado memória - a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.

Da mesma forma, levando em conta o papel da mídia na construção de identidades, Gregolin (2007) afirma que “[...] o trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas [...] – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos.”

Pensando nesses fatores, o que era publicado em alguns locais muito interfere na construção do que conhecemos hoje. Considerado o início do século XX no Brasil, o Rio de Janeiro era não só a capital política do país, mas o centro financeiro e intelectual. Faz-se necessária a menção de que o contexto histórico brasileiro da época era conturbado, e a imprensa tinha importância gigantesca para questões como impulsionamento político. O Brasil tornara-se república recentemente, e por todo o território eclodiam revoltas, como o conflito em Canudos e a Revolta da Vacina. Além disso, o mundo descobria alarmado os horrores de uma guerra mundial de amplitude nunca vista. Toda essa efervescência era estampada nos jornais, e é inegável que estes não apenas faziam relatos sobre os fatos, mas teciam opiniões, sendo elas decisivas em diversos aspectos, como a aceitação do governo, manifestação de ideais, subjetivações e deslocamentos de moral. Logo, o que repercutiu nos jornais remete a construção discursiva da época e conversa sobre os pressupostos morais que vigoravam e, dessa forma, sobre as dinâmicas de poder, sendo assim, importante sinal para compreender como se constituíram as memórias em foco.

Para a análise da construção discursiva sobre a figura messiânica do Monge José Maria foi escolhido um jornal de grande circulação na época: o Correio da Manhã, do Rio de



Janeiro. O jornal, segundo o verbete publicado no CPDOC⁴⁵ por Leal (1984), diferenciava-se por seu teor de descompromisso partidário e de ambiguidade política em vários momentos, destacando-se por ideais libertários e liberais que surgiam no mundo.

Esses fatores têm relevância significativa quando posta em análise a construção do discurso sobre o Contestado, mais especificamente, sobre o Monge, já que colocarão sob inspeção o olhar elencado pela capital do país sobre o interior. Desde a representação nos jornais, fica claro que as memórias do Contestado se constroem sobre o dito e principalmente por um interdito, que evidencia um gradual esquecimento.

DISCURSO: SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?

Cabe neste tópico, antes de qualquer movimento de análise textual, a delimitação de alguns aspectos que são importantes para a inteligibilidade da pesquisa. Sendo a proposta calcada no campo da Análise do Discurso, é pertinente definir que discurso, segundo Gregolin (1995) pode ser compreendido como um alicerce abstrato que serve como base para os textos concretos que circulam em determinado contexto social e histórico. É, sendo assim, um dispositivo que concretiza através de diversas ferramentas enunciativas o significado.

Para Foucault (2008), no entanto, o discurso é objeto de análise não para desvendá-lo como expressão de linguagem, fruto da subjetividade, mas entender as condições de sua possibilidade, ou seja, perscrutar por que alguns discursos são reconhecidos como verdade e outros não. O discurso na obra foucaultiana pode ser investigado a partir de duas perspectivas, já que é tomado de formas diferentes ao longo da obra do autor. A produção do estudioso, segundo Gregolin (2004) é dividida em três fases: a Arqueológica, momento em que o autor está interessado em “investigar os saberes que embasam a cultura ocidental, de buscar o método arqueológico para revolver a história desses saberes” (Gregolin, 2004, p.61); a Genealógica, onde se associam os saberes e os poderes, e por fim, o momento em que discute a ética e a estética de si, em uma investigação sobre a sexualidade.

⁴⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil



Na arqueologia, Foucault (2008) compreende que o discurso deve ser analisado conforme as condições para sua existência, e não investigado a partir de buscas à sua origem ou a uma entidade oculta que rege o dito ou o não dito, afinal, é dispersão, descontinuidade

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. (Foucault, 2008, p. 28)

O que permite, dessa forma, que algo seja tomado como verdade, é a regularidade com que esse enunciado irrompe, fruto de uma organização que Foucault (2008) chama de formação discursiva.

Na fase genealógica, no entanto, o discurso é entendido como instrumento de poder quando viabiliza sua execução, ao mesmo tempo que é efeito deste, quando por ele produzido. Se na arqueologia discute-se a organização dos enunciados em seu momento de irrupção, na genealogia o discurso é limitado e delimitado por mecanismos. O saber não é o único sistematizado pelo discurso, já que é através deste último que o poder se exerce. A relação saber-poder é aprofundada, sendo que “o exercício do poder cria perpetuamente o saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder.” (Foucault, 2012, p. 230-231)

É interessante citar que, embora haja uma subdivisão na obra foucaultiana entre as fases arqueológica e genealógica, não é o intuito dessa pesquisa defender uma dicotomização, onde uma é posta em detrimento de outra, mas compreender que tratando-se de discurso, elas se complementam. Isso porque, se na primeira discutem-se as regras que regulam a dispersão de enunciados, na segunda a linguagem é palco de conflito, e o discurso é produto de instituições que a partir dele criam mecanismos de poder. Tratando-se o discurso aqui analisado como fruto de dispersão de determinado período, é pertinente que se analisem as relações de poder envolvidas em sua elaboração, já que é evidente o silenciamento e apagamento de alguns enunciados, da mesma forma que são reforçadas imagens comuns do interesse de algumas instituições da época. Sendo assim, a pesquisa será norteadas pelas conjecturas expressas na genealogia, não ignorando os pressupostos fundamentais expressos



na fase arqueológica, mas tendo como base a percepção de que o discurso em torno do Contestado, desde o seu surgimento, esteve sujeito a diversos mecanismos de poder que contribuíram para o silenciamento e a deturpação do fenômeno.

Para isso, dar-se-á enfoque principalmente à obra “A ordem do discurso”, que representa para os estudiosos o momento de introdução à fase genealógica, onde Foucault (1999) apresenta por sua vez não mais regras para a enunciação, mas os procedimentos de exclusão, classificação, distribuição e organização que atuam sobre o discurso.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM TORNO DO MONGE

Antes de uma análise mais aprofundada nos excertos extraídos do periódico “Correio da Manhã”, algumas observações podem ser levantadas. Em um vislumbre superficial dos textos, percebe-se que todo discurso enunciado através das ferramentas escolhidas pelo jornal é assim feito a partir de determinadas vozes, estas, nenhuma vez sequer, sendo a voz dos verdadeiros protagonistas do conflito - os sertanejos.

As entrevistas, palestras e correspondências descritas nos jornais perpassam pela visão de várias figuras importantes da época: políticos e militares, ou seja, figuras de maior prestígio. Se, em um recorte extratextual, observarmos a região do Contestado hoje, percebemos que esses mesmos personagens estão, de certa forma, ainda presentes, mesmo que se desconheça sua função, posição ou feitos. Isso é verificável através de uma breve observação dos nomes que batizam nossas ruas, escolas e cidades. Encontramos com facilidade a presença de Felipe Schmidt, Matos Costa, Carlos Cavalcanti e Capitão Kirk.

Mas onde estarão as vozes dos caboclos que habitavam a região? Onde estão as menções aos seus nomes? Quais eram seus discursos? Por que ainda se conhece tão pouco deles? Essa pesquisa encontra na menção e descrição do Monge a possibilidade de respostas baseadas na análise a partir de um conceito foucaultiano: o procedimento de exclusão.

Para Foucault (1999), atuam sobre o discurso procedimentos internos e externos. Entre estes últimos englobam-se os procedimentos de exclusão: a palavra proibida, a oposição à loucura e a vontade de verdade. O primeiro, mais comum, diz respeito ao fato de que, evidentemente, não podemos falar o que queremos em qualquer momento. Esse



mecanismo é verificável facilmente em alguns procedimentos de proibição exercidos pelas instituições sociais, já que, por exemplo, sabemos que não podemos proferir palavras de baixo calão dentro de um estabelecimento religioso ou de uma escola.

O segundo procedimento de exclusão citado infere não em uma interdição, mas em uma rejeição à loucura, sendo a desejável racionalidade contraposta a ela, e todo discurso pertencente àquele intitulado “louco” nulo ou inválido.

Por fim, o mais complexo sistema de exclusão refere-se, provavelmente, à vontade da verdade. Trata-se de uma oposição entre o verdadeiro e o falso, sendo a detenção da verdade um desejo. Essa divisão entre verdadeiro e falso remonta ao período clássico, em que a verdade era o conceito platônico que deveria reger as ações, da mesma forma que era o próprio enunciado para os sofistas. Essa vontade de verdade nunca deixou de existir, e apoia-se, assim como os outros, em procedimentos institucionalizados e historicamente aceitos, como o discurso científico.

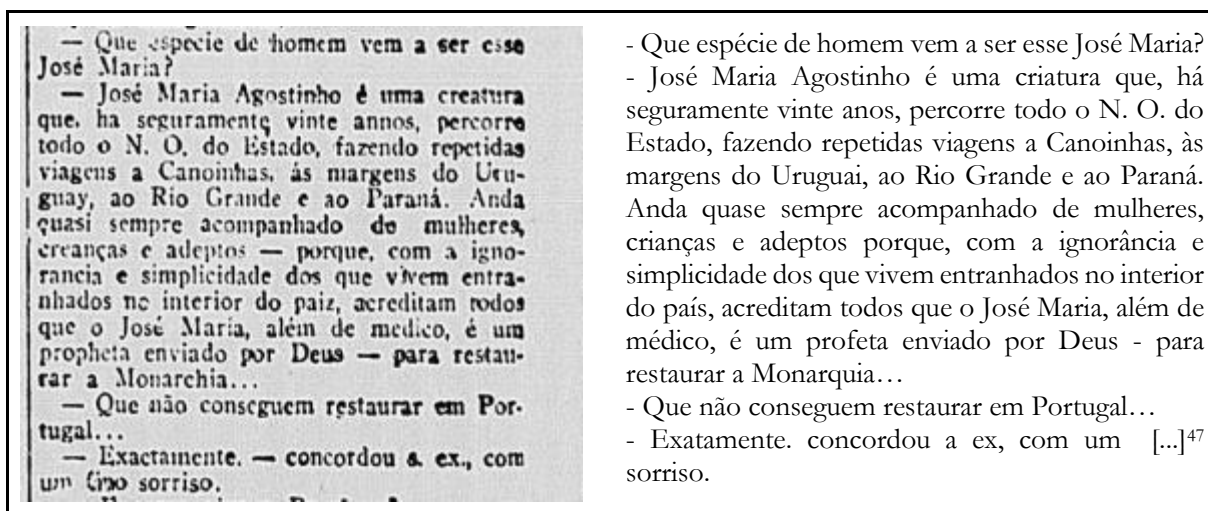
Nesse procedimento de exclusão, de certa forma, alguns discursos exercem um tipo de coerção sobre outros, em um campo de disputa sobre a verdade. Um exemplo simples de como o procedimento da vontade de verdade atua é a exclusão de saberes ancestrais, como os relacionados às ervas medicinais em detrimento de um discurso médico institucionalizado.

Quando postos em inspeção os excertos do Correio da Manhã, aplicam-se ao menos dois desses procedimentos de exclusão: a vontade de verdade e a rejeição da loucura. Certamente, no entanto, esses movimentos não se constituem de forma explícita, mas permeiam o interdiscurso.

A primeira menção ao Monge José Maria no jornal é feita em uma entrevista cedida por um representante do Estado de Santa Catarina. Embora não seja citado o nome do entrevistado, subentende-se pelo contexto que se trata do presidente da Federação, Felipe Schmidt. Esse primeiro aparecimento, referenciado nos quadros 1 e 2, é abordado de maneira ainda branda, embora existam pontos observáveis.



Quadro 1: Excerto do jornal Correio da Manhã, publicado em 12 de setembro de 1912⁴⁶.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

O monge, em primeiro momento, é tomado como um ente errante, que perambula pelas terras do estado aplicando procedimentos medicinais acompanhado de seguidores de vivência simples e ignorante, segundo o que é enfatizado. Além disso, destaca-se a auto intitulação de José Maria como profeta enviado por Deus para restaurar a Monarquia. A menção feita deixa transparecer no discurso certa ironia, tanto por parte do entrevistado quanto especialmente por parte do entrevistador.

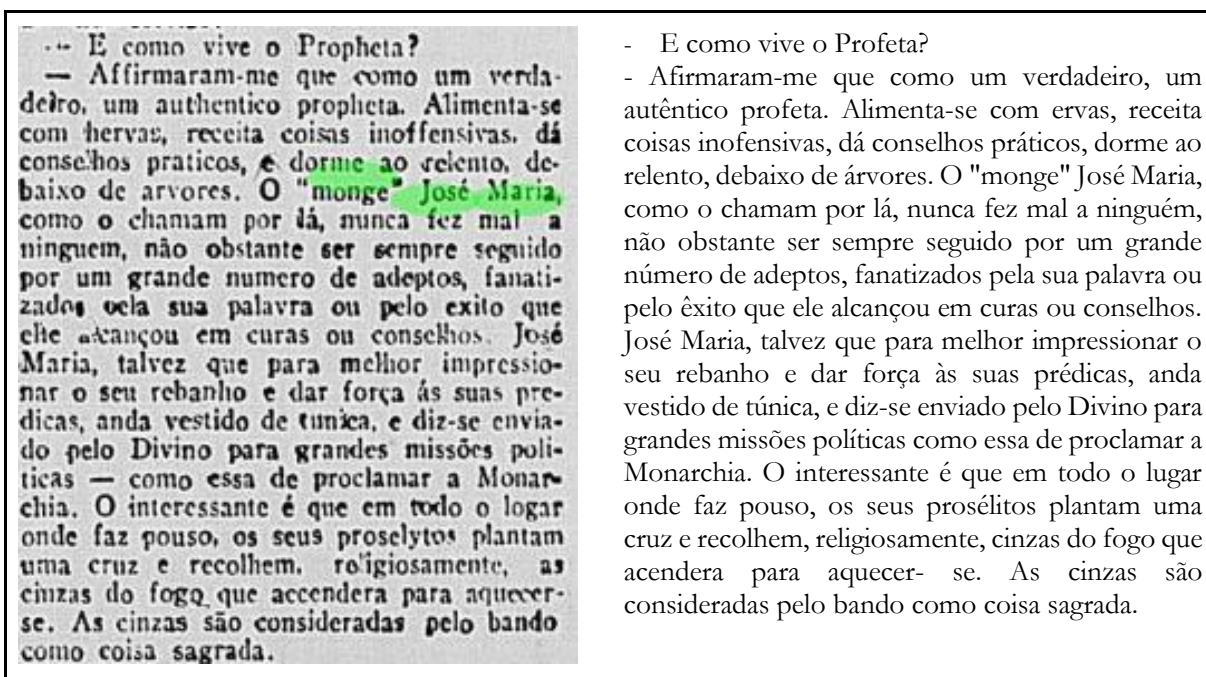
Em segundo momento no mesmo excerto (quadro 2), são mencionados os modos de vida de José Maria e dos sertanejos que o acompanham. Nesse momento, vemos a menção de alguns hábitos que, em contato com o público leitor, poderiam gerar alguma estranheza. A menção das vestimentas, dos hábitos alimentares e de descanso, do uso de ervas medicinais e dos hábitos religiosos evidenciam um modo de vida que muito se diferencia do adotado naquela época nos centros demográficos do país.

⁴⁶ As notícias serão apresentadas em quadros, sendo à direita apresentado o trecho retirado na íntegra do jornal, e à esquerda feita sua transcrição. É válido mencionar que por se tratarem de textos muito antigos, a linguagem utilizada apresentava diversas variações ortográficas não mais utilizadas hoje. Devido isso, para melhor inteligibilidade do trabalho, foram feitas nos trechos as atualizações ortográficas necessárias, sem no entanto, alterarem-se itens lexicais ou morfológicos.

⁴⁷ Trechos que, por conta da deterioração do tempo ou falhas na diagramação tornaram-se ilegíveis, estarão nos quadros representados por reticências entre colchetes.



Quadro 2: Ainda um excerto da publicação de 12 de Outubro.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

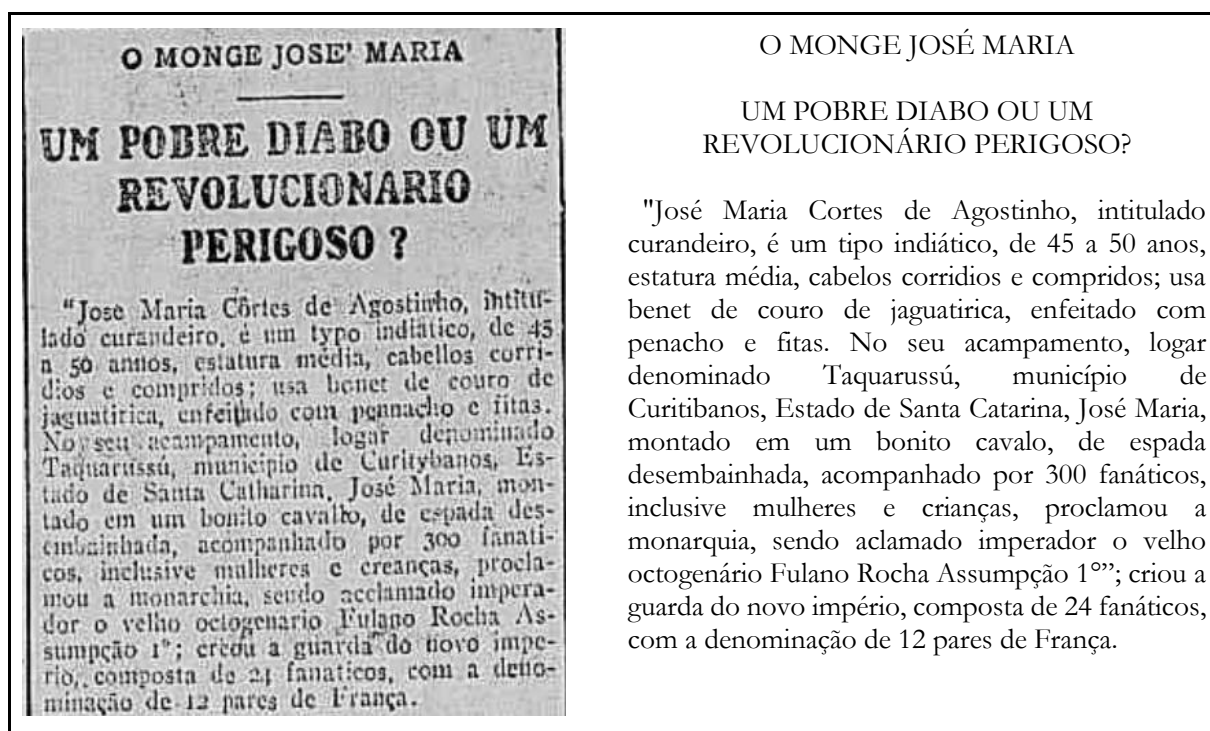
Apesar de haver neste excerto poucos elementos explícitos que caracterizem a relação de poderes empregados no discurso, é possível mencionar alguns pontos que se deixam transparecer no interdiscurso. O primeiro deles evidencia-se no fato de o entrevistado - enunciador discursivo - representar o poder através de uma instituição, neste caso, o próprio estado. Dessa forma, aplica-se a percepção de um representante de um centro urbano sobre o modo de vida de sertanejos que vivem no interior do país.

As menções aos hábitos de vida, especialmente aos procedimentos medicinais e religiosos são fatores que, ao serem concebidos nesse discurso com exotividade, deixam transparecer a exclusão do discurso dos sertanejos, afinal, esse tipo de saber é consoante a verdade proposta pela medicina e pelas instituições religiosas da época. Temos, dessa forma, a exclusão através do procedimento da vontade da verdade.

Apesar da incidência desse modo de exclusão que por si só explicaria a marginalização do discurso dos revolucionários, ainda pode-se aplicar o conceito de exclusão por rejeição à loucura. Analisemos o quadro a seguir:



Quadro 3: Publicação de 21 de Outubro de 1912



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

O que primeiro chama a atenção nesse excerto é o título, que nessa edição, apresenta-se permeado por um tom de alarme mais aparente, com um posicionamento demarcado. O título traz para o monge duas possíveis descrições de caráter: a de “pobre diabo” e a de “revolucionário perigoso”. Segundo verbete do dicionário Houaiss, “pobre diabo” é um “substantivo masculino que designa uma pessoa insignificante, sem eira nem beira”. Segundo os redatores do jornal, assim vinha sendo tomado o Monge. Percepção falaciosa, subentende-se, porém, pois existem motivos que deveriam levar o sujeito em questão a ser visto como perigoso.

Logo após o título, a matéria traz uma descrição física de José Maria. Esse recurso traz imediatamente à mente do leitor uma leitura imagética, onde, por bem ou por mal, concretiza-se a figura estereotipada de um monge: um senhor que já passa da meia idade e cabelos longos. Apesar de não haver destaques para o restante de suas vestimentas, o adereço utilizado na cabeça é descrito com riqueza de detalhes, em um enfoque que faz lembrar uma



coroa. A figura aparece em seguida com espada em mãos, montada em um bonito cavalo branco, declarando a monarquia celeste. Nitidamente é criado um contraste, entre o personagem e seus atos: um monge maltrapido agindo como um membro da realeza. A descrição é bastante pitoresca e cria sobre o personagem uma atmosfera que beira o quixotismo.

Ao lado de José Maria, estão seus seguidores, os fanáticos. Esse, inclusive, é o adjetivo mais recorrente quando se fala sobre os sertanejos do contestado, seja em notícias contemporâneas ao jornal, seja em apêndices historiográficos que mencionam o conflito. Ao novamente recorrer ao dicionário Houaiss, o adjetivo “fanático” é definido como termo que descreve aquele “que acredita cegamente nos preceitos de uma religião ou de uma doutrina política e, geralmente, demonstra essa crença de modo exagerado; intolerante”.

A percepção que o leitor carioca teve do conflito, dessa maneira, é a imagem de um excêntrico senhor comandando um bando de fanáticos. Embora não seja nunca citado o termo “loucura” ou “louco”, essas descrições têm um objetivo: representar uma série de fazeres e discursos que destoam da racionalidade, e dessa forma, devem ser anulados.

Certamente as reivindicações dos sertanejos não são mencionadas nos jornais, da mesma forma que não são retratados os cenários de injustiça social. O que se tem é um movimento de desvairados que, hora ou outra, precisará ser suprimido. Entre a primeira e a segunda matéria há uma evidente mudança de tom, sendo a segunda quase uma denúncia, um alarme social.

O mesmo jornal, após o combate de Irani, em 24 de outubro de 1912 traz uma extensa cobertura à batalha, considerada o estopim para a insurreição da Guerra do Contestado. Em uma matéria que ocupa meia página do periódico, os editores ressaltam a periculosidade do grupo e enfatizam a morte do honorável Capitão João Gualberto, enviado do estado do Paraná para conter os “fanáticos”. Na matéria é enfatizada a necessidade de uma intervenção federal no assunto ante a ameaça cabocla, visto a derrota das forças estaduais. No quadro 4 está a manchete da notícia, estampada em letras garrafais, ocupando o espaço central da página.



Quadro 4: Publicação do Correio da Manhã em 24 de outubro de 1912, após o combate em Irani.

<p>NOS CAMPOS DO IRATY</p> <p><i>As forças estaduais do Paraná são derrotadas pelo bando chefiado pelo "monge" José Maria</i></p> <p>O coronel João Gualberto caiu morto pelas balas dos fanáticos</p> <p>O dr. Carlos Cavalcanti pede ao marechal Hermes a intervenção federal</p> <p>VOLUNTARIOS QUE SE ALISTAM PARA DEFENDER OS SEUS CO-ESTADUANOS</p>	<p>NOS CAMPOS DO IRATY</p> <p>As forças estaduais do Paraná são derrotadas pelo bando chefiado pelo "monge" José Maria</p> <p>O dr. Carlos Cavalcanti pede ao marechal Hermes a intervenção federal</p> <p>O coronel João Gualberto cai morto pelas balas dos fanáticos</p> <p>Voluntários que se alistam para defender os seus co-estaduanos</p>
--	---

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

José Maria pereceu nessa batalha. Em nenhum momento na notícia isso é divulgado. Tão pouco é mencionado o despreparo dos soldados e sua inabilidade estratégica. Os fatos descritos são repletos de desencontros, sendo o mais claro exposto na manchete, já que o confronto se deu em Irani, e não em Irati. Os sertanejos são citados como “bando chefiado pelo ‘monge’ José Maria”, estando a palavra *monge* entre aspas, demonstrando ironia. Fica evidente, já na manchete, certa justificativa por parte do jornal, envolta em alarmismo, para uma intervenção federal. A matéria é movida por imensa comoção e cobrança às autoridades, o que é evidente no quadro 5.



Quadro 5: Cobrança ao Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Brasil entre 1910 e 1914.

<p>O marechal Hermes, do alto da cadeira presidencial, com a responsabilidade do governo sobre os ombros, tinha o dever de providenciar para que o facto se não reproduzisse e depois de prometter mundos e fundos, nada fez. E isso por que, o que ninguém poderá negar de boa fé, é que as deliberações tomadas não passaram de méras fantasias. Ordenaram-se mobilizações de forças e estas não se moveram, ordenaram-se partidas de alguns effectivos do Exército e essas partidas foram pouco depois adiadas.</p>	<p>O marechal Hermes, do alto da cadeira presidencial, com a responsabilidade do governo sobre os ombros, tinha o dever de providenciar para que o facto se não reproduzisse e depois de prometter mundos e fundos, nada fez. E isso porque, o que ninguém poderá negar de boa fé, é que as deliberações tomadas não passaram de meras fantasias. Ordenaram-se mobilizações de forças e estas não se moveram, ordenaram-se partidas de alguns efetivos do Exército e essas partidas foram pouco depois adiadas.</p>
--	---

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

O jornal segue, em um trecho adiante (quadro 6), ressaltando que aos sertanejos e ao Monge não vinha sendo dada a devida atenção, e que o grupo era mais perigoso do que se dava a entender. Isso é feito a partir de questionamentos à conduta do caso, em um tom provocativo. A morte do coronel é utilizada como alarme, um fator que evidencia o preparo dos caboclos para a batalha. A José Maria é atribuído o termo *perigosíssimo*, e o advérbio corajosamente utilizado na narração de suas ações. Além disso, as mortes de componentes militares são extremamente lastimadas, consideradas perdas irreparáveis, e segundo o jornal, as forças estaduais foram completamente destroçadas.

Por outro lado, em uma descrição mais detalhada da batalha, Moura (2013) destaca vários pontos de imprudência do coronel Gualberto. Este, com menos da metade de seus homens (entre 50 e 70), teria almejado um ataque surpresa a um grupo de número excepcionalmente maior, em uma área por ele desconhecida, à noite, em um clima tempestivo. Os soldados, com armas descalibradas, não tinham preparo para a luta corpo-a-corpo, demonstrando mais uma vez a imprudência da tentativa.

O fracasso é evidente, mas sobre as particularidades da batalha pouco se debruça o jornal. A impressão deixada nos leitores cariocas pela matéria não é a do despreparo das forças militares, mas a de um grupo de bandidos, terrivelmente perigosos que precisa ser parado.



Quadro 6: Publicação de 24 de outubro de 1912: perdas terríveis à polícia paranaense.

<p>Não se proclamava, de resto, ser o "monge" absolutamente inofensivo? Era uma perversidade, fazer-lhe mal, violentá-lo e o governo não mais se inquietou com o caso. Deixou-se a dormir e assim permaneceu, até que a morte do coronel João Gualberto o veio acordar do sono por que tão despreocupadamente passava...</p> <p>De tudo o que se evidencia, é que razão tinham aqueles, que não encaravam pelo mesmo prisma por que viam as nossas autoridades militares o bando de fanáticos chefiado por José Maria. Ele era, ao inverso do que se afirmava, perigosíssimo e a prova disso é que acaba de enfrentar corajosamente a polícia paranaense, infligindo-lhe perdas irreparáveis, como a morte do coronel comandante do Regimento de Segurança e dos tenentes Sarmiento e Libindo.</p> <p>Nesse encontro, que se deu nos campos de Irany, as forças estaduais foram completamente destroçadas, batendo em retirada, o que quer dizer que os revolucionários triunfaram em toda linha.</p>	<p>Não se proclamava, de resto, ser o "monge" absolutamente inofensivo? Era uma perversidade, fazer-lhe mal, violentá-lo e o governo não mais se inquietou com o caso. Deixou-se a dormir e assim permaneceu, até que a morte do coronel João Gualberto o veio acordar do sono por que tão despreocupadamente passava...</p> <p>De tudo o que se evidencia, é que razão tinham aqueles que não encaravam pelo mesmo prisma por que viam as nossas autoridades militares o bando de fanáticos chefiado por José Maria. Ele era, ao inverso do que se afirmava, perigosíssimo e a prova disso é que acaba de enfrentar corajosamente a polícia paranaense, infligindo-lhe perdas irreparáveis, como a morte do coronel comandante do Regimento de Segurança e dos tenentes Sarmiento e Libindo.</p> <p>Nesse encontro, que se deu nos campos de Irany, as forças estaduais foram completamente destroçadas, batendo em retirada, o que quer dizer que os revolucionários triunfaram em toda linha.</p>
---	--

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Após a leitura e análise dos trechos, o que se evidencia, além da exclusão das vozes sertanejas, é a tentativa de construção de uma imagem moral sobre esse povo: a de fanáticos e bandidos que precisam ser combatidos, penalizados. Foucault (2012), em uma discussão sobre o sistema penal, define que um dos papéis deste era

[...] fazer com que a plebe não proletarizada aparecesse aos olhos do proletariado como marginal, perigosa, imoral, ameaçadora para a sociedade inteira, a escória do povo, o rebotalho, a "gatunagem"; trata-se para a burguesia de impor ao proletariado, pela via da legislação penal, da prisão, **mas também dos jornais, da "literatura"**, certas **categorias da moral dita "universal"** que servirão de barreira ideológica entre ela e a plebe não proletarizada; toda a figuração literária, jornalística, médica, sociológica, antropológica do criminoso (de que tivemos exemplos na segunda metade do século XIX e começo do XX) desempenha este papel. (FOUCAULT, 2012, p.104, grifo nosso)



Esse trecho vem ao encontro da discussão, evidenciando que a mídia, representada nesse caso pelos jornais, assume o papel de criar junto à massa proletária uma percepção moral sobre os sujeitos que contrariam a lógica da produtividade. Assim, enfatiza-se a caracterização do banditismo, da “escória do povo”, sobre cuja existência a resposta deve ser a supressão, a punição.

Dessa forma, a construção da subjetividade em torno de José Maria e sobre o contestado, no geral, pouco tem a ver com enunciados por ele produzidos, mas resulta sim de uma constituição histórica que o coloca em um lugar moral comum, que contraria as estruturas sociais da época. Além disso, esse enfoque discursivo na descrição da figura central do movimento, de natureza institucional, acaba por sobrepor-se aos diversos discursos coexistentes, especialmente o dos sertanejos, cuja designação se generaliza a fanáticos ou fanatizados.

A narrativa que define o Contestado como movimento de bandidos fanáticos é hoje ainda muito comum, e facilmente encontrada em compêndios historiográficos. Da mesma forma, o desconhecimento sobre os fatores que levaram ao conflito perdura, assim como o silenciamento das vozes caboclas. A mídia como criadora do discurso, não só constroi a percepção geral sobre os fatos, mas aplica sobre eles noções de poder. No decorrer das notícias analisadas evidencia-se a construção de uma justificativa para a repressão, e, mais adiante, para o massacre, concluindo-se que os meios midiáticos tiveram participação direta na construção dos enunciados acerca do conflito, assim como funcionaram como instrumentos de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Rios (2013, p.38), “Todo messianismo é um movimento de esperança”. A figura do monge, embora certamente controversa, para o povo da época representou um alicerce, um rumo a seguir em um lugar onde não chegavam as outras instituições. Infelizmente, o que permanece na história é a descrição do movimento como mero fanatismo. Após a análise, ficou evidente o papel desempenhado pela mídia nessa construção



histórica, assim como sua influência sobre os acontecimentos, sendo o discurso mecanismo de poder.

A partir dos conceitos foucaultianos de exclusão por “vontade de verdade” e “rejeição à loucura” compreende-se como foram apagados e silenciados os discursos, saberes e conhecimentos dos caboclos que lutaram e pereceram no Contestado, substituídos por discursos das instituições dominantes, que os caracterizavam como fanáticos e bandidos.

A construção discursiva explorada nos excertos retirados do Correio da Manhã distorceu os fatos e omitiu inúmeras questões sobre o Conflito, da mesma forma que serviu como legitimação para a repressão, após a descrição de uma suposta ameaça.

Em suma, a construção midiática em torno do Monge José Maria reflete não apenas um mecanismo de exclusão, mas também a manifestação das dinâmicas de poder que moldam a história, entendendo-a não como linear, mas constituída de rupturas e apagamentos. A compreensão desse tipo de fenômeno é um importante passo para a promoção de uma análise sobre fontes históricas, que não raramente tratam de suprimir as lutas de grupos estigmatizados socialmente, assim como para reflexão crítica sobre o papel da mídia nesses processos.

Percebida a amplitude do Contestado e o papel da mídia da época em sua construção histórica, ressaltamos a importância de novas pesquisas na área, estas embasadas em um *corpus* de análise maior, assim como no aprofundamento dos conceitos aplicados. Elucidar a história do conflito e recuperar as memórias dos sujeitos da época é um movimento que não só faz justiça aos oprimidos, exterminados e esquecidos, mas é também ponto de reflexão sobre as dinâmicas instituídas até hoje na e sobre a região.

REFERÊNCIAS

BLASI, A. **A questão de limites e as dimensões jurídicas do Contestado.** in WEHLING, Arno. ZEFERINO, Augusto César. MOURA, Aureliano Pinto de. AXT, Gunter. SANCHES, Helen Crystine Corrêa. (org) 100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013. 446p.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Correio da Manhã. 1912, edição 04088, p. 1.



Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>>
Acesso em: 30 set. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Correio da Manhã. 1912, Edição 05012, p.2.
Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>>
Acesso em: 30 set. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Correio da Manhã. 1912, Edição 05015, p 2.
Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>>
Acesso em: 30 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 76 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 5ª ed. São Paulo, 1999. 79 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012. 431 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 39, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>>. Acesso em: 18 set. 2024.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11–25, 2007. DOI: 10.18568/1983-7070.41111-25. Disponível em: <<https://doaj.org/article/e000750fced04abab461d74704bfd7cb>>. Acesso em 19 set. 2014.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: Diálogos e duelos**. 3ª ed. São Carlos: Claraluz, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LEAL, Carlos Eduardo. **Correio da manhã**. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 1984. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acesso em 13 jun 2024.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico produz memória)**. in ORLANDI, E. P. org. **Discurso Fundador – A formação do País e a construção da identidade nacional**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.



MOURA, Aureliano Pinto de. O exército brasileiro e a insurreição do Contestado. in WEHLING, Arno. ZEFERINO, Augusto César. MOURA, Aureliano Pinto de. AXT, Gunter. SANCHES, Helen Crystine Corrêa. (org) **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio.** Florianópolis: MPSC, 2013. 446p.

RIOS, José Arthur. **O contestado: um centenário.** in WEHLING, Arno. ZEFERINO, Augusto César. MOURA, Aureliano Pinto de. AXT, Gunter. SANCHES, Helen Crystine Corrêa. (org.) 100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013. 446 p.



O ENSINAR GEOGRAFIA: UMA REFLEXÃO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DE ENSINAR PARA A CIDADANIA

TEACHING GEOGRAPHY: A REFLECTION ABOUT THE IMPORTANCE OF TEACHING FOR CITIZENSHIP

LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA IMPORTANCIA DE LA ENSEÑANZA PARA LA CIUDADANÍA

Márcia Chmura⁴⁸

Lucas Tenchena Primo⁴⁹

Resumo

O presente estudo foi construído para proporcionar a reflexão de temas como geografia e cidadania, e a partir das referidas temáticas entender qual a importância do ensino de geografia na formação de cidadãos como elemento emancipador e necessários na sociedade. Destarte, buscamos trazer autores que conduzem suas pesquisas a partir de temas como educação e cidadania. Para tanto trouxemos fundamentação teórica pautada em Callai; Moraes (2017) Mustafé (2019) Oliveira (2000) que auxiliam para um melhor engajamento do tema abordado. Contudo vale ressaltar que toda ciência é importante na formação da cidadania, porém neste texto somente abordamos a importância da ciência geográfica e seus desdobramentos na construção e desenvolvimento de pessoas com pensamento crítico no lugar onde estão inseridos. Dessa maneira buscamos trazer em evidencia a necessária junção de teoria e prática para que o aluno consiga traçar um paralelo entre ambas. Nesse ínterim, é importante enfatizar que o professor, no caso aqui professores de geografia precisam trabalhar conteúdos de maneira simples para que os estudantes consigam entender a teoria, e construir novos caminhos, ajudando no desenvolvimento do lugar, na tomada de decisões enquanto cidadãos que agindo com autonomia, colaborem na tomada de decisões assertivas para melhorar seu espaço de vivência.

Palavras- chave: Cidadania; Ensino de Geografia; a cidade.

⁴⁸ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR- Campus de União da Vitória; possui Pós-Graduação Lato Sensu em Educação no Campo pela Faculdade Alcance FAAL. Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá.

⁴⁹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR- Campus de União da Vitória; possui Pós-Graduação Lato Sensu em Dinâmicas regionais: natureza, sociedade e ensino; pela Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR- Campus de União da Vitória.



Abstract

This study was constructed to provide reflection on topics such as geography and citizenship, and from these themes understand the importance of teaching of geography in the formation of citizens as an emancipatory and necessary element in society. Therefore, we seek to bring authors who conduct their research based on themes such as education and citizenship. To this end, we brought theoretical foundations based on Callai; Moraes (2017) Mustafé (2019) Oliveira (2000) that help to better engage the topic covered. However, it is worth noting that all science is important in the formation of citizenship, but in this text we only address the importance of geographic science and its developments in the construction and development of people with critical thinking in the place where they are inserted. In this way, we seek to highlight the necessary junction of theory and practice so that the student can draw a parallel between the two. In the meantime, it is important to emphasize that the teacher, in this case geography teachers, need to work content in a simple way so that students can understand the theory, and build new paths, helping in the development of the place, in decision-making as citizens who, acting autonomously, collaborate in making assertive decisions to improve your living space.

Keywords: Citizenship; Teaching geography; the city.

Resumen

Este estudio se construyó para reflexionar sobre temas como geografía y ciudadanía, y a partir de estos temas comprender la importancia de enseñar de la geografía en la formación de los ciudadanos como elemento emancipador y necesario en sociedad. Por ello, buscamos acercar autores que realicen sus investigaciones en base a temas como la educación y la ciudadanía. Para ello trajimos fundamentos teóricos basados en Callai; Moraes (2017) Mustafé (2019) Oliveira (2000) que ayudan a involucrar mejor a los tema tratado. Sin embargo, vale la pena señalar que toda ciencia es importante en la formación de ciudadanía, pero en este texto sólo abordamos la importancia de la ciencia geográfica y su avances en la construcción y desarrollo de personas con pensamiento crítico en el lugar donde se insertan. De esta manera, buscamos resaltar la necesaria unión de teoría y práctica para que el estudiante pueda establecer un paralelo entre ambas. Mientras tanto, es importante enfatizar que el docente, en este caso los profesores de geografía, necesita trabajar los contenidos de forma sencilla para que los estudiantes puedan comprender la teoría, y construir nuevos caminos, ayudando en el desarrollo del lugar, en la toma de decisiones como ciudadanos que, actuando de forma autónoma, colaboran en la toma de decisiones asertivas para mejorar tu espacio vital.

Palabras clave: Ciudadanía; Enseñanza de geografía; la ciudad.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho foi construído a partir da necessidade de se conhecer a importância que a educação e mais precisamente a ciência geográfica tem enquanto disciplina do ensino básico;



e a importância que exercem perante o papel dessa formação das pessoas na sociedade, dentro da perspectiva da cidadania.

Contudo, para a elaboração destes escritos utilizamos de revisão teórica, com autores como Callai; Moraes (2017) Mustafé (2019) entre outros, que em suas concepções trazem seus apontamentos perante a temática discutida: geografia e cidadania.

Iniciam-se primeiramente os escritos acerca do conceito de cidadania, onde busca-se em conjuntura com autores o entendimento de que a educação e mais especificamente o papel da escola para vida dos alunos se faz fundamental para um desenvolvimento e construção de papel de cidadãos participativos em sociedade, colaborando na tomada de decisões assertivas para um mundo mais humano.

Em uma segunda parte deste trabalho busca-se evidenciar dar ênfase a disciplina geográfica para o desenvolvimento da cidadania, aprofundando nesta linha as temáticas físico-naturais trabalhadas em sala na forma como conduzem o pensamento dos estudantes para entenderem o lugar em que vivem.

Nesse ínterim, a ciência geográfica auxilia os estudantes na compreensão do lugar onde vivem e assim, os auxilia na reflexão e por vezes na tomada de decisão perante problemas que possam surgir, ou seja, o estudante se entenderá protagonista, um cidadão ativo, participativo em busca de uma sociedade melhor para se viver.

CONCEITO DE CIDADANIA

Antes de adentrarmos na discussão do papel que o ensino de geografia tem na formação da cidadania; se faz necessário o entendimento (mesmo que de forma breve) do que é, e quais os desdobramentos do conceito de cidadania.

Para Oliveira (2000), a cidadania teve significados bem diversos e diferentes no decorrer da história; sendo que eram diferentes as noções dadas a este conceito; mas na atualidade a cidadania traz em suas nuances um papel amplo e universal.

Contudo na atualidade se observa que a cidadania traz em suas nuances o que podemos nomear de participação do indivíduo na sociedade no lugar em que vive,



possibilitando ser uma pessoa atuante, e conseqüentemente acabar por auxiliar na construção de um lugar mais justo e de igualitário para se viver.

Dentre essa questão se faz importante a função da escola a levar ao indivíduo a compreensão de seus direitos e deveres como cidadão dentro do viés constitucional. Direitos como saúde, educação, saneamento básico, e direito à água moradia e demais direitos sociais que no sistema capitalista não raras vezes acabam a não ser providos por se fazerem presentes nas mãos de agentes como empresas privadas a exemplo de empresas imobiliárias de construção e empresas privadas de locação no caso do acesso à moradia, que não dispõe de seu acesso, e mesmo sendo direitos, quem não possui uma condição financeira favorável, ocasionalmente, é privado do acesso por não conseguir pagar por seu uso. Portanto atendimento da cidadania plena acaba sendo difícil, analisando por este viés.

Perante ao exposto Callai; Morais (2017 p.86) apontam que “os entendimentos produzidos pelos diversos pesquisadores envolvidos reforçam a proposição de que ser cidadão é possível não importando a idade, mas indicam também que o trabalho escolar é fundamental para proporcionar as condições efetivas de exercício da cidadania” [...]. Assim a transcendência do professor organizar a aula, de modo a explorar a participação do aluno, o diálogo, a partir do papel como docentes de mediadores do autodesenvolvimento dos alunos a partir da educação.

Indo ao encontro da linha de pensamento traz-se por meio de Morais (2011 p.196) que reforça a ideia de que a educação tem importante papel no desenvolvimento de cidadãos participativos:

Acreditamos que a cidadania é favorecida na escola quando ressaltamos o papel que a educação deve cumprir na formação do aluno para que ele possa lutar por seus direitos tendo consciência também de seus deveres. Isso somente será possível se ele compreender a sociedade na qual está inserido.

Compreensão que se faz por meio de todo um desenvolvimento educacional voltado a este trabalho de compreensão do papel informativo que presta em sua vida, constituindo-se a escola como uma identidade com objetivos voltados ao desenvolvimento do aluno, especificamente atingir sua emancipação e autonomia nas tomadas de decisões sobre suas ações como cidadão crítico e atuante nas variadas áreas da sociedade, considerando esta



confluência de objetivo da instituição, para com o conceito de cidadania, destaca-se que [...] “A cidadania só existe se houver acesso ao conhecimento e a possibilidade de exercício de autonomia num processo continuado de formulação do pensamento com autoria”. (Callai; Moraes, 2017 p.88).

Dessa forma se entende que a educação tem papel fundamental para que se desenvolvam cidadãos críticos e ativos na sociedade, e também se nota a importância do Estado por meio das políticas sociais a atuar a gerar maior garantia dos direitos voltados a cidadania de cada indivíduo; nesse sentido, trazemos a seguir a ciência geográfica, como auxiliadora na construção de pessoas que pensam, que criam ideias próprias que agem criticamente, participando ativamente da sociedade como cidadãos.

GEOGRAFIA

A Geografia sendo uma ciência, busca o entendimento do espaço geográfico; dessa forma entendemos que a partir da geografia é que também surgem cidadãos participativos e seu ensino compreende a busca da emancipação social.

Dessa maneira autores como Mustafé (2019 p.85) que aponta que “Observa-se, na Geografia da BNCC do Ensino Fundamental, uma dupla preocupação em relação à formação do aluno e ao exercício da cidadania. Uma de ordem teórico-metodológica e outra relacionada ao seu desenvolvimento enquanto sujeito autônomo, ativo e participante socialmente”. Destacando-se a necessidade de domínio teórico-conceitual dos professores a proporcionar com seu ofício desenvolvimento nesta formação.

Assim quando pensamos no trabalho docente, principalmente no que tange a escola pública destaca-se uma análise para além da BNCC, olhando para dificuldades voltadas a infraestrutura, pois é um ponto importante de ser frisado, que nestes espaços condições infraestruturais deixam a desejar e implicam inibindo o potencial de maiores resultados do trabalho docente, qual com uma integração destes recursos de forma construtivista incidiria em maiores resultados no ensino da disciplina de Geografia.

Além disso volta-se ênfase a BNCC trazer a importância de contextualizar estabelecendo relações com o dia-a-dia do aluno. E aprofundando mais sobre tal transcendência nesta linha Cavalcanti (2012, p. 45) aponta que o ensino de geografia tem seus



saberes condizentes com a formação do aluno enquanto pessoa crítica, sempre buscando desenvolver seus saberes:

No ensino de Geografia, os objetos de conhecimento são os saberes escolares referentes ao espaço geográfico. São resultados da cultura geográfica elaborada cientificamente pela humanidade e considerada relevante para a formação do aluno. Propostas mais recentes desse ensino são pautadas na necessidade de trabalhar com os conteúdos escolares sistematizados de forma crítica, criativa, questionadora, buscando favorecer sua interação e seu confronto com outros saberes.

Assim sendo, existem possibilidades de trazer conteúdo da Geografia para uma análise mais aprofundada, partindo para o uso de conceitos, que irão possibilitar analisar fenômenos, especificidades e relações de forma a dar ênfase dentro da disciplina geográfica a perspectiva como ocorrem, sua relevância e forma como influenciam sobre a sociedade dentro da dinâmica de leitura do espaço geográfico, e do papel do professor em adotar metodologias dialógicas que possibilitem maior ênfase a concepção de cada conceito. Dentro deste íterim citamos o exemplo do conceito de lugar, qual proporciona analisar determinados acontecimentos na escala local e assim oportunizar aos estudantes as reflexões perante o lugar onde vivem, conforme explica Mustafé (2019 p.95):

Há possibilidades, na Geografia apresentada na BNCC para o Ensino Fundamental, de trabalharse os diferentes temas e conteúdos geográficos a partir do conceito de lugar, numa perspectiva que leve em conta a complexidade das dinâmicas sociais da atualidade voltada para o exercício da cidadania.

O lugar é onde o aluno está interligado, onde existem paisagens, objetos os quais interagem com as ações cotidianas; e é assim que se constroem o espaço, as relações, as ações em um mundo de amplitude se reconhecem o seu lugar como um ponto, mostrando que ali naquele local estão as suas dimensões cotidianas. (Mustafé, 2019).

Conceito este que acaba vindo a trazer de uma forma mais aprofundada o contexto social específico daquele espaço naquela escala, e quando aprofundando o estudo na escala local e as diversas influencias das demais escalas sobre as quais impacta e é influenciado; e falando mais detalhadamente e em suas especificidades diversas, dois exemplos se dão nas, físicas, por meios dos arranjos das formas e objetos que ali se encontram, e culturais, sendo pertinente a



disciplina problematizar quanto a todas essas características daquele espaço e a forma como influenciam sobre a vida das pessoas naquele contexto e sobre a sociedade como um todo.

Assim sendo se faz importante que o professor traga temáticas que possam interessar ao aluno, e fazê-lo pensar nas possibilidades e para além disso levar a refletir o como pode influenciar em seu cotidiano à compreensão do contexto histórico, social, organizacional e culturacional ali presente, levando os alunos a posicionarem-se perante aos problemas que possam surgir em casa, na escola ou no trabalho, para neles intervir de acordo com as demandas apresentadas à proporcionar melhorias nos aspectos de atendimento as funções sociais que aquele espaço pode exercer. E é essencial que o professor possua domínio dos pressupostos teóricos a sua potencialização.

Assim é essencial também refletir quanto a configuração de elementos naturais e a maneira como influenciam sobre as atividades humanas, é importante transformar aquele conhecimento construído em sala, com base na realidade refletindo sobre questões da natureza física, suas características geológicas, a organização que a sociedade possui sobre esses segmentos de espaços, sobre a influência de rochas e solos que cada lugar possui aprofundando sobre retenção de água, e solidez para edificações, gerando sobremaneira fomentando as funções de uma dinâmica de trabalho da Geografia sobre o lugar conforme aponta Moraes (2011, p. 197):

Portanto, apresentar, discutir, problematizar com os alunos as questões em torno dos temas físico-naturais englobando as relações sociedade-natureza são ações que contribuem para ampliar as discussões sobre cidadania, incorporando, além das questões de cunho econômico e legal, aquelas relativas à justiça social.

Assim para aprofundar sobre a questão de cunho físico-naturais no seu trabalho na disciplina, Moraes (2011) aponta a geografia enquanto disciplina que precisa fornecer também aos estudantes fundamentos sólidos, um embasamento da teoria sobre a formação do solo, enquanto gênese, como este influencia sobre o modo como os mais variados agentes dentro da sociedade o enxergam nos aspectos social e econômico, integrando questões ambientais à esta abordagem desta maneira.

Perante o exposto, é interessante a pontuação de Brasil (1998) apud Silva e Silva (2012, p. 3), onde é explicado que o ensino de geografia, permite aos estudantes a



compreensão do espaço onde estão inseridos, visto que os ajuda a compreender questões do contexto local e mundial:

O ensino da Geografia possibilita aos educandos a compreensão de sua posição nas relações da sociedade com a natureza; bem como suas ações, individuais ou coletivas, emitem conseqüências tanto para si como para a sociedade. De modo similar, permite que adquiram conhecimentos para compreender as diferentes relações estabelecidas na construção do espaço geográfico onde se encontram inseridos, enquanto sujeitos, tanto no contexto local como mundial.

Segundo Callai; Moraes (2017) a geografia é um dos meios que pode oportunizar aos estudantes a construção de bases de conteúdo para a interpretação do mundo; ou seja, é a partir do embasamento teórico construído na escola que vão se transformando em ideias para que cada estudante se entenda como sujeito no mundo e desenvolva a reflexividade necessária a sua formação por meio do processo de ensino-aprendizagem. Assim em Moraes (2011, p. 197-198) aprofunda sobre a temática que uma temática da geografia que seria bem interessante no ensino para a construção da cidadania está voltada as temáticas físico-naturais:

Há muito tempo tem sido debatida a importância de ensinar, em Geografia, as temáticas físico-naturais do espaço geográfico. Elas são de importância fundamental para a formação dos alunos e os problemas acerca de seu ensino podem estar relacionados ao desconhecimento desses conteúdos no que se circunscreve tanto aos conteúdos em si como aos referenciais teórico metodológicos e/ou a problemas relativos ao seu encaminhamento considerando o processo de ensino e aprendizagem na Geografia escolar.

Seguidamente Moraes (2011) aponta que o cotidiano de cada aluno tem referências físicos-naturais, ou seja, através da geografia entender que a escola, a casa e o bairro possuem relevos diferentes e que a sociedade se estrutura em classes que excluem e segregam; ou seja reflexões necessárias.

Nesse sentido, o ensino de geografia contribui na construção de sujeitos, conforme explica Silva, *et al.*, (2019, s/p):

O ensino da Geografia tem o potencial de contribuir para a construção de sujeitos e suas visões de mundo, buscando articulação de diversos aspectos que permeiam as sociedades e os espaços, com a opção teórico-metodológica, buscando construir os conhecimentos das aulas a partir dos conteúdos propostos no plano de ensino do professor regente articulando referências às experiências trazidas pelos educandos.



Especificamente o que tange ao ensino das temáticas de conteúdos físico-naturais exige do docente a mobilização de conhecimentos que trabalhem a sintetizar “(...) a dinâmica e a relação existente entre os temas ora apresentados, considerando na perspectiva das múltiplas escalas temporais e espaciais a compreensão dos processos morfoesculturais e morfoestruturais, associados ao conhecimento didático do conteúdo” (Morais, 2011 p. 204).

Todavia, a realidade do aluno está diretamente englobada as significações requeridas pela disciplina a potencializar seu ensino pelo modo de agir no mundo, utilizando de forma prática da teoria às necessidades do ofício, indo ao encontro do atendimento de prioridades do educar para a cidadania através da geografia, numa construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada, e levar os alunos á possuírem um posicionamento voltado a resolução de desafios cotidianos conforme aponta Cavalcanti (2012 p. 45) promove ampliação destas capacidades pois:

A prática cotidiana dos alunos é, desse modo, plena de espacialidade e de conhecimento dessa espacialidade. Cabe à escola trabalhar com esse conhecimento, discutindo, ampliando e alterando a qualidade das práticas dos alunos, no sentido de uma prática reflexiva e crítica, necessária ao exercício conquistado de cidadania.

Dessa maneira enaltece Mustafé (2019, p.83) que o conhecimento geográfico se torna fundamental para o aluno entender o mundo a sua volta [...] “O conhecimento do espaço é uma destas ferramentas necessárias para que ele possa atuar de forma mais consciente, segura e autônoma diante das questões e desafios da sociedade contemporânea”. [...]. Portanto entender o espaço da escola como lugar de pesquisa, aprofundando também que no processo formativo ocorrem a construção voltadas a conhecimentos que auxiliam na compreensão do contexto cultural, histórico, social e organizacional, que influenciam para com a formação pessoal do aluno no desenvolvimento de um raciocínio que vai ao encontro dessa compreensão.

Dessa forma, Callai; Moraes (2017) explanam que um estudante se torna protagonista do mundo/do lugar onde está inserido, não apenas perante ao fato das observações realizadas, mas através de atitudes que desenvolvam um sentimento de identidade, fortalecendo laços de pertencimento.



Nesse mesmo viés escreve Pereira (2013 p. 21) deduzindo que a geografia permite as pessoas o conhecimento da realidade:

A ciência geográfica permite às pessoas que a exploram a possibilidade de tomar conhecimento da realidade, socialmente, e por isso torna-se bastante relevante. A escola é uma das instâncias sociais onde se aprendem os conhecimentos geográficos e estabelecem-se nexos com a realidade vivenciada cotidianamente.

Assim é essencial abordar a origem histórico-social qual consiste e influencia os diferentes arranjos a se encontrarem da forma como no presente momento enxergamo-los, a análise do momento histórico presente é essencial a compreensão da realidade urbana atual e das variáveis de períodos passados que a constituem auxiliando assim numa compreensão histórico-geográfica do espaço, auxiliando num maior aprofundamento sobre aquele local desenvolvendo maiores suportes aos indivíduos envolvidos no processo de ensino aprendizagem na disciplina na análise realizada.

Dentro desta perspectiva Pereira (2013) assinala que a geografia enquanto ciência, trabalha e busca o entendimento de conceitos e de temas que são comuns as pessoas, como a se citar os conceitos de cidade e de urbano, proporcionando a leitura de mundo a partir do olhar espacial assim levando o sujeito a compreender o mundo e a vida, levando ao levantamento de questões no sentido: quanto à forma como as coisas se encontram? e o porquê daquele modo se configurarem e se apresentarem? Desenvolvendo instigações a construção da autonomia do sujeito por meio da reflexividade em meio a variadas atividades voltadas a esta perspectiva que promovem a construção de uma visão holística dos dados.

Destarte Sposito (1994) apud Pereira (2013, p. 29) ponderam a importância encontrada nos desdobramentos existentes em estudar a cidade; já que a mesma está repleta de dinamismo e de constantes transformações, desta maneira:

Para compreender a cidade, é preciso, portanto, levar em conta sua historicidade, aliando sua dinâmica e Geografia, com base no movimento das pessoas e das relações comerciais estabelecidas. Sua paisagem permite entender como são suas ruas, as moradias, os edifícios, as praças, enfim, como se configura sua topografia etc., expressando-se diferentemente.

Por consequência, quando fala-se do meio urbano é essencial refletir sobre a maneira que agem agentes como imobiliárias, indústrias, instituições bancárias, Estado e o modo como



estes atores influenciam sobre a vida dos cidadãos, a exemplo do como e a quem estão sendo gerados os proveitos deste uso no sentido de empregabilidade por exemplo, ou a ação do Estado quando se fala de tributos, e atuação em vigor ao cumprimento da legislação, ou até mesmo a especulação imobiliária proporcionada pelas demais instituições citadas; e a forma como acabam a atuar sobre a vida da população considerando a desigualdade social, a intervir por meio de processos gerando consequente segregação dos espaços por eles influenciada, dificultando acesso as pessoas desprovidas de uma melhor condição financeira, por atuar como empecilho ao acesso.

Da mesma forma Callai; Moraes (2017, p.92) pondera que ao passo em que se estuda a cidade na escola fortalece os laços de cidadania, a realidade em que está inserido, transformando o conhecimento em ação:

Neste sentido, estudar a cidade na escola básica pode ser uma contribuição significativa para a formação cidadã. Reconhecer estes aspectos acerca do mundo coletivo tem junto a dimensão da escalaridade, o que facilita o entendimento da realidade do lugar. Superar a concepção de que não são heróis que fazem a cidade, mas todos os sujeitos que nela vivem e que aquilo que acontece no lugar tem explicações internas, mas externas também é o ponto significativo para pensar a dimensão pública da cidade. Superar a linearidade da interpretação e as explicações fáceis que deslocam a raiz dos problemas que desconsideram a complexidade dos fenômenos é fundamental para compreender a cidade em todas as suas dimensões. Em síntese não há inconveniente em partir do local para o mais distante, o que é problemático é ficar nessa linearidade, pois a complexidade do mundo e das relações sociais não são atendidas diante dessa perspectiva.

A cidade enquanto conteúdo do ensino na área da geografia acaba favorecendo o aluno a compreensão do mundo no qual está inserido, oportunizando ao mesmo um pensamento crítico sobre as relações, processos e estruturas que naquele espaço se fazem presentes, e autonomia de pensamento, construindo ideias (Callai; Moraes, 2017). Assim consequentemente que elementos e características a diferenciam dos demais espaços urbanos, para as pessoas que ali residem e possuem laços afetivos com aquele lugar.

E no que tange as relações de escala, é importante frisa-las, a local representando mais a cidade, o bairro local, a regional abordando uma escala intermediária entre o local e a nacional, podendo ser definida tanto como região da AMSULPAR (Associação dos Municípios Sul Paranaense) como também a região sul do Brasil a se encaixar nesta definição específica, conforme



que base teórica utilizada, a nacional representando a escala de país, consequentemente de seu território e a escala global, englobando o planeta inteiro.

Especificamente possui muita relevância indo ao encontro desta abordagem Santos (2004) qual cita que o atual período denominado por ele técnico-científico-informacional e traz dados sobre o espaço mundial uma aproximação entre os lugares, que por meio de redes expressa sua influência sobre os mais diversos espaços do globo, e no que tange as cidades cita que todos lugares no mundo são influenciados por este meio, alguns com mais intensidade, outros espaços com ínfima intensidade, em especial se destacando que alguns espaços como cidades globais, quais, irão estabelecer papel central dentro desta por deterem um aparato técnico grande, enquanto espaços de todo mundo irão sofrer influência destas, se caracterizando que a maioria das cidades globais se faz presente no norte do globo, e que dentro delas agentes como bancos, indústrias e o Estado irão usufruir em sua plenitude dos benefícios que possuem e utilizar de seu aparato para influência sobre as demais locais.

Porém pessoas com menos poder aquisitivo não irão desfrutar da mesma forma destes espaços, não usufruindo das vantagens tecnológicas e de informação como os agentes anteriormente citados. O que incide como fator de consequência também da desigualdade social que acaba vindo a influenciar sobre os mais diversos usos e acessos a porções do espaço geográfico tanto nas cidades globais como nos mais diferentes lugares em que o sistema capitalista se faz presente.

Ainda, esta racionalidade traz as implicações de poder em uma ordem de frações.

As diversas frações da cidade se distinguem pelas diferenças das respectivas densidades técnicas e informacionais (...). Pode-se dizer que, consideradas em sua racionalidade técnica e em seus regulamentos de uso, as infra-estruturas “regulam” comportamentos e desse modo escolhem os atores possíveis. Certos espaços da produção, da circulação e do consumo são a área de exercício dos atores “racionais”, enquanto os demais atores se contentam com as frações urbanas menos equipadas. (Santos, 2004, p. 306).

Destarte, se elenca a Geografia como disciplina que tem sentido de fazer o indivíduo possuir esta percepção sobre o acesso aos diferentes espaços no meio urbano, a levar a refletir quanto aos avanços tanto tecnológicos e infraestruturais nestes espaços e para quem são gerados os principais proveitos destes. Assim se faz importante problematizar por meio de



uma indagação reflexiva em sala de aula que aborde a questão da desigualdade social e suas implicações para com a sociedade no que tange ao uso dos mais variados espaços geográficos. E no que tange a abordagem das informações na sala de aula é essencial problematizá-las, classificá-las e contextualizá-las, proporcionando significação quanto a importância destes conhecimentos para exercício da cidadania, por exemplo no que tange a temática do urbano, a exemplo do como se faz presente o acesso a espaços de lazer, a serviços como tratamento de esgoto, e o como se apresenta a qualidade do ar (e a arborização da cidade), e quando há carências nestes acessos, a transcendência de investigar a gênese de suas causas e que medidas podem ser tomadas para resolução destes problemas e a evitar exclusão e segregação nestes aspectos. Neste viés um trabalho que proporcione o:

Conhecer significa trabalhar as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações na perspectiva de transformá-las em conhecimento é uma tarefa primordialmente da escola. Realizar o trabalho de análise crítica da informação relacionada à constituição da sociedade e seus valores é trabalho para professor... (Pimenta, 2005, p. 39).

Assim levar o aluno a desenvolver um senso crítico sobre as diferentes bases de informação que recebe na atualidade, diante do contexto atual, tecnológico e informacional é pertinente, pois uma grande quantidade de informações (de boas fontes e de duvidosas) se fazem muito presentes, portanto, se faz essencial o estudante estabelecer uma análise crítica delas promovendo uma síntese destes dados, considerando sua importância para sua vida cotidiana.

Nesse sentido, Xavier (2019, p.582) aponta que o lugar de vivências, a vida cotidiana que o indivíduo tem os primeiros contatos, ou seja, é ali o seu ponto de referência em um mundo gigante em proporções e dinâmico em seu todo:

É no lugar da convivência, nas práticas espaciais cotidianas, que se tem os primeiros contatos com os saberes, mesmo que estes não sejam formais, científicos e/ou escolarizados. É no lugar que se constrói as relações sociais, que se aprendem as noções espaciais, que se manifestam as dinâmicas do espaço geográfico e da vida.



Indo ao encontro, Mustafé (2019) traz o fato da formação cidadã se denotar na formulação do pensamento crítico, onde se desenvolve a capacidade de resolver problemas que surgem em seu lugar de vivência, destarte para que realmente se desenvolvam alunos pensantes críticos é necessária uma boa formação teórica, a aprofundar as bases, análises e a postura que irá adotar sobre elas a intervir, para que conseqüentemente o estudante de fato consiga interpretar o mundo e as dinâmicas existentes e a forma como impactam a sua individualidade e para com o coletivo da comunidade em que está inserido, e nesta linha se essencial a compreensão das implicações de conceito de espaço geográfico determinada disciplina que conforme explica Pereira (2013, p. 32):

A Geografia, por ser uma disciplina que trabalha com conceitos como o de espaço, deve primar por sua verdadeira compreensão, por meio de uma busca, tanto do professor quanto do aluno, para o seu significado. O professor possui a tarefa de pensar em maneiras de mostrar aos alunos o significado de trabalhar determinado conteúdo, aprender os conceitos. O processo de ensino e aprendizagem, partindo do pressuposto de que o conteúdo de Geografia é construído por cada um, deve levar em conta os diferentes olhares e a absorção de diferentes significados, a assimilação.

Destarte, o destaque e a tarefa em conseguir trabalhar conceitos e temas de maneira simplória é a do professor enquanto mediador/construtor de conhecimento em conjunto com seus alunos que já antes mesmo de ir à escola tem uma vida, uma família, um lugar onde vivem, saberes próprios daquele local; ou seja o aluno não é vazio, ele tem construído conhecimento mesmo fora da escola; e é nesse sentido que a teoria pode fundamentar a prática.

Contudo [...] “no processo de ensino-aprendizagem, deve haver continuidade com o que se aprende dentro e fora da escola, valorizando o que é aprendido em âmbito escolar e também cotidianamente, reafirmando a percepção e papel ativo do aluno por meio de sua unicidade. É a aproximação da teoria com a realidade” (Pereira, 2013 p.35).

Sendo essencial a reflexão sobre que elementos do cotidiano o professor traz à sua aula, assim quando os alunos, além de dar voz ativa aos alunos, pois é um fator que tende a gerar maior motivação por sua integração a aula por meio de suas colocações e curiosidades, uma



ferramenta poderosa de potencialização a respeitar a unicidade do estudante e no desenvolvimento do pensamento crítico sobre o espaço urbano:

Para que haja essa percepção mencionada anteriormente, é preciso que o professor, antes mesmo do aluno, a contate com a observação da cidade, e ao se defrontar com problemas urbanos, pesquise, analise, busque respostas e, impreterivelmente, realize discussões e levante questionamentos em sala de aula. Pois com a utilização de procedimentos didáticos diferenciados e materiais de ensino, previamente preparados e planejados para a aula em execução, aliados a debates, o resultado será positivo, ao despertar o interesse e a motivação por parte dos alunos em aprender e vivenciar a geograficidade do mundo. (Pereira, 2013 p. 38).

Nesta perspectiva um bom planejamento age a potencializar resultados que vão ao encontro do atendimento dos objetivos pretendidos pelo ensino de Geografia para com a formação construtivista de um cidadão com uma visão que ampliar a visão de mundo do indivíduo sobre a realidade a sua volta, proporcionando avaliar os diferentes aspectos identificando as relações de causa e efeito e conseqüentemente buscando soluções que se apliquem aos seus objetivos e valores pessoais e humanitários voltados a construção de sociedade mais justa.

Contudo a partir disso o Xavier (2019, p. 583) descreve que é importante uma união entre o saber social e o conhecimento científico, para que se possa de fato promover conhecimentos:

O caminho é uma mediação entre o conhecimento a partir das vivências (saber social) e o conhecimento científico (difundido através da escola numa linguagem adaptada ao aluno). Deste encontro ‘nasce’ o saber escolar, que é responsável por aproveitar o que o campo da vivência tem a oferecer, e como o campo da ciência ajuda a estruturar, promover e formalizar os conhecimentos.

O espaço de vivências, ou o lugar de vivências precisa ser evidenciado durante as aulas, pois fora do espaço escolar a vida também ensina, sendo tomada de saberes, e conseqüentemente o professor antes mesmo de ir a sala de aula necessita de planejamento, contemplando estes, para realizar a observação do local de vivência de seus alunos e as características do local onde a escola se faz presente, para que durante a aula aconteçam diálogos produtivos, a levar a pensar e refletir ações organizacionais com intuito na



formulação de ideias para amenizar ou extinguir problemas que assolam o lugar, com objetivo de aumentar a qualidade de vida do aluno e demais membros da sociedade através do desenvolvimento da visão crítica, qual implica em ações resolutivas voltadas a construção de uma sociedade, que promova maior atendimento por meio de ações concretas na vida dos indivíduos de suas reivindicações.

O professor, no entanto, precisa despertar a curiosidade de seus estudantes para que estes busquem a reflexão de questões que envolvem a sua realidade, ou seja, a rua, a escola, o bairro, nesse sentido aponta essa importância da observação de sua própria realidade, propiciando à ele elementos para exercer e reivindicar sua cidadania.

O professor de geografia, no entanto precisa proporcionar aos alunos a interpretação do espaço geográfico, para que os estudantes possam agir de forma crítica, conforme explica Silva e Silva (2012, p.5):

O professor de Geografia tem a responsabilidade de propiciar ao aluno diversas possibilidades interpretativas do espaço geográfico, para que o educando possa interagir criticamente, compreendendo e relacionando as especialidades da Geografia, sobretudo a partir das relações estabelecidas entre a sociedade e natureza, enfatizando relações a partir de temas como urbanização, dinâmica populacional, aspectos econômicos, globalização, geopolítica, aspectos naturais: relevo, hidrografia, clima, vegetação e ecossistemas, entre outros. Neste contexto, a representação dos diferentes lugares, deve ser realçada mediante a utilização de mapas, maquetes e plantas, com a legenda e a escala definida, e com apoio das novas tecnologias.

Nesse ínterim, para que o professor possa ou consiga despertar a curiosidade de seus alunos durante as aulas de geografia, é importante a utilização de diferentes recursos didáticos, conforme explica Silva *et al.*, (2019, s/p) os recursos didáticos: “Nas aulas de Geografia tem uma extrema importância, pois o docente deve fazer com que seu aluno tenha, por intermédio dos conteúdos e recursos, a possibilidade de entender as relações entre a sociedade e a natureza”.

Nesse sentido, o que proporciona integrar a aula como instrumento adequado aos objetivos de trabalho dentro da perspectiva reflexiva sobre o espaço cotidiano. Onde variadas abordagens analíticas se integradas forma construtivista permitem visualizar a forma como se encontram os diferentes nexos, a orientar uma interpretação e ação sobre estes, agindo de uma



forma essencial nesta perspectiva a potencialização do processo de emancipação de cada sujeito como estudante. Assim como no desenvolvimento de valores voltados a igualdade e justiça.

Assim sendo é importante ressaltar que é preciso dar vez e voz aos alunos, para que estes possam refletir e poder exercer sua cidadania, nesse sentido, Xavier (2019, p. 587).

Ao 'dar ouvidos' à voz do aluno-cidadão, a Geografia ensinada na escola pode conduzi-lo por um caminho de reflexões que os leve à conscientização das possíveis causas, efeitos e de sua efetiva necessidade de exercer cidadania frente às problemáticas enfrentadas por eles em seus cotidianos.

Dessa forma ao fomentar o desenvolvimento de maior consciência, elenca-se a importância da profissão para com a formação de gerações que possuam princípios e valores voltados a cidadania humana. Levando o aluno a desenvolver noções e princípios, que o auxiliem o a participar ativamente das transformações na sociedade, dentro destes valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sempre é contínuo, sempre em construção, por isso estes escritos perante a importância da ciência geográfica para a construção da cidadania não se findam aqui; existe muito mais a ser desbravado, a ser construído.

Contudo, considerasse deste trabalho que a geografia colabora na necessária formação de cidadãos ativos/críticos para uma sociedade participativa.

Nesse sentido, a geografia escolar, ao trabalhar temas como, cidade/lugar auxilia os estudantes na compreensão de que ele fazendo parte do lugar precisa ser um cidadão crítico e que ajude com novas ideias para o desenvolvimento do seu local de vivencia.

Destarte, um estudante bem orientado pela teoria pode colaborar com sua comunidade e solucionar problemas que possam surgir.

Porém, vale ressaltar que é tarefa do professor de geografia estabelecer metas e explicar os conteúdos de maneira simples, para de fato o conhecimento ser construído em conjunto e assim corroborar na formação de cidadãos que agindo com autonomia tomem decisões assertivas na sociedade e assim consigam estagnar a utopia “do bom lugar para se viver”. A sociedade é dinâmica, ou seja, a cada dia surgem novos desafios, é nesse sentido que



se torna imprescindível que o professor desperte a curiosidade de seus estudantes, com a utilização de metodologias ativas; para a busca por informações e reflexões a partir do lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS

CALLAI, H. C.; Moraes, M. M. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.82-100. Disponível em:

<https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/4771> Acesso em 09 set. 2024.

CAVALCANTI, L. S. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: **Papirus**, 2012. p. 45 – 47. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2799015/mod_resource/content/2/texto15_lib_anejo_plano%20de%20aula.pdf Acesso em 07 set. de 2024.

MORAIS, E. M. B. As temáticas físico-naturais no ensino de geografia e a formação para a cidadania. Revista Virtual- Geografía, Cultura y Educación Disponível em:

<https://revistas.upn.edu.co/index.php/anezumene/article/view/7242> Acesso em 06 set. de 2024.

MUSTAFÉ, D. N. O ensino de Geografia na BNCC do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais): a escala geográfica e o conceito de lugar com vistas à **formação cidadã do aluno**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2019.

PEREIRA, Z. R. Os conteúdos escolares sobre cidade e o urbano [manuscrito]: desafios das práticas do professor de geografia á construção da cidadania. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2013.

SILVA, V. R. BARBOSA, R. A. LIMA, T. C. **Experiencias e vivencias entre professor e aluno no ensino de geografia na educação de jovens e adultos**. VI Congresso Nacional de Educação- CONEDU. 2019. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_S_A12_ID5106_30092019231758.pdf Acesso em 02 out. de 2024.

SILVA, M. S. F.; SILVA, E. G. **O ensino de geografia e a construção de conceitos**

científicos geográficos. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristovão - SE/ Brasil, 2012. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10180/7/6.pdf> Acesso em 02 out. de 2024.

XAVIER; A. S. A percepção dos conhecimentos geográficos a partir das vivencias: um



estudo de caso com os alunos do 6^o ano do ensino fundamental. 14^o Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia ISBN 978-85-85369-24-8- Políticas, linguagens e trajetórias. Disponível em:

<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/download/2911/2774/12872> Acesso em 02 out. de 2024.

Livro

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo: construindo uma crítica de uma crítica.** In: PIMENTA, Selma; GHEDIN, Evandro (orgs.). *Professor Reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito.* São Paulo: Cortez Editora, 2006. P. 17-52.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo.** São Paulo: Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo. EDUSP, 2004.



FRAGMENTOS DA GEOGRAFIA CULTURAL SERTANEJO-CABOCLA CONTESTADENSE, EXIBIÇÃO DE ACERVO DOS SÍTIOS HISTÓRICO- GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DA GUERRA DO CONTESTADO

*FRAGMENTS OF THE CULTURAL GEOGRAPHY OF THE SERTANEJO-
CABOCLA CONTESTADENSE, EXHIBITION OF THE COLLECTION OF
HISTORICAL-GEOGRAPHICAL SITES OF THE CONTESTED WAR REGION*

*FRAGMENTOS DE LA GEOGRAFÍA CULTURAL DEL SERTANEJO-CABOCLA
CONTESTADENSE, EXPOSICIÓN DE LA COLECCIÓN DE SITIOS HISTÓRICO-
GEOGRÁFICOS DE LA REGIÓN DE LA GUERRA EN DISPUTA*

Nilson Cesar Fraga⁵⁰

Sophia Vilas Boas Gomes⁵¹

Matheus Oliveira Martins da Silva⁵²

Aline Edilane Ribeiro de Castro⁵³



Selo dos 110 anos da Guerra do Contestado produzido pelo
Observatório da Região e da Guerra do Contestado

⁵⁰ Professor no Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito (GEOTMAC/UEL) e do Observatório da Região e da Guerra do Contestado (ORGC/UEL)

⁵¹ Professora da Rede Estadual de Ensino no Paraná. Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Membro do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito (GEOTMAC/UEL).

⁵² Geógrafo. Doutorando no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bolsista de Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Código de Financiamento 001.

⁵³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGG da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.



Resumo

A exposição “Contestado, 110 anos do massacre insepulto: frações e imagens do sertão caboclo”, no V Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado, realizado nas cidades de União da Vitória e Porto União, respectivamente Paraná e Santa Catarina, no campus da Universidade Estadual do Paraná e no Instituto Federal do Paraná reuniu artefatos que retratavam o cotidiano sertanejo-caboclo e os eventos da Guerra do Contestado, além de registro de trabalhos de campo realizados desde 2000. O acervo, pertencente ao Laboratório Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito, inclui vestígios arqueogeográficos e evidências da presença imperialista estadunidense na região. O objetivo central foi rememorar o massacre ocorrido na Páscoa de 1915, no vale dos rios Santa Maria-Caçador Grande, onde as forças legalistas incendiaram milhares de casas e igrejas com seus ocupantes, configurando uma das maiores violências contra o povo caboclo do Brasil. Durante o congresso relacionado à exposição, discutiram-se os impactos históricos-geográficos e contemporâneos do conflito, como a desigualdade regional e a resistência territorial.

Palavras-chave: Geografia Cultural; Cultura Cabocla; Patrimônio Cultural; Exposição 110 anos da Guerra do Contestado.

Abstract

The exhibition “Contestado, 110 years of the unburied massacre: fractions and images of the backlands caboclo”, at the 5th Brazilian Congress of the Contestado War, held in the cities of União da Vitória and Porto União, respectively in Paraná and Santa Catarina, on the campus of the State University of Paraná and the Federal Institute of Paraná, brought together artifacts that portrayed the daily life of the backlands caboclos and the events of the Contestado War, in addition to records of fieldwork carried out since 2000. The collection, belonging to the Geography, Territory, Environment and Conflict Laboratory, includes archeogeographic remains and evidence of the US imperialist presence in the region. The main objective was to commemorate the massacre that occurred on Easter 1915, in the valley of the Santa Maria-Caçador Grande rivers, where the loyalist forces burned down thousands of houses and churches with their occupants, constituting one of the greatest acts of violence against the caboclo people of Brazil. During the congress related to the exhibition, the historical-geographical impacts and contemporary aspects of the conflict, such as regional inequality and territorial resistance.

Keywords: Cultural Geography; Caboclo Culture; Cultural Heritage; Exhibition 110 years of the Contestado War.

Resumen

Español La exposición “Contecido, 110 años de la masacre insepulta: fracciones e imágenes de los caboclos del sertón”, en el V Congreso Brasileño de la Guerra del Contestado, realizado en las ciudades de União da Vitória y Porto União, respectivamente en Paraná y Santa Catarina, en el campus de la Universidad Estatal de Paraná y el Instituto Federal de



Paraná, reunió artefactos que retrataron la vida cotidiana de los caboclos del sertón y los eventos de la Guerra del Contestado, además de registros de trabajo de campo realizado desde 2000. El acervo, perteneciente al Laboratorio de Geografía, Territorio, Medio Ambiente y Conflicto, incluye restos arqueogeográficos y evidencia de la presencia imperialista estadounidense en la región. El objetivo principal fue conmemorar la masacre ocurrida en la Pascua de 1915 en el valle de los ríos Santa Maria-Caçador Grande, donde las fuerzas leales incendiaron miles de casas e iglesias con sus ocupantes, constituyendo uno de los mayores actos de violencia contra el pueblo caboclo de Brasil. Durante el congreso, la exposición se centró en los impactos histórico-geográficos y los aspectos contemporáneos del conflicto, como la desigualdad regional y la resistencia territorial.

Palabra clave: Geografía Cultural; Cultura Caboclo; Patrimonio Cultural; Exposición 110 años de la Guerra del Contestado.

Palavras iniciais, fragmentos do Contestado

No decorrer do V Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado, foi realizada a exposição denominada “Contestado, 110 anos do Massacre Insepulto: Frações e Imagens do Sertão Caboclo”, no saguão da Biblioteca do Instituto Federal do Paraná, no Campus de União da Vitória, no Paraná. Antes de apresentar os objetos exposto, que fazem parte do Acervo do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente Conflito, onde se localiza o Observatório da Região e da Guerra do Contestado, há que se apontar a história dos Congresso Brasileiros da Guerra do Contestado.

O I Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado, foi realizado em novembro de 2017, conjuntamente com o IV Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, e o II Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços, na Universidade Estadual de Londrina, Paraná. o II Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado, foi realizado de forma remota durante a pandemia da Covid-19, conjuntamente com o IV Colóquio de Geografias Territoriais Paranaenses, em novembro de 2020. O III Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado, ocorreu, ainda de forma remota ao final da pandemia, junto do I Congresso Internacional de Turismo Rural e Ruralidades e do XII Congresso Brasileiro de Turismo Rural, em novembro de 2021. e, o IV Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado, ocorreu novamente de forma presencial, em novembro de 2022, no campus de Cornélio Procópio, da Universidade Estadual do Norte do Paraná.



O V Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado, 110 Anos da Guerra Insepulta do Brasil - dos "Mandamentos da Natureza", da Sociedade Sertanejo-Cabocla, à Relação Espaço-Tempo na Geografia, realizado conjuntamente com a XXXI Semana do Meio Ambiente: “você tem sede de que?” aconteceu na Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória e no Instituto Federal do Paraná, Campus União da Vitória, e teve como objetivo rememorar, refletir e reunir pesquisadores e pesquisadoras, além dos sujeitos sociais que desenvolveram ações nos territórios do Contestado, especialmente, os que trabalharam com profícuo intercâmbio de informações e experiências de estudos científicos sobre o cenário geográfico da região da Guerra do Contestado no Paraná e em Santa Catarina. O evento buscou, ainda, agregar produções e promover o debate e a reflexão que envolva a geografia e áreas afins nos conclaves a partir das apresentações e discussões de trabalhos originais, o compilamento de informações, as experiências e as recomendações no âmbito das questões que geografizam o Contestado nos seus 110 anos.

O tema central desse conclave envolveu os 110 Anos da Guerra Insepulta do Brasil - dos "Mandamentos da Natureza", da Sociedade Sertanejo-Cabocla, à Relação Espaço-Tempo na Geografia, a partir de uma das figuras mais importantes que ajudou na construção do modo de vida sertanejo-caboclo, o monge-profeta João Maria, e seus "Mandamentos da Natureza" como base dos princípios éticos e morais da sociedade contestadense; refletindo, ainda, a questão da natureza, das águas - das do monge, as dos rios que nos dão sustento para a vida em sociedade secularmente – a figura 1 apresenta o cartaz da exposição.



Figura 1: Cartaz de divulgação da exposição.

V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA",
 DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:
 VOCÊ TEM SEDE DE QUE?

**PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
 PARANÁ - SANTA CATARINA
 BRASIL**
23 A 26 DE OUTUBRO DE 2024

EXPOSIÇÃO

**CONTESTADO, 110 ANOS DO
 MASSACRE INSEPULTO:
 FRAÇÕES E IMAGENS DO
 SERTÃO CABOCLA**

23 a 26 de Outubro de 2024
Instituto Federal do Paraná
Porto União da Vitória
Paraná - Santa Catarina

Curadoria
Nilson Cesar Fraga
Observatório da Região e da
Guerra do Contestado

Fonte: Fraga (2024).



A exposição “**Contestado, 110 anos do massacre insepulto: frações e imagens do sertão caboclo**”, apresentou imagens tanto do cotidiano sertanejo-caboclo e da Guerra do Contestado, quanto dos trabalhos de campo geográfico feitos na região desde o ano 2000, pois desde então, foi possível salvaguardar alguns artefatos, que hoje fazem parte do acervo do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL e do Observatório da Região e da Guerra do Contestado – ORGC/UEL, ambos da Universidade Estadual de Londrina, a exemplo dos utensílios do cotidiano da população, restos mortais resgatados nas escavações arqueogeográfica⁵⁴, fragmentos do capital imperialista estadunidense que promoveu a expropriação da terra dos sertanejos, etc.

A exposição teve como objetivo rememorar o maior massacre contra um grupo de sertanejos brasileiros ocorrido na Páscoa de 1915, no corredor do vale dos rios Santa Maria-Caçador Grande, onde nos seus 16,5 km de extensão, foram queimadas 5.532 casas camponesas e 11 igrejas com caboclos e caboclas no seu interior, com o intuito de as forças legalistas republicanas economizarem munição.

Durante este Congresso da Guerra do Contestado, foram feitas falas e apresentações de pesquisas sobre os 110 anos desde a Páscoa Sangrenta de 1915, cujas (in)consequências promovidas pelo Estado nacional são, hoje, também responsáveis pelos baixos índices de desenvolvimento regional, fato que não impediu que fossem formados no Contestado, territórios de resistências dos remanescentes da Guerra, desde a expropriação gerada pela entrada do capital imperialista estadunidense na região, cujas terras nunca foram devolvidas aos caboclos, excetuando aquelas conquistadas por meio da luta pela reforma agrária em muitos dos assentamentos existentes na região.

Passa-se, na sequência, sem maiores delongas, registrar a exposição, por meio de fotografias dos artefatos apresentados, e o que os mesmos representavam aos visitantes dessa exposição.

⁵⁴ FRAGA, N. C. **Por uma Arqueogeografia brasileira**: a possibilidade de análise profunda do território a partir da Guerra do Contestado como exemplo prático. 1. ed. Videira, SC: Êxito Editora e Comunicação, 2022.



TIJOLO DA MADEIREIRA CIA. *LUMBER*, FABRICADO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA A FÁBRICA BRASILEIRA DO CONTESTADO

Localizado e adquirido para o Observatório da Região da Guerra do Contestado na sede da Cia *Lumber*, em 2003, salvaguardando um exemplar, pois sempre há o risco dos demais, que lá ainda estão, serem reutilizados em algum tipo de obra. A *Lumber* foi fundada nos EUA com o objetivo de explorar a madeira e promover a colonização das terras que margeavam a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cujo nome oficial era *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Foi uma importante empresa madeireira e colonizadora que operou no Planalto Norte Catarinense no início do século XX, mais especificamente na região do Contestado, convivendo com a guerra e sendo uns dos estopins da mesma. Importante destacar que os tijolos que constituíam os prédios da madeireira *Lumber* e da própria cidade por eles erguida em Três Barras, eram trazidos dos EUA, ou seja, geravam empregos no país de origem deixando de consumir produtos fabricados no Brasil (Figura 2).

Figura 2: Tijolo da estrutura da Cia *Lumber*.



Fonte: Observatório da Região e da Guerra do Contestado (2024).



RÉPLICA DE UMA ESPADA DE MADEIRA CABOCLA CONFECCIONADA A PARTIR DA ÁRVORE GUAMIRIM

Durante a Guerra do Contestado os sertanejos-caboclos usavam como arma de defesa espadas feita da madeira Guamirim, que também era instrumento de trabalho dessa população que retirava da floresta a erva mate. Por possuírem pouco armamento e precisarem se defender das forças legalistas e das milícias dos coronéis da região, os caboclos usavam nos combates as espadas de madeira, na medida que venciam os combates eles se apropriavam e se armavam com as armas do inimigo (Figura 3).

Figura 3: Réplica da espada Cabocla.



Fonte: Agência UEL de notícias (2017).



FRAGMENTOS DE OSSOS DE CABOCLAS DA GUERRA DO CONTESTADO, RECOLHIDOS EM ATIVIDADES DE CAMPO ARQUEOGEOGRÁFICO.

Fração óssea cabocla coletada em trabalho de campo com intuito de promover o resguardo do patrimônio histórico-geográfico do Contestado, coletada no dia 17 de janeiro de 2016, em estudos Arqueogeográficos (Figura 4). Nessa mesma época, um grupo de pesquisadores e populares restaurou e recolheu amostras de um crematório localizado na comunidade de Perdizinhas, interior de Lebon Régis, onde foi impossível quantificar os corpos cremados no Crematório de Cadáveres de Perdizinhas, até porque o número de mortes nas batalhas não é algo pacífico entre pesquisadores, variando entre 10 a 20 mil, mas o número poderia chegar a 30 mil.

Figura 04: Fração óssea cabocla.



Fonte: Fraga (2016).



MATERIAIS METÁLICOS DOS TRILHOS DA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE

A construção do trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), no Meio Oeste, promoveu profundas mudanças sociais regionais, sobretudo sobre o modo de vida caboclo, que fora expulso de suas terras no período da obras de construção. A estrada de ferro tinha como objetivo maior integrar o Rio Grande do Sul a São Paulo. O Meio Oeste catarinense, cortado pelo Rio do Peixe, povoado pelos caboclos, era um território de passagem tropeira, de ervateiros, de pequenos posseiros e alguns coronéis latifundiários, sendo a EFSPRG um dos principais estopins da Guerra do Contestado, a partir das expulsões ocorridas por jagunços trazidos pela companhia estadunidense, entre os anos de 1907-1910. A figura 05 trás um prego, uma lima e um parafuso de dormente, usados na inoperante Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande.

Figura 05: Materiais dos trilhos da Estra de Ferro São Paulo-Rio Grande.



Fonte: Fraga (2025).



BUSTO HUMANO ESCULPIDO PELOS POVOS ORIGINÁRIOS DO CONTESTADO +/- 10.000 ANOS

Trata-se de um artefato material de sociedades indígenas anteriores a colonização da região do Contestado, disposta arqueogeograficamente em paisagens que não foram pesquisadas oficialmente pela arqueologia brasileira. Trata-se de um rosto humano esculpido por povos pré-coloniais com presença de lito-cerâmicos superficiais, “acidentalmente” localizado por agricultores no interior da região contestada. Além de material lítico lascado, provavelmente representando um assentamento humano milenar. Peça em basalto com fratura preenchida por talco mineral (Figura 6).

Figura 6: Busto humano esculpido em basalto.



Fonte: Fraga (2025)



NÓ DE PINHEIRO DE ARAUCÁRIA COLETADO NO RIO SÃO MIGUEL, LOCAL DOS ÚLTIMOS COMBATES DA GUERRA DO CONTESTADO

Nó de *Araucária Angustifolia* utilizado durante a Guerra do Contestado nos espaços de eliminação de cadáveres pelas forças legalistas, antes disso, usado como material lenhoso nos fogões (trepes) caboclos. Esse da figura 07, foi localizado e recolhido as margens do rio São Miguel, localidade homônima de uma das cidades santas erguidas depois dos combates finais ocorridos no Vale do Santa Maria-Caçador Grande, em abril de 1915. As margens do rio São Miguel possuem argilas úmidas por conta da densa floresta, e em meados de 1915 quando as forças legalistas destruíram o quadro santo, muitas crianças enfraquecidas pela fome e as pestes da guerra, ficaram estaqueadas no solo denso e molhado, e ficaram aguardaram a morte presas ao chão, sendo comidas vivas pelas aves de rapina.

Figura 7: Nó de Araucária coletado no rio São Miguel



Fonte: Fraga (2025)



MACHADINHA INDÍGENA USADA POR INDÍGENAS NA REGIÃO DO CONTESTADO

Machadinha indígena coletada na Região do Contestado, mais precisamente na Região do Planalto Norte Catarinense, região natural de concentração do povo Xokleng/Laklãnõ, do tronco linguístico “Macro-Jê”, e família linguística “Jê”, podendo-se afirmar que linguisticamente são parentes próximos dos Kaingang. A arqueologia não os distingue dos Kaingang, considerando como “Jê do Sul”. Foram denominados Botocudos, Aweicoma, Xocre, Xokleng, dentre outros, e também tratados de Tapuia, e da mesma forma que os Kaingang, compunham a população não Tupi da costa catarinense (Brighenti, 2012, p. 56). Esses da figura 8, são, ainda, facilmente encontrados nas zonas rurais da região do Contestado.

Figura 8: Machadinha indígena do grupo Xokleng/Laklãnõ



Fonte: Fraga (2025)



PEÇA DE CANHÃO OBUS DO EXÉRCITO BRASILEIRO USADO NAS BATALHAS DA GUERRA DO CONTESTADO

Antiga buzina do rodado de carroça que puxava os canhões das forças legalistas feita de ferro fundido, trata-se de um orifício do cubo da roda, ou maça onde se embebe a extremidade do eixo, sendo preenchida por um eixo de madeira ou de ferro. Quando a buzina aumenta, com o desgaste pelo muito uso, põe-se um enchimento de madeira, que se chama contra buzina. A imagem da figura 9 traz umas dessas peças encontrada em um dos campos de batalha da Guerra do Contestado, entre os municípios de Leblon Régis e Timbó Grande.

Figura 9: Buzina encontrada em região de Combate do Contestado



Fonte: Fraga (2025)



RÉPLICA DO GORRO DE JAGUATIRICA DO MONGE JOSÉ MARIA, USADA EM CERIMÔNIAS OFICIAIS NO CONTESTADO

O Monge José Maria de Santo Agostinho apareceu na região da Guerra do Contestado no início da década de 1910, tendo participado da festa do Senhor Bom Jesus no Taquarussu do Bom Sucesso, na época uma localidade no município de Curitibaanos. Nessa época os coronéis de Curitibaanos e também de Campos Novos forçaram o governo de Santa Catarina para dissolver o ajuntamento caboclo, fato que gerou os primeiros conflitos do Contestado. O monge, e dezenas de seus seguidores, rumam para Oeste cruzando o rio do Peixe, se estabelecendo do Faxinal do Irani. Entre os mitos, ritos e símbolos relacionados ao Monge Zé Maria, está o gorro de jaguatirica associado ao Monge João Maria, mas que na cultura popular (Figura 10), sobretudo no Irani, representa o Zé Maria e os 03 monges históricos.

Figura 10: Réplica do Gorro de Jaguatirica do Monge José Maria



Fonte: Fraga (2025)



IMAGEM DE SÃO JOÃO MARIA USADA POR CABOCLOS DEVOTOS NA REGIÃO DO CONTESTADO

João Maria é o nome pelo qual ficaram conhecidos os dois primeiros monges que passaram pelo Sul do Brasil de meado ao final do século XIX, estando intimamente associados a cultura sertanejo-cabocla regional, levavam a palavra de Deus, a cura pela natureza, possuindo temperamento tranquilo e suas pregações associadas a uma vida íntima com a natureza. Suas vidas são marcadas por muitas lendas, e seus locais sagrados estão ligados a milagres em toda a região Sul do Brasil, e em outras regiões brasileiras e do continente americano. Santo popular caboclo, sua imagem é produzida e vendida em muitos lugares, com destaque para o Paraná e Santa Catarina, onde se tem muitos dos seus espaços sagrados, conforme se observa na figura 11.

Figura 11: Imagem de São João Maria



Fonte: Fraga (2025)



PENA DE UMA GRALHA AZUL, RECOLHILHA EM TRABALHO DE CAMPO GEOGRÁFICO NO CONTESTADO

A gralha azul é uma ave de aproximadamente 40 cm de comprimento, de coloração azul vivo e penas pretas na cabeça, e na parte frontal do pescoço e superior do peito (Figura 12). Associada as relações sociedade-natureza dos planaltos do Sul do Brasil, se alimenta de pinhões, ovos e filhotes de outras aves, além de filhotes de vertebrados e invertebrados. A pena em questão foi encontrada durante trabalho de campo na região do Contestado (Figura 13), em um sobrevoou da ave quando era realizado trabalho de campo na localidade de São Sebastião do Sul, em Lebon Régis.

Figura 12: Gralha Azul



Fontes: Passaros (2025)

Figura 13: Pena da Gralha Azul encontrada em trabalho de campo.



Fraga (2025)



CRUZ DO CONTESTADO ARTESANAL PRODUZIDA POR CRIANÇAS CABOCLAS DO CONTESTADO

As crianças do município de Leblon Régis por meio das atividades culturais relacionadas a cultura cabocla e a guerra homônima realizam atividades artísticas incluindo artesanato, entre eles (Figura 14), estilizaram a Cruz do Contestado obtida a partir das suas releituras da bandeira do Contestado, que é feita de um pano branco com a cruz verde de seda, costurada na parte central. Tal bandeira produz um lastro histórico muito valioso, pois se trata de uma das principais materialidades deixadas pela população cabocla no pós-guerra, enquanto elemento do seu território cultural. Era conduzida por caboclos à frente dos combates ou abrindo as procissões nos quadros santos durante a Guerra do Contestado, ela é símbolo regional nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Figura 14: Cruz do Contestado produzida por crianças



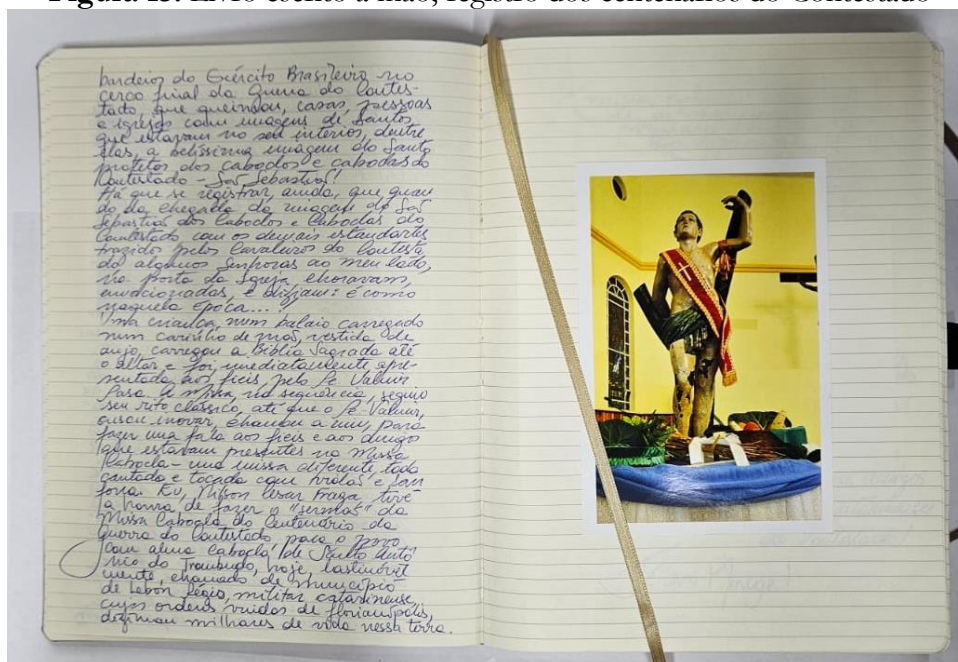
Fonte: Fraga (2025)



LIVRO ESCRITO À MÃO VERSANDO SOBRE AS ATIVIDADES CULTURAIS POPULARES CABOCLAS NOS CENTENÁRIOS DA GUERRA DO CONTESTADO, ENTRE 2012-2016

Nas comemorações dos centenários da Guerra do Contestado, durante a primeira Semana do Contestado, em Lebon Régis, SC, Nilson Cesar Fraga (coautor nesse texto), Coordenador do Observatório da Guerra do Contestado, lançou um livro de ouro para que a população local e regional escrevesse seus nomes, assim como os visitantes, afim de perpetuar a memória dos 100 anos da Guerra do Contestado, que marcou a história, local, regional, estadual, nacional e da humanidade. O livro descreve os acontecimentos ocorridos durante as primeiras Semanas do Contestado, trazendo as assinaturas das pessoas que passaram pelo Salão Paroquial da Igreja Santo Antônio de Pádua, permitindo registrar a existência da geração de 2015 (Figura 15), pois os caboclos durante a Guerra do Contestado eram analfabetos em sua ampla maioria, não deixando registros físicos de sua existência, em forma de letras.

Figura 15: Livro escrito à mão, registro dos centenários do Contestado



Fonte: Fraga (2025)



LIVROS DE GEOGRAFIA DO CONTESTADO, PRODUÇÃO DO GEOTMAC-UEL E DO OBSERVATÓRIO DO CONTESTADO

Exemplares de livros sobre diversas temáticas associadas a região e a Guerra do Contestado produzidos no Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito e pelo Observatório da Região e da Guerra do Contestado (Figura 16), contendo questões, tais como, redes logísticas, cidades, silenciamento e invisibilidade geográfica, políticas, culturais e da natureza regional, produzidos em conjunto ou individualmente, nos últimos 20 anos, tendo a maioria deles reedições para as comemorações dos 110 anos da Guerra do Contestado.

Figura 16: Exemplares de livros sobre a Região e a Guerra do Contestado



Fonte: Fraga (2025)



DOCUMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL SOBRE O CONTESTADO CABOCLOS E A GUERRA

O documentário Terra Cabocla (2015), produzido por Márcia Paraiso, traz no Centenário da Guerra do Contestado, as marcas da guerra em si (1912-1916), assim como a região do planalto catarinense que ainda tem como habitantes os descendentes dos sujeitos que lutaram nesse conflito, fato que acabou deixando que a cultura desses se mantivesse viva até os dias atuais.

A história de Santa Catarina ilustrada. Volume 1. O Contestado, em versão Digital – 2012, faz *um mergulho* centenário na história de Santa Catarina, nas emoções da insurreição sertaneja e nesse importante movimento social.

Já o filme da Cia. *Lumber, a Souther Brasil Lumber & Colonisation Company* que foi incorporada a história de uma cidade forjada no aço e na madeira – 1922, apresenta filmagens raras da *Southern Brazilian Lumber and Colonization*, permitindo verificar a polêmica serraria que se instalou em 1911, em Três Barras (SC). Este filme valioso e único, de 1922, mostra as atividades na derrubada das matas de pinheirais, assim como parte do cotidiano da Cia. *Lumber* fazendo parte da história brasileira que por tantas décadas foi relegada ao esquecimento, afinal, tal madeireira está intimamente ligada à Guerra do Contestado que ensanguentou aquelas localidades entre os anos 1912-1916.

O documentário Olhar Contestado, desvendando códigos de um conflito – 2012, aborda um episódio acontecido quase 15 anos após o término da Guerra de Canudos, ou seja, a Guerra do Contestado. Com grandezas e sentidos semelhantes, a Guerra do Contestado conflagrou-se em uma região do Sul do Brasil, cuja posse do território era disputado pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Em uma extensão de terras equivalente ao estado de Alagoas (25.000 km²), durante mais de quatro anos, entre 1912 e 1916, uma população estimada em 20.000 sertanejos enfrentou as forças do governo e do coronelismo predominante na região, num conflito que chegou a envolver 80% do Exército Brasileiro da época. No término do conflito, Paraná e Santa Catarina assinaram um acordo estabelecendo definitivamente suas divisas. E foi no apogeu de tais lutas que pela primeira vez na história do Brasil as massas camponesas manifestaram a clara consciência da necessidade de garantir seu "direito de terras". Os documentários apresentados estão representados na figura 17.

V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA",
 DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:
 VOCÊ TEM SEDE DE QUE?

PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
 PARANÁ - SANTA CATARINA
 BRASIL
 23 A 26 DE OUTUBRO DE 2024

GEOMAC OBSERVATÓRIO DE QUESTÃO AMBIENTAL DO BRASIL
 GEOPFOME RECURSOS HÍDRICOS - SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS

Figura 17: Exemplos dos documentários sobre o Contestado



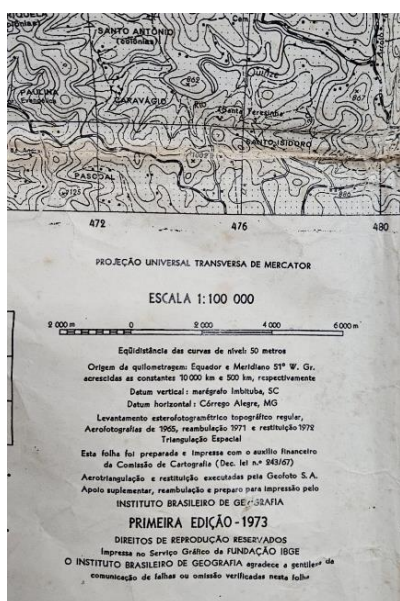
Fonte: Fraga (2025)



CARTAS DO IBGE AO MILIONÉSIMO, DÉCADA DE 1970, USADAS NOS TRABALHOS DE CAMPO NA REGIÃO DO CONTESTADO

A história da Carta ao Milionésimo, ou Carta Internacional ao Milionésimo (CIM), remonta ao século XIX, quando a União Geográfica Internacional adotou resoluções para a elaboração de mapas em escala 1:1.000.000 em todo o mundo. A ideia de uma carta em escala 1:1.000.000 surgiu de um congresso da União Geográfica Internacional na Suíça em 1891, com o objetivo de padronizar o mapeamento mundial. A primeira Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo foi publicada pelo Clube de Engenharia, em 1922, para a Exposição do Centenário da Independência. A junção das cartas União da Vitória, Irineópolis, Canoinhas, Caçador, Leblon Régis e Santa Cecília, vem sendo usadas pelo Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito, desde 2004, nos trabalhos de campo, pois como elas são aerofotografia de 1966, e impressas na edição de 1973, permitem encontrar nos campos de batalha informações mais próximas a Guerra do Contestado, tendo em vista que foram produzidas 50 anos após o fim da guerra.

Figura 18 e 19: Imagens das Cartas do IBGE



Fonte: Fraga (2025)



TERRA SANTA DO CONTESTADO, LEMBRANÇA DE TAQUARUSSU DO BOM SUCESSO, PRIMEIRO REDUTO ATACADO PELAS FORÇAS LEGALISTAS

O combate de Taquarussu, ocorrido na Guerra do Contestado, foi um dos primeiros e mais marcantes confrontos armados entre as forças oficiais e os caboclos que se opunham à construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na região do Contestado, em dezembro de 1913. Mas, em 8 de fevereiro de 1914, novamente, forças militares de Santa Catarina, Paraná e do governo federal, somando 700 soldados equipados com artilharia e metralhadoras, tomaram e destruíram o acampamento “inimigo” de Taquarussu (na época pertencendo a Curitibanos, SC). O inimigo era um amontoado de famílias sertanejas pobres seguidoras da “Santa Religião”, uma religião popular que pregava a Monarquia Celeste e considerava Taquarussu uma “cidade santa”, uma espécie de nova Jerusalém, uma terra de justiça onde todos viviam em igualdade de condições. Para o governo, contudo, eram “fanáticos” traidores da República por exaltarem a Monarquia. A lembrança que se adquiriu em Taquarussu, nos dias de hoje, conforme se verifica na figura 20, é produzida com fragmento de bambu estilizando a cruz cabocla com um punhadinho de Terra Santa do Contestado.

Figura 20: Terra Santa do Contestado



Fonte: Fraga (2025)



DETECTOR DE METAIS DO GEOTMAC, USADO EM TRABALHOS DE CAMPO NOS SÍTIOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DO CONTESTADO

Desde 2015, o Laboratório Geotmac e o Observatório do Contestado possuem um Detector de Metais MD-3010II, com ajuste de metais e alcance de 2 metros, da marca Lorben. Ele detecta objetos metálicos a até 2 metros, variando pelo tamanho do item com iluminador que facilita a identificação de metais em ambientes com pouca luz, possuindo uma frequência de operação significativa, ao trabalhar em $7,5\text{KHz} \pm 1\text{KHz}$ para alta precisão em diferentes condições (Figura 21 a e 21b). Permite ignorar metais sem valor e ajustar sensibilidade, para questões específicas relacionadas as pesquisas desenvolvidas no Laboratório e no Observatório. A utilização do mesmo foi fundamental nos trabalhos de campo durante a construção do Método Arqueogeográfico no interior dos municípios de Leblon Régis e Timbó Grande.

Figura 21a: Detector do GEOTEMAC em exposição



Fonte: Fraga (2025)

Figura 21b: Modelo do Detector



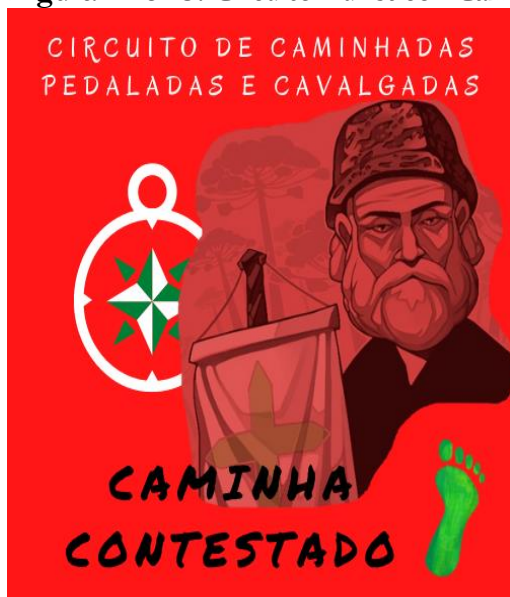
Fonte: Lorben (2025)



CIRCUITO TURÍSTICO “CAMINHA CONTESTADO”, CRIADO PELO OBSERVATÓRIO DA REGIÃO E DA GUERRA DO CONTESTADO

O Circuito Turístico "Caminha Contestado" é um percurso de caminhada, pedalada e cavalgada pelo território histórico-geográfico da Região da Guerra do Contestado. Ele visa explorar as paisagens e a cultura local, incluindo visitas a museus e espaços de memória relacionados à guerra e à população cabocla. Além disso, o circuito oferece a oportunidade de conhecer produtos locais, como vinhos e artesanato, e de vivenciar a cultura local. As figuras 22 e 23 demonstram o Cartão/Salvo Conduto e os carimbos das caminhadas feitas até o momento, que se caracterizam como os selos das caminhadas feita pela pessoa.

Figura 22 e 23: Circuito Turístico “Caminha Contestado” e o Salvo/Conduto Carimbado



Fonte: (Fraga, 2024)



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Depois de percorrer a exposição aqui detalhada, e para uma melhor compreensão da Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX, e que foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, indicação das referências as produções associadas ao Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito, local de atuação, também, do Observatório da Região e da Guerra do Contestado, sobretudo por meio das publicações geográfica Fraga (2005 a 2024) que pesquisa a Geografia do Contestado desde 1994, tanto que para o autor, a Guerra do Contestado foi uma das maiores guerras civis do continente americano, porque o genocídio de milhares de camponeses empobrecidos foi sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica,

Esses elementos são responsáveis pela atual formação territorial dos municípios envolvidas no conflito (Fraga, 2013). A região outrora contestada e que viveu quatro longos anos de guerra civil camponesa, vive hoje composta por grande parcela da população empobrecida e mesmo na miséria. Os plantios de *pinus*, principal fonte de renda da atualidade no Contestado, ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como pontos de referência dos caboclos rebeldes e seus descendentes.

Como uma exposição é realizada para que as pessoas, também, tirem suas conclusões, a partir das leituras que farão a partir dos artefatos expostos, esse artigo dá maior destaque as imagens do que as suas descrições, propiciando ao leitor, uma “viagem” geográfica pela paisagem do Contestado. Desta forma, na sequência são trazidas imagens de alguns momentos com alguns dos estudantes que visitaram a exposição, mas também, imagens do evento ocorrido na Gêmeas do Iguassu.



Hall da Biblioteca do IFPR – Campus de União da Vitória, flagrantes da exposição.



V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA",
 DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:
 VOCÊ TEM SEDE DE QUE?

PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
 PARANÁ - SANTA CATARINA
 BRASIL
 23 A 26 DE OUTUBRO DE 2024

GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS



V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA",
 DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:
 VOCÊ TEM SEDE DE QUE?

PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
 PARANÁ - SANTA CATARINA
 BRASIL
 23 A 26 DE OUTUBRO DE 2024

GEOMAC OBSERVATÓRIO DE QUESTÃO RURAL NO INEPHA
 GEOPCIME

GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS

Imagens do V Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado



V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA",
DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:
VOCÊ TEM SEDE DE QUE?

PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
PARANÁ - SANTA CATARINA
BRASIL
23 A 26 DE OUTUBRO DE 2024

GUERRA DO CONTESTADO
110 ANOS



V CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS DA GUERRA INSEPULTA DO BRASIL - DOS "MANDAMENTOS DA NATUREZA",
 DA SOCIEDADE SERTANEJO-CABOCLA, A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO NA GEOGRAFIA

XXXI SEMANA DO MEIO AMBIENTE:
 VOCÊ TEM SEDE DE QUE?

**PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
 PARANÁ - SANTA CATARINA
 BRASIL
 23 A 26 DE OUTUBRO DE 2024**

GUERRA DO CONTESTADO
 110 ANOS





BIBLIOGRAFIA:

A FRONTE JORNALISMO DAS GENTES. **Caminha Contestado**. Disponível em: <<https://afrontejornalismo.com.br/caminha-contestado/>>. Acessado em 12/6/24.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Ensinar História** - Joelza Ester Domingues: Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/massacre-de-taquarucu-guerra-do-contestado>>. Acessado em 09/6/25.

FOLHAS DA CARTA INTERNACIONAL DO MUNDO, ao **Milionésimo**: Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/folhas-topograficas/15808-folhas-da-carta-internacional-do-mundo-ao-milionesimo.html#:~:text=A%20Base%20Cartogr%C3%A1fica%20Integrada%20do,agregados%20em%20categorias%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%2C>>. Acessado em 12/06/25.

FRAGA, Nilson Cesar; BUENO, Victória Jandira. A ideia de sertão na formação socioterritorial brasileira, e na região da Guerra do cNtestado. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 95, p. 34–48, 2023. DOI: 10.14393/RCG249566632. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/66632>. Acesso em: 24/6/2025.

FRAGA, Nilson Cesar. Ópera Xucra do Contestado, 110 ANOS da Páscoa Sangrenta de 1915: uma contribuição à Geografia Cultural e a ressignificação socioterritorial da Região da Guerra do Contestado. **Geographia Opportuno Tempore**, 10(1). <https://doi.org/10.5433/got.2024.v10.52223>. Acessado em 12/6/25.

FRAGA, Nilson Cesar. As carneiras da civilização caboclo-sertaneja no contestado: morrer e enterrar antes e durante a Guerra - uma primeira leitura sobre a cultura fúnebre, crematórios e valas comuns. **Revista M. Estudos Sobre a Morte, Os Mortos E O Morrer**, 8(16). <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2023.v8n16.e12241>

FRAGA, Nilson Cesar. **Por uma Arqueogeografia brasileira**: a possibilidade de análise profunda do território a partir da Guerra do Contestado como exemplo prático. 1. ed. Videira, SC: Êxito Editora e Comunicação, 2022.

FRAGA, Nilson Cesar. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.



FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Contestado, redes no geográfico**. Florianópolis, Ed. Insular, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar; ZATTA, Angela & ROCHA, Diego da Luz. Homenagem à supremacia branca na Região da Guerra do Contestado: uma análise dos monumentos da Praça do Conhecimento, em Videira/SC/Brasil. **Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos**, v. 45, p. 561-580, 2023.

FRAGA, Nilson Cesar. tentativa de extermínio do território do Contestado e o massacre continuado do patrimônio e da população tradicional cabocla: negação, invisibilidade, silêncio e políticas públicas antiterritoriais, em Santa Catarina, Brasil. **Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos**, v. 40, p. 203-221, 2021.

FRAGA, Nilson Cesar. **O Crematório de Cadáveres de Perdizinhas, Lebon Régis, SC: um espaço de memória da Guerra do Contestado e um dia de debates na Serra da Boa Esperança** (23/02/2016). Disponível em: <<https://www.acracom.com.br/blog/santa-catarina/o-crematorio-de-cadaveres-de-perdizinhas-lebon-regis-sc-um-espaco-de-memoria-da-guerra-do-contestado-e-um-dia-de-debates-na-serra-da-boa-esperanca>>. Acessado em: 14 de julho de 2024.

FRAGA, Nilson Cesar; SILVEIRA, Heitor Matos da. O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada. **Caderno de Geografia**. Florianópolis. UFSC, v. 26, p. 237-254, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar; GONCALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus. G. Contestado: O Sagrado e o Profano de Uma Guerra Secular. **Geografia (Londrina)**, v. 26, p. 143-157, 2017.

FRAGA, Nilsoin Cesar. **Arqueogeografia do Contestado**: um esboço metodológico arqueogeográfico brasileiro. In: Shirley Cristina dos Santos, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima, Sávio José Dias Rodrigues, Saulo Barros da Costa. (Org.). Encontro Nacional de Geografia Agrária (26.: 2025) da Amazônia para o Mundo: territórios, diversidades e povos tecendo futuros. 1ed.São Luís, MA: UFAMA, 2025, v. 1, p. 307-323.

FRAGA, Nilson Cesar. **Uma pilha de entulhos, assim são tratados os bens patrimoniais e os espaços de memória na Região da Guerra do Contestado catarinense**: uma leitura de tais obliterações a partir da Geografia Cultural. In: Angel Espina Bárrio, Célia Regina de Bortolli, Luiz Nilton Corrêa. (Org.). Patrimônio, Cultura e Identidade de Ibero-América. 1ed.Salto Veloso, SC: Cum Laude, 2025, v. 1, p. 102-123.

FRAGA, Nilson Cesar. **Por uma Geografia da Guerra do Contestado**: o território, a cultura cabocla e o conflito que segue no tempo presente. In: Rogério Rosa Rodrigues, Paulo Pinheiro Machado, Alexandre Assis Tomporoski, Delmir José Valentini, Márcia Janete Espig. (Org.). A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim. 1ed.São Paulo, SP: Letra e Voz, 2023, v. 1, p. 484-491.



FRAGA, Nilson Cesar & SILVEIRA, Heitor Matos. Paisagens desveladas e (re)criadas pelas artes: o território identitário do Contestado. **Geographia Opportuno Tempore**, 2014, 1(2), 554–571. <https://doi.org/10.5433/got.2014.v1.20314>

FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Guerra do Contestado, 100 anos do Contestado em Guerra**. Florianópolis, Ed. Insular, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. Arqueogeografia, um método de análise do territóriosociocultural: o estudo de caso do Crematório de Cadáveres de Perdizinhos e do Vala Comum da Santa Maria, no epicentro do massacre final da Guerra do Contestado, no Sul do Brasil. **Revista Científica de Educação**, 2025, 1(1). Recuperado de <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/289>

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica** - Universidade Nacional de Colômbia. Bogotá, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira**. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005. p. 228-255.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. **Território e silêncio**. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: FRAGA, N. C. (org.). **Territórios e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

FRAGA, Nilson Cesar. **Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul**. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt; Helen Crystine Sanches. (Org.). 100 Anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013, p. 369-392.

FRAGA, Nilson Cesar. Turismo de Guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco inicial – guerra do Contestado (1912-1916). **Revista PerCurso: Curitiba em Turismo**, 2002, ano 1, n. 1, p. 43-76.



FRAGA, Nilson Cesar. Território, Região, Poder e Rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. Curitiba: **Relações Internacionais no Mundo Atual**, a. VII, n. 7, p. 9-32, 2007.

FRAGA, Nilson Cesar & Delfine, Gustavo Martini. Desigualdades em versos: a Cultura Cabocla do território da região da Guerra do Contestado, por meio dos versos de Adeodato Manoel Ramos. **Geographia Opportuno Tempore**, 2021, 6(3), 28–45. <https://doi.org/10.5433/got.2020.v6.43148>

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Florianópolis, Insular, 2024.

FRAGA, Nilson Cesar. O território do Contestado (SC-PR) e as redes geográficas temporais (the contested territory and the temporal geographical networks). **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 9, p. 37-45, 2010.

FRAGA, Nilson Cesar. **A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade**: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. FÖETSCH, Alcmara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico. Curitiba: Íthala, 2016, p. 29- 44.

FRAGA, Nilson Cesar & SILVEIRA, Heitor Matos da. (2016). O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada / The savor of pinhão and the landscapes of a contested and silenced region. **Caderno de Geografia**, 26(45), 237–254. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2016v26n45p237>

FRAGA, Nilson Cesar; HOBAL, Michele Aparecida; FERNANDES, Rafael Carlos Prieto. Turismo de Guerra – o roteiro turístico como elemento de desenvolvimento local e regional para o interior na perspectiva de que o “Brasil oferece mais do que praias e carnaval”. Curitiba. **PerCurso: Curitiba em Turismo**, Faculdades Integradas Curitiba, a. 5, n. 5, 2006, p. 137-186.

FRAGA, Nilson Cesar; GOLÇALVES, Cleverson. **Timbó Grande, o último reduto do Contestado**: um território de muitas batalhas. In: Contestado: cidades, reflexos e coisificações geográficas. Org. FRAGA, Nilson Cesar. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar. **Território do Contestado - Sul do Brasil**: a Civilização Cabocla e a Guerra do Contestado. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AvWvpdJIP1s&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0DjaojAi1g206V5BtzNS3aTo7Yut3jYE30HuaXQavVDE_JTUuw3qLBjAA>. Acesso em: 27/5/2025.

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale do Contestado, uma morte anunciada, em julho de 2019, pelos que não aceitam a existência da cultura cabocla** (02 de setembro de 2019). Disponível em: < <http://desacato.info/vale-do-contestado-uma-morte-anunciada-em->



julho-de-2019-pelos-que-nao-aceitam-a-existencia-da-cultura-cabocla/>. Acesso em: 27/5/2025.

FRAGA, Nilson Cesar. **Dossiê Vale do Contestado**. Ouvidoria do Ministério Público de Santa Catarina. Manifestação n. 20.28.1308.0029282/2019-16, 2019, 38 p.

FRAGA, Nilson Cesar. **Araucária angustifolia - ganância, imediatismo e extermínio na região do Contestado**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, o território silenciado. 2ª ed. Florianópolis, SC: Insular, 2017, p. 269-296.

FRAGA, Nilson Cesar; ROCHA, Diego da Luz; ZATTA, Angela. A influência territorial da agroindústria catarinense: a fusão entre a Perdigão e Sadia e as transformações na cidade de Videira-SC. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 83-102, 2018. DOI: 10.5433/1679-4842.2018v20n2p83. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32486>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria & ROCHA, Diego da Luz. **Irineópolis, uma sobreposição territorial na Guerra do Contestado: entre coronéis e interesses políticos paranaenses e catarinenses**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas. 1ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2016, v. 1, p. 209-226.

FRAGA, Nilson Cesar Fraga; SILVEIRA, Heitor Matos & JAYME, Naibi Souza. **Macieira, SC, uma cabocla cidade do Contestado - a maçã ficou na história do Meio-Oeste e o subdesenvolvimento persiste**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas. 1ed. Florianópolis, SC: Editorial Insular, 2016, v. 1, p. 227-238.

LUDKA, Vanessa Maria; SCHULER, Márcia; FRAGA, Nilson Cesar & SANDI, Tiago. C. **Canoinhas, um nó de rede na Guerra do Contestado: cotejo com ontem e hoje**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas. 1ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2016, v. 1, p. 345-364.

FRAGA, Nilson Cesar & GONCALVES, Cleverson. **Timbó Grande, o último reduto do Contestado - um território de muitas batalhas**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas. 1ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2016, v. 1, p. 497-514.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria & SILVEIRA, Eliane Damaso. **Bela Vista do Toldo, uma pequena cidade do Contestado: geografia, território e memória**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas. 1ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2016, v. 1, p. 537-559.



FRAGA, Nilson Cesar & LUDKA, Vanessa Maria. Anulação do mundo livre do Contestado: o caso do território e da identidade no município de Bela Vista do Toldo, SC. **Revista Geonorte**, 2013, 4(12), 651–663. Recuperado de [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1197](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1197)

FRAGA, Nilson Cesar. **Coração do Contestado**: o reconhecimento e os desafios de um município catarinense, palco central da Guerra do Contestado. 2018. Disponível em: <http://desacato.info/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>. Acesso em: 27/6/2024.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado, a Guerra que manchou de sangue os sertões do Paraná e de Santa Catarina - 100 anos depois, o silêncio e a invisibilidade sobre a luta camponesa ainda imperam no Brasil**. In: Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva e Ricardo Prestes Pazello. (Org.). *Lutas Populares no Paraná*. 1ªed. Curitiba, Pr: Editora do Centro de Formação Milton Santos - Lorenzo Milan e Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, 2017, p. 99-128.

GOMES de Oliveira, Dean & FRAGA, Nilson Cesar. Encantos caboclos e roteiro da guerra do Contestado, no sul do Brasil: desenvolvimento regional, patrimônio cultural e paisagem, para o turismo criativo de coexistência sertanejo-cabocla no pós-pandemia. **Ateliê do Turismo**, 2023, 7(2), 1 - 18. <https://doi.org/10.55028/at.v7i2.16818>

LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson Cesar & PEREIRA, Sergio Augusto. **A fome e pobreza na região do Contestado Catarinense**. In: Mária Célia da Silva Gonçalves, Anderson Lincoln Vital da Silva. (Org.). *Tópicos em Ciências Sociais*, Volume 6. 1ed. Belo Horizonte, MG: Poisson, 2020, v. 6, p. 30-41.

LORBEN. **Detector de Metais MD-3010II**. Disponível em: <https://www.lorben.com.br/detectores-de-metais>. Acessado em 12/6/2024.

MULLER Teider, Tania Mara & Fraga, Nilson Cesar. O Contestado vive! Entre o espaço sagrado de João Maria e o Assentamento Contestado, resistências sobre a invisibilidade secular na Lapa-PR. **Geographia Opportuno Tempore**, 2017, 3(3), 184–198. <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.32108>

OLIVEIRA, Émerson Dias; FRAGA, Nilson Cesar. Lebon Régis/SC, da vivência Cabocla no Contestado ao sufocamento na lógica agrário-capitalista. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 12, n. 2, 2016. DOI: 10.12957/tamoios.2016.25152. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/25152>. Acesso em: 24/6/2024.

SILVEIRA, Heitor Matos da; FRAGA, Nilson Cesar. Fogo de (no) chão: pinhão, quirera e chimarrão - a comida como base cultural da Região do Contestado. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 1, p. 303-327, 2015.



RAMOS, Thyago Weingantner de Oliveira & FRAGA, Nilson Cesar. **O modo de ser e viver da população cabocla:** a relação socioambiental e cultural associada a Floresta com Araucária, na região da Guerra do Contestado. In: Levi Hülse (org.); Cláudio Antônio Klaus Júnior (Org.); Joel Cezar Bonin (Org.). (Org.). Direitos humanos no ensino básico no município de Caçador: a importância do ensino de direitos humanos para a sociedade. 1ed.Caçador, SC: EdUNIARP, 2023, v. 1, p. 304-319.

ROCHA, Diego da Luz, ZATTA, Angela, & FRAGA, Nilson Cesar. A construção de um novo estado: Santa Catarina, do Contestado ao agronegócio. **Geographia Opportuno Tempore**, 2017, 3(3), 63–77. <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.31904>

SOETHE, Rita; FRAGA, Nilson Cesar. Reduto e Combate Entre a Serra Acima e a Serra Abaixo: O Contestado Chega ao Vale do Itajaí: Itaiópolis e Santa Terezinha São Palco de Guerra. **Blumenau em Cadernos**, v. t.53, p. 26-49, 2012.

SOUZA, Bernardino José d. **Ciclo do Carro de Bois no Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1958.

TRENTO, Aline Eloise, LUDKA, Vanessa Maria & FRAGA, Nilson Cesar. Guerreiras imortais do Contestado, as que tudo viam e faziam durante a Guerra do extermínio. **Geographia Opportuno Tempore**, 2014, 1(2), 272–292. <https://doi.org/10.5433/got.2014.v1.20295>

ZATTA, Angela, ROCHA, Diego da Luz, & FRAGA, Nilson Cesar. Vozes circundantes novale dos imigrantes: das redes que confirmam a região do Contestado ao ofuscamento das cidades caboclas que resistem oferecendo produto e cultura cabocla secular ao turismo regional. **Geographia Opportuno Tempore**, 2021, 6(3), 122–141. <https://doi.org/10.5433/got.2020.v6.43100>



A GEOGRAFIA POLÍTICA NO TERRITÓRIO DO CONTESTADO: A FOME COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA

POLITICAL GEOGRAPHY IN THE CONTESTED TERRITORY: HUNGER AS A WAR STRATEGY.

GEOGRAFÍA POLÍTICA EN EL TERRITORIO EN DISPUTA: EL HAMBRE COMO ESTRATEGIA DE GUERRA.

Victória Jandira Bueno⁵⁵

Resumo

Analisar a Guerra do Contestado a partir da Geografia Política, nada mais é do que compreender aquilo que foi o próprio processo de formação socioterritorial do Brasil. Do período colonial ao imperial, do início da República até os dias atuais, muitos foram os conflitos que questionaram a lógica de organização do território. Logo, o objetivo desse trabalho foi analisar a Guerra do Contestado a partir do arcabouço teórico da Geografia Política, buscando evidenciar como o controle de um recurso estratégico vital pode ser utilizado como estratégia da guerra. Metodologicamente, o estudo em debate envolveu pesquisa de construção teórica, fundamentada em uma revisão de literatura referente a contribuição da Geografia Política e Geopolítica enquanto perspectivas de análise das guerras. Para tal fim, foram feitas discussões envolvendo os conceitos de Estado, Território e Desenvolvimento, a fim de destacar a relação entre ambos no contexto dessa guerra. Na sequência, foi debatido o conceito de recursos estratégicos vitais e evidenciado a presença e influência do mesmo durante a Guerra do Contestado. Como resultados, ficou evidente que o intuito por trás do cerco gerador de fome foi o de cometer a eliminação física do povo, seja na sua forma direta, ou na sua forma indireta.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Território; Fome.

Abstract

Analyzing the Contested War from the perspective of Political Geography is no more than understanding the process of socio-territorial formation in Brazil. From the colonial period

⁵⁵ Geógrafa e Licenciada em Geografia pelo Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, com bolsa de iniciação científica (2019 - 2024) pela Fundação Araucária/ Programa Institucional de Bolsas de Apoio à Inclusão Social. Atualmente é mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial do Instituto de Geociências - GEOPLAN/UNICAMP e colaboradora no Laboratório de Geografia, Território Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL.



to the imperial period, from the beginning of the Republic to the present, numerous conflicts have questioned the logic of territorial organization. Therefore, the objective of this work was to analyze the Contested War from the theoretical framework of Political Geography, seeking to demonstrate how the control of a vital strategic resource can be used as a war strategy. Methodologically, the study in question implied an investigation of theoretical construction, based on a bibliographic review on the contribution of Political Geography and Geopolitics as perspectives for the analysis of wars. For him, the concepts of State, Territory and Development were debated, with the aim of highlighting their relationship in the context of this war. Further, the concept of vital strategic resources was debated and its presence and influence during the Contestado War stood out. As a result, it was clear that the intention behind the harassment that caused the hambruna was the physical elimination of the population, whether direct or indirect.

Keywords: Contestado War; Territory; Hambre.

Resumen

Analizar la Guerra del Contestado desde la perspectiva de la Geografía Política no es más que comprender el propio proceso de formación socioterritorial de Brasil. Desde el período colonial hasta el imperial, desde el inicio de la República hasta la actualidad, numerosos conflictos han cuestionado la lógica de la organización territorial. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo fue analizar la Guerra del Contestado desde el marco teórico de la Geografía Política, buscando demostrar cómo el control de un recurso estratégico vital puede utilizarse como estrategia de guerra. Metodológicamente, el estudio en cuestión implicó una investigación de construcción teórica, basada en una revisión bibliográfica sobre la contribución de la Geografía Política y la Geopolítica como perspectivas para el análisis de las guerras. Para ello, se debatieron los conceptos de Estado, Territorio y Desarrollo, con el fin de destacar su relación en el contexto de esta guerra. A continuación, se debatió el concepto de recursos estratégicos vitales y se destacó su presencia e influencia durante la Guerra del Contestado. Como resultado, quedó claro que la intención detrás del asedio que causó la hambruna era la eliminación física de la población, ya sea directa o indirecta.

Palabras clave: Guerra del Contestado; Territorio; Hambre.

INTRODUÇÃO

Analisar a Guerra do Contestado a partir da Geografia Política, nada mais é do que compreender aquilo que foi o próprio processo de formação socioterritorial do Brasil. Do período colonial ao imperial, do início da República até os dias atuais, muitos foram os conflitos que questionaram a lógica de organização do território.

As relações de poder assimétricas não só foram como ainda continuam sendo impostas a partir de uma hierarquia de caráter vertical, ou seja, uma ação ou controle dos



chefes de Estado, tanto no período da Monarquia como da República, direcionado de cima para baixo, com muita violência, genocídio de povos e derrubada de florestas.

Assim como apontado pelo cientista político Rudolph Joseph Rummel, no capítulo 2 de seu livro *Death by Government (1997)*, o genocídio acaba sendo uma forma daquilo cunhado pelo autor como *democídio*. Em suas pesquisas, o conceito se configura como um assassinato perpetrado pelo governo, em atos de extermínio sistemáticos e comandados por oficiais agindo sob a autoridade de um governo central.

O autor ainda enfatiza que a diferença de democídio para o genocídio está justamente nessa ação deliberada pelo governo que busca eliminar fisicamente determinado grupo devido ao seu posicionamento político, ideológico, partidário ou doutrinário, e que isso, não se restringe a um grupo étnico-racial específico. A morte de milhares de pessoas durante a Guerra do Contestado, portanto, se apresenta como um exemplo disso, uma vez que, temos o Exército Brasileiro (forças oficiais) assassinando o povo caboclo (extermínio sistemático) em nome da República (governo central).

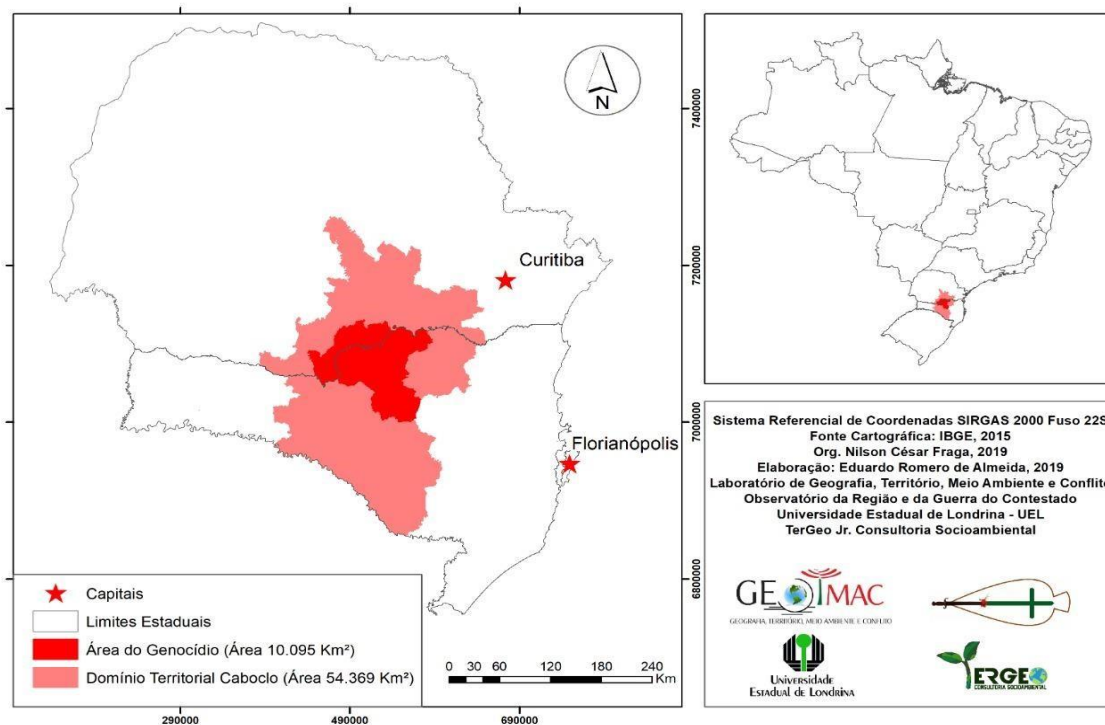
Outro ponto que merece destaque, é que quando analisamos a dominação do espaço feita pelo Estado, e a apropriação desse mesmo espaço, feita pelo povo caboclo, constatamos relações de poder presentes no processo, e conseqüentemente falamos de território. Essa percepção, permite visualizar a Guerra do Contestado como consequência dessa disputa territorial de interesses antagônicos entre o Estado e os caboclos. No que desrespeito à localização geográfica, a Guerra do Contestado ocorrera na região sul do Brasil, mais precisamente nos atuais territórios político – jurídicos dos estados do Paraná e de Santa Catarina, entre os anos de 1912 a 1916, conforme representado na Figura 1.

Consoante a isso, para compreender referida guerra, é importante destacar as contribuições de Fraga (2006), pesquisador e especialista sobre o tema há 30 anos. Para este autor, a mesma se caracteriza como um episódio profundamente complexo, principalmente porque envolve muitos fatores, desde àqueles de ordem social, política e econômica até os de ordem ambiental, cultural e também religiosa. Esses diferentes contributos culminaram em uma guerra civil entre o povo caboclo do sertão sulista brasileiro e as forças legalistas do Estado, sendo a mesma, marcada, sobretudo, por crimes contra a humanidade.



A população “cabocla ou sertaneja” do território do Contestado, seja no Paraná, seja em Santa Catarina, abarcava numerosos tipos humanos. Nesse sentido, Thomé (1992, p.19), descreve em sua obra que o “Homem do Contestado” constitui-se da união de “brancos, negros e índios, os puros e os mestiços (sic), em torno de causas comuns: liberdade e justiça social”. Percebemos então, que o posicionamento contrário do povo caboclo diante as pretensões do Estado foi uma das causas que levou ao extermínio do grupo.

Figura 01: Mapa do território caboclo do Contestado e área da Guerra do Contestado.



Fonte: Fraga (2019).

O outro condicionante foi a vontade de “clarear” o território. Conforme relembra Fraga (2019, p.11-12) “há que se considerar, ainda, que as elites nacionais não queriam povoar o território com a população negra que seria, o objetivo eram os imigrantes europeus que clareariam o território.

Assim, podemos afirmar que a população alvo do massacre realizado pelo Estado durante a Guerra do Contestado, foi vítima tanto de genocídio quanto democídio. Durante os numerosos conflitos e combates da guerra, a população cabocla uniu e se fortaleceu, e,



mesmo sem possuir armas de fogo como os militares, tinham o conhecimento daquele do território: das matas e dos rios, do topo das vertentes aos fundos de vale, e, assim lutaram, até o último momento. Conforme destaca Fraga (2019, p. 9) “era um povo simples que vivia em territórios onde o Estado não chegava, mas que promoveu práticas de guerrilha e resistência contra as forças federais e milicianas, por quatro anos de guerra.

Complementando referida análise, o Estado além de não chegar e não cumprir com seu papel, quando chegou, foi para cometer uma barbárie. O mesmo autor ainda relembra que esse Estado Brasileiro surge de uma elite agrária, composta por coronéis e grandes latifundiários, os herdeiros daquilo que fora as capitânicas hereditárias e as sesmarias, e que os mesmos, sempre foram desde o período colonial, submissos aos interesses estrangeiros. Desse Estado, surge o violento exército brasileiro que atuaria na maior Guerra camponesa da América do Sul. Referida afirmação nos lembra não só da complexidade que o tema revela, mas também, da importância de sua compreensão para o próprio entendimento do processo de formação socioterritorial do Brasil.

Diante o exposto, compreende-se que apesar da análise dessa Guerra a partir da Geografia Política não ser uma tarefa tão fácil, principalmente quando há presença de diferentes conceitos que se entrelaçam, ainda assim, é isso que tentará ser feito na sequência da escrita.

Para compreender as relações de poder que se dão sobre o espaço geográfico, priorizou-se metodologicamente neste trabalho, o uso da escala conceitual do território, e, como categoria de análise espacial, o território do Contestado. Metodologicamente, o estudo em debate envolveu pesquisa de construção teórica, fundamentada em uma revisão de literatura referente a contribuição da Geografia Política e Geopolítica enquanto perspectivas de análise das guerras. Para tal fim, foram feitas discussões envolvendo os conceitos de Estado, Território e Desenvolvimento, a fim de destacar a relação entre ambos no contexto da Guerra do Contestado. Na sequência, foi debatido o conceito de recursos estratégicos vitais e evidenciado a presença e influência do mesmo durante a Guerra do Contestado. Com esse intuito, foram procedidas consultas e coletas de informações por meio de artigos, monografias, dissertações, teses e livros, além de pesquisas em banco de dados públicos, tais



como arquivos públicos, associações de classe e órgãos dos Governos, tanto Federal, como estadual.

Portanto, o objetivo desse trabalho foi analisar a Guerra do Contestado a partir do arcabouço teórico da Geografia Política, buscando evidenciar como o controle de um recurso estratégico vital pode ser utilizado como estratégia da guerra.

2 – Da Geografia Política à Geopolítica – perspectivas de análise da guerra.

Que as discussões envolvendo temas correlatos à Ciência Política e a guerras possuem aspectos passíveis de serem analisados através da ciência geográfica, não é novidade. A questão é: como analisar a inter-relação de ambos a partir do arcabouço teórico e metodológico da Geografia? Ora, num primeiro momento, isso pode ser feito partindo da análise do espaço geográfico (objeto de estudo da geografia), espacializando aquilo que está sendo estudado, questionando onde que se dá determinado acontecimento, quando e o por que ali.

A partir dessa reflexão, pode se afirmar que tanto a área da Geografia Política como da Geopolítica se apresenta como aquelas que melhor permitirão a compreensão do contexto de guerras. No entanto, é importante destacar que referidas áreas não tratam da mesma coisa, e, que, apesar de possuírem diferenças, ambas podem estar presente num mesmo fenômeno, e, em alguns momentos serem redutível uma à outra.

Considerando algumas colocações sobre o assunto, Da Costa (1992, p.355) nos diz que:

“a Geografia Política, como estudo sistemático das relações entre o Estado e o espaço (política territorial dos estados; dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral), muito mais próxima da Geografia; enquanto a Geopolítica, se ocupa em enunciar teorias e projetos orientados para as relações de poder entre os estados e as estratégias de carácter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, o que a aproxima mais da Ciência Política, tendo um carácter muito mais interdisciplinar e utilitário que a primeira”

Apesar de ambas tratarem assuntos em comum, como Estado, território, e relações de poder, a primeira nos aproxima mais da Geografia, justamente por propor discussões com



preocupações mais focadas a nível espacial, enquanto a Geopolítica, é algo mais diplomático, e prioriza, sobretudo, os possíveis efeitos das ações a nível internacional.

Obviamente que cada guerra deve ser analisada de forma particular, pois, nem sempre as referidas possibilidades de análise estarão juntas. No caso da Guerra do Contestado, observa-se uma maior influência da Geografia Política, condição essa que, não elimina, o fator geopolítico, mesmo que o mesmo esteja presente em menor intensidade.

Conforme afirma Fraga (2021), as questões que antecedem a formação do que viria a ser o território do Contestado tiveram aspectos tanto geopolíticos, quanto da própria Geografia Política. As disputas territoriais mais antigas e a contestação dos limites de terras, perpassam desde as relações entre Portugal e Espanha e na sequência Brasil e Argentina, até chegar entre São Paulo e Santa Catarina, e por fim, após o surgimento do Paraná, entre Santa Catarina e Paraná (Figura 2).



Figura 2 – Mapa do território da Capitania de Santa Catarina – limite historicamente disputado.



Fonte: Acervo ORGC.

Isso pode ser explicado através das considerações de Lacoste (2008), quando o autor afirma que no campo geopolítico, para além da *Geopolítica Externa*, essa que trata dos estudos envolvendo conflitos territoriais, fronteiras e as consequências de determinadas comportamentos a nível internacional, o mesmo ainda considera uma *Geopolítica Interna*, advinda das rivalidades e reivindicações de diferentes poderes circunscritos nos Estados. A influência desses poderes, seja ele de caráter econômico e/ou político, além de não se restringir a uma origem interna (podendo ser de origem externa, a exemplo da relação entre Portugal e Espanha, Brasil e Argentina e depois com entrada de capital estrangeiro na sua forma direta ou indireta), ainda pode interferir nas próprias políticas territoriais internas dos Estados (Geografia Política), seja nas regionais ou nas locais, indo desde o meio urbano até o rural.



Foi a partir da criação da Capitania de Santa Catarina, em 1738, que surge as questões mais contundentes relacionados aos territórios que viriam a formar a região da guerra. Assim conforme apontado por Fernandes (2024), a Geografia Política, portanto, é uma Geografia do Estado, mas, não só, é também uma Geografia de outros atores (como empresas, grupos organizados em rede, diásporas, entre outros). Referida afirmação nos lembra o quão complexo são as relações entre os elementos presentes numa realidade que é móvel, e nos permite identificar diferentes atores nessa Geografia Política do Contestado.

Nessa guerra, conflitos de diferentes níveis se sobrepuseram, sendo ambos, caracterizados por uma disputa territorial. Para além das disputas do passado entre Espanha e Portugal, ali também ocorrera, conforme apontado por Fraga (2017) divergências entre Argentina e Brasil, questões de posse de terras entre diferentes coronéis, a questão de divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e os conflitos socioterritoriais entre fazendeiros e caboclos.

O autor ainda frisa que esse cenário é acentuado com a entrada do capital imperialista estadunidense, na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e sua milícia de mais de 200 homens estrangeiros armados que expulsavam a população cabocla das suas terras ancestrais e com a implantação da Companhia Madeireira Lumber, esta última sendo a responsável pela devastação de toda a floresta de Araucária, meio ecológico que marcava o modo de vida caboclo (Fraga, 2017).

Assim, o Estado direciona uma política de organização do território que exclui uma população secularmente territorializada de suas terras para destina-las a empresas estrangeiras. Isso, direta ou indiretamente “garantiria condições normativas e infraestruturais para o sucesso dos investimentos, sobretudo, dos grandes capitais” (Cataia, 2011, p. 119). Em contrapartida, para a população o resultado era a exploração de sua mão de obra e a destruição por completo daquilo que até então era a base da sua sobrevivência.

A Guerra do Contestado, portanto, nada mais é do que uma disputa por terras, marcada, sobretudo, por relações de poder assimétricas. De um lado, um Estado sob um regime autoritário e submisso aos interesses estrangeiros, do outro, uma população querendo um pedaço de chão para viver. Para uns, um território que garantiria a reprodução capitalista, para outros, uma questão de vida, de (r)existência.



Logo, constata-se que as áreas que vieram a formar o território em disputa abarca interesses que vão desde uma Geopolítica local à Geografia Política. No entanto, a Guerra em si, acaba tendo uma influência maior da Geografia Política, uma vez que, é a mesma que vai permitir discutir conceitualmente a violenta organização territorial direcionada ao Contestado a partir da relação entre Estado, Território e Desenvolvimento.

3 – Estado, Território e Desenvolvimento

As discussões no campo da Geografia envolvendo Estado, Território, e desenvolvimento perpassam por diferentes óticas e abordagens, uma vez que, o processo de construção desses conceitos é resultado da diversificação do conhecimento, e o mesmo, se amplia à medida que novas possibilidades de análise e identificação surgem.

Posto isso, é importante salientar que espaço e território não são idênticos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, cabe as contribuições de Raffestin (1993, p. 143), quando o autor afirma que: o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço.

Ao analisar o território do Contestado, percebe-se então que houveram diferentes ações conduzidas sobre o espaço em disputa, e, portanto, mais de um ator sintagmático: as ações por parte do Estado, as ações a partir das práticas de vida por parte da população local e àquelas ligadas as atividades desenvolvidas pelas empresas. Assim, a depender do tipo de poder embutido nessas ações, diferentes possibilidades de análise do território surgirão.

Seguindo tais premissas, merecem destaques as sínteses efetivadas por Haesbaert (2009, p. 91) com respeito as diferentes noções possíveis de análise do território, quando este agrupou essas concepções em três vertentes básicas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.



- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Assim, o território para o Estado, é analisado, sobretudo, pela sua dimensão política, sendo um espaço de exercício do seu poder, ainda que o mesmo não se restrinja apenas a um tipo de poder, o político. Já para a população cabocla, o território tem uma dimensão cultural, reflexo, das práticas de vida que se deram e são sobre aquele espaço, e que, de certa forma, guarda um significado não estritamente materializado.

E por fim, para as empresas, uma dimensão econômica, um espaço que possibilita acumulação do capital, seja através da exploração dos recursos naturais presentes nele (exploração de madeira sob responsabilidade da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*) seja através da exploração da mão de obra local (mão de obra cabocla usada para a construção da ferrovia sob responsabilidade da *A Brazil Rail Company* e igualmente usada na construção das instalações da madeireira *Lumber* e na derrubada da Mata de Araucária).

Portanto, assim como considera Saquet (2005, p. 144), o território é “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria [...] é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]”. Assim, não se pode negar que a intencionalidade acompanha as ações presente nas práticas de apropriação do espaço. Portanto, toda ação, seja em nível econômico, social, cultural, ou até mesmo religioso e administrativo, é essencialmente política. O poder enquanto forma de controle, aparece, portanto, como parte intrínseca dessa trama, independente do âmbito.

Outro ponto não menos importante para compreender o contexto da guerra, sobretudo, no que compete a relação do Estado e território, é analisarmos suas mudanças de comportamento ao longo do tempo. Cataia, (2011, p. 116) aponta que “a exaltação política e a exatidão geométrica do território cristalizaram-se, sobretudo, a partir do século XVII. Até então, o território designava a zona que circundava uma cidade e que estava sob sua jurisdição



“ Vale destacar que o termo naquele momento não foi aplicado as suas jurisdições completas, isso porque o raciocínio da época estava baseado nas pretensões da universalidade presente no Império Romano e da Cristandade.

A ideia moderna de território enquanto um espaço de exercício do poder de um Estado, e não mais apenas de uma cidade, emerge a partir da composição de uma única ordem territorial baseada no Estado e a na sua soberania. Essa nova ordem passa a fazer com que as fronteiras que circundam cada território passem a ser respeitado internacionalmente (Gottmann, 1973). Assim, a soberania passa a ser o elo entre Estado e território – uma função que garante o exercício do poder.

Entretanto, não podemos nos esquecer que, num mundo envolto por assimetrias nos diferentes aspectos, obviamente que o exercício da soberania dos Estado se dá de forma desigual. Então, de que soberania estamos falando? No dicionário do Observatório das Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tem-se que:

A Soberania, no sentido clássico do conceito, significa o exercício pleno de autoridade dentro de fronteiras e a inexistência de uma autoridade superior no plano externo, afirmando uma distinção clara entre ordem interna e ordem internacional. O debate em torno do conceito tem revelado a tensão entre uma leitura moderna, que permanece focalizada no poder do Estado e num entendimento marcadamente territorial do conceito, e uma leitura pós-moderna, de cariz normativo, que, face a dinâmicas transnacionais e à existência de novos atores com autoridade reconhecida – incluindo organizações não-governamentais, organizações internacionais, ou empresas multinacionais –, desafiam as leituras tradicionais do conceito (Freire, s/d.).

Há limite para o pleno exercício dessa autoridade? Uma guerra, como a do Contestado pode ser justificada a partir dessa ideia de soberania de um Estado? Terrivelmente, para o Estado Brasileiro, isso não só foi usado de forma violenta como uma condição “necessária” para consolidar o início da República, como também permitiu que o mesmo promovesse o democídio do seu próprio povo para firmar a sua vontade absoluta.

Assim como relembra Rudolph Joseph Rummel (1997) uma democracia raramente atacaria outra e não se voltaria contra seu povo. Recordemos que a República Brasileira surgiu durante um Regime Autoritário do Exército Brasileiro, e fora marcada por muito sangue e muita violência. Sua institucionalização se deu a partir da Guerra do Paraguai (1864 – 1870)



onde da forma mais absurda, desproporcional e vergonhosa, o Brasil promoveu um genocídio sobre a população paraguaia, onde se estima que quase 75% da população masculina tenha sido eliminada (Fraga, 2019).

O que vemos no território do Contestado, foi justamente, a imposição desse tipo de raciocínio por parte do Estado. Conforme colocado por Moraes (2002), nessa perspectiva, o território é a jurisdição de um Estado, e portanto, projeção espacial de sua soberania e de sua autoridade. Essa forma autoritária utilizada pela República do Brasil no início do século XX, que tinha como chefe de Estado, os militares, não considerou as demais variáveis que entravam em contradição, postura que levou a uma violenta imposição da sua legitimidade perante o povo caboclo. Achille Mbembe, filósofo e pensador camaronês, estabelece “que a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, razão pela qual “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (Mbembe, 2018).

Assim, para garantir a entrada do capital estrangeiro, todas as ações por parte do Estado, a exemplo da concessão de terras (com pessoas territorializadas) à empresas estrangeiras já citadas, deveriam ser reconhecidas como válidas por todos aqueles que viviam sob uma mesma soberania, mesmo que isso fosse feito a partir da dizimação do seu próprio povo, conforme Figura 3.

Um ponto que merece destaque dentro dessa discussão, é a leitura do território como condição material do Estado moderno. O exercício de sua soberania na defesa de uma sociedade é fundamental, principalmente quando nos deparamos com conflitos associados à exploração dos recursos estratégicos e à valorização diferencial dos territórios pela atualização do capitalismo (Ribeiro, 2005). A crítica aqui feita não deixa de reconhecer enquanto algo indispensável, desde que a mesma seja usada a favor do seu povo. No entanto, o que foi percebido no território do Contestado, assim como em outros, é que esse poder foi usado contra o seu próprio povo, principalmente contra aqueles que resistem a imposição de um sistema econômico – político, que busca ampliar sua hegemonia.



Figura 3 – População Cabocla do Contestado – os que deveriam morrer.



Fonte: Acervo ORGC.

Quando analisamos o período de ocorrência da Guerra (1912 – 1916), não podemos deixar de considerar a influência do contexto mundial marcado pela era imperialista (vista como uma expressão política do capitalismo no final do século XIX e início do XX). Assim, conforme destaca Harvey (2004), países do continente europeu, assim como Estados Unidos e Japão passaram a buscar em outros territórios não apenas recursos para serem explorados (como no colonialismo), mas também mão de obra barata e pessoas que pudessem consumir as mercadorias excedentes.

O autor ainda destaca que esse processo se deu 2 formas: por meio de um *imperialismo formal*, sendo esse, caracterizado por uma dominação direta dos países capitalistas, que ocuparam territorialmente e exploraram as Nações, sobretudo, da África e da Ásia, e, com um *imperialismo informal*, que foi o caso do Brasil, com uma dominação mais indireta, através de empréstimos e financiamentos para diversas construções, como as de estradas de ferro e abertura de empresas estatais nos territórios.



A presença de infraestruturas não só naquela época, como até os dias de hoje é vista como condição essencial para o processo de “desenvolvimento” dos territórios. Para Santos (1985) a mesma se configura como um dos elementos do espaço geográfico, juntamente com as firmas, as instituições e o meio ecológico. Dessa forma, o autor afirma que:

As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc. (Santos, 1985, p. 6).

Transpondo esses elementos para o espaço geográfico base da formação do território do Contestado, percebemos que as terras e a Floresta de Araucária (meio ecológico) do Contestado passaram a ser de interesse do Estado (instituições), que tinha como objetivo conceder-las ao capital externo por meio das empresas (firmas) para que uma estrada de ferro e uma indústria de exploração madeireira (infraestruturas) fossem ali construídas.

Obviamente que as instituições não se limitavam apenas ao governo do Estado Federal, uma vez que, os governos do estado do Paraná e Santa Catarina também estavam articulados. Igualmente, todas as casas, plantações, caminhos e formas de trabalho humano do povo caboclo materializado naquelas terras faziam parte das infraestruturas. Assim, em nome do “desenvolvimento”, “uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras, levam a mudanças espaciais” (Santos, 1985, p. 16). Mas de que tipo de desenvolvimento estamos falando? Sob quais condições? A que custo?

Enquanto as empresas buscavam explorar desordenadamente a floresta para exploração madeireira (Figura 4) e também para a instalação de infraestruturas, a população local fazia uso dos recursos naturais de modo a garantir a sobrevivência a partir de práticas de extrativismo e agricultura familiar, ambas compreendidas enquanto atividades produtivas de baixo impacto (Amorim, Herrera e Neves, 2020).



Figura 4 – Toras empilhadas a partir da derrubada da Floresta de Araucária.



Fonte: Acervo ORGC.

Percebemos então, a presença de duas tipologias de investigação do território definidas por Haesbaert (2005). Para aqueles que seguem a perspectiva do desenvolvimento, o território é *funcional*, caracterizado pelo controle físico, produção e lucro, sendo o mesmo, visto como recurso e, portanto, com valor de troca. Esses territórios são formados a partir do princípio da exclusividade, que se utiliza, principalmente de processos de dominação (uso de extrema violência, a exemplo da atuação do Exército Brasileiro no Contestado) resultando em territórios marcados pela desigualdade.

Já para a população, o território é simbólico, caracterizado pelo abrigo”, “lar” e segurança afetiva, sendo o mesmo, visto a partir de símbolos, e, portanto, carregados com um valor simbólico. Esses territórios são formados a partir de um processo de apropriação, esse, que utilizando o princípio da multiplicidade, acaba resultando em territórios da diferença.

O autor ainda destaca que “enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por



menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (Haesbaert, 2005, p. 6777).

Assim, percebemos que quando falamos em garantia de desenvolvimento, não podemos nos esquecer do complemento dessa frase: desenvolvimento do que e para quem? Com os Estados adotando cada vez mais comportamentos e linguagens associados a lógica mercantilista, colocando os interesses privados do mercado e das empresas como prioridade em detrimento dos direitos básicos e fundamentais da população, tudo se torna mercadoria. Foi justamente essa visão *funcional* de território que foi adotada pelo Estado no Contestado, ou seja, viu naquelas terras a possibilidade de garantir o desenvolvimento do lucro para o capital externo e para as empresas estrangeiras. Para o povo que ali estava territorializado o desenvolvimento foi outro: o da violência, da exploração de pessoas e dos recursos naturais, da pobreza e da fome.

Assim como afirmado por Eduardo Galeano em sua obra *As veias abertas da América Latina*, o desenvolvimento desenvolve desigualdades. Particularmente, me arrisco a dizer, que a ideia de desenvolvimento ganha força na era capitalista, compondo um discurso que tenta esconder as raízes da dominação. Um discurso que acompanhado de concepções embasadas num caráter civilizatório e seguidas da necessidade de modernização, levou não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, a imposição de um sistema de forma vertical que dizimou povos ao longo do tempo. Embora as formas de se fazer isso tenham mudado, o conteúdo permanece até os dias de hoje.

Assim, Moraes ressalta que (2002, p. 120-121):

O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção, estrutura--se em torno do conceito de civilização, atribuindo, portanto, à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se auto-define como “representante das ideias da Ilustração” [...]. O papel catalisador que a noção de “civilização” cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização. Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o



Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno.

O esboço acima elucida que os sertões do Contestado e sua população, eram fatores indissociáveis, compreendidos como patologias nacionais, problemas que somente seriam superados por meio dos planos nacionalistas do Estado. O desenvolvimento ao que me parece não considera outras possibilidades de existência da sociedade, a não ser aquela que promova uma valorização desigual dos territórios. Garantir o desenvolvimento do país nada mais é do que impor condições no território que garantam o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Assim, percebemos que o processo de formação socioterritorial brasileiro ancorado numa ideia de desenvolvimento, foi marcada por inúmeros conflitos, a exemplo da Guerra do Contestado. Por onde a modernização passava levando à construção de infraestruturas (como a ferrovia São Paulo – Rio Grande) avançava também a proliferação das doenças, o demócídio dos povos, a derrubada da floresta e a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras (Figura 3). Em contrapartida, a fome, o desmatamento e o empobrecimento faziam cada vez mais parte da realidade vivida pelo povo caboclo do Contestado.

Um outro tipo de desenvolvimento seria possível? Um que respeitasse a diferença dos povos, da sua cultura, das suas formas de existência e de suas territorialidades? Um desenvolvimento que desenvolvesse a solução para os problemas da fome, da pobreza, da violência, das guerras ao invés de ser o motivo para o surgimento dos mesmos? Talvez, mas não é isso que temos visto ao longo do tempo. Na realidade, o que temos visto é um desenvolvimento que desenvolve desigualdades nas suas inúmeras formas. A fome, por exemplo, nada mais é que resultado do controle de um Recurso Estratégico Vital que impede o acesso a todos. Isso não é apenas um problema qualitativo atual, é também usado como estratégia de guerra, conforme ocorreu no Contestado.

4 – O controle de recursos estratégicos vitais – a fome com estratégia de guerra.

Nas últimas década, a preocupação com os conflitos associados à exploração dos recursos estratégicos vitais tem aumentando, principalmente, quando o controle de um



determinado território é concomitantemente o controle do recurso (uma acessibilidade desigual) o que de certa forma, garante uma vantagem competitiva na disputa.

Para além disso, também tem havido debates na área da Ecologia Política, que dissertam sobre os riscos que a exploração sem limite dos recursos pode gerar à sociedade, sobretudo, num cenário em que o acesso desigual tem acirrado ainda mais a competitividade. Há ainda as considerações que envolvem, por exemplo, passar dias sem comer ou em condições de escassez devido à pobreza, as questões ambientais e a fatores associados à destruição causada, sendo, portanto, uma resultante da guerra.

Por outro lado, a compreensão dessa conjuntura nos permite a possibilidade de análise, ainda mais, quando em uma determinada relação de poder é possível perceber um impedimento intencional do acesso ao um recurso vital com finalidade de estratégia para se vencer uma guerra. Aqui o controle dos recursos não está como o motivo do conflito, tampouco sua escassez associada a consequência da mesma, mas sim, como arma de guerra.

Quando analisamos o conceito de *Recursos Estratégicos Vitais*, percebemos dois contextos com pontos de vista diferentes, mas que em algum momento, se complementam. O primeiro é aquele mais utilizado nos debates estratégicos da Geopolítica, onde a água, os alimentos e a energia, são percebidos enquanto recursos que garantem à sobrevivência dos padrões de desenvolvimento e crescimento econômico dos países hegemônico, e, portanto, de extrema importância estratégica.

O outro, é aquele onde referidos recursos são essenciais para garantir a existência de vida, são vitais no sentido literal (o alimento enquanto fonte de energia). O ser humano precisa de água e de alimentos para ter energia, para assegurar sua existência. Como que uma pessoa consegue trabalhar sem energia? Sem o trabalho, como essa pessoa vai garantir sua subsistência? Seja de forma remunerada (garantia de renda) ou não. Portanto, se uma pessoa ou grupo encontra-se em uma situação onde acesso a determinados recursos é impedido, certamente, estamos falando de um poder exercido por meio do controle, uma ação que impede a possibilidade de vida.

Pois bem, na Guerra do Contestado, foi exatamente isso que foi utilizado de forma estratégica para vencer o conflito. Não se deve haver dúvidas de que o crime que ali ocorrera, foi de lesa-humanidade e, portanto, imprescritível. Para além do demócídio e genocídio,



marcados pelos assassinatos em massa, pela perseguição, pela violação dos corpos (estupros), pelos bombardeios de igrejas repletas de caboclos e caboclos, também houve ações por parte dos militares que resultaram num cerco gerador de fome em Santa Maria (FRAGA, 2022).

Fica evidente o intuito por trás desse cerco gerador de fome foi o de cometer a eliminação física de uma parcela do povo, uma necropolítica, conforme apontado por Achille Mbembe (2018), ou seja, esse poder exercido sobre a vida e morte de outros.

Segundo informações retiradas do Observatório de Crises Internacionais:

O conceito de fome como arma de guerra envolve justamente tais situações em que o fornecimento de alimentos para a população civil, muitas vezes refém dos conflitos, é utilizado como mecanismo de barganha e pressão tanto para com os opositores daqueles que interceptaram tal recurso quanto para o restante da população envolvida que, na esperança de conseguirem mantimentos, é coagida a cooperar ou não interferir nas ações praticadas pelas forças divergentes (2021, p. 1).

Temos então, o controle de recurso vital, sendo usado de forma estratégica pelo Exército Brasileiro como um instrumento que aumentasse a vulnerabilidade do povo caboclo na guerra. Até que ponto a desumanidade chega?

Em sua obra “Por uma *Arqueogeografia Brasileira*, Fraga (2022) menciona a sentença do Caso Akayesu (Tribunal Penal Internacional para Ruanda) a fim de exemplificar os quatro elementos notavelmente presentes nas concepções de crime contra a humanidade construídas ao longo do tempo: i) O ato deve ser desumano em natureza e caráter, causando grande sofrimento, ou sérios danos para a saúde mental ou corporal; (ii) O ato deve ser praticado como um fragmento de um ataque generalizado ou sistemático; (iii) O ato deve ser praticado contra membros da população civil; (iv) O ato deve ser praticado em uma ou mais formas de discriminação, nomeadamente nos campos nacional, político, étnico, racial ou religioso.

Um ponto que merece destaque e que complementa essa análise de desumanidade, é uma situação muito comum que ocorria na Guerra do Contestado. Conforme relembra Fraga (2019), nos combates finais a violência aumentou ainda mais, os que não morriam de imediato nos combates, eram capturados pelo Exército ou se entregavam na esperança de que sua vida fosse poupada. No entanto, ambos eram mortos, mas antes alimentados (Figura 5). Esse comportamento foi muito comum e tinham como motivação motivos religiosos.



Respeitando princípios cristãos, as forças legalistas alimentavam os caboclos e caboclas capturados, incluindo crianças, velhos e enfermos, na sequência, depois de alimentados, eram apartados para uma área de degola ou fuzilamento sumário, geralmente na beirada de um rio, na beirada de uma cova ou perto de um crematório de cadáveres (p. 18):

Figura 5 - Família cabocla sendo alimentada antes de ser morta.



Fonte: Acervo ORGC

Aqui, os militares esqueceram dos dois mandamentos cristãos mais importantes e que resumem todos os 10: *não matar* e *amar o próximo como a ti mesmo*. O pecado não era matar, mas era matar com fome. Desde essa época, e obviamente também antes dela, que a conduta repugnante de muitos são justificadas segundo preceitos religiosos. A mesma fome que devia ser saciada antes da morte, em outros momentos foi usada para enfraquecer a população ao ponto de não ser possível (r) existir mais.

Conforme relembra Foucault (1987) o que se percebe nesse contexto, é um sistema de controle da população e dos corpos, denominados pelo mesmo como biopolítica, no seu sentido literal da palavra, a política da vida.



Na verdade, o que há é um grande paradoxo, regado a antagonismos e falta de lógica. Conforme os militares avançavam e cercavam as pessoas nos redutos, o abastecimento de alimentos foi ficando cada vez mais difícil. A medida que a tropa de militares avançava, a mesma incendiava todas as casas e lavouras caboclas encontradas pela região, deixando centenas de pessoas sem abrigo e sem acesso à comida (Fraga, 2019).

Referida afirmação nos remonta ao conceito de domicídio, que é justamente, essa perda da casa, seja por expulsão, seja pela perda de diferentes formas, comum em muitos conflitos (Fernandes, 2024). Para além disso, há também aquilo definido por David Harvey, como despossessão – os efeitos perversos de um sistema complexo que se traduz na expulsão de populações ou na perda de valores patrimoniais.

O cerco em Santa Maria, retrata bem o uso da fome com estratégia de guerra. Muitas pessoas foram morrendo de fome. O fechamento de entradas e as passagens impediam tanto a chegada de ajuda com alimentos trazidos por outros caboclos, como impediam àqueles que estavam nos redutos de saírem, já que, o risco de serem pegos era eminente.

A memória da fome foi particularmente impactante ao longo do período da guerra, já que, nessa região, embora a população de peões, agregados e posseiros fosse muito pobre, viviam, antes da guerra, num regime alimentar razoavelmente farto. “O clima de festa e fartura que existia inicialmente nesses povoados, foi sendo substituído pela escassez e pela desconfiança” (Machado, 2011. p. 181).

Usar a fome como estratégia para vencer a guerra tinha a finalidade de enfraquecer aquela população para que os ataques não tivessem grandes resistências. Aqueles que não haviam morrido, por fome, por doença, certamente teriam pouca força nos combates. Ainda segundo informações do Observatório de Crises Internacionais (2021, p.1):

O uso da fome como arma de guerra foi criticado pelo Conselho de Segurança da ONU em 2018, tendo aprovado por unanimidade em março daquele ano a primeira resolução que reconhece a existência de uma ligação direta entre fome e conflitos, condenando o ato das forças em conflito promoverem a fome como um instrumento de suas disputas.

Naquele momento da Guerra do Contestado, a ONU (Organização das Nações Unidas) ainda não tinha sido criada. Mas será que se a mesma já existisse, o cenário seria



diferente? A crítica tem sido transformada em uma ação efetiva para que comportamentos como esse deixem de existir?

Atualmente vemos muitas situações semelhantes em locais da Síria, Iêmen, Somália, Sudão do Sul, até mesmo na guerra entre Israel e Palestina, onde ocorre a interceptação de veículos humanitários destinados ao socorro às vítimas. Os exércitos seguem destruindo as lavouras e criações de animais usados na alimentação de famílias e comunidades, as restrições a mercados e demais comércios de alimentos continuam aumentando. Ao que me parece, a situação tem se repetindo não é de hoje.

Todas essas não deixam de ser ações vistas como estratégias de fragilização dos grupos e da população local que de alguma forma tenta (r)existir. A fome enquanto arma, ainda continua sendo uma estratégia de guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três pontos principais resumem a conclusão dessa pesquisa: o primeiro deles é que território em disputa abarca interesses que vão da Geopolítica à Geografia Política. No entanto, a Guerra em si, acabou tendo uma influência maior da Geografia Política, uma vez que, foi a mesma que permitiu discutir conceitualmente a violenta organização territorial direcionada ao Contestado a partir da relação entre Estado, Território e Desenvolvimento.

O segundo, é que a visão funcional de território que foi adotada pelo Estado viu nas terras contestadas a possibilidade de garantir o desenvolvimento do lucro para o capital externo e para as empresas estrangeiras. Para o povo que ali estava territorializado o desenvolvimento foi outro: o da violência, do demicídio e genocídio caboclo, da exploração de pessoas e dos recursos naturais, da pobreza e da fome.

Para além desses, foi possível perceber que práticas como: a derrubada da Floresta de Araucária, as águas dos rios banhadas com sangue e corpos dos caboclos, toda a destruição das casas, das lavouras, das igrejas, ou seja, toda a destruição do ambiente de vida caboclo para se atingir um fim, que era o de vencer a guerra, se configura como um Terrorismo Ambiental.



Por fim, o terceiro e último ponto nos mostra que o controle de um recurso estratégico vital pode estar presente em diferentes contextos, não só como motivo para conflitos, tampouco a sua escassez como consequência dos mesmos, mas também, utilizado como estratégia de guerra. Ficou evidente que o intuito por trás do cerco gerador de fome foi o de cometer a eliminação física de uma parcela do povo, seja na sua forma direta, já que, muitos morreram de fome nos redutos, ou na sua forma indireta, com a finalidade de enfraquecer aquela população para que os ataques não tivessem grandes resistências, e sua eliminação fosse mais fácil.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, E. B; HERRERA, J. A; NEVES, I. C. TERRITÓRIO E CONFLITO NA AMAZÔNIA: interpretações geográficas dos conflitos pela terra em Anapu, Pará. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 15, n. 37, p. 223-248, ago., 2020.
- CATAIA, M.A. Território Político: fundamento e fundação do Estado. Revista **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr. 2011
- COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica**. Discursos sobre o território e o poder. São Paulo, Editora Hucitec- Editora Universidade de São Paulo, 1992.
- FERNANDES, J. L. J. **Conceito de Geografia Política**: relação com a geopolítica, a geografia do poder e o processo de desenvolvimento. Unidade Curricular - Geografia Política e do Desenvolvimento. Universidade de Coimbra: Departamento de Geografia e Turismo (Faculdade de Letras), 2024.
- FERNANDES, J. L. J. **Glossário Sintético**. Unidade Curricular - Geografia Política e do Desenvolvimento. Universidade de Coimbra: Departamento de Geografia e Turismo (Faculdade de Letras), 2024.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 5. ed. Trad. Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRAGA, N. C. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado**: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.
- FRAGA, N.C. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade



contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

FRAGA, N. C. **Territorialidades Contestadas - Geopolítica Territorial do Contestado**. Coluna Territorialidades Contestadas da edição do JTT Regional Oeste, 2021. Disponível no canal do Observatório do Contestado - ORGC-UEL.

FRAGA, N. C. **Por uma arqueogeografia brasileira: a possibilidade de análise profunda do território a partir da Guerra do Contestado como exemplo prático**. Videira, SC: Êxito Editora e Comunicação, 2022.

FREIRE, M. R. Soberania. In: **Dicionário das Crises e Alternativas**. Observatório sobre crises e alternativas. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ces/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=6833&letter=S. Acesso em 6 de maio de 2024.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. University Press of Virginia: Charlottesville, 1973.

HAESBAERT, R. **Dilema de conceitos: espaço--território e contenção territorial**. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Org.), **Território e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

LACOSTE, Y. “**Lá géographie, la géopolitique et le raisonnement géographique**”, *Herodote*, nº 130, 2008, p. 17-4.

MACHADO, P. P. **Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado**. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 178-186.

MBEMBE, A. **NECROPOLÍTICA: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. *Revista Arte & Ensaios*: traduzido por Renata Santini, 2018.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

OBSERVATÓRIO DE CRISES INTERNACIONAIS. **Fome como arma de Guerra**. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/09/20/fome-como-arma-de-guerra/>. Acesso em 10 de maio de 2024.



RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. C. T. **Outros territórios, outros mapas**. OSAL - Observatório Social de América Latina. Buenos Aires, 2005, n. 16, p. 263-272.

RUMMEL, R.J. **Death by Government: Genocide and Mass Murder Since**. 5th edition. 1997.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985

SAQUET, M. **O território**: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 121-148.

THOMÉ, N. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: UnC/Incon, 1992.



CONTESTADO, CENAS DOCUMENTADAS NO TEMPO E NO ESPAÇO: CLARO GUSTAVO JANSSON E OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS QUE ESCONDEM A AFLIÇÃO DA GUERRA

CONTESTED, SCENES DOCUMENTED IN TIME AND SPACE: CLARO GUSTAVO JANSSON AND THE PHOTOGRAPHIC RECORDS THAT HIDE THE DISTRESS OF WAR

*ESCENAS CONTROVERSAS, DOCUMENTADAS EN EL TIEMPO Y EL ESPACIO:
CLARO GUSTAVO JANSSON Y LOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS QUE OCULTAN LA
ANGUSTIA DE LA GUERRA*

Filipe Barbosa de Lima⁵⁶

Nilson Cesar Fraga⁵⁷

Resumo

A presente pesquisa analisa a região da Guerra do Contestado a partir das imagens entre o passado e presente geográfico, as paisagens da guerra em uma relação espaço e tempo, a partir das fotografias de Claro Gustavo Jansson, assim como o cotidiano das territorialidades caboclas registradas pelo fotógrafo. Metodologicamente, o estudo envolve pesquisa de construção teórico-prática, fundamentada em revisão de literatura, compreendendo levantamento bibliográfico referente aos estudos teóricos e metodológicos constituído por autores do campo da Fotografia, das Imagens, da Teoria e Metodologia da Geografia, da Memória, sobretudo a memória imagética (fotográfica de Jansson) sobre a região da Guerra do Contestado, sobretudo na sua contribuição direta que permitam entender as territorialidades caboclas do passado, comparando-as com as presentes, na paisagem do hoje, além, é claro, do papel desempenhado no conflito, principalmente entre os anos de 1912 e 1916. Foi realizada coleta de dados em artigos, monografias, dissertações, teses e livros publicados, cujo acervo se encontra na Biblioteca do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UUEL, cerca de 800 materiais, cujo acervo de imagens da época da guerra se encontra depositado, assim como mais de 20.000 fotografias da região da Guerra do Contestado, feitas entre os anos de 2000 e 2025. Além disso, as fotos de Jansson são tomadas nesta pesquisa como lembranças de espaços geográficos pretéritos, da ação e criação humana do suco sobre o território do Contestado, mesmo tendo ele produzido fotografias de diversos lugares do Brasil e da América do Sul, sendo que se

⁵⁶ Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (Fundação Araucária - FA), no Laboratório de Geografia, Território Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UUEL, pelo Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária – PIBIS 2021/FA. Estudante no Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: fb_lima@hotmail.com

⁵⁷ Geógrafo. Professor no Departamento de Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UUEL. Coordenador do Observatório da Região e da Guerra do Contestado – ORGC/UUEL. Professor no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. E-mail: ncfraga@uel.br



considera tais imagens fotográficas como documento histórico de alta relevância para as análises científicas, indo ao encontro com o décimo sexto objetivo de desenvolvimento sustentável, Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Palavras-Chave: Geografia e Fotografia; Claro Gustavo Jansson; Guerra do Contestado; Territorialidades.

Abstract

This research analyzes the region of the Contestado War based on images between the past and present geography, the landscapes of the war in a space and time relationship, based on the photographs of Claro Gustavo Jansson, as well as the daily life of the caboclo territories recorded by the photographer. Methodologically, the study involves theoretical-practical construction research, based on a literature review, including a bibliographic survey of theoretical and methodological studies by authors in the fields of Photography, Images, Theory and Methodology of Geography, Memory, especially the imagery (photographic memory of Jansson) on the region of the Contestado War, especially in its direct contribution that allows us to understand the caboclo territories of the past, comparing them with those present, in the landscape of today, in addition, of course, to the role played in the conflict, mainly between the years of 1912 and 1916. Data collection was carried out in articles, monographs, dissertations, theses and published books, whose collection is located in the Library of the Laboratory of Geography, Territory, Environment and Conflict – GEOTMAC/UEL, approximately 800 materials, whose collection of images from the war period is deposited, as well as more than 20,000 photographs of the Contestado War region, taken between 2000 and 2025. In addition, Jansson's photos are taken in this research as memories of past geographic spaces, of the Swede's human action and creation on the Contestado territory, even though he produced photographs of several places in Brazil and South America, and these photographs are considered a historical document of high relevance for scientific analyses, in line with the sixteenth sustainable development goal, Peace, Justice and Effective Institutions.

Keywords: Geography and Photography; Claro Gustavo Jansson; Contestado War; Territorialities.

Resumen

Esta investigación analiza la región de la Guerra del Contestado a partir de imágenes que conectan la geografía pasada y presente, los paisajes de la guerra en una relación espacio-temporal, basados en las fotografías de Claro Gustavo Jansson, así como la vida cotidiana de los territorios caboclos registradas por el fotógrafo. Metodológicamente, el estudio implica una investigación de construcción teórico-práctica, basada en una revisión bibliográfica que incluye un estudio bibliográfico de estudios teóricos y metodológicos de autores en las áreas de Fotografía, Imágenes, Teoría y Metodología de la Geografía y Memoria, especialmente la imagería (memoria fotográfica de Jansson) sobre la región de la Guerra del Contestado, especialmente en su contribución directa para comprender los territorios caboclos del



pasado, comparándolos con los del presente, en el paisaje actual, además, por supuesto, del papel que desempeñaron en el conflicto, principalmente entre los años 1912 y 1916. La recopilación de datos se realizó a partir de artículos, monografías, disertaciones, tesis y libros publicados, cuyo acervo se encuentra en la Biblioteca del Laboratorio de Geografía, Territorio, Medio Ambiente y Conflicto – GEOTMAC/UEL. Se trata de aproximadamente 800 materiales, cuya colección de imágenes del período bélico está depositada, así como más de 20.000 fotografías de la región de la Guerra del Contestado, tomadas entre 2000 y 2025. Además, las fotografías de Jansson se consideran en esta investigación como memorias de espacios geográficos pasados, de la acción y creación humana del sueco en el territorio del Contestado, si bien fotografió diversos lugares de Brasil y Sudamérica. Estas fotografías se consideran un documento histórico de gran relevancia para los análisis científicos, en consonancia con el decimosexto Objetivo de Desarrollo Sostenible: Paz, Justicia e Instituciones Eficaces.

Palabras clave: Geografía y Fotografía; Claro Gustavo Jansson; Guerra del Contestado; Territorialidades.

Introdução: a fotografia que registra as paisagens

A fotografia fala, dialoga com o mundo e situações - o mundo transmite constantes informações e a fotografia pode capturá-las. Mas, a imagem pode ser, ao mesmo, tempo banal ou ter um curto espaço de tempo de exploração. Deste modo, o presente estudo levanta as seguintes reflexões: a fotografia é realmente atemporal? Imagens do passado ajudam explicar o presente? Quais os limites da contextualização de uma imagem fotográfica?

É neste sentido, baseando-se em fotografias do fotógrafo Claro Gustavo Jansson, do início do século XX, em registros feitos na região do Contestado, SC/PR, e a partir da visão de diferentes autores, que se passa a discutir o que é a fotografia e como ela pode estar inserida na Geografia, permitindo analisar as mudanças do espaço por meio do tempo.

Philippe Dubois ressalta que uma produção com pretensão documental que procede da fotografia, abriga uma espécie de consenso de princípio, que busca demonstrar que a fotografia é uma “prestar contas do mundo com fidelidade”. Pois, foi atribuída à fotografia uma credibilidade, um peso de real bem singular. Desta forma, a fotografia é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra (Dubois, 1998, p. 25).



Para o referido autor, em sua obra “O Ato Fotográfico e outros Ensaios”, um percurso retrospectivo das diversas posições defendidas no decorrer da história pelos críticos e teóricos da fotografia, quanto ao princípio da realidade próprio da relação da imagem fotoquímica com seu referente, apresenta três tempos que caracterizam este percurso: 1) a fotografia como espelho do real (o discurso da mimese), nesta definição, a fotografia é considerada a imitação perfeita do real; 2) a fotografia como transformação do real (o discurso do código e da desconstrução), a fotografia deixa de ser neutra do que se refere a imitação do real; e 3) a fotografia como traço de um real (o discurso do índice e da referência) ou seja, a impressão de que a fotografia seja fidedigna ao real, nos deixa insatisfeitos, não sendo totalmente a realidade proposta pelo resultado da ação (Dubois, 1998, p. 26).

A fotografia permite uma transferência da realidade concreta, para sua reprodução. Ao longo da história, os seres humanos se utilizam de pinturas artísticas para se aproximar da realidade, através da construção de imagens. Entretanto, este processo mostra-se pouco fidedigno à realidade, pois a pintura necessita de uma intervenção humana integral. Com a chegada da fotografia, o aparelho fotográfico em seu sistema programático, procurou representar de forma mais fidedigna a imagem do espaço. A imagem do mundo exterior passa a ser formada automaticamente, sem intervenção humana, necessitando somente do aparelho para sua criação (Dubois, 1998, p. 34).

O filósofo Vilém Flusser, em sua obra “Ensaio sobre a fotografia”, ressalta que a fotografia era a filosofia do seu tempo. Neste instrumento de registros da paisagem, temos compreensão do mundo e das ações da humanidade, enxergando as mudanças dos espaços geográficos ao longo do tempo. Flusser (1998) reforça que é com a fotografia que se inicia um novo paradigma na cultura do homem, baseando na automatização da produção, distribuição e consumo da informação (de qualquer informação, não só do visual), com consequências gigantescas para os processos de percepção individual e para os sistemas de organização social. Por conta automatização, Flusser afirma que:

“A imagem fotográfica não tem nenhuma objetividade preliminar, não corresponde a qualquer duplicação automática do mundo; ela é constituída de signos abstratos forjados pelo aparato (câmera, objetiva, película), pois a sua função fundamental é materializar conceitos científicos. Por outras palavras, o que vemos realmente ao contemplar as imagens produzidas por aparelhos não é o mundo, mas determinados conceitos relativos ao



mundo, a despeito da aparente automaticidade da impressão do mundo na película” (Flusser, 1998, p. 14-15).

Deste modo, a recepção e a interpretação do mundo real, produzida pelo aparelho fotográfico, traz mais legitimidade do que as pinturas. A partir da fotografia, constrói-se um novo paradigma na cultura dos humanos, com a automatização da produção de imagens, distribuição e consumo das informações, mudando a percepção do indivíduo e modificando a organização social (Flusser, 1998, p.11).

Considerando que a fotografia se tornou fundamental para a construção do mundo imediato, o aparelho fotográfico passou a ser usado como modelo para o desenvolvimento de novas tecnologias visuais. A cena capturada por uma imagem de fotografia (imitando a realidade), nunca mais se repetirá, seja uma cena retratando ensaios ou um registro dos atores e objetos em movimento. Conforme afirma Dubois (1998, p. 72), “*o que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma única vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais vai poder se repetir existencialmente*”.

Embora a cena capturada jamais se repita, a fotografia pode ser explorada várias vezes em contextos e opiniões, seguida pela distribuição da informação, como reforça Flusser (1997, p. 65):

“As fotografias são superfícies imóveis e mudas que esperam, pacientemente, serem distribuídas, pelo processo de multiplicação ao infinito. São folhas. Podem passar de mão em mão, não precisam de aparelhos técnicos para serem distribuídas”.

Sabendo das possibilidades que a fotografia nos oferece, de acordo com Sonogo (2010), a fotografia é, além de um excelente instrumento de pesquisa, mas um documento, matéria-prima fundamental para a produção de conhecimento a respeito de determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais. Assim, o uso das imagens fotográficas como documento em pesquisas se tornou evidente. As fotografias de família, as imagens sociais que falam das cidades e de seus espaços físicos, os costumes de épocas em que não estávamos presentes mas que nos interessam, os móveis, as roupas, os tipos de moradia e as estruturas políticas, econômicas e sociais são partes da história da humanidade que, desde períodos muito remotos, são registradas em forma de imagem, seja na reprodução em



desenho, gravura, pintura e escultura ou, a partir do final do século XVIII e início do XIX, com a imagem fotográfica (Sonego, 2010, p. 118).

A fotografia documental como objeto de pesquisa do espaço geográfico

Thomaz (2012) aponta que ao fotografar, analisar fotografias e outros registros, é possível compreender as mudanças da sociedade, por meio das transformações da paisagem. São essas transformações e suas análises que explicam o espaço geográfico e a dinâmica social, econômica e política. Esse recurso de linguagem imagética, proporciona uma leitura das alterações que a sociedade fez no espaço.

Milton Santos, em sua obra de 2006 “a natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, ressalta que o enfoque das técnicas pode tornar-se fundamental quando se trata de enfrentar a questão escorregadia entre o tempo e o espaço em Geografia (Santos, 2006, p. 30). O autor ainda considera que as noções de espaço e de tempo se conjugam. Isto é fundamental para podermos interpretar a sequência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área: esse método é o único que nos permite definir corretamente uma sociedade com um espaço (Santos, p. 2, 1988 - Terra Livre).

Para Santos, paisagem e espaço não são sinônimos:

“A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão "configuração territorial". Este é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente.” (Santos, 2006, p. 66-67).

O espaço é considerado tudo que é sistema de objetos ou sistema de ações. O espaço é um elemento da existência material e o tempo, a sequência das transformações da



matéria. O espaço e tempo se unem graças às técnicas que a humanidade possui para a transformação do espaço (Santos, 1994, p. 40).

Santos (2006, p. 40) mostra que o sistema de coisas são as formas da natureza, enquanto que o sistema de objetos são os produtos de uma elaboração social, tudo que provém do resultado do trabalho da sociedade. As formas naturais, elementos da natureza podem ser transformadas em objetos artificiais que são obras humanas. São também os objetos que estabelecem o espaço geográfico.

Compreendendo a alteração do espaço geográfico, a fotografia torna-se um instrumento para o estudo dessas transformações. Conforme Fraga (2007, p.16), a produção do espaço ocorre pela ação cotidiana do homem e aparece na forma, as técnicas de ocupação em um determinado lugar em um momento histórico. A produção da cidade surge como resultado espacial de conflitos de interesse associados aos agentes presentes nesse processo, associado ao desenvolvimento capitalista.

Desta forma, podemos ter uma compreensão mais abrangente sobre a Guerra do Contestado, que ocorreu oficialmente entre 1912 a 1916, um conflito ocorrido entre os atuais estados do Paraná e Santa Catarina, no qual a população sertaneja encontrava-se no meio de disputas de território, conforme (Fraga, 2015, p. 1).

Claro Jansson, o fotógrafo viajante

Claro Jansson, um sueco que chegou ao Brasil em 1891, com apenas 14 anos com um grupo de suecos que migraram em busca de empregos, cuja migração é fruto do fato de a Suécia estar em um atraso econômico com a industrialização tardia, sendo que, mesmo com as reformas da industrialização, as condições de vida da população eram precárias. A crise na Suécia era enfrentada pelos conflitos entre sindicalistas e governo (Sallas e Bezerra, p. 67, 2008). No fim do século XIX, o Brasil com o planejamento imigratório, possibilitou promessas de empregos para uma parte da população europeia, sendo que uma leva de suecos migraram para o sul do Brasil (Oliveira, 2022).

Seguido do pai, irmãos e madrasta, Claro Gustavo Jansson, chega ao Brasil na segunda leva de imigrantes suecos, cuja intenção era morar em uma colônia na Argentina. A



profissão do pai, sendo oleiro, recebeu então um convite de residirem no Norte do Paraná em Jaguariaíva, para que trabalhasse na construção de uma olaria. Neste período, Claro Jansson trabalhava junto com seu pai na produção de tijolos (Bezerra, 2008).

Em 1892, Claro Jansson mudou-se para Lapa, seguindo os tropeiros, sendo esse, um dos trajetos, iniciando assim, suas viagens. Na cidade da Lapa, trabalhou como criado para o Barão dos Campos Gerais. Em 1894, diante da Revolução Federativa, evento marcante que ocorreu também na Lapa, regressou para Jaguariaíva, onde sentiu-se mais seguro. Conforme Bezerra (2008), os soldados que estavam na Revolução Federativa na Lapa, usavam o mesmo caminho que os tropeiros – sobre esse momento histórico, mesmo tendo fugido da lapa e retornado para Jaguariaíva, Claro Jansson descreveu o horror da guerra em suas cartas para irmã que residia na Suécia.

Findada a Revolução Federalista, muitos empreendimentos estavam sendo realizados em Porto União da Vitória, município situada na região do Contestado, além das constantes movimentações de imigrantes para a região, fato que fez com que Claro Jansson mudasse novamente, agora para essa localidade. Seu emprego inicial era nas balsas cruzando o Rio Iguaçu, para Porto Amazonas. Chegou a ir também a Palmas em uma destas viagens, mirando um lugar próspero para empregar-se, e estava cada vez mais familiarizado com a população regional. Foi também em Porto União da Vitória que Claro Jansson se casou (Bezerra, 2008).

Janssen recebeu uma proposta de sociedade do seu novo patrão, Joaquim dos Santos Mattozo, para a construção de uma olaria. As condições não eram tão favoráveis para Claro Jansson, que continuaria com os serviços da olaria e outras atividades, recebendo somente na conclusão dos empreendimentos, dividindo então os lucros. Isso fez com que Jansson relatasse a insatisfação para a irmã em uma das suas cartas. Sendo assim, houve uma revisão do seu contrato e o seu patrão resolveu vender os empreendimentos (Bezerra, 2008).

Por conta de tais fatores econômicos, Jansson mudou-se junto com sua família para o povoado de Palmeiras das Missões, próximo ao Rio Uruguai nas divisas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, próximo da fronteira com a Argentina. Nesta ocasião, ele dedicou seu tempo à agricultura. Os negócios não eram prósperos no novo recinto e recebia notícias de uma guerra que estava próxima de surgir. Tentou fazer uma aproximação



com uma colônia de suecos, mas não obteve sucesso. Não vendo muito proveito na cidade da fronteira, se aproximou ainda mais da Argentina trabalhando no transporte de erva-mate. Ele deixou sua nova família, esposa e filhos com o sogro no Rio Grande do Sul (Bezerra,2008).

Jansson e seu primeiro contato com a câmera fotográfica

Foi naquele momento de contradições, entre saudade em e cada vez mais se distanciando da família, que ele teve seu primeiro contato com a câmera fotográfica em 1906. Não havia fotógrafos onde ele morava e pelo motivo de mostrar suas condições atuais para a família tanto do Brasil, quanto da Suécia, que Claro Jansson encomendou seu primeiro aparelho fotográfico, uma máquina fotográfica Voigtlander – fazendo a encomenda de um importador de Buenos Aires (Bezerra, 2008).

Para Sallas e Bezerra (2008), Claro Jansson sentia medo de ser esquecido pelos familiares, principalmente por sua irmã que ficou morando na Suécia. Não era intenção dele se profissionalizar como fotógrafo, mas logo percebeu a possibilidade de trabalho por meio da fotografia.

Em um lugar sem fotógrafos, instrutores, seu uso com o aparelho fotográfico foi por meio da curiosidade, ou seja, era um autodidata na fotografia. Conforme Bezerra (2008), as fotografias do Claro Jansson no início do uso do aparelho fotográfico ainda não tinham qualidade, isso fica demonstrado pelo tanto que o que ele se justificava nas cartas, e foi a partir das curiosidades e uso do primeiro instrumento fotográfico que ele aprimorou suas habilidades.

Os primeiros registros eram do cotidiano da produção de erva-mate, sendo os olhares nas plantações, trabalhadores e transportes, pois Bezerra (2008) aponta que Jansson já estava insatisfeito com os negócios com a erva-mate. Em 1908, ficou viúvo com três filhas pequenas. Neste mesmo ano, sua irmã mais velha, que residia na Suécia, decidiu migrar junto com o marido para o Brasil. Em 1910, ele se casa com uma sueca que morava na mesma colônia em Missiones, na Argentina. Foi nesse momento que Jansson ampliou suas atividades fotográficas com retratos e documentações (Bezerra, 2008).



Em 1910, com as demandas de retratos e documentações, e a quantidade de colonos por causa do grande empreendimento da Ferrovia Rio Grande-São Paulo, que Jansson viu uma boa oportunidade para retornar à Região do Contestado. O fluxo de pessoas era intenso, e com a nova profissão de fotógrafo, era uma grande oportunidade de negócio. Mudou-se novamente para Porto União da Vitória, onde instalou um estúdio - Jansson dedicava-se a retratos e confecções de vistas (Sallas e Bezerra, 2008, p.69), na figura 1 é possível verificar Claro Gustavo com sua família.

Figura 1: Claro Jansson e sua família em Porto União da Vitória em 1912



Fonte: Paulo José da Costa (2023).

Estava próximo de estourar a Guerra do Contestado. A região já era marcada pela disputa territorial entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Mesmo com esses conflitos de século sobre a contestação dos territórios, não foi esse o real motivo da Guerra. Conforme Fraga (2015, p.1), a Guerra do Contestado era um evento complexo, pois é alimentada por



vários fatores que se entrelaçavam, sejam de ordem social, política, econômica, ambiental, cultural e (ou) religiosa.

Os Caboclos que viviam na região do Contestado se revoltaram contra os governos estaduais por promover concentração de terras em benefícios aos fazendeiros e coronéis. Essa revolta foi ainda maior com o Governo Federal que concedeu uma extensa área de terras para a Companhia norte-americana *Brazil Railway Company* do empresário Percival Farquhar, com o acordo de empreendimento na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ligando o Sul com o Sudeste do país (Amador, 2022, p.499).

A opressão contra o povo Caboclo fora intensa, sobretudo no decorrer das noas de 1914 e 1915. Sem documentação para comprovar a posse das terras, conforme a Lei de Terra nº601 de 18 de setembro de 1851, os caboclos foram expulsos passando a viver em acampamentos e redutos, no início liderados pelo Monge José Maria (Amador, 2022, p. 501).

Com o avanço desse conflito, o Paraná mandou uma tropa comandada pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá. Ele queria enaltecer sua missão testemunhando os passos para elevar sua carreira. Assim que chegou em Porto União da Vitória, avistou o então fotógrafo Claro Jansson, no qual, poderia concretizar seus objetivos (Sallas e Bezerra, p. 71, 2008).

Sallas e Bezerra acrescentam:

“As fotografias deveriam servir de testemunho para o discurso oficial, desautorizando, por conta da sua suposta objetividade, tudo aquilo dito em contrário. Neste caso, no entanto, mais do que a estética do heroísmo encarnado pelos militares, encontra-se uma estética que valoriza elementos sintomaticamente caros à modernidade, tais como organização, disciplina e tecnologia” (Sallas e Bezerra, 2008, p. 74).

Em 20 de outubro de 1912, depois do grupo de Caboclos serem expulsos de suas terras, liderados pelo Monge José Maria, travou então, uma batalha com os militares na cidade de Irani. Esse episódio ficou marcado pela morte do Coronel João Gualberto e pelo monge José Maria. Os Caboclos não possuíam o mesmo aparato de armas que os militares e estavam em desvantagem (Amador, 2008, p. 503).

Nesta mesma época, Jansson foi contratado pela Serraria Lumber, a fim de documentar as atividades.



“Ele documentou os pinheirais expropriados pela empresa, o trabalho de derrubada de árvores, o seu transporte até o ponto de beneficiamento, os pátios para secagem de madeira, o cotidiano dos operários, as instalações físicas e toda a sorte de maquinaria que pôs o colosso em funcionamento.” (Sallas e Bezerra, p.76, 2008).

Na figura 2, estão inseridas as principais cidades em que o fotógrafo Claro Jansson fez registros na Região do Contestado, sendo que até o final da Guerra do Contestado, os municípios de Porto União e União da Vitória formavam uma única cidade – no traçado urbano central. Foi em Porto União da Vitória que Jansson firmou-se no Contestado, e em Três Barras ficava a serraria da Lumber, grande empreendimento de Percival Farquhar, bastante fotografada pelo fotógrafo.

Figura 2 - Localização das principais cidades fotografadas na região do Contestado por Claro Jansson



Fonte: Matheus Oliveira Martins da Silva (2023).



Claro Jansson, a fotografia no Contestado, um olhar

Ao se analisar algumas das fotografias de Claro Jansson, se faz necessário mencionar que foram utilizadas nesta pesquisa, uma revisão bibliográfica a partir de Philippe Dubois e Vilém Flusser sobre o conceito de fotografia, assim como a aplicação dos conceitos espaço-tempo à paisagem com Milton Santos. Já, a biografia do sueco Claro Gustavo Jansson foi realizada a partir da obra de Rafael Ginane Bezerra. Todas as fotografias analisadas encontram-se no acervo do Laboratório Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito, na Universidade Estadual de Londrina.

Para a realização dessas leituras fotográficas, é preciso considerar a qualidade tecnológica dos instrumentos usados pelo fotógrafo Claro Jansson, pois como mencionado anteriormente, seu primeiro equipamento foi importado de Buenos Aires, uma máquina fotográfica Voigtlander, aparelho que originalmente datado pelo ano de 1906, cuja origem de fabricação pode ser tanto da Áustria como da Alemanha – há relatos de que ele chegou a possuir outro aparelho para a realização dos seu trabalho.

A partir de Flusser (1998, p. 28), em “ensaio sobre a fotografia”, para codificar as imagens que o fotógrafo realizou. As imagens são códigos que traduzem eventos em situações, cenas em processos. Desta forma, foram selecionadas três fotografias do Claro Jansson para a análise em questão. A primeira em registro pela Companhia *Lumber* em Três Barras, documentando o processo de exploração da madeira; segunda em Canoinhas, com a rendição dos Caboclos por intermédio de um de seus líderes aos militares, e a terceira, o churrasco oferecido pelo Exército brasileiro aos caboclos que se entregavam às forças legalistas, em Itaiópolis.



Figura 3 - Produção de madeira da Lumber. Corte de araucárias.



Fonte: Claro Gustavo Jansson (s/d).

Essa fotografia traz um plano geral de um local de retirada de madeira da floresta com Araucárias para a *Cia Lumber*, no interior de Três Barras, SC. Neste plano, o fotógrafo mantém os personagens no foco central e os outros elementos fazendo a composição. Pelo instrumento utilizado, as cores eram sempre as mesmas, ou seja, em preto e branco. Observe um leve estouro de luz que não prejudica a intenção da imagem. A fotografia, para uma análise de pormenores, foi dividida em três planos: 1. Área de madeira já retirada 2. Produção do trabalho na retirada da matéria prima, e a 3. A Floresta possivelmente intocada no terceiro plano.

Primeiro Plano 1 - Os restos de galhos, folhas e o espaço aberto que já foi floresta, retrata o trabalho realizado pelos trabalhadores de derrubada de árvores, consequência da retirada da matéria prima, no caso, as Araucárias. Essa primeira parte também apresenta o processo do trabalho já realizado conforme o segundo plano com foco nos trabalhadores.



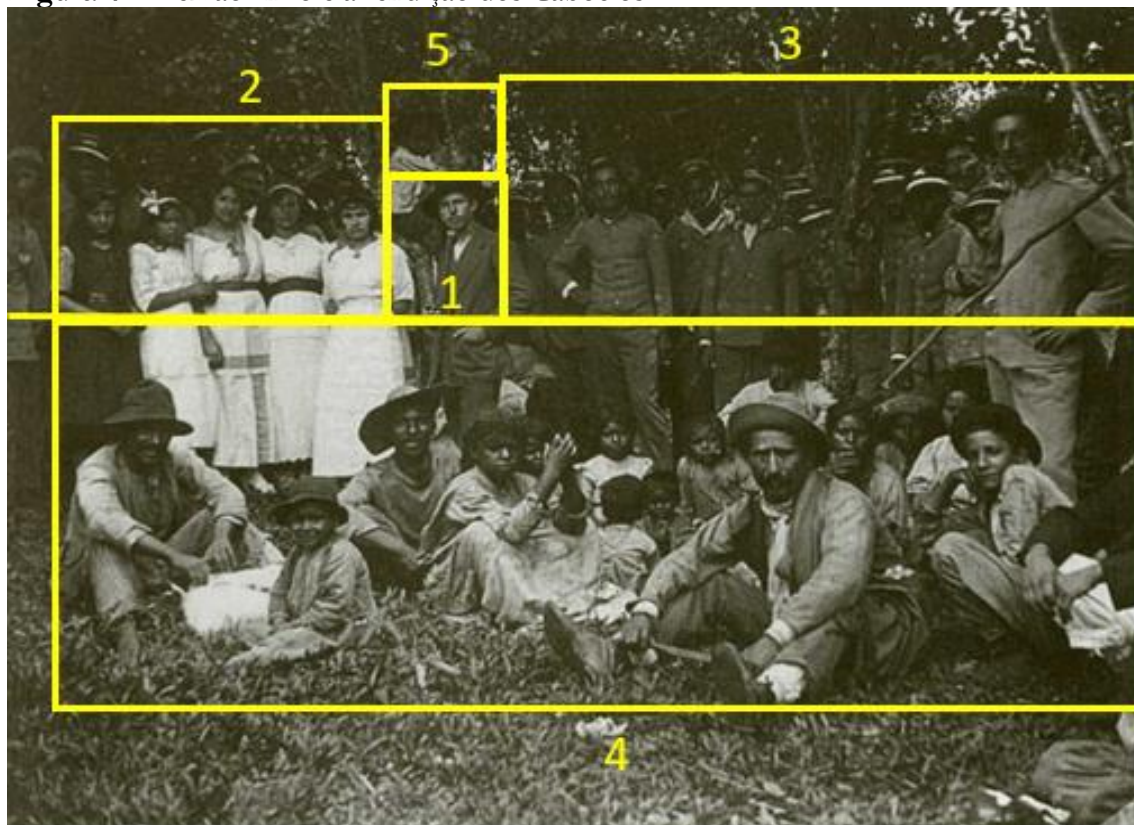
Segundo plano 2 - Este é o plano mais dinâmico. A imagem mostra a produção de madeiras dentro de uma floresta em etapas, sendo a derrubada da árvore, a fragmentação da madeira cortada em partes, e o empilhamento para que possa ser transportada até a serraria da *Cia Lumber*. A interação da hierarquia do trabalho é bem capturada pelo fotógrafo, onde cada personagem estava agindo em conformidade com sua função no trabalho. Os dois personagens de ambas pontas da imagem, representam a fiscalização do trabalho. Um deles, no canto direito da foto, encontra-se em uma posição elevada dos demais. As condições de trabalho são clássicas para esse momento histórico, ou seja, não é possível observar equipamentos de segurança. A *Cia Lumber* possuía 615 trabalhadores na madeireira, mas não faziam parte dessa contagem, os caboclos que estava no corte de madeira no meio das matas, como aponta Carvalho (2019, p. 140).

Terceiro Plano 3 - A floresta aparentemente intocável garantia de matéria prima, pois toda a madeira provinha das árvores floresta com Araucárias, que, por acordos firmados junto ao Governo Federal, a *Cia Lumber* detinha o uso de 15 km a partir de cada margem dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, por ela erguida, para seu uso. Eram 180.000 hectares de terras com grandes reservas de Araucárias e Imbuías que pertenciam a *Cia Lumber*, pontados por Carvalho, (2009, p. 141). Conforme Juraski (2020, p. 5) [...] *os tanques e vagões de trens em meio a mata nativa, esteiras, serras e pilhas de tábuas próximas à Madeireira. Essas tecnologias foram reproduzidas com o objetivo de mostrar aos investidores estrangeiros os resultados da ação da Lumber no sertão catarinense.*

A figura 3 permite observar o uso do espaço geográfico pelo Capital estrangeiro em terras outrora de domínio de fazendeiros regionais e caboclos, o mesmo tempo, é possível se verificar o uso do território a partir da lógica capitalista.



Figura 4 - Alemãozinho e a rendição dos Caboclos



Fonte: Claro Gustavo Jansson (2015).

A figura 4 mostra a rendição de um grupo de caboclos pelas forças legalistas atuantes no Contestado. Essa fotografia foi feita na data de 1915, nos arredores da vila de Canoinhas, demonstrando a força militar atuante na região, sobretudo a do Exército Brasileiro, mas também das milícias contratadas pelos coronéis regionais.

Grupo 1 - temos o Henrique Wolland, apelidado de Alemãozinho, que era um dos líderes caboclo e acabou traindo seu povo e negociando a rendição. Claro Jansson, contratado pelos militares para fotografar a “pacificação” do Contestado, teve a sorte de realizar essa fotografia.

Grupo 2 - Temos um coronel e/ou fazendeiro não identificado, possivelmente com suas filhas observando curiosamente os caboclos rendidos pelas forças legais.

Grupo 3 - Grupo de militares e seu comandante na ponta direita da imagem.



Grupo 4 - Caboclos rendidos pelas forças legalistas aguardando decisão sobre seus destinos.

Grupo 5 - Uma criança, possivelmente cabocla, na galhada de uma árvore, sem que se tenha certeza de ser parte do grupo capturado/rendido.

Importante conjecturar que a fotografia dividida em dois quadrantes resume as condições finais dos combates no Contestado, onde os caboclos estão prostrados sobre o chão do primeiro plano, enquanto as forças legalistas estão no quadrante superior, mostrando a ordem republicana que havia sido rompida com a insurreição cabocla na região.

Segundo Bezerra (2008), imagens como essa sugerem uma submissão pela posição dos Caboclos rendidos em relação com os demais personagens registrados na fotografia.



Figura 5 – Rendição e Fome



Fonte: Claro Gustavo Jansson (s/d).

A figura 5 permite observar um grupo de caboclos rendidos pelas forças legalistas logo após ser alimentado. Há que se considerar que a região de domínio caboclo durante a guerra passou por numerosas privações, desde a fome profunda ao final da guerra, assim como epidemias de tifo e cólera. A exemplo da figura 4, a imagem está dividida em dois quadrantes, ficando a população cabocla rendida no primeiro, e as forças legalistas no segundo.

Quadrante 1 – possivelmente um grupo de milicianos/vaqueanos/jagunços olhando para o fotógrafo que registra o momento, estão confortáveis na imagem, pois julgam que estavam apenas cumprindo seu trabalho, aliás, recebendo para tal serviço. Há



considerável semelhança entre a vestimenta deles com as famílias caboclas, assim como suas feições.

Quadrante 2 – Braseiro do churrasco servido pelas forças legalistas.

Quadrante 3 – Soldadesca quase invisível na cena.

Quadrante 4 – Caboclos rendidos e alimentados, parecendo sair de cena, cujo destino não há registro. Muitas crianças juntas, sem a garantia de serem do mesmo núcleo familiar; chama a atenção, um possível pai segurando dois de seus filhos menores.

As fotografias do claro Jansson permitem verificar elementos, mesmo que sutis, do sertão do Contestado no período da guerra, tanto do cotidiano da entrada do Capital com a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, como com a *Cia Lumber*. As fotografias analisadas ajudam observar um pouco da realidade local, assim como dá rosto ao povo caboclo, que sem tais fotografias, não se teria ideia de como seria essa gente que sofreu o massacre ocorrido nos sertões do Paraná e de Santa Catarina no início do século XX.

Referências

AMADOR, Milton, C. P. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**. Ano 22, n. 31, 2008.

BEZERRA, Rafael, G. **Guardados de um artesão de imagens**: estudo da trajetória de Claro Jansson e de suas crônicas visuais durante as primeiras décadas do século XX. (Tese de Doutorado). Curitiba, Curso de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2009.

CARVALHO, Tarcísio, M. **Coesão e Consenso na Primeira República**: A Guerra do Contestado (1912-1916). (Tese de Doutorado). Niterói. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

DUBOIS, P. **O Ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 1993.

FLUSSER, V. **Ensaio sobre a fotografia**. Para uma filosofia da técnica. Lisboa: Relógio D'água editores, 1993.

FRAGA, Nilson Cesar; BUENO, Victória Jandira. A ideia de sertão na formação socioterritorial brasileira, e na região da Guerra do Contestado. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 95, p. 34–48, 2023. DOI: 10.14393/RCG249566632. Disponível



em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/66632>. Acesso em: 24/6/2025.

FRAGA, Nilson Cesar. Ópera Xucra do Contestado, 110 ANOS da Páscoa Sangrenta de 1915: uma contribuição à Geografia Cultural e a resignificação socioterritorial da Região da Guerra do Contestado. **Geographia Opportuno Tempore**, 10(1). <https://doi.org/10.5433/got.2024.v10.52223>. Acessado em 12/6/25.

FRAGA, Nilson Cesar. As carneiras da civilização caboclo-sertaneja no contestado: morrer e enterrar antes e durante a Guerra - uma primeira leitura sobre a cultura fúnebre, crematórios e valas comuns. **Revista M. Estudos Sobre a Morte, Os Mortos E O Morrer**, 8(16). <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2023.v8n16.e12241>

FRAGA, Nilson Cesar. **Por uma Arqueogeografia brasileira**: a possibilidade de análise profunda do território a partir da Guerra do Contestado como exemplo prático. 1. ed. Videira, SC: Êxito Editora e Comunicação, 2022.

FRAGA, Nilson Cesar. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Contestado, redes no geográfico**. Florianópolis, Ed. Insular, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar; ZATTA, Angela & ROCHA, Diego da Luz. Homenagem à supremacia branca na Região da Guerra do Contestado: uma análise dos monumentos da Praça do Conhecimento, em Videira/SC/Brasil. **Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos**, v. 45, p. 561-580, 2023.

FRAGA, Nilson Cesar. Tentativa de extermínio do território do Contestado e o massacre continuado do patrimônio e da população tradicional cabocla: negação, invisibilidade, silêncio e políticas públicas antiterritoriais, em Santa Catarina, Brasil. **Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos**, v. 40, p. 203-221, 2021.

FRAGA, Nilson Cesar. **O Crematório de Cadáveres de Perdizinhas, Lebon Régis, SC: um espaço de memória da Guerra do Contestado e um dia de debates na Serra da Boa Esperança** (23/02/2016). Disponível em:< <https://www.acracom.com.br/blog/santa-catarina/o-crematorio-de-cadaveres-de-perdizinhas-lebon-regis-sc-um-espaco-de-memoria-da-guerra-do-contestado-e-um-dia-de-debates-na-serra-da-boa-esperanca>>. Acessado em: 14 de julho de 2024.



FRAGA, Nilson Cesar; SILVEIRA, Heitor Matos da. O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada. **Caderno de Geografia**. Florianópolis. UFSC, v. 26, p. 237-254, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar; GONCALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus. G. Contestado: O Sagrado e o Profano de Uma Guerra Secular. **Geografia (Londrina)**, v. 26, p. 143-157, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar. **Arqueogeografia do Contestado**: um esboço metodológico arqueogeográfico brasileiro. In: Shirley Cristina dos Santos, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima, Sávio José Dias Rodrigues, Saulo Barros da Costa. (Org.). Encontro Nacional de Geografia Agrária (26.: 2025) da Amazônia para o Mundo: territórios, diversidades e povos tecendo futuros. 1ed.São Luís, MA: UFAMA, 2025, v. 1, p. 307-323.

FRAGA, Nilson Cesar. **Uma pilha de entulhos, assim são tratados os bens patrimoniais e os espaços de memória na Região da Guerra do Contestado catarinense**: uma leitura de tais obliterações a partir da Geografia Cultural. In: Angel Espina Bárrio, Célia Regina de Bortolli, Luiz Nilton Corrêa. (Org.). Patrimônio, Cultura e Identidade de Ibero-América. 1ed.Salto Veloso, SC: Cum Laude, 2025, v. 1, p. 102-123.

FRAGA, Nilson Cesar. **Por uma Geografia da Guerra do Contestado**: o território, a cultura cabocla e o conflito que segue no tempo presente. In: Rogério Rosa Rodrigues, Paulo Pinheiro Machado, Alexandre Assis Tomporoski, Delmir José Valentini, Márcia Janete Espig. (Org.). A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim. 1ed.São Paulo, SP: Letra e Voz, 2023, v. 1, p. 484-491.

FRAGA, Nilson Cesar & SILVEIRA, Heitor Matos. Paisagens desveladas e (re)criadas pelas artes: o território identitário do Contestado. **Geographia Opportuno Tempore**, 2014, 1(2), 554–571. <https://doi.org/10.5433/got.2014.v1.20314>

FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Guerra do Contestado, 100 anos do Contestado em Guerra**. Florianópolis, Ed. Insular, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. Arqueogeografia, um método de análise do territóriosociocultural: o estudo de caso do Crematório de Cadáveres de Perdizinhas e do Vala Comum da Santa Maria, no epicentro do massacre final da Guerra do Contestado, no Sul do Brasil. **Revista Científica de Educação**, 2025, 1(1). Recuperado de <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/289>

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o



território sul-brasileiro. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica** - Universidade Nacional de Colômbia. Bogotá, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira**. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005. p. 228-255.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. **Território e silêncio**. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: FRAGA, N. C. (org.). **Territórios e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

FRAGA, Nilson Cesar. **Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul**. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt; Helen Crystine Sanches. (Org.). 100 Anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013, p. 369-392.

FRAGA, Nilson Cesar. Turismo de Guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco inicial – guerra do Contestado (1912-1916). **Revista PerCurso: Curitiba em Turismo**, 2002, ano 1, n. 1, p. 43-76.

FRAGA, Nilson Cesar. Território, Região, Poder e Rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. Curitiba: **Relações Internacionais no Mundo Atual**, a. VII, n. 7, p. 9-32, 2007.

FRAGA, Nilson Cesar & Delfine, Gustavo Martini. Desigualdades em versos: a Cultura Cabocla do território da região da Guerra do Contestado, por meio dos versos de Adeodato Manoel Ramos. **Geographia Opportuno Tempore**, 2021, 6(3), 28–45. <https://doi.org/10.5433/got.2020.v6.43148>

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná**. Florianópolis, Insular, 2024.

FRAGA, Nilson Cesar. O território do Contestado (SC-PR) e as redes geográficas temporais (the contested territory and the temporal geographical networks). **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 9, p. 37-45, 2010.

FRAGA, Nilson Cesar. **A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo**. FÖETSCH, Alcimara



Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico. Curitiba: Íthala, 2016, p. 29- 44.

FRAGA, Nilson Cesar & SILVEIRA, Heitor Matos da. (2016). O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada / The savor of pinhão and the landscapes of a contested and silenced region. **Caderno de Geografia**, 26(45), 237–254. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2016v26n45p237>

FRAGA, Nilson Cesar; HOBAL, Michele Aparecida; FERNANDES, Rafael Carlos Prieto. Turismo de Guerra – o roteiro turístico como elemento de desenvolvimento local e regional para o interior na perspectiva de que o “Brasil oferece mais do que praias e carnaval”. Curitiba. **PerCurso: Curitiba em Turismo**, Faculdades Integradas Curitiba, a. 5, n. 5, 2006, p. 137-186.

FRAGA, Nilson Cesar. **Território do Contestado - Sul do Brasil: a Civilização Cabocla e a Guerra do Contestado**. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AvWvpdJIP1s&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0DJaajAi1g206V5BtzNS3aTo7Yut3jYE30HuaXQavVDE_JTUuw3qLBjAA>. Acesso em: 27/5/2025.

FRAGA, Nilson Cesar. **Araucária angustifolia - ganância, imediatismo e extermínio na região do Contestado**. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Contestado, o território silenciado. 2ª ed. Florianópolis, SC: Insular, 2017, p. 269-296.

FRAGA, Nilson Cesar & LUDKA, Vanessa Maria. Anulação do mundo livre do Contestado: o caso do território e da identidade no município de Bela Vista do Toldo, SC. **Revista Geonorte**, 2013, 4(12), 651–663. Recuperado de [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1197](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1197)

FRAGA, Nilson Cesar. **Coração do Contestado: o reconhecimento e os desafios de um município catarinense, palco central da Guerra do Contestado**. 2018. Disponível em: <http://desacato.info/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>>. Acesso em: 27/6/2024.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado, a Guerra que manchou de sangue os sertões do Paraná e de Santa Catarina - 100 anos depois, o silêncio e a invisibilidade sobre a luta camponesa ainda imperam no Brasil**. In: Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva e Ricardo Prestes Pazello. (Org.). Lutas Populares no Paraná. 1ªed.Curitiba, Pr: Editora do Centro de Formação Milton Santos - Lorenzo Milan e Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, 2017, p. 99-128.

GOMES de Oliveira, Dean & FRAGA, Nilson Cesar. Encantos caboclos e roteiro da guerra do Contestado, no sul do Brasil: desenvolvimento regional, patrimônio cultural e paisagem, para o turismo criativo de coexistência sertanejo-cabocla no pós-pandemia. **Ateliê do Turismo**, 2023, 7(2), 1 - 18. <https://doi.org/10.55028/at.v7i2.16818>



JURASKI, Vanderlei, C. O uso de fotografias em teses sobre o contestado: análise das representações em torno da Lumber e do Exército Brasileiro. **Anais do XV Encontro Estadual de História, ANPUH-RS, História e Resistência**. Universidade de Passo Fundo, Instituto Federal Catarinense, 2020.

LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson Cesar & PEREIRA, Sergio Augusto. **A fome e pobreza na região do Contestado Catarinense**. In: Mária Célia da Silva Gonçalves, Anderson Lincoln Vital da Silva. (Org.). *Tópicos em Ciências Sociais*, Volume 6. 1ed. Belo Horizonte, MG: Poisson, 2020, v. 6, p. 30-41.

OLIVEIRA, Jaqueline, S. **A imigração sueca no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX (1890-1915)**. (Tese de Doutorado). Porto Alegre. Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022.

SALLAS, Ana. L. F.; BEZERRA, Rafael, G. Da Trajetória de um fotógrafo e da legibilidade da fotografia: esboço interpretativo sobre o trabalho de Claro Jansson. **Discursos Fotográficos**, v. 4, n. 5, p. 59-80, 2008.

SANTOS, Milton. Espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, p. 9-20, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SONEGO, Márcio J. F. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010.

THOMAZ, Tatiana, S. Geografia e Fotografia: relação entre paisagem, espaço e imagem. **Espaço & Geografia**, v. 15, n. 2, p. 517-549, 2012.



REGIÃO, FRONTEIRA E ESPAÇO NACIONAL

REGION, BORDER AND NATIONAL SPACE

REGIÓN, FRONTERA Y ESPACIO NACIONAL

Odair Eduardo Geller 58

Resumo

A micro-história contemporânea tem colaborado para a percepção da importância do local e do regional como instâncias de produção e reprodução de saberes e comportamentos. Este espaço ganha maior evidência quando o localizamos na zona de limite do Estado-Nação, no horizonte de transição entre o “nós” e os “outros”. É fundamental para as pretensões de longevidade do Estado, o livre acesso e a administração do território, especialmente nas suas fronteiras. No Brasil, este movimento de expansão, gerou um considerável volume de tensões, na medida em que se reconhece que, em seu âmago, o Estado se constituiu etnocida e autoritário. Este texto propõe algumas reflexões em torno da Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná, um microcosmo da História Nacional. Para tal exercício, além dos conceitos associados a História (cultural, regional e micro-história), serão utilizados conceitos oriundos da geopolítica, da geografia e da antropologia cultural. Neste movimento, se busca trazer ao primeiro plano os contornos dentro dos quais se desenrolam os acontecimentos que constituem o caldo dentro do qual emergiram os fenômenos reunidos sob a nome genérico de Contestado. Como “o plasma onde se banham os fenômenos”, o Contestado emerge como um arranjo constituído por uma série de feixes que, ora se alinham, ora se entrecruzam, provocando solavancos, mormente sentidos na forma de “tremores”, percebidos na superfície por tensões sentidas ao nível da vida diária.

⁵⁸ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor EBTT no Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus de União da Vitória.



Palavras-chave: História; Cultura; Contestado.

Abstract

Contemporary microhistory has contributed to the perception of the importance of the local and the regional as instances of production and reproduction of knowledge and behaviors. This space becomes more evident when we locate it in the border zone of the Nation-State, in the transition horizon between “us” and “others”. Free access and administration of the territory, especially at its borders, are fundamental to the State's claims to longevity. In Brazil, this expansion movement generated a considerable amount of tension, as it is recognized that, at its core, the State was constituted as ethnocidal and authoritarian. This text proposes some reflections around the Question of Limits between Santa Catarina and Paraná, a microcosm of National History. For this exercise, in addition to concepts associated with History (cultural, regional and micro-history), concepts from geopolitics, geography and cultural anthropology will be used. In this movement, the aim is to bring to the foreground the contours within which the events unfold that constitute the broth within which the phenomena gathered under the generic name of Contestado emerged. As “the plasma where phenomena bathe”, the Contestado emerges as an arrangement made up of a series of beams that sometimes align, sometimes intersect, causing jolts, mainly felt in the form of “tremors”, perceived on the surface due to tensions felt at the level of daily life.

Keywords: History; culture; Contestado.

Resumen

La microhistoria contemporánea ha contribuido a la percepción de la importancia de lo local y lo regional como instancias de producción y reproducción de conocimientos y comportamientos. Este espacio se hace más evidente cuando lo ubicamos en la zona fronteriza del Estado-Nación, en el horizonte de transición entre “nosotros” y “otros”. El libre acceso y la administración del territorio, especialmente en sus fronteras, son fundamentales para las pretensiones de longevidad del Estado. En Brasil, este movimiento de expansión generó una tensión considerable, ya que se reconoce que, en el fondo, el Estado se constituyó en etnocida y autoritario. Este texto propone algunas reflexiones en torno a la Cuestión de Límites entre Santa Catarina y Paraná, un microcosmos de la Historia Nacional. Para este ejercicio, además de conceptos asociados a la Historia (cultural, regional y microhistoria), se utilizarán conceptos provenientes de la geopolítica, la geografía y la antropología cultural. En este movimiento se pretende poner en primer plano los contornos dentro de los cuales se desarrollan los acontecimientos que constituyen el caldo dentro del cual surgieron los fenómenos reunidos bajo el nombre genérico de Contestado. Como “el plasma donde se bañan los fenómenos”, el Contestado surge como un conjunto formado por una serie de haces que a veces se alinean, a veces se cruzan, provocando sacudidas, principalmente sentidas en forma de “temblores”, percibidas en la superficie debido a las tensiones sentidas a nivel de la vida cotidiana.

Palabras-Claves: Historia; cultura; contestado.



INTRODUÇÃO

A história do Estado-Nação, no Brasil, é a do seu movimento em direção as fronteiras internas. Antes da fronteira externa, constituindo camadas irregulares de povoação, e até alcançá-la, o Estado patrocinou o movimento de populações imbuídas do espírito branco e europeu (capitalista), sobre áreas ocupadas por conjuntos diversos, identificados por valores diferentes daquele, oficial.

Considerando-se as diversas temporalidades significativas das formas de sociabilidades, temos franjas populacionais descritas como Frente Demográfica, Frente de Expansão e Frente Pioneira ⁵⁹. Na primeira, estão as populações mestiças, homens e mulheres definidas como caboclos, sujeitos que não encontraram espaço nas outras duas franjas. Embebidos em uma temporalidade que os aproximam do tempo da natureza, eles aprenderam com os indígenas a ter respeito para com a terra, a utilizar a natureza em seu benefício, isso sem nunca a desrespeitar. A frente de expansão, por sua vez, funciona como uma cabeça de flecha, um lugar onde a cultura cabocla convive com a fazenda de criação, administrada pela lógica comercial. O coronel, um personagem que consegue transitar entre os dois mundos antagônicos, a Frente Demográfica e a Frente Pioneira, representa um algodão entre dois cristais, um quebra-ventos que evita o contato direto de ambas. Já a Frente Pioneira é o movimento de populações imbuídas da lógica capitalista, a representação do Estado nascido em 1822, temporalidade fanatizada pela febre da procura de commodities, pela capitalização de elementos naturais e pelo lucro.

A partir de 1907, junto com os trilhos de trem, a Frente Pioneira chega ao Contestado. Passando ao largo da autoridade do Coronel, ela expõe a região a exploração capitalista do solo e de sua grande riqueza. Nesse sentido, a serraria e a imobiliária aceleram a exploração da região, não reconhecendo a posse da terra pelo caboclo, desalojando-o em favor de excedentes populacionais alemães, vindos do Rio Grande do Sul. O caboclo, alvo das investidas da Frente Pioneira, sente que alguma coisa vai mal, sem, no entanto, saber verbalizar do que se trata. Neste contestado, a figura do Monge ganha renovada importância:

⁵⁹ VER: GELLER, Odair Eduardo. *O Contestado entre Santa Catarina e Paraná: uma questão de limites nos limites da nação*. Curitiba: Prismas, 2016.



homem comum, nem sempre um caboclo, ele possui um vocabulário mais extenso, associado a uma leitura mística do cristianismo, o Sebastianismo. É através dele que o caboclo fica sabendo que a chegada da ferrovia, a sua expulsão da terra, compõe um enredo que tem em seu final o retorno de Jesus Cristo e classificação dos vivos e os mortos.

Para as eles, nos seus quadros santos, a chegada da Frente Pioneiro representa a vitória momentânea do mal sobre o bem, uma obra dos peludos. Caberia aos homens de Deus, o anúncio da monarquia celeste, a vinda de D. Sebastião, adiantando o trabalho para a chegada do próprio Jesus, ao separar os bons dos maus.

No decorrer do conflito (1912 – 1916) outros personagens foram se juntando aos da Cruz Verde, outorgando ao movimento questões de ordem econômica, política e social, variadas. Para estas questões, este espaço é pequeno, ficando aqui o reconhecimento destas dimensões.

De maneira geral, fica aqui registrado o aspecto étnico do conflito conhecido como a Guerra do Contestado. Nascido, a priori, de um processo de Fricção Interétnica, a deflagração assustou ambos os lados: os caboclos, ao perderem a terra e com ela a paz, utilizaram as referências que possuíam para explicar o que sentiam: se tratava do mal, o sinal do milênio. Para o empresário, que também pensou o que lhe era possível, se tratava de um “bando de fanáticos”, afinal estavam no caminho do “progresso”. Em ambos, afinal, há a vivência da alteridade, na medida em que ao entrarem em atrito, protagonizaram uma vivência de si próprios que não estava em questão, a priori.

METODOLOGIA

Este texto se constitui em um trabalho de revisão bibliográfica. Com a consciência do grande número de títulos a disposição, a seleção daqueles aqui elencados, obedeceu à pertinência ao problema central da reflexão, a questão das estruturas sobre as quais estão assentados o estranhamento entre estabelecidos e recém-chegados.

Dentre as obras de referência, algumas surgem na condição de títulos canônicos, casos de Alain Bourdin e Jacques Revel, responsáveis pelo embasamento da “Questão local”,



sob a perspectiva de “Jogos de Escala” 60. Sob essa mesma perspectiva, elevando a história a condição de uma trama, que necessariamente, se desenvolve no espaço de uma localidade, Giovanni Levi relaciona as inúmeras e significativas contribuições da micro-história 61.

No mesmo movimento, buscando instrumentos na antropologia, Tau Golin apresenta o conceito de “fronteiras internas” como zonas de tensão, centros de processos de fricção interétnica, locais de alteridade, de identidade. Cobrindo uma distância maior, sem deixar de enfatizar a importância do viés cultural, Odair Eduardo Geller associa a realidade do Contestado à estrutura (a falta dela) de poder do Estado-Nacional, representante da “Frente Pioneira”. Neste sentido, a chegada da estrutura estatal marca a imposição de balizas que estabelecem novas bases espacotemporais, como horizontes a partir dos quais os papéis são verbalizados pelo vencedor: “fanáticos” 62.

Finalmente, Nilson Thomé oferece um volume significativo de informações a respeito do dia a dia do sertanejo, dos seus hábitos e horizonte de expectativas, dentro de uma realidade estruturada por um cabedal de informações originados da leitura seiscentista do catolicismo, de uma realidade material caracterizadas por práticas temporais associadas a uma mentalidade localizada fora do espaço de trânsito daqueles que chegam a região no início do século XX 63.

Além dessas contribuições, outras podem ser nominadas. Em relação a estas, porém, o aspecto de questões pontuais, associadas as limitações deste ensaio, fizeram com que elas fossem lembradas como notas de rodapé e na bibliografia geral. Nesta lembrança, para além do compromisso metódico da abordagem acadêmica, está a indicação para a consulta por parte do leitor.

⁶⁰ BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escala: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁶¹ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. IN: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

⁶² GOLIN, Tau. A Fronteira. **A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e com a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002. GELLER, Odair Eduardo. **O Contestado entre Santa Catarina e Paraná: uma questão de limites nos limites da nação**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

⁶³ THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão Contestado**. Caçador, SC: INCON/UNC, 1992.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre 1640 e 1916 as atuais regiões do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina foram mantidas com o status de territórios em litígio: até o século XIX, o espaço entre os rios Iguaçu e o Uruguai, foi objeto de disputa por parte do conquistador branco, junto aos indígenas; em seguida, os conquistadores, portugueses e espanhóis, se digladiaram, induzidos pela ambição de controle do acesso a Região do Prata; na segunda metade do século XX, foi a vez de brasileiros e argentinos, que chegaram a deslocar forças militares para o território; e, finalmente, com a jurisdição definida como “de língua portuguesa”, nos primórdios da República brasileira, catarinenses e paranaenses assumiram o desacordo em relação aos seus limites administrativos. Ainda em 1916, depois do Acordo de Limites de 20 de outubro, quando a sombra argentina ainda permanecia ofuscando a paisagem da região, a Questão de Palmas fora decidida em 1895, era difícil para o morador da região definir espontaneamente a sua nacionalidade, tanto quanto a unidade da federação que pertencia.

O surto de industrialização que o Brasil viveu a partir das primeiras décadas do século XX, associada a imagem das potências imperialistas marchando sobre territórios vazios, alteraram a visão do Estado brasileiro sobre o seu território⁶⁴. Neste contexto, a partir das cidades, surgem sociedades nacionalistas que passam a denunciar vazios demográficos, ao mesmo tempo em que alertavam para os perigos que a exposição direta das pessoas a natureza provocava para a Nação.⁶⁵ Na rabeira deste discurso, surge outro, que exigia uma maior presença do Estado na resolução das questões locais, orientação que se fez perceber na medida em que a história da República se desenvolveu.

A história nacional, narrativa que resgata e organiza acontecimentos tomados a memória, é o resultado do esforço da intelectualidade comprometida com o Estado em elaborar um mapeamento da origem nacional. Essa história é a fonte sobre a qual se elaboram as identidades individuais e coletivas, o corpus que preenche a unidade geográfica com uma outra, a do espírito: “mediante a narrativa histórica são formuladas representações da

⁶⁴ A referência é, sobretudo, à *Conferência de Berlim*, que em 1885 dividiu a África e a Ásia entre os estados industrializados europeus.

⁶⁵ Sobre a questão do pensamento nacionalista e a abordagem da região, ver: LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: UNESP, 2001.



continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido no quadro da orientação da vida humana prática”. (Rüsen, 1991, p. 67).

Há décadas se vive uma crise no campo da historiografia. Abalados por questões de diversas ordens, intelectuais das mais variadas áreas discutem a validade do paradigma iluminista. As duas grandes guerras, a fome crônica em vários continentes, o aumento da prática de várias formas de violência contra o indivíduo, rupos étnicos e religiosos, tem servido de base para o questionamento das virtudes do progresso da modernidade líquida. Até fins do século XX, muitos foram aqueles que acreditaram que o mundo seria rápida e radicalmente transformado em linhas revolucionárias pelo emprego maciço de tecnologia e que as transformações significariam a supressão dos problemas humanos. A historiografia deste período se preocupou em tecer narrativas organizadas em macroabordagens, que embasavam e davam tons de irrefutabilidade a ideia de futuro associada à de progresso de toda a humanidade. Procurou-se durante o período, explicar a estrutura de funcionamento das sociedades e para tanto, se criaram séries de conceitos, métodos e técnicas que constituíram o arcabouço teórico da ação do historiador.

O questionamento das grandes sínteses, em função do caráter inexplicável das contradições percebidas entre as expectativas de futuro por ela suscitadas, e a realidade, desafiou os historiadores a colocar novas questões sobre ordres antigos, quer sejam, suas próprias metodologias e interpretações; uma das mudanças perceptíveis é a da escala da observação. A micro-história surge como uma busca mais realista do comportamento humano, uma “investigação da extensão e da natureza da vontade livre dentro da estrutura geral da sociedade humana” (Levi, 1992, p. 147). Com os dois pés no chão o historiador evita grandes assertivas abstratas, tendo por opção, o real cotidiano. Nestes termos, o posto de oráculo é abandonado em nome da vida na sua forma mais simples, onde a qualidade ocupa o lugar da quantidade, dentro da qual o pesquisador não raras vezes se perde. Através da inversão da ordem de análise, se procura partir do indivíduo e seu contexto de relacionamento, para descobrir as estruturas conceituais que inspiram os atos individuais. Deslocar os holofotes do geral para o particular, não significa irrelevar a importância da orientação de modelos de emoção públicos e simbólicos, mas resgatar a importância das



redes de relacionamento locais para a formação da personalidade individual e dos grupos. Neste caso, a área da região do Contestado aparece como o microcosmo da realidade brasileira até o presente, onde forças e dinâmicas próprias entram em atrito com o perfil etnocêntrico do Estado brasileiro.

A cultura, capacidade de pensamento simbólico, nasce no local como o resultado das interações entre as macroestruturas simbólicas públicas e as peculiaridades do espaço vivido (Levi, 1992). Os usos que se faz dos costumes e símbolos é bastante variado, se tornando mais precisos na medida em que se aproximam da classe, do grupo ou do indivíduo. Através de um relato de fatos sólidos, procura-se demonstrar o funcionamento de alguns aspectos da vida em sociedade, que seriam distorcidos pela generalização. Se acentua, através da redução da escala, a atenção as ações aparentemente mais insignificantes, para demonstrar através delas as lacunas e espaços deixados em aberto para a iniciativa particular, pelas inconsistências dos sistemas. Identificar o significado de uma ação, a luz do próprio contexto específico, é possível através da inversão do olhar que é lançado pelo historiador sobre a sociedade, orientando o projeto de baixo para cima. Para tanto é possível retomar a linguagem dos atores estudados, inseri-las em seu contexto para fazer dela o indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e profundo, tendo em mente a construção de identidades sociais que, desnaturalizadas se revelam como o resultado de um processo constante de elaboração e redefinição no espaço local. A observação localizada funciona como uma barreira de proteção contra os riscos de uma esquematização abusiva (Revel, 1998).

O ser social se define pela pertença a um grupo originário caracterizado pelos vínculos de sangue, da língua e de território, uma relação entre as representações do espaço e as identidades individuais e coletivas. A definição de uma posição no mundo se dá por processos de recorte que constituem territórios (nós/outros), espaços de referência que definem o sistema de valores que regularizam a relação entre o aqui e o alhures. O território de pertença constitui um espaço fundador, nossa identidade é constituída a partir dele, todo grupo de pertença é associado a um território que apesar dos fatores macrossociais, torna-se sua própria origem. O vínculo social é um processo de construção de sentido que se forma a partir da vida cotidiana. A etnia surge como combinação do grupo social, do território e do



sistema de representações característico do espaço construído. Os códigos que presidem sua produção, estão diretamente ligados a experiência de indivíduos que entram em relação com outros, sobre um território. As sociedades evoluem de pequenos conjuntos mais ou menos isolados e fortemente inseridos em territórios: o que é a expressão mais direta do passado é sempre de ordem local. A herança do passado é fundadora, portadora de estruturas imutáveis que são referência do aqui e agora, o local é um espaço de origem por excelência.

A região é um nível de organização da mediação entre os interesses da sociedade civil e do Estado, é um produto de processos históricos, não exclusivamente de características geográficas (Bourdin, 2001). Mais do que uma característica espacial, expressão de uma especificidade, uma singularidade, um espaço particular dentro de uma organização social mais ampla, com a qual se articula, efeito discursivo inseparável da construção de narrativas históricas nacionais, o nacional é o padrão de identificação do regional.

Ao contrário do que possa parecer, o nacionalismo ressuscita o regionalismo na forma do resgate das tradições localmente construídas, que reelaboradas e utilizadas de acordo com sua capacidade funcional, formam a base de sustentação do discurso nacional. O surgimento dos Estados nacionais modernos, provoca ao mesmo tempo, a penetração de elementos estranhos a região, elementos representantes da multiplicidade inscrita sobre o território e do desejo de aproximação destas múltiplas cargas em favor da invenção da nação (Smith, 1997). Nação e nacionalismo são resultados de uma comunidade imaginada, perceptível a partir da constatação da consciência de unidade cultural e destino comum, sem os quais seria impossível a distinção entre os de dentro e os de fora. Politicamente, a legitimidade do Estado-Nação está associada a sua capacidade de veicular o seu ser ao território que forma sua personalidade e este, a pessoas que sobre ele vivem. Elas por sua vez, precisam se sentir, ao mesmo tempo dependentes, fortalecidas e unidas com relação ao Estado, que é poder e enquanto tal precisa do território sob o qual atua, definido e delimitado, com limites estabelecidos para que possa agir.

Assim como as regiões, as fronteiras também são fenômenos históricos. Pontos de sensibilidade nacionais, politicamente, elas são o resultado do estabelecimento territorial do Estado. Ponto de limite da presença de uma unidade política independente, elas assinalam o momento de contato daquilo que é nacional com o que é seu oposto, o estrangeiro. A



fronteira é o ponto mais distante de irradiação da dinâmica nacional, espaço de choque entre cargas ideológicas, uma fonte de perigo, ameaça, porque capaz de desenvolver interesses distintos aos do centro, que também é, essencialmente, região.

As regiões de fronteira, especialmente aquelas não delimitadas de maneira precisa, se constituem em espaços de interação entre os povos que vivem nos dois lados do limite. A falta de veiculação econômica da região de fronteira com o território nacional, acentua a perigosa tendência de aproximação da sociedade regional com a formação vizinha, e por extensão, um movimento de distanciamento paulatino em relação ao nacional.

Não é possível separar, no que se refere a História do Brasil, até a Era Vargas, os fenômenos geopolíticos dos geoeconômicos. A estruturação da República se deu sobre uma categoria de grandes fazendeiros produtores de café, que conduziram a ação do Estado brasileiro de acordo com os interesses do modelo agroexportador que representavam. Antes das transformações pelas quais o país passou nas primeiras décadas do século XX, não há uma visão estratégica do território nacional, uma preocupação em agir sobre as suas extremidades, que ainda não haviam sido completamente nacionalizadas. Assim, várias regiões do Brasil, distantes do centro acumulador, permanecem livres, se desenvolvendo sobre elas, aos poucos, sociedades regionais, distantes daquela pressuposta como nacional. É aqui que encontramos a realidade da região disputada por Santa Catarina e Paraná, entre 1749 e 1916, o Contestado.

Como já dissemos, os atuais meio-oeste catarinense e sul-sudoeste paranaense foram alvos de diversas disputas territoriais, entre os séculos XVII e princípios do século XX. Depois de tomá-las junto aos povos originários, espanhóis e portugueses, brasileiros e argentinos, mediram forças na tentativa de incorporação da região, disputa essa finalmente vencida pelos brasileiros na Questão de Palmas 66. A História das relações do Contestado com o Estado brasileiro, representam um microcosmo de uma prática característica da História do Brasil, a da marcha do Estado étnico sobre outras diversas etnias, previamente condenadas a absorção ou ao desaparecimento.

⁶⁶ VER: HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã do baixo vale do Rio do Peixe – SC**. Curitiba: CRV, 2006.



Conhecida pelas autoridades paulistas, ainda século XVIII, como o grande sertão de Curitiba, a região localizada entre os rios Uruguai e Iguaçu, Peperi-guassú, Santo Antônio e Marombas, desde sua vertente até o rio das Canoas e por este até o rio Uruguai e a Serra do Mar, o Território Contestado passou a ser objeto de litígio institucionalizado, a partir do início do século XX. Nesta ocasião, Santa Catarina levantou o questionamento que deu margem para a abertura da Ação Originária número 7, apresentando ao Supremo Tribunal Federal, através do advogado Manoel da Silva Mafra, as Razões Históricas de Santa Catarina. (Geller, 2016). Conjunto de argumentos que questionaram a presença paranaense no território, entre idas e vindas, o Processo se arrastou até 20 de outubro de 1916.

Através da ação, a disputa é arremetida ao ano de 1749, data da criação da Ouvidoria de Santa Catarina. De acordo com a interpretação do proponente, os limites com a Capitania Geral de São Paulo foram estabelecidos, para o norte pela barra austral do Rio São Francisco, pelo cubatão do mesmo rio e pelo Rio Negro, que se mete no grande rio de Curitiba. Sob a validade desta Carta Régia, já em 1776, o Capitão General de São Paulo D. Luiz Antônio de Souza Botelho de Mourão, o Morgado de Matheus, através de Antônio Correia Pinto, fundou a Vila de Lages a margem direita do rio Pelotas, para tomar posse da região, desbravada por paulistas e curitibanos que a frequentaram desde tempos ermos, atrás de gado xucro, de indígenas, e mais tarde, de erva-mate. Apesar dos protestos do governo de Santa Catarina, a jurisdição paulista da Vila teria sido mantida até 1820, quando através do Alvará de 9 de setembro, foi anexada aos domínios catarinenses. A questão passou a ser então a da extensão dos sertões da Vila.

Em 1812 Curitiba torna-se a sede da 5ª Comarca de São Paulo, enquanto, em 1821, é criada a Comarca da Ilha de Santa Catarina. Os limites foram estabelecidos, ao centro, pela Villa de Lages e pelo Norte pela divisão então em vigor com a Comarca de Paranaguá e Curitiba, ou seja, pelos limites estabelecidos em 1749, quando da criação da ouvidoria catarinense. Para os paranaenses, representados na Ação Originária pelo advogado Joaquim da Costa Barradas, recorrer a letra da Carta Régia gerava dúvidas: o grande rio de Curitiba é sem dúvida o Iguaçu, porém a Carta Régia fala do rio negro que se mete no rio Iguaçu, mas nada diz daí em diante, ou seja, apenas até onde ele deságua no Iguaçu, ou daí em diante, pelo Iguaçu? (Geller, 2016).



Em 1853 a Comarca de Curitiba foi elevada a Província, e pelo decreto 3.378 de 16 de janeiro de 1865 o governo Imperial fixou, de forma provisória, os limites entre os Estados litigantes: rio Sahy-guassú, Serra do Mar, rio Marombas desde sua vertente até o Canoas e por este até o rio Uruguai. No mesmo ano decreto foi anulado e a passagem da condição de Províncias para Estados na República, não trouxe nenhuma novidade para a Questão.

À iniciativa do autor da ação, o Paraná respondeu com a invocação do Uti possidetis, aceito por ocasião do Tratado de Madri e, mais tarde, quando da Questão de Palmas, com a Argentina. Em 1901 o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a reivindicação catarinense, coisa que fez novamente por ocasião de embargos levantados pelo Paraná em 1904 e 1909. Como justificativa, os juízes que votaram a favor dos catarinenses invocaram o Alvará que criou a Comarca da Ilha de Santa Catarina em 12 de fevereiro de 1821, e no suposto direito dos entes federados a possuírem limites naturais.

No início do século XX a região do Contestado era habitada por populações caboclas (acabocladadas), que se confundiam com a própria paisagem: povos originários (Tupi-guarani, Kaingang e Xokleng), o negro quilombola e seus descendentes, o mameluco (da mesclagem do branco com o índio), o cafuzo (descendente do cruzamento do negro com o índio), o mulato (mestiço de branco com negro) ou o produto final do entrecruzamento de todos. Além do caboclo, diferente o suficiente para ser notado, havia a figura do Coronel, proprietário de muitas posses, líder político regional. Este, não raras vezes, tinha a sua autoridade questionada por outro da sua condição, situação que em muitos casos levava a escaramuças que acabavam com mortes, e em alguns casos, uma nova liderança (Thomé, 1992).

Além dos tipos relacionados, compunham a paisagem regional, pequenos lavradores livres, que viviam de suas próprias roças, e no final da cadeia social, empregados nas lidas do cotidiano das fazendas e na pecuária, agregados, meeiros e posseiros. Havia também os fugitivos da polícia, ex-combatentes e desertores das revoltas regionais, uma estratificação social rarefeita mas inquieta.

Esta franja populacional, Frente Demográfica, vivia sob uma cultura caracterizada por uma grande simplicidade, muitas vezes em um espaço em movimento, na medida em que o contato com elementos de outras temporalidades desarrumava a vida, restando a opção



de avançar para mais adiante e salvaguardar a si mesmos. No novo horizonte, construíam e se instalavam em um rancho feito com a ajuda da família extensa – parentes e aparentados, no fundo de algum vale, na encosta de alguma serra, em terras de donos ignorados ou devolutas. No novo espaço viviam da caça, da colheita da erva-mate, mantendo ao redor da moradia simples uma pequena roça que a mulher ajudava a cuidar, e que servia para trocar, com evidente prejuízo, por querosene, sal, munição e peças de roupa, na venda, que também era itinerante (Thomé, 1992).

Na época do levante caboclo a jurisdição do Contestado era dividida entre Santa Catarina e Paraná: enquanto o primeiro detinha a posse de Lages, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas, o segundo controlava as regiões de Rio Negro, União da Vitória e Palmas. Nesta paisagem existiam povoados como os de “Papanduva, Itaiópolis, Três Barras e Timbó, enquanto, seguindo os trilhos do trem, erguiam-se as estações de Nova Galícia, Calmon, São João, Rio Caçador, Erval e Rio das Antas (Thomé, 1992, p. 14)”.

No início do século XIX, o Brasil vivia uma febre nacionalista, que levantava junto a classe intelectual brasileira, tomada pela febre da modernidade, a questão a respeito da origem do povo brasileiro e da sua relação com o atraso no desenvolvimento do país. Neste contexto, o caboclo era descrito como um tipo que traduzia todo o mal que a sombra e a umidade das florestas podiam provocar: nos jornais da época o caboclo do contestado é o Jeca Tatu da obra *Urupês*, de Monteiro Lobato, “matuto, acanhado, lento no pensar e no falar, místico e desconfiado”, o tipo característico para ser enrolado, usado por aproveitadores de plantão. O espaço do caboclo é a Frente demográfica, que começa a se fazer quando elementos oriundos das iniciativas europeias, destoando da sua temporalidade, avançam para além dos limites da fronteira agrícola.

No contestado, não haviam médicos, hospitais ou remédios, com o caboclo sobrevivendo graças a conhecimentos adquiridos dos índios, dos negros quilombolas, com o monge colaborando para difundi-los. A morte era aceita com resignação: se o filho queimava em febre, no chão duro do casebre acudido pela mulher com seus chás ou seus emplastros, o homem cuidava dos afazeres comuns e esperava com igual submissão a cura ou a morte. (Thomé, 1992).



Místico e religioso, o caboclo aprendeu a apelar para o panteão herdado de seus antepassados e enriquecido com o sincretismo típico de uma zona de fronteira. Nela, do auto da simplicidade comum ao homem do sertão, se destacavam naturalmente aqueles que demonstravam ter uma melhor memória, um vocabulário mais extenso, sobretudo, estivesse ao lado do sertanejo nos momentos de aflição. Os monges, flagrados perambulando pelo território Contestado, entre o final do século XIX e início do XX, em muitos aspectos, foram a única referência para o caboclo, ao ponto de desaparecendo fisicamente, passaram a compor panteão religioso na região. À visita do único padre do território, Frei Rogério Neuraus, o caboclo curvava a cabeça, ouvia a palavra de Deus pela bíblia, mas em casa, guardava a imagem do seu protetor e não esquecia das profecias de um futuro que se prenunciava violento. Por viver no isolamento, tornou-se desconfiado e arredio, e em função da vida dura nos sertões, um elemento triste. Profundamente místico, organizava os seus dias pela incorporação de um calendário religioso, com “festas como de Santo Antônio, São João, São Pedro, do Divino, São Sebastião e do Senhor Bom Jesus” (Thomé, 1992, p. 36).

Várias foram as origens da Guerra do Contestado, com questões de curta duração se entrelaçando com questões mais profundas. Do ímpeto capitalista para explorar as riquezas da região, trazendo a serraria e a companhia colonizadora, da expulsão do homem da terra e no surgimento de grupos de sem-terra, as questões políticas, ligadas ao estabelecimento de limites geográficos entre unidades da federação, até elementos mais profundos, como a ideia do fim dos tempos e do milenarismo sebastianista.

A grosso modo, o cerne da questão microfísica do poder, no Contestado, esteve contido na resolução da Questão de Limites, que impedia a efetiva administração do território. Com essa questão em aberto, do ponto de vista do Estado, na prática, o território floresceu sob um ambiente de desgoverno, como uma terra de ninguém. Com os mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados a história do Brasil é a da realidade do estado de fronteira, algumas já alcançadas outras ainda a alcançar. A extensão do meio geográfico contribuiu para o desenvolvimento de forças descentralizadoras que protagonizaram um conflito político com o princípio de unidade do governo central. Assim, o grande problema seria o de uma conciliação: a conciliação do princípio de unidade do governo e a tendência regionalista e desagregadora, oriunda da extrema latitude, da base geográfica em que se assenta a



população. Esta tendência regionalista, se deu não só devido à grande dimensão física do território, mas por conta da pequena circulação das suas populações. Estabelecer um máximo de unidade política sobre um máximo de base física, sem o indispensável máximo de circulação, é evidentemente, violar as condições naturais do fazer político-administrativa.

A priori, foram três os monges do Contestado. Os dois primeiros, João Maria de Agostini e João Maria de Jesus, passaram sem deixar muitos vestígios, a não ser na forma de um conteúdo para uma memória carente de referências afetivas e substantivas. O terceiro, um José, tido pelo caboclo como a encarnação dos Joões, ao contrário dos primeiros, aceitava seguidores, de modo a ter por perto de si, num reduto, muitas pessoas que sentiam alguma segurança.

Com a proclamação da República, as terras devolutas passaram para as mãos dos Estados federados, sendo simbolicamente transferidas para velhos e novos coronéis, para grupos de interesse que de alguma forma pudessem desequilibrar a balança do poder na região e perante a nação. Foi o catarinense Lauro Mueller, na condição de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, quem trouxe o capitalista Percival Farquhar para o Contestado, em 1904, momento em que os trabalhos de construção da ferrovia se encontravam atrasados. De posse da concessão, o americano estabelece um sistema de empreitadas, criando uma milícia armada que tinha o objetivo de resolver as diferenças entre a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e os posseiros que a obra encontrasse pelo caminho. Só em 1908, os milicianos ultrapassaram os 4000, para um projeto que envolveu o estabelecimento de serrarias (Lumber), da ferrovia (EFSR) e colonização com excedentes populacionais de colônias europeias (Southern). Além dos 15 km de cada lado da ferrovia, a Lumber de Farquhar adquiriu 3248 Km² de pinhais para serem serrados na maior instalação do gênero da América Latina, a serraria de Três Barras.

Entre 1908 e 1910 os trabalhos de assentamento dos trilhos trouxeram a região em torno de 8 mil pessoas, que depois disso permaneceriam no entorno, engrossando o caldo social do conflito armado. No primeiro semestre de 1910, ao mesmo tempo em que acontecia um estremecimento das relações entre Brasil e Argentina, através dos ministros das relações exteriores o Barão do Rio Branco e Estanislau Zevero Zeballos, na região de União da Vitória, dentro do território Contestado, era anunciada a criação do Estado das Missões.



Pressionado, o governo federal vai inaugurar a ferrovia e arrastar para a mesa de negociações os representantes do Paraná (governador Afonso Alves de Camargo) e de Santa Catarina (Felipe Schmitt). No ritmo da ferrovia é intensificada a limpeza étnica da região, com a remoção da floresta e de seus habitantes, com o paralelo assentamento de migrantes alemães.

Atingindo níveis de tensão nunca dantes vistos, o Estado das Missões é obra da arquitetura de poder paranaense em áreas reclamadas por Santa Catarina, como União da Vitória, Palmas, Clevelândia e Rio Negro. Neste ambiente, em 1912, os caboclos de José Maria passam pelo rio do Peixe, de Taquarussu (tida como catarinense) para o Irani (paranaense). Abordados pelas forças de segurança do Paraná, a Batalha do Irani ressoa no país como um enfrentamento entre os dois Estados da união. “No Contestado os políticos e os coronéis estavam exaltados, os militares afoitos, ferroviários e madeireiros inquietos, religiosos apreensivos e o caboclo agitado” (Thomé, 1992, p. 79).

Progressivamente os redutos chegaram a reunir aproximadamente 20 mil pessoas, mais diferentes no tipo físico e na origem, do que na forma de viver a religiosidade e na condição social. Nos anos de Guerra, lutaram juntos, crentes, tropeiros, artesãos, pequenos proprietários, lenhadores, ervateiros, madeireiros, oriundos de guerras regionais entre outros mais. Na Guerra, os caboclos foram combatidos pelos regimentos de segurança do Paraná e de Santa Catarina, por esquadrões da antiga guarda nacional, vaqueanos, jagunços e por mais de 2/3 do exército nacional.

Reunidos em Taquarussu para a Festa do Senhor Bom Jesus, os dias foram se estendendo com procissões, rezas, ladainhas, pregações e pronunciamentos. José Maria levava as pessoas ao delírio, em um ambiente onde já podia se ouvir vivas a São Sebastião, a monarquia, a São João Maria e ao próprio José Maria (Thome, 1992). Com o passar das semanas, na medida em que foram surgindo ranchos cobertos com capim e couro de boi, o reduto chamou a atenção do Coronel Albuquerque, que junto com a força militar catarinense, passou a pressionar José Maria e os caboclos do reduto.

Buscando guarida no Irani, o monge e alguns de seus seguidores são abordados no confronto do Irani em 22 de outubro de 1912, onde José Maria é morto sem deixar de continuar a aglutinar a inquietação cabocla, mas agora como figura que, deificada, se faz presente na forma de expectativa de ressurreição, de retorno. É nesse ritmo, que o povo se



reúne novamente, um ano depois, dessa vez, para não se separarem mais, até o final da Guerra.

A Guerra do Contestado (1912 – 1916) chamou a atenção do Estado brasileiro para o território. Iniciativas de incentivo a implementação de práticas capitalistas na região foram sendo tomadas já nos últimos anos da Guerra, ganhando força com a intervenção federal na resolução da questão política. O Acordo de Limites assinado em 20 de outubro de 1916, no Palácio do Catete, na Capital Federal, foi orquestrado pelo próprio presidente da República Wenceslau Bráz (1914 – 1918), e contou com a presença de metade da comunidade política do Rio de Janeiro. Será com A Marcha para o Oeste de Cassiano Ricardo e Getúlio Vargas que modernização do Estado implicara ocupação física das fronteiras. No Contestado o governo federal criará a Colônia Agrícola Nacional General Osório, a CANGO, em maio de 1943.

A marcha não pode ser reduzida a criação das colônias agrícolas federais, se constituindo em um movimento de abertura de estradas e de ligação das extremidades do território ao centro que reivindicava a hegemonia. Pode-se falar de um conflito histórico entre uma ideia de nação e a região como paisagem dentro da qual se desenrola as minúcias das práticas que informam a vida real, a do cotidiano e das temporalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascido pela imposição de um arranjo de poder excludente, como uma instância de cultura branca, com origem europeia, o Estado brasileiro negou a multiplicidade étnica que habita o seu território, uma terra de diásporas, o direito a disporem de si próprias. Condenados a absorção ou ao desaparecimento, biomas humanos como o do Contestado, uma Fronteira Interna do Estado, foram alvo de ações militares, onde peludos e pelados ilustraram um processo de fricção interétnica, de alteridade.

Para além do viés cultural, é significativa a abordagem geopolítica como base teórica, com a região e a fronteira surgindo como armaduras constitutivas de um arcabouço para a análise dos rumos tomados pela Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná. Com relação a primeira, considero que o Estado brasileiro agiu geopoliticamente desde sua



concepção, a priori no campo das relações internacionais, enquanto fundamento científico da arte da ação política na luta de vida e de morte entre os organismos estatais, pelo espaço vital. É a partir dos últimos anos da Primeira República que a ação política do Estado é estrategicamente direcionada para o interior do território nacional na resolução de problemas de limites entre os entes federados, como o caso do Contestado.

Com relação à região, insisto na necessidade de a considerar como o espaço da vida cotidiana, o menor dos átomos da cultura. Em Estados com um sentimento nacional já arraigado, a região é parte integrante da construção discursiva nacional e a ela empresta eficazmente as suas tradições. Ao exaltar o gênio distintivo de cada uma das províncias, o Estado acredita limitar as energias locais a aquelas envolvidas pelo discurso ideológico da Nação, a dirigi-las a pureza do gosto e ensoberbar-se da textura multicolor da única mesma grande peça. No Brasil, o debate em torno da questão regionalista permanece, porém, ao contrário do período anterior as duas primeiras décadas do século XX, as regiões vêm sendo incorporadas de forma mais retrospectivas, onde a imagem da colcha de retalhos cabe bem para ilustrar.

Para a história do atual Estado-Nação, não existe uma fronteira única ou padrão. Existem fronteiras internas (econômicas, sociais, culturais, ambientais) que separam espaços de um mesmo Estado, são as regiões, e fronteiras externas, aquelas áreas de transição que se estabelecem dos dois lados de uma linha limite que separa dois entes soberanos da ceara internacional. Como no Contestado, se trata de espaços cuja densidade é determinada por um conjunto complexo de fatores.

REFERÊNCIAS

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GELLER, Odair Eduardo. **O Contestado entre Santa Catarina e Paraná: uma questão de limites nos limites da nação**. Curitiba: Prismas, 2016.



GOLIN, Tau. **A fronteira:** governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e com a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã do baixo vale do Rio do Peixe – SC.** Curitiba: CRV, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre à micro-história. IN: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil:** um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: UNESP, 2001.

REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escala:** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica.** Brasília: UNB, 2001.

SMITH, Anthony. **A identidade nacional.** Lisboa, Portugal: Gradiva, 1997.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão Contestado.** Caçador, SC: INCON/UNC, 1992.



AUSÊNCIA DE ROSTO DE MULHERES NA GUERRA DO CONTESTADO: UMA LEITURA DOS PAPEIS DIVERSOS POR ELAS DESEMPENHADOS NO PLANALTO DO PATRIARCADO – “ELAS TUDO SABIAM”

*ABSENCE OF WOMEN'S FACES IN THE CONTESTADO WAR: AN INTERVIEW
OF THE DIVERSE ROLES THEY PLAYED IN THE PATRIARCHY PLATEAU –
“THEY KNEW EVERYTHING”*

*AUSENCIA DE ROSTROS DE MUJERES EN LA GUERRA DEL CONTESTADO:
UNA ENTREVISTA SOBRE LOS DIVERSOS ROLES QUE DESEMPEÑARON EN
LA MESETA DEL PATRIARCADO – “LO SABÍAN TODO”*

Victória Jandira Bueno⁶⁷

Nilson Cesar Fraga⁶⁸

Resumo

O presente trabalho buscou analisar o papel desempenhado pelas mulheres na região da Guerra do Contestado, principalmente nas territorialidades construídas no decorrer de quatro anos da maior guerra civil camponesa da história da América do Sul, no início do século XX. A discussão de gênero no contexto geográfico se faz importante para compreender as afinidades existentes em todos os ramos da sociedade, corroborando com o papel de complexidade em que se insere a mulher, em meio a mudanças vividas no tempo e espaço. Analisar o papel desempenhado pelas mulheres no decorrer da Guerra do Contestado nos sertões conflagrados do Paraná e Santa Catarina a partir do conceito de mulheridades faz parte dos objetivos traçados para a pesquisa. Metodologicamente, o trabalho em questão envolveu pesquisa de construção teórico-prática, fundamentadas em revisão de literatura, compreendendo levantamento bibliográfico referente a atuação das lideranças e das mulheres invisibilizadas da região da Guerra do Contestado, sobretudo na sua contribuição direta na construção de territorialidades caboclas e no papel desempenhado no conflito, principalmente entre os anos de 1912 e 1916. Também foram realizadas coleta

⁶⁷ Geógrafa e Licenciada em Geografia pelo Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, sendo esse escrito resultado da pesquisa de Iniciação Científica pela Fundação Araucária, no Laboratório de Geografia, Território Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UUEL, pelo Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária – PIBIS 2023/FA. Atualmente é mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial do Instituto de Geociências - GEOPLAN/UNICAMP e colaboradora no Laboratório de Geografia, Território Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UUEL.

⁶⁸ Professor no Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Orientador. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito (GEOTMAC/UUEL) e do Observatório da Região e da Guerra do Contestado (ORGC/UUEL)



de dados por meio de artigos, monografias, dissertações, teses e livros publicados, cujo acervo se encontra na Biblioteca do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL, cerca de 800 materiais acervados. Além disso, foram extraídas informações de programas de pós-graduação em Geografia, História, Ciências Sociais do Brasil, averiguando a contribuição do material depositado e produzido que verse sobre o papel feminino na Guerra do Contestado, indo ao encontro com o 5 objetivo de Desenvolvimento Sustentável – Igualdade de Gênero. Os resultados apontaram para novas perspectivas que permitiram visualizar as territorialidades construídas pelas mulheres do Contestado enquanto frutos das interações sociais dessas com o meio. Tais condutas são marcadas, inevitavelmente, pelas relações de poder e pela sensação de pertencimento recorrente das práticas e aspirações no território realizadas, sob interferência, principalmente, do elo identitário das mesmas com as relações que lhes dão sentido.

Palavras-chave: Geografia e Gênero; Mulheres do Contestado; Guerra do Contestado; Territorialidades.

Abstract

This study sought to analyze the role played by women in the Contestado War region, especially in the territorialities constructed over the course of four years of the largest peasant civil war in the history of South America, at the beginning of the 20th century. The discussion of gender in the geographic context is important to understand the affinities that exist in all branches of society, corroborating the role of complexity in which women are inserted, amid changes experienced in time and space. Analyzing the role played by women during the Contestado War in the conflicted backlands of Paraná and Santa Catarina based on the concept of womanhood is part of the objectives outlined for the research. Methodologically, the work in question involved theoretical-practical construction research, based on a literature review, including a bibliographic survey regarding the actions of leaders and invisible women in the Contestado War region, especially in their direct contribution to the construction of caboclo territorialities and the role played in the conflict, mainly between the years of 1912 and 1916. The collection of data is also carried out through articles, monographs, dissertations, theses and published books, whose collection is located in the Library of the Laboratory of Geography, Territory, Environment and Conflict – GEOTMAC/UEL, with approximately 800 stored materials. Furthermore, I extract information from postgraduate programs in Geography, History and Social Sciences in Brazil, investigating the contribution of deposited and produced material that addresses the female role in the Contested War, in line with the 5th Sustainable Development Objective: Gender Equality. The results point to new perspectives that allow us to visualize the territorialities constructed by the women of the Contestado as a result of their social interactions with the environment. These behaviors are inevitably marked by power relationships and the recurrent sense of belonging of practices and aspirations carried out in the territory, influenced mainly by the identity bond between women and the relationships that give them meaning.



Keywords: Geography and Gender; Contestado Women; Guerra del Contestado; Territorialities.

Resumen

Este estudio buscó analizar el rol de las mujeres en la región de la Guerra del Contestado, especialmente en las territorialidades construidas durante los cuatro años de la mayor guerra civil campesina en la historia de Sudamérica, a principios del siglo XX. El debate sobre el género en el contexto geográfico es importante para comprender las afinidades existentes en todas las ramas de la sociedad, corroborando la complejidad en la que se insertan las mujeres, en medio de los cambios experimentados en el tiempo y el espacio. Analizar el rol de las mujeres durante la Guerra del Contestado en las zonas rurales en conflicto de Paraná y Santa Catarina, a partir del concepto de feminidad, forma parte de los objetivos de la investigación. Metodológicamente, el trabajo en cuestión implicó una investigación de construcción teórico-práctica, basada en una revisión bibliográfica, que incluyó un estudio bibliográfico sobre las acciones de líderes y mujeres invisibles en la región de la Guerra del Contestado, especialmente en su contribución directa a la construcción de territorialidades caboclo y su rol en el conflicto, principalmente entre 1912 y 1916. La recopilación de datos también se realizó a través de artículos, monografías, disertaciones, tesis y libros publicados, cuyo acervo se encuentra en la Biblioteca del Laboratorio de Geografía, Territorio, Medio Ambiente y Conflicto – GEOTMAC/UEL, con aproximadamente 800 materiales almacenados. Además, se extrajo información de programas de posgrado en Geografía, Historia y Ciencias Sociales en Brasil, investigando la contribución del material depositado y producido que aborda el rol femenino en la Guerra del Contestado, en línea con el 5.º Objetivo de Desarrollo Sostenible: Igualdad de Género. Los resultados apuntaron a nuevas perspectivas que permitieron visualizar las territorialidades construidas por las mujeres del Contestado como resultado de sus interacciones sociales con el entorno. Dichos comportamientos están inevitablemente marcados por las relaciones de poder y por el recurrente sentido de pertenencia de las prácticas y aspiraciones llevadas a cabo en el territorio, influenciado principalmente por el vínculo identitario entre las mujeres y las relaciones que les otorgan significado.

Palabras clave: Geografía y Género; Mujeres del Contestado; Guerra del Contestado; Territorialidades.

INTRODUÇÃO

Considerando os diferentes momentos históricos e a sucessão de fatos durante o tempo, percebe-se que raramente as questões de gênero foram discutidas enquanto marcadores de desigualdades na sociedade. Os estudos que reconhecem tais prerrogativas são recentes, mais precisamente a partir de 1970, quando grupos feministas começaram a investigar e a compor um arcabouço teórico e metodológico para suas pesquisas, e década



de 1990, quando a comunidade trans, começou a questionar a própria ideia que até então sexo e gênero representava. Mais recente, ainda, é a análise da sociedade e das suas relações por meio da base teórica da ciência geográfica, já que, durante muito tempo, essa tarefa se restringiu apenas às ciências sociais.

Entretanto, entende-se que por ser uma ciência humana que se preocupa em compreender tanto a relação existente entre sociedade e natureza como suas mudanças e consequências ao longo do tempo, também é de responsabilidade da mesma debater sobre as diferentes formas de exercer poder sobre o espaço geográfico, destacando, sobretudo, as características e elementos daquele que é formado a partir desse condicionante, o território.

Não à toa que, ao ser analisado as narrativas oficiais, é demasiadamente visível a ausência de mulheres, como se as mesmas não fossem sujeitos sociais formadores de territorialidades. Embora tenha-se passado a ideia de que se trata de uma realidade comum, não é, pois na maioria das vezes, os fenômenos não trabalhados foram intencionalmente deixados de lado em prol do destaque de outros.

A própria descrição do processo de formação socioterritorial brasileira, excluiu e apagou propositalmente as mulheres da história nacional, negando a elas o papel de lideranças, heroínas e mártires nos muitos conflitos que marcaram a construção do Brasil. Como consequência dessa ação, fora consolidado um imaginário social marcado pela hegemonia masculina, sendo a mesma, vista como algo inato, quando na verdade, o que a torna possível é justamente o fato de ser uma característica socialmente construída.

Mesmo assim, e, apesar dessa realidade, as mesmas sempre estiveram presentes, embora pouco demonstrado, tanto cientificamente como popularmente. Referida presença fora marcante desde o período colonial com a condução dos movimentos de “independência”, a exemplo do 2 de Julho, no estado da Bahia, com Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica, e também do 2 de Setembro, embora a data comemorativa e “oficial” tenha sido atribuída ao 7 de setembro. Mesmo que toda maestria e louvor pelo feito tenha sido culturalmente concedido à Dom Pedro I, foi Maria Leopoldina a principal responsável, junto com José Bonifácio, pela pseudo Independência do Brasil.

Obviamente que esses são algumas dentre as muitas façanhas que existem, já que, a atuação da mulher não se restringiu apenas a esse momento. Durante a época imperial, por



exemplo, as lutas no Brasil contaram com inúmeras lideranças femininas, com feitos que perpassaram desde a Sabinada, Cabanagem e Revolta dos Malês, até Farrapos, com destaque à Ana Maria de Jesus Ribeiro mais conhecida como Anita Garibaldi, e Guerra do Paraguai, com a assiduidade de Anna Justina Ferreira Nery, conhecida como Anna Nery ou Ana Néri. Já no século XX, Canudos, Revolta do Forte de Copacabana e Contestado marcaram o início de uma República culturalmente machista, estruturalmente patriarcal e comportamentalmente misógina, tal qual a sociedade que a formou.

Percebe-se, diante o exposto, que a discussão de gênero no contexto geográfico, se faz importante tanto para compreender as contradições existentes nos inúmeros ramos da sociedade, como para embasar o entendimento acerca das territorialidades construídas pela mulher em meio à complexidade social à qual está inserida, sobretudo, quando verifica – se incontáveis mudanças ocorridas no tempo e no espaço. Para tal finalidade, é imprescindível ponderar as transformações na própria conceituação de gênero, pois, diferentemente do início do século passado, onde o pensamento seguia uma ordem binariamente rígida das coisas, no momento atual, isso já não acontece mais, dado que, há diversas possibilidades de se performar o gênero, se construir, ser, estar e atuar na sociedade.

No entanto, reitera –se, que o objetivo desse trabalho foi analisar o papel desempenhado pelas mulheres durante a Guerra do Contestado, trazendo – as para o centro da formação socioterritorial brasileira e destacando seus contributos diretos na construção de territorialidades caboclas.

METODOLOGIA

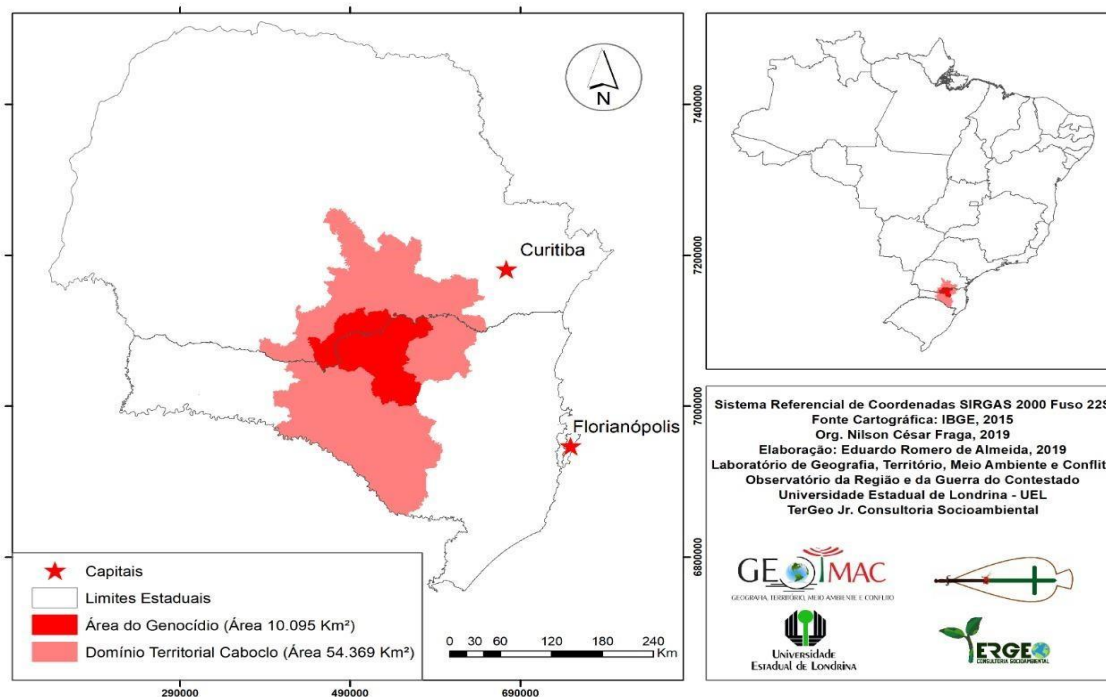
Para compreender as relações de poder que se dão sobre o espaço geográfico, priorizou-se metodologicamente neste trabalho, o uso da escala conceitual do território, e, como categoria de análise espacial, o território do Contestado, cuja áreas comprovadas geograficamente estão representadas na Figura 1. Também foram realizadas pesquisas de construção teórico-prática, fundamentadas em revisão de literatura, compreendendo levantamento bibliográfico referente as discussões de Geografia, Gênero, Sexo e Território, a fim de verificar as afinidades existentes entre ambos os conceitos que pudessem contribuir para o entendimento referente à atuação dessas mulheres durante o período da guerra, que



se iniciara em 1912 e se estendera até 1916. É importante frisar que os elementos atuais que embasam as discussões sobre sexo e gênero não são os mesmos do século passado, sendo, portanto, necessário definir qual o pensamento em relação a mulher e ao feminino está sendo utilizado.

Nesse sentido, salienta – se que as mulheres do Contestado que aqui serão abordadas, são designadas, dentro das proposições atuais, como mulheres cisgêneras. A argumentação sobre pessoas cisgêneras aqui escolhida vai ao encontro da noção apreciada por Jaqueline Gomes de Jesus (2012), em virtude de a mesma apontar novas possibilidades de compreensão do termo para além dos marcadores biológicos, que, até então, serviram de base para o entendimento do gênero como uma categoria diagnóstica, na qual mulher é definido pela vagina e o homem pelo pênis.

Figura 01: Mapa do território caboclo do Contestado e área da Guerra do Contestado.



Fonte: Fraga (2019).

Então, inevitavelmente, na concepção do determinismo biológico, uma pessoa cis, é, portanto, aquela que se identifica com o gênero designado ao nascer, isto é, aquele que é



associado socialmente ao sexo biológico. No entanto, a autora supracitada defende que, a interpretação deve ser mais ampla, uma vez que, a pessoa cisgênera ainda que se identifique com o gênero que lhes fora atribuído no nascimento, a mesma pode não o definir como sua identidade essencializada.

A escolha por essa conceituação se deu justamente em razão das características das mulheres do Contestado, pois, mesmo sendo mulheres com vagina, isso não foi um condicionante para moldar seu comportamento dentro da ideia do feminino. Isso ficará nítido durante os escritos sobre a atuação das mesmas, uma vez que, apesar de suas atitudes contrariarem todos os padrões normativos que se esperava para as mulheres da época, ainda assim, isso não é suficiente para dizer que não são mulheres cisgêneras. Na visão de Jesus (2012), as mesmas podem se identificar com o gênero, mesmo que sua identidade essencializada não seja definida pelo mesmo, até porque, conforme análise do feminismo radical, o papel de gênero feminino existe puramente como um estereótipo sexista de mulher que tem suas raízes no essencialismo e na misoginia.

No que desrespeito ao papel desempenhado pelas mulheres do Contestado, este trabalho pautou – se na perspectiva de mulheridades, que de acordo com a política *queer*, é simplesmente a performance do papel de gênero feminino. Se o gênero é performático, logo o ser, o estar e o atuar de cada mulher na sociedade será variável tanto no tempo, quanto no espaço, pois, assim com afirma Santos (1994), o tempo é imprescindível para o entendimento do espaço, e os elementos que o compõe mudam de valor, ou neste caso, permite novos entendimentos segundo o movimento da História.

Para tal finalidade, foram feitas consultas e coleta de dados em artigos, monografias, dissertações, teses e livros publicados, cujo acervo se encontra na Biblioteca do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL, cerca de 800 materiais acervados. Além disso, foram extraídas informações de programas de pós-graduação em Estudos de Gênero, Geografia, História e Ciências Sociais do Brasil, averiguando a contribuição do material depositado e produzido que versasse sobre o papel da mulher na Guerra do Contestado.



MARCO TEÓRICO: GEOGRAFIA, GÊNERO E TERRITÓRIO

Revisitar os fragmentos da história em busca de escritos que relatassem sobre a participação das mulheres na construção socioterritorial do Brasil, sobretudo, durante a Guerra do Contestado, é perpassar, primeiramente, pelo próprio entendimento da conceituação de gênero, afinal, só a partir desse, será possível fazer as seguintes associações entre referido conceito e os demais.

No tocante à Geografia enquanto ciência, percebe-se que a análise científica se comporta de forma pouco permeável à apreensão das relações entre espaço e gênero. “Tal impermeabilidade está alicerçada tanto na hegemonia masculina nos postos de poder como na reprodução da versão epistemológica androcêntrica⁶⁹[...]” (SILVA et al, 2009, p. 38). Obviamente que essas colocações serão observadas em diversos escritos, sejam eles científicos ou não, como é o caso da própria descrição teórica de formação de territórios pautada exclusivamente na hegemonia masculina, como se mulheres não tivessem feito parte dos processos de formação socioterritoriais. Para se aprofundar de fato na participação dessas mulheres, antemão é necessário compreender geograficamente a relação entre os conceitos centrais que embasam este trabalho.

Assim, ao se analisar elementos comuns entre Gênero e Território, inevitavelmente, o poder acaba sendo o mais marcante, certamente porque é aquele que os fundamenta. Referida afirmação fica perceptível ao se observar a colocação de Raffestin (1993), quando o autor enfatiza ser o território formado a partir das relações que se dão sobre o espaço geográfico, sendo as mesmas, marcadas, sobretudo, pelo poder. No que desrespeito à discussão de gênero, Scott (1992), assegura que o mesmo se apresenta como um elemento das relações sociais, e é um primeiro modo de atribuir significado às relações de poder.

A partir dessas contribuições, percebe-se que é possível analisar o território sobre a proposição analítica do gênero, uma vez que, se o território é constituído a partir das relações de poder, logo, o gênero nesse contexto, se apresenta como um condicionante das

⁶⁹ O termo androcêntrico destacado pela autora, nesse sentido se refere a própria sociedade centrada em valores masculinos, onde a mulher é vista como inferior (SILVA, 2009).



desigualdades resultantes dessa mesma relação. Ainda segundo Scott (1992), o uso do gênero deve ter um caráter mais abrangente, já que, é necessário considerar a ideia de homem e de mulher em suas múltiplas conexões, hierarquias, precedências e relações de poder.

Para isso, a autora discute três posições teóricas sobre os estudos de gênero, sendo elas:

- 1^a: uma tentativa feminista de entender as origens do patriarcado;
- 2^a: se situa numa tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista;
- 3^a: se divide entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspira-se em diversas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (1992, p. 8).

As considerações salientadas indicam pontos muitos importantes presentes neste trabalho. Dentre eles, a própria posição teórica apresentada pela autora, mais precisamente a terceira delas, já que, ao considerar a identidade como elemento na construção teórica de gênero do sujeito, a mesma vai ao encontro, mais uma vez, com a discussão de território.

A presença da identidade como mais um elo entre território e gênero, é percebida durante o uso do território, pois assim como afirma Santos (2011), é no território que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do ser humano plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. Tal afirmação tende a indicar que o entendimento do conceito de identidade remete à ideia de algo socialmente construído, sendo a mesma, intermediada pelas relações sociais, principalmente, as de poder.

Foucault (1976) reitera que o poder é parte intrínseca de toda relação, fazendo com que as relações de poder sejam inerentes à outras relações. Assim, inevitavelmente a identidade de uma pessoa, de um grupo ou de um povo estará expressa por meio de suas práticas e vivências refletidas naquilo que Milton Santos chamou de território usado, sendo o mesmo, resultado da junção entre chão e identidade.

Conforme apontado por Mendes e Almeida (2016, p. 182), concomitante a esse reconhecimento de algo socialmente construído, deve-se haver o questionamento de “como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece?”. Quando essa noção de identidade perpassa pelos pressupostos da concepção de território, é perceptível o jogo de poder atuante



entre àqueles que se apropriam do espaço, e como isso, evidentemente está relacionado ao gênero, afinal, a apropriação do espaço geográfico, seja fisicamente ou simbolicamente não se dá da mesma forma entre homens e mulheres.

Assim, o fator predominante para perceber como se abroglham as cognições entre gêneros em uma sociedade, parte da sua própria transformação diante os fatores socioculturais. Diante disso, Scott (1992, p.15) aponta que “a análise antes de tudo, deve examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.”

Conforme exposto por Nolasco (1995), muitos dos comportamentos humanos são definidos pela cultura como sendo pertencentes a um dos sexos. Referida imposição leva a uma realidade, onde para que você seja reconhecido como homem ou mulher, é preciso se recalcar nessa normativa. Tem-se aqui, mais uma vez, o reflexo desses padrões de gênero refletidos sobre o território, pois o mesmo carrega consigo, inevitavelmente uma memória fruto das experiências e práticas que ali foram vividas e compartilhadas.

Evidentemente que essas variáveis dependem dos padrões de conduta, das abstrações de comportamento dos grupos envolvidos e das relações que foram e continuam sendo determinantes para a consolidação dos territórios ao longo do processo. No território do Contestado, por exemplo, muitos foram os comportamentos contrários aos padrões de masculinidade e de feminilidade para a época. Fala-se aqui, do início do século XX, um tempo da história no qual havia a necessidade de se constituir uma hierarquização, onde o masculino se impunha como superior ao feminino. Claro que infelizmente essa mentalidade continua ainda muito presente, mas o fato é que naquela época esses símbolos tinham um peso muito maior.

Mesmo e ainda assim, o território do Contestado testemunhou outras possibilidades de se performar o gênero, desde homens que se travestiam de mulheres, buscando atrair os soldados do exército para uma emboscada, visto, portanto, como uma estratégia de guerra, até mulheres que tinham a tão sonhada liberdade nas escolhas e nas ações, condição vista como natural e característica para os homens, mas muito distante da realidade das mulheres (Vinhas De Queiroz, 1966).



Referida explanação não busca enquadrar as condutas humanas em clivagens rodeadas de limites comportamentais que condicionam aquilo que é designado como papel de homem ou papel de mulher pela sociedade, muito pelo contrário, é justamente para evidenciar, que a ideia de ser homem e ser mulher é algo socialmente e politicamente construído. A própria presença dos homens como os únicos sujeitos formadores de territorialidades, por exemplo, é uma falácia. Isso fica claro quando Torrão Filho (2004, p.142) afirma que:

se o gênero se preocupa em escrever uma História das Mulheres, deve igualmente se ocupar de escrever uma História dos Homens, que também nunca existiu. Pois se eles estiveram sempre nos livros de história e nos arquivos, estiveram enquanto uma categoria construída social e politicamente, tanto quanto as mulheres o foram em sua ausência.

Portanto, o que há na verdade, é uma correlação entre a construção da masculinidade e a determinação da identidade feminina. O território nesse contexto, tende a ser formado a partir das relações de poder asseguradas e pré definidas pela sociedade. No entanto, esse trabalho não seguiu a tais normas impostas, se distanciando, portanto, de atribuições que reduzem a atuação das mulheres do Contestado, como sendo coisa de homem ou coisa de mulher, pois assim como pontua Vieira (2005, p.212), “alguns estudos sobre a construção do gênero, colocam-no como uma performance continuamente em construção, em um processo cujo dinamismo presente lhe assegura a permanente mudança e incompletude”.

O conceito aqui apreciado como aquele que melhor se encaixa na proposta de análise dos papéis exercidos pelas mulheres durante a Guerra do Contestado, é o de mulheridades. Essa escolha foi feita devido aos autores entenderem que não existe uma forma, receita ou regra para ser considerada mulher, e sim várias possibilidades de se performar o gênero. Tal prerrogativa ainda permite deixar claro que ser ou não mulher não tem ligação alguma com o sexo biológico ou determinado tipo de comportamento, aliás, são apenas pontos dentre os muitos outros existentes nas particularidades de cada ser.

Independente dos inúmeros costumes, hábitos, rotinas e convenções realizadas pelas diferentes formas de existência da mulher, isso, não deve a definir como sendo mais ou menos mulher. Isso, nada mais é que formas distintas de se construir, ser, estar e atuar na



Pode-se afirmar que a Guerra do Contestado, inevitavelmente, se tornou, portanto, um condicionante na constituição dos territórios atuais do Paraná e Santa Catarina. Com os diferentes modos de vida ali encontrados, obviamente que as àqueles que trazem consigo o registro e a memória da mulher cabocla também deixaria sua marca.

Conforme apontado por (Fraga, 2022^a), naquele território se encontra um acervo de memórias, tanto de caráter material, como imaterial, principalmente, no que desrespeito ao modo de vida caboclo, e nas ações que levaram ao desdobramento da Guerra.

Dentro dos possíveis e inúmeras possibilidades de atuação e comportamentos no conflito, o papel, a bravura e resistência dessas mulheres, em sua grande maioria, não fizeram parte do escopo investigativo presente nos relatos oficiais. Foram atribuídas a elas apenas papéis de submissão e conformismo, como se isso fosse uma regra geral que todas tivessem que acatar e aceitar passivamente.

Não que tais comportamentos não tenham ocorrido, aliás estamos falando de um período do início do século passado. Entretanto, não foram somente esses que fizeram parte do daquela época. Referida contradição fica visível nos relatos de Fraga, Bueno e Muniz:

Se ainda hoje em pleno século XXI, presenciamos situações deploráveis e repugnantes enfrentadas por muitas mulheres, quem dirá na segunda década dos anos 1900. Seria óbvio imaginar que esses relatos excluíssem a prática de condutas intimidadoras e violentas promovidas por esses oficiais, e claro, dariam voz a um cenário heroico e brilhante, tendo na figura masculina o reflexo de tamanha valentia e coragem, já que, para essa sociedade desigual, são os homens que podem e devem desempenhar grandioso papel central (2020, p. 125).

Assim, embora tais fatos tenham sido ocultados e tratados com naturalidade, é importante destacar que não deveria ser essa a postura. Para tal, é imprescindível trazer a mulher e suas condutas de resistência para o centro das discussões contemporâneas, e colocá-las, como sujeitos formadores de territorialidades.

O fato de não constar nos relatos oficiais não garante que não existiram protagonismos femininos no Contestado, muito pelo contrário apenas reforça o que a sociedade busca esconder, que a força e garra da mulher sempre existiram e que independentemente da situação desfavorável que as acompanham ao longo dos anos, da opressão e difamação que sofrem, sempre existem aquelas que quebram os padrões e regras



impostas, lutando por sua liberdade, mesmo que a sociedade tente silenciar sua luta em busca de autonomia (Fraga, Bueno & Muniz, 2020).

Os sertões do Contestado foram palco de acontecimentos fervorosos e testemunharam a ousadia de numerosas mulheres que assumiram diferentes funções dentro do desenrolar da guerra, e que de algum modo foram cruciais nas articulações fora dos redutos. Se de um lado tínhamos a normalização de suas funções pautadas em posturas domésticas e maternais, do outro estava a simbologia em conseguir explicar por meio das cartas as reais condições e enfrentamentos que pudessem vir acontecer, fazendo da mulher, nesse caso, peça chave na construção de estratégias de defesa e fuga dessa população cabocla frente ao Exército.

A RESISTÊNCIA CABOCLA POR MEIO DAS MULHERES DO CONTESTADO.

Numa sociedade que carrega a misoginia e o patriarcado como característica da sua conjuntura social, não é difícil imaginar que as condições das mulheres daquela época não eram boas (como ainda não são), principalmente, para as mulheres do campo, ainda mais àquelas envolvidas em uma guerra de quatro anos.

A realidade de muitas mulheres nesse período foi de violência e intimidação. Não à toa que a mulher enquanto personagem está praticamente ausente de narrativas que apresentam um caráter bélico, já que os espaços desse cenário de conflitos armados e guerras acaba sendo ocupado tradicionalmente pelo homem (Weinhardt, 2000). A mesma autora ainda aponta:

quer dizer, mulher, fora dos padrões eruditos da cultura, com fé religiosa, e pobre, só podia ser traidora e merecer reprovação. Imagine-se o espanto do tenente e de seus companheiros, todos mais ou menos signatários desses conceitos, quando uma mulher, “de revolver em punho”, mostrou-se disposta a enfrentar a metralhadora (2000, p. 91).

Percebe-se, que referida citação complementa as colocações anteriores referentes aos conceitos de gênero e mulheridades, afinal, se o gênero é performático, logo, não existe apenas um jeito de ser mulher. São diferentes formas de existir e atuar na sociedade, ou seja, diferentes comportamentos, diferentes mulheres, portanto, mulheridades.



Dentre muitas mulheres que viveram e atuaram durante a Guerra do Contestado, Maria Rosa se destaca como a maior liderança feminina durante certo período. Dotada de valentia, bravura e coragem, alcunhas que lhe foram atribuídas no decorrer da história, mesmo por fontes oficiais, liderou a população cabocla durante os conflitos nos sertões do Contestado. Assim como Maria Rosa, outras mulheres como Francisca Roberta, conhecida popularmente como Chica Pelega, tida por historiadores atuais como uma lenda, e Theodora, ainda adolescente, foram sinônimo de resistência nesse período, confrontando não só as tropas do Exército Brasileiro, mas também as amarras sociais que as limitavam enquanto mulheres de briga, no seio dos redutos de resistência cabocla (Maciel, 2017).

Assim como outrora citado, esses escritos apontam para uma análise geográfica que reconhece a mulher, em suas diferentes formas de existência, como sujeitos formadores de territorialidades. A presença das mesmas sobre o território do Contestado não pode ser negligenciada, afinal, suas práticas de vida e estratégias de sobrevivência deixaram marcas sobre o mesmo, sendo essas, lembradas e consideradas até hoje, principalmente pela população cabocla que ali permanece.

Parafraseando Vasconcellos (2000), Chica Pelega foi uma referência criada anos depois da guerra para representar a força, garra e valentia da mulher cabocla que lutou no Contestado. E assim como Chica e Maria Rosa (Figura 2), não podemos esquecer das demais mulheres que mesmo “sem nome” fizeram parte do movimento por meio dos numerosos papéis que desempenharam, contribuindo para a construção de um legado durante a guerra.



Figura 2 - Pintura que destaca Maria Rosa encantada com os Pares de França, sua guarda de Proteção.



Fonte: Obras de Zumblick (1982)

Não se pode esquecer que a ausência dessas mulheres faz parte da intencionalidade que embasa as ações realizadas pelos seres humanos sobre o espaço geográfico. Nenhuma conduta é por acaso ou desprovida de sentido, há sempre o que se considerar e visualizar nas entrelinhas.

Além de Maria Rosa, houve também outras mulheres passíveis de pensarem as ações sobre o mundo social de sua época. Na obra, o autor traz personagens como Dona Emma, Damazia de Oliveira, Dona Galdina, Brazilia Pellete, Geronima Candida do



Nascimento, Benedita dos Santos Quadros, Senhora Balbina, Dona Carminha Limôa Chaves, Francisca Maria da Silveira e Francisca Simô de Lima Maciel (2017).

Enfim, são muitas as mulheres que fizeram parte do processo de resistência na campanha no Contestado junto aos homens de sua época, e que devem ser tiradas do esquecimento e demonstrado seus papéis durante o movimento socioterritorial do Contestado.

Conforme evidenciado por Fraga, Bueno e Muniz:

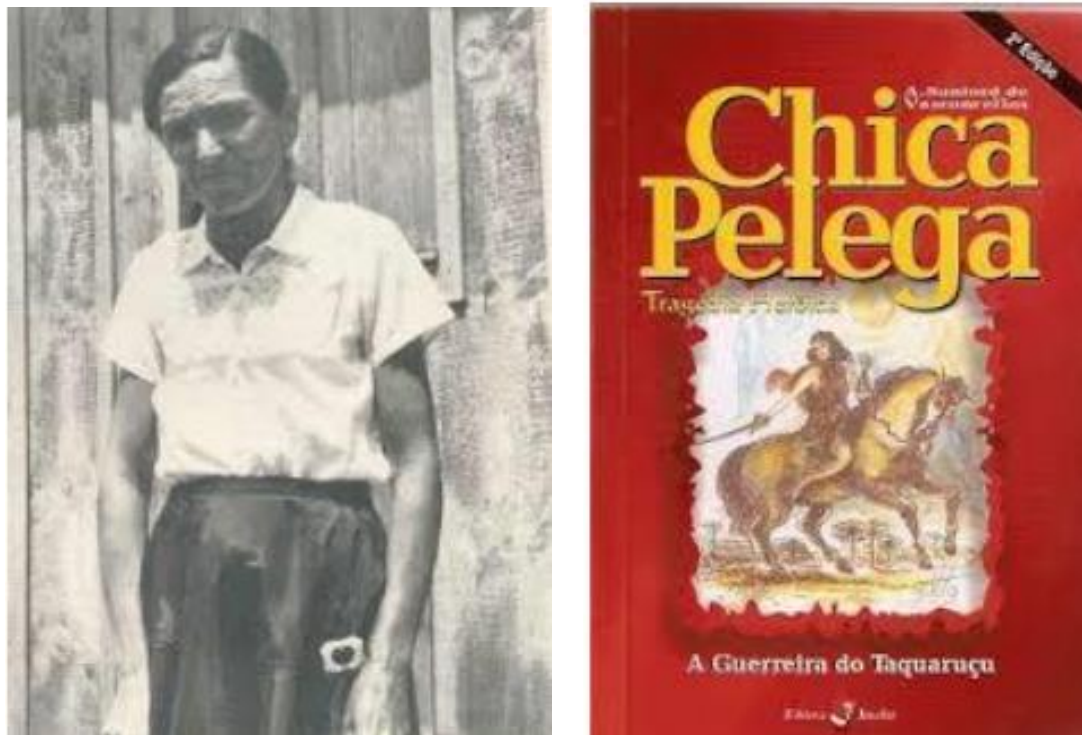
Evidenciar o lado forte, íngreme e compacto das mulheres principalmente em cenários desafiadores como o do Contestado se faz necessário e deve estar cada vez mais presente nas discussões contemporâneas, principalmente em um cenário marcado pelo patriarcado e pela misoginia que carrega consigo preconceitos e distorções acerca do que é ser mulher na sociedade, seja a do passado, assim como as suas releituras (2020, p. 5).

Uma sociedade que desde seus primórdios prega que a mulher é sinônimo de fragilidade e passividade, o tão conhecido “sexo frágil”, não ousaria promover e disseminar a resistência e os muitos papéis centrais de liderança que foram desempenhados por mulheres.

Chica Pelega, mesmo que essa não possua informações documentais substanciais, não se caracteriza como uma mulher invisível, pois fora transformada em lenda, em referência feminino nos sertões do Contestado. E Teodora, essa última negou “tudo” em entrevistas posteriores a guerra, provavelmente para evitar maiores perseguições pelo fato de ter vivido e atuado nos redutos de resistência cabocla. As figuras 3 e 4 mostram a existência e a permanência de Teodora e de Chica Pelega, a primeira real, décadas após a Guerra, e a segunda, transformada em literatura.



Figura 3 e 4 – Teodora e Chica Pelega.



Fonte: Maurício Vinhas de Queiroz (2017, p. 317) e Aulo Sanford Vasconcellos (2008, capa).

Ainda conforme Fraga, Bueno e Muniz (2020) nem todas as mulheres do Contestado tiveram a sorte de ter um registro fotográfico, a exemplo de Chica Pelega e Maria Rosa, a Joana D'Arc do Sertão, ambas, não possuem registro fotográfico, apenas profusão de olhares artísticos, sobretudo, músicas, poemas, romances e pinturas.

Muitas passavam horas em lutas constantes para escaparem e garantirem a sua segurança e das demais, resistindo a qualquer invasão promíscua que pudessem estar sujeitas. Aqui não temos apenas o papel de vítima que essas mulheres ocupavam, mas também o lugar da coragem, bravura resistência e força que as mesmas vestiam a fim de evitar a violação de seus corpos.

Fato esse deixa claro mais uma vez a injúria que o machismo e o patriarcado promovem a essas mulheres, e como infelizmente condutas como essas são normalizadas. Nesse sentido, temos esse infame e retrógrado cenário enfrentados por muitas, mas que em contrapartida há de se lembrar também a valentia e resistência que as mesmas adotavam para se proteger e fugir das garras dos oficiais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar, pesquisar, analisar e colocar as mulheres caboclas do Contestado no seu papel social é uma tarefa complexa, sobretudo, por conta da falta de fontes bibliográficas ou mesmo de suas biografias, que se perderam secularmente no tempo, pois o povo caboclo teve voz para lutar contra a investidas legalistas que defendiam os interesses imperialistas internacionais que lhes tomava a terra ancestral, mas não teve acesso a escrita, então não conseguiu deixar memórias, apenas as histórias marcadas pela oralidade dos sobrevivente do massacre-genocídio dos anos de 1912-1906.

Assim, a maioria dessas mulheres não possui rosto, possuem voz que não são ouvidas, restando a elas a referência de serem contadas e reverenciadas pelos causos nas oralidades das memórias caboclas. Por conta disso, há certas liberdades para que artistas pintem tais mulheres, dando-lhes rosto, como olhares santificados, ou mesmo, conectando-a à santa e guerreira francesa, a exemplo de Maria Rosa do Sertão Caboclo do Contestado, como a Joana D´Arc do Sertão.

Mesmo sem rosto, ou a partir dos rostos que a arte lhe dá, ainda dentro de um sistema que insiste em manter suas heroínas invisíveis e silenciadas, no imenso território continental do patriarcado e da misoginia que constitui o Brasil, essas mulheres além de fazerem parte da formação socioterritorial brasileira, ainda ampliam os espaços e as diferentes formas de existência da mulher sobre o país, a partir, sobretudo, do entendimento e percepção de mulheridades.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

FOUCAULT, Michael. **A microfísica do poder**. Organização, introdução, e revisão técnica de Roberto Machado. 5ªed. – Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

FRAGA, N. C. **Contestado a grande Guerra Civil Brasileira**. In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J. e TRICES, R. I. (Orgs). Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p.228-255.



FRAGA, N. C. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado:** uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

FRAGA, N.C; BUENO, V. J; MUNIZ, H.F, da S. **Mulheres sem rosto e obliteradas no chão patriarcal do Contestado:** o papel e atuação da mulher cabocla, para além da liderança feminina na Guerra do Contestado. Anais do II Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado IV Colóquio de Geografias Territoriais Paranaenses XXXVI Semana de Geografia da UEL, 2020.

FRAGA, N. C. Ópera Xucra do Contestado, 110 ANOS da Páscoa Sangrenta de 1915: uma contribuição à Geografia Cultural e a ressignificação socioterritorial da Região da Guerra do Contestado. **Geographia Opportuno Tempore**, 10(1). <https://doi.org/10.5433/got.2024.v10.52223>. Acessado em 12/6/25.

FRAGA, N. C. As carneiras da civilização caboclo-sertaneja no contestado: morrer e enterrar antes e durante a Guerra - uma primeira leitura sobre a cultura fúnebre, crematórios e valas comuns. **Revista M. Estudos Sobre a Morte, Os Mortos E O Morrer**, 8(16). <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2023.v8n16.e12241>

FRAGA, N. C. **Por uma Arqueogeografia brasileira:** a possibilidade de análise profunda do território a partir da Guerra do Contestado como exemplo prático. 1. ed. Videira, SC: Êxito Editora e Comunicação, 2022.

FRAGA, N. C. **Geografias de tempos de dominação e barbárie:** os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

FRAGA, N. C. (org.). **Contestado, redes no geográfico.** Florianópolis, Ed. Insular, 2017.

FRAGA, N. C.; ZATTA, A. & ROCHA, D. L. Homenagem à supremacia branca na Região da Guerra do Contestado: uma análise dos monumentos da Praça do Conhecimento, em Videira/SC/Brasil. **Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos**, v. 45, p. 561-580, 2023.

FRAGA, N. C. Tentativa de extermínio do território do Contestado e o massacre continuado do patrimônio e da população tradicional cabocla: negação, invisibilidade, silêncio e políticas públicas antiterritoriais, em Santa Catarina, Brasil. **Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos**, v. 40, p. 203-221, 2021.

FRAGA, N. C. **O Crematório de Cadáveres de Perdizinhas, Lebon Régis, SC: um espaço de memória da Guerra do Contestado e um dia de debates na Serra da Boa Esperança** (23/02/2016). Disponível em: < <https://www.acracom.com.br/blog/santa->



catarina/o-crematorio-de-cadaveres-de-perdizinhas-lebon-regis-sc-um-espaco-de-memoria-da-guerra-do-contestado-e-um-dia-de-debates-na-serra-da-boa-esperanca>. Acessado em: 14 de julho de 2024.

FRAGA, N. C.; SILVEIRA, H. M. O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada. **Caderno de Geografia**. Florianópolis. UFSC, v. 26, p. 237-254, 2016.

FRAGA, N. C. **Arqueogeografia do Contestado**: um esboço metodológico arqueogeográfico brasileiro. In: Shirley Cristina dos Santos, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima, Sávio José Dias Rodrigues, Saulo Barros da Costa. (Org.). Encontro Nacional de Geografia Agrária (26.: 2025) da Amazônia para o Mundo: territórios, diversidades e povos tecendo futuros. 1ed.São Luís, MA: UFAMA, 2025, v. 1, p. 307-323.

FRAGA, N. C. **Uma pilha de entulhos, assim são tratados os bens patrimoniais e os espaços de memória na Região da Guerra do Contestado catarinense**: uma leitura de tais obliterações a partir da Geografia Cultural. In: Angel Espina Bárrio, Célia Regina de Bortolli, Luiz Nilton Corrêa. (Org.). Patrimônio, Cultura e Identidade de Ibero-América. 1ed.Salto Veloso, SC: Cum Laude, 2025, v. 1, p. 102-123.

FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. (org.). **Guerra do Contestado, 100 anos do Contestado em Guerra**. Florianópolis, Ed. Insular, 2012.

FRAGA, N. C. Arqueogeografia, um método de análise do territóriosociocultural: o estudo de caso do Crematório de Cadáveres de Perdizinhas e do Vala Comum da Santa Maria, no epicentro do massacre final da Guerra do Contestado, no Sul do Brasil. **Revista Científica de Educação**, 2025, 1(1). Recuperado de <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/289>

FRAGA, N. C. & LUDKA, V. M. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica** - Universidade Nacional de Colômbia. Bogotá, 2012.

FRAGA, N. C. **Um território de invisibilidade e miséria**: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt; Helen Crystine Sanches. (Org.). 100 Anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013, p. 369-392.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN. Brasília, 2012.



CONTROLE E INTERDIÇÃO NO ACESSO À TERRA E AO TERRITÓRIO: CAMPO JURÍDICO, CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E INTERESSES DE CLASSE – REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E O CONTESTADO

*CONTROL AND PROHIBITION OF ACCESS TO LAND AND TERRITORY:
LEGAL FIELD, SOCIOPOLITICAL CONTEXT AND CLASS INTERESTS –
REFLECTIONS ON BRAZIL AND THE CONTESTED*

*CONTROL Y PROHIBICIÓN DEL ACCESO A LA TIERRA Y AL TERRITORIO:
CAMPO JURÍDICO, CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E INTERESES DE CLASE –
REFLEXIONES SOBRE BRASIL Y EL CONTROVERTIDO*

Natasha Kuchar Fernandez⁷⁰

Diane Daniela Gemelli⁷¹

Resumo

A pesquisa analisa a complexa formação territorial brasileira, buscando compreender o processo histórico-jurídico da apropriação capitalista da terra e suas implicações no Contestado. Examinamos como interesses políticos e econômicos moldaram leis que restringem o acesso à terra, resultando na negação de direitos a uma série de sujeitos sociais. O estudo identifica a correspondência do monopólio fundiário como um privilégio de classe, sustentado pela concentração de terras, renda e riqueza, garantidos pelo processo predatório característico da escravização, da monocultura, da violência e opressão estatal. Com base no materialismo histórico-dialético, a pesquisa revela a degradação ambiental e a exploração do trabalho, em virtude da classe dominante, e suas respectivas consequências à dignidade coletiva. As relações de poder, tanto coloniais quanto republicanas, mostram como elites políticas e econômicas instrumentalizaram o Direito, perpetuando a exclusão da população do acesso à terra por razões econômicas e burocráticas. Além disso, a lógica da dominação fundiária se estende ao Contestado, onde práticas de mandonismo e intervenções estadunidenses exacerbaram a opressão sobre a população cabocla. Isto posto, a marginalização das massas, combinada com o descaso estatal, contribuiu para a pobreza na região, enquanto a religiosidade se tornou uma forma de resistência ao descontentamento com a ordem fundiária vigente.

Palavras-Chave: Latifúndio; Violência; Contestado.

⁷⁰ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, por meio de bolsa de Iniciação Científica concedida à estudante Natasha Kuchar Fernandez. E-mail: natasha.fernandez.793@unespar.edu.br

⁷¹ Professora Adjunta do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientadora desta pesquisa. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br



Abstract

The research analyzes the complex Brazilian territorial formation, seeking to understand the historical-legal process of capitalist appropriation of land and its implications in the Contestado. We examine how political and economic interests shaped laws that restrict access to land, resulting in the denial of rights to a series of social subjects. The study identifies the correspondence of land monopoly as a class privilege, sustained by the concentration of land, income and wealth, guaranteed by the predatory process characteristic of slavery, monoculture, violence and state oppression. Based on historical-dialectical materialism, the research reveals environmental degradation and labor exploitation, due to the ruling class, and their respective consequences for collective dignity. Power relations, both colonial and republican, show how political and economic elites instrumentalized the Law, perpetuating the exclusion of the population from access to land for economic and bureaucratic reasons. Furthermore, the logic of land domination extends to the Contestado, where practices of bossism and US interventions have exacerbated the oppression of the caboclo population. That said, the marginalization of the masses, combined with state neglect, has contributed to poverty in the region, while religiosity has become a form of resistance to discontent with the current land order.

Keywords: Latifundium; Violence; Contestado.

Resumen

La investigación analiza la compleja formación territorial brasileña, buscando comprender el proceso histórico-legal de apropiación capitalista de la tierra y sus implicaciones en el Contestado. Examinamos cómo los intereses políticos y económicos moldearon las leyes que restringen el acceso a la tierra, resultando en la negación de derechos a una serie de sujetos sociales. El estudio identifica la correspondencia entre el monopolio de la tierra y un privilegio de clase, sustentado por la concentración de la tierra, el ingreso y la riqueza, garantizado por el proceso depredador característico de la esclavitud, el monocultivo, la violencia y la opresión estatal. Con base en el materialismo histórico-dialéctico, la investigación revela la degradación ambiental y la explotación laboral, causadas por la clase dominante, y sus respectivas consecuencias para la dignidad colectiva. Las relaciones de poder, tanto coloniales como republicanas, muestran cómo las élites políticas y económicas instrumentalizaron el Derecho, perpetuando la exclusión de la población del acceso a la tierra por razones económicas y burocráticas. Además, la lógica de la dominación de la tierra se extiende al Contestado, donde las prácticas caciquistas y las intervenciones estadounidenses han exacerbado la opresión de la población caboclo. Dicho esto, la marginación de las masas, sumada a la negligencia estatal, ha contribuido a la pobreza en la región, mientras que la religiosidad se ha convertido en una forma de resistencia al descontento con el actual ordenamiento territorial.

Palabras clave: Latifundio; Violencia; Controvertido.



INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Controle e interdição no acesso à terra e ao território: campo jurídico, contexto sociopolítico e interesses de classe”. A investigação objetivou compreender como se dá o processo de apropriação privada capitalista da terra no Brasil e do monopólio da terra no Contestado através da manifestação ímpar dos interesses políticos e econômicos na formulação das leis que controlam juridicamente a terra e o território, elementos estes que, consequentemente, provocaram e contribuíram tanto para o monopólio fundiário quanto para a interdição do acesso à terra a um conjunto de sujeitos sociais, articulando o debate à estrutura socioterritorial brasileira e do Contestado.

Na sequência, como objetivo específico buscamos identificar a relação de correspondência entre a apropriação individual e o monopólio da terra enquanto um privilégio de classe elitista e exploratório. Para mais, buscamos verificar a questão do processo histórico-jurídico de constituição da propriedade privada, potencial fruto da violência, da escravização, do latifúndio e da monocultura.

Sob esse viés, nos ocupamos do debate sobre a concentração de terras, renda e riqueza caracterizada pelo descumprimento sistemático da função social da terra, compreendendo a participação dos contextos sociopolítico, territorial e agrário-fundiário que refletem gravemente na atualidade como herança de lacunas imperiais jurídica-políticas.

Para a elaboração desta pesquisa nos valem como método elementar o materialismo histórico-dialético, que orientou a condução teórica-metodológica da investigação. Assim, realizamos levantamentos bibliográficos a partir de leituras e fichamentos de documentos, livros, dissertações, teses e artigos para compreender o processo da constituição da propriedade privada no Brasil, investigando quanto à regulamentação jurídica da terra-território.

Em seguida, tivemos como enfoque o recorte identificativo da forma com que esta regulamentação jurídica da terra-território se manifesta tanto no Contestado atual, por meio do seu traço latifundiário, como no conflito civil ocorrido em 1912-1916, levando em consideração seus aspectos socioterritoriais e o contexto sociopolítico regional pré-existente.



Isto posto, nos empenhamos em reconhecer, neste espaço-tempo do Contestado, quem são os sujeitos sociais interditados do acesso ao direito à terra. Deste modo, articulamos o debate sobre o monopólio da terra em vista da estrutura socioterritorial do Contestado e sua respectiva relevância e correspondência histórica quanto a centralidade da apropriação privada da terra no Brasil.

RELAÇÕES TERRITORIAIS DO BRASIL COLONIAL: CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E INSTITUTO DE SESMARIAS

No período colonial, a ocupação do solo ocorreu de diferentes formas. Inicialmente, quando a legislação de terras ainda provinha das Ordenações do Reino de Portugal, houve a intensa expansão mercantil capitalista europeia através da iniciativa privada por meio de expedições do interior financiadas por particulares, estas, eram conhecidas como “bandeiras”, já as explorações governamentais eram as “entradas”; ambas obedeciam o mesmo intuito: ocupar - ou seja, invadir - para garantir seu lugar na disputa do continente e explorar os recursos afim de gerar renda para Portugal. Neste processo, os núcleos de colonização geraram a implantação do primeiro estatuto do solo colonial: a divisão do território em Capitanias Hereditárias.

De acordo com Alcione Talaska (2015, p. 47), “as capitanias hereditárias, como ficaram conhecidas, foram entregues através de carta de doação a pessoas ligadas à Portugal, sem, contudo, conceder a propriedade da terra ao donatário, mas somente à administração da capitania”.

Os donatários governavam suas capitanias com autonomia, devendo distribuir terras - sesmarias - por meio de doações “a quem tivesse condições econômicas de ocupá-las, defendê-las e torná-las produtivas” (Talaska, 2015, p. 47), caso contrário, se em um certo prazo de tempo as terras não fossem aproveitadas, estas voltariam à Coroa Portuguesa que pela concepção estrita eram chamadas de terras devolutas, ou seja, devolvidas ao senhor original. Assim, surgiu o primeiro documento comprobatório da propriedade privada no Brasil: o título de concessão de sesmaria.



À princípio, o Regime de Sesmarias origina-se de uma crise de abastecimento portuguesa com escassez de cereais, falta de mão de obra no campo e encarecimento de alimentos diante do contexto de crise na Europa pós- peste negra que assolou as cidades (Prioste, 2016); assim, concedia terras para serem divididas com a condição de serem produtivas para inibir a ociosidade das terras, impedir o esvaziamento do campo e o desabastecimento das cidades. Porém, deve-se considerar a extensão do território português como fator essencial para o sucesso do sistema na região. Em contrapartida, um grande motivo para a falha do instituto foi o desconhecimento do tamanho do território de sua Colônia, pois “se, na época do descobrimento, Portugal soubesse que o Brasil era 76 vezes maior do que a metrópole, nunca teria trazido para cá o instituto das sesmarias” (Silvia, 2008, p. 43).

Para mais, houve a frequente inobservância das autoridades estatais para com a própria norma, pois além das áreas concedidas serem imensas, com territórios de demarcação vaga e imprecisa em suas cartas de doação, ocorria a venda e compra de sesmarias pelos donatários como um negócio lucrativo, enfraquecendo o estatuto ao longo do desenvolvimento das relações de poder na Colônia que interessavam-se no descumprimento da norma - portanto, também de sua original função social - para aumentar suas aquisições. Também é digno de destaque o fato que a transgressão se dava frequentemente porque o confisco de terras não aproveitadas no Brasil não fora rigoroso, justamente pela dificuldade de fiscalização (Prioste, 2016). Assim, Silva (2008, p. 43) destaca o paralelo de que “enquanto no Portugal dos fins do século XIV, a prática do sesmarialismo gerou, em regra, a pequena propriedade, no Brasil, foi a causa principal do latifúndio”; em outras palavras, como se vê, em Portugal o sesmarialismo incentivou a agricultura baseada na produção diversa, já no Brasil, a monocultura mercantil.

A implementação do Regime de Sesmarias no Brasil gerou uma maneira singular de assegurar o direito de posse das terras, porque este “direito” nasce visceralmente com caráter excludente, em vista da necessidade de o sesmeiro prover de uma infraestrutura significativa com recursos próprios a risco de perder a posse da terra, sendo substituído por qualquer outro de escolha da Coroa. Logo, os sesmeiros organizavam um complexo sistema de produção que exigia um grande número de trabalhadores para manter-se ativo, utilizando-se



de engenhos e senzalas para comportar a resposta colonial à falta de mão de obra no Brasil: a escravidão e subjugação de povos africanos e afrodescendentes como fundamento da dominação e da exploração. Além disso, a escolha da etnia dominada não ocorreu por mera coincidência, uma vez que o trabalho escravo africano se deu pela existência prévia do tráfico negro, controlado principalmente pelos portugueses (Silva, 2008).

Nesse contexto, Silva (2008, p. 52) desenvolve que

[...] o mercado mundial abria espaço apenas para os produtores tropicais de que a Europa carecia. Foi, portanto, a forma de inserção da Colônia que no amplo mercado mundial se abria para determinados produtos, como o açúcar traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista.

Em um apanhado geral, Talaska (2015, p. 48) expõe que

A concessão das sesmarias vigorou, por aproximadamente trezentos anos (1532-1822) no Brasil e durante este período se tornou o principal meio de promoção da ocupação do território brasileiro. Segundo Martins (1980, p. 70), a concessão das Sesmarias foi, até a independência, 'o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos'.

Logo, constantemente, a população não atendia as condições econômicas e burocráticas impostas pelas concessões, elitizando o domínio territorial desde fins do século XVI ao século XVII, excluindo-a e, conseqüentemente, agravando a situação cada vez mais frequente de sesmarias ocultas, em outras palavras, sem registros legais.

Do ponto de vista jurídico, o cenário de apropriação territorial passou por um intenso período de desgaste e descumprimento, analisado conforme Silva (2008, p. 77), ao concluir que “do ponto de vista da prática efetiva, crescia a ocupação pela posse [...]”, marcada essencialmente pela estrutura “[...] livre de entraves burocráticos”. Esta circunstância reforça a natureza ineficaz da legislação territorial brasileira, pautada significativamente na disponibilidade de terras, cujo domínio era assegurado, ora pelo senhorio rural, mantido pelo sistema de produção escravocrata, ora amparado pela metrópole, cujo objetivo sempre fora o controle do processo de apropriação que fugiu de seu poder durante o Instituto de Sesmarias.



Com o fim das Sesmarias em 17 de julho de 1822, surge um vácuo legislativo até seu próximo estatuto (a Lei de Terras de 1850), e a partir disto, a posse clandestina se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre as terras. Para mais, a longa lacuna legislativa decorreu da complexidade dos interesses em jogo, porque o senhorio rural privilegiava-se na falta de regulamentação, desejando prosseguir com o antigo sistema produtivo colonial, baseado no trabalho escravo e na apropriação livre de terras. Deste modo, neste intervalo de tempo, apesar de existir diversas elaborações e tentativas de resoluções em pauta acerca da regulamentação das terras, todas conseguiram ser bloqueadas nos trâmites políticos, em vista das Câmaras serem formadas e influenciadas pelos interesses dos grandes proprietários escravistas nacionais (Silva, 2008).

A LEI DE TERRAS DE 1850: CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO & ECONÔMICO

Em sequência, inevitavelmente “a ordenação jurídica da propriedade da terra era uma necessidade intrínseca ao próprio desenvolvimento do Estado” (Silva, 2008, p. 102). A partir disto, a situação foi alterada necessariamente por conta da pressão externa, panorama em que a Inglaterra declara ilegal o comércio de escravos em seu país a partir de 1807, forçando o Brasil a tomar medidas intensas após a sua Independência em 1822. Mas, apesar de em 1827, 1830, 1831 e em 1832 serem realizados esforços legislativos para proibir o tráfico de escravos, as disposições foram violadas e sucessivamente obstaculizadas. Para Silva (2008), as razões britânicas eram singularmente econômicas: a Inglaterra encontrava-se em uma situação de desvantagem, na qual seus concorrentes produziam muito mais açúcar utilizando a mão de obra escrava, sendo benéfico destruir o tráfico e aplicar sanções internacionais, como foi a Lei Bill Aberdeen em 1845, na qual a Marinha inglesa iniciou o monitoramento e combate ao tráfico negreiro transatlântico, pressionando universalmente infratores a se adequarem ao novo modelo econômico.

O Brasil, obrigado a adotar providências para a proibição do tráfico de escravos, regulamenta a Lei Eusébio de Queirós em 4 de setembro de 1850 - ainda que em descompasso e desagradando suas classes dominantes internas - proibindo o tráfico internacional de escravos em seu território, fornecendo, de modo inédito, os meios



necessários para que fosse verdadeiramente cumprida. Neste sentido, o olhar abolicionista permitiu que o capital antes fixado no tráfico escoasse e expandisse para outras áreas econômicas, aumentando o fluxo e circulação da moeda, impulsionando a modernização que viria a seguir, também atribuída a deliberações jurídicas, como a exemplo da Tarifa Alves Branco em 1844, da qual aumentava de 30 a 60% as tarifas alfandegárias visando um salto industrial, fortalecendo sua independência econômica-política com autossuficiência produtiva.

Neste meio incerto da questão de terras e posses do Brasil, Marés (2003, p. 67) salienta de maneira precisa o raciocínio da época:

Se havia terras em fartura porque não permitir que cada um buscasse seu sustento e destino em uma terra que tornasse produtiva? Era evidente que, sujeito a um salário de fome ou ao trabalho escravo, o trabalhador preferiria explorar um pedaço de terra próprio. O Estado teria que agir, porque somente com repressão seria possível impedir a ocupação territorial chamada de desordenada e para reprimir necessitava de uma lei que o determinasse e legitimasse, afinal o Estado constitucional é um Estado de Direito, somente age sob o império da lei, que, para completar a ironia, é feita pela mesma elite que o dirige. A lei somente viria a lume em 1850.

Neste período, a partir da corrida contra a ocupação pela posse, as terras devolutas ganham um novo significado com a Lei Imperial, não restringindo-se a lotes desabitados, e sim passando a ser as terras legalmente não adquiridas, isto é, sem direito de propriedade definido, reconhecendo como terras devolutas ainda que

[...] ocupadas por indígenas, por escravos fugidos, formando ou não quilombos, por libertos e homens livres que passavam a sobreviver da natureza, como populações ribeirinhas, pescadores, caboclos, caçadores, caízaras, posseiros, bugres e outros ocupantes [...], consideradas disponíveis para serem transferidas ao patrimônio privado (Marés, 2003, p. 69).

Peculiarmente, ainda que de forma histórica a evolução do quadro legislativo brasileiro manifestou-se caminhando a pequenos passos, apenas duas semanas após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, é adotada a Lei de Terras em 18 de setembro de 1850; desse modo, extinguindo qualquer espaço para a dúvida quanto a incoincidência dos



fatos, Marés (2003, p. 66) cirurgicamente afirma que “havia mudado o sistema jurídico, mas não à lógica da dominação”.

A Lei de Terras de 1850, assinada por Dom Pedro II, decreta em seu primeiro artigo que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Tal providência, além de afastar a população pobre das terras, premiou o latifúndio e condenou o povo à miséria e fome (Marés, 2003), e também “determinou a inviabilização do acesso à terra aos escravos que vinham sendo alforriados, uma vez que o acesso só se realizaria mediante a compra” (Talaska, 2015, p. 50).

De tal modo,

Foi nesse contexto que Martins (1986) afirmou que com a Lei de Terras, com a abolição do tráfico negreiro (1854), com a Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Sexagenário (1885) e Lei Áurea (1888), passava-se do cativo do homem (o escravo) para o cativo da terra. Isso porque o acesso à terra somente se daria por meio da compra com pagamento em dinheiro, espécie que certamente os escravos recém-libertos não possuíam, tampouco os trabalhadores imigrantes que chegavam ao Brasil vindos da Europa (Talaska, 2015, p. 50).

Sob esse viés, “esta é a grande importância da Lei de Terras, pois transformou ‘as terras devolutas em monopólio do Estado, e principalmente, de um Estado já controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros’” (Germani, 2007, *apud* Fonseca, 2019, p. 61). Nesta lógica, “somente nesse momento de reconhecimento pleno da propriedade privada da terra é que a classe dos proprietários de terras estaria em condições de constituir-se, de fato e de direito” (Silva, 2008, p. 103).

Afinal, com a instauração da Independência do Brasil e posteriormente com a Lei Imperial de 1850,

O Brasil deixava para trás o Império do latifúndio e ingressava no século e na República do latifúndio. Foram modernizados os meios de produção e as relações de trabalho, mas a terra, no longo processo de transformação, havia deixado de ser a inseparável companheira do homem para ser domínio do indivíduo, capital, título, papel, bem jurídico, propriedade, enfim” (Marés, 2003, p. 79).



Com base no entendimento de que o latifúndio é uma marca do território brasileiro, independente do sistema de governo, na sequência, discutiremos sobre como esse processo se conforma na apropriação privada da terra no Contestado, problematizando as múltiplas nuances atravessadas pelo contexto sociopolítico e econômico e pelos interesses de classe.

A FORMAÇÃO DO MONOPÓLIO DA TERRA NO CONTESTADO

A Guerra Civil do Contestado (1912 - 1916), foi um complexo conflito multifatorial alimentado por questões sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e religiosas (Fraga, 2016) “a partir da ação de agentes e sujeitos diversos, caboclos e caboclas, jagunços, monges, coronéis, vaqueanos, imigrantes, Exército, capital internacional e Estado” (Gemelli, 2018, p. 260). O conflito contou principalmente com a presença e influência de companhias ligadas a projetos de colonização, exploração florestal e construção ferroviária (Monteiro, 1974). Neste cenário, deve-se compreender a relevância das “[...] condições tensas vigentes na área em decorrência de disputas entre coronéis da região de Curitibaanos e da expulsão de posseiros de terras ocupadas pela Brazil Railway e pela Southern Brazil Lumber & Colonization, donos de amplas extensões de terra de Santa Catarina” (Silva, 2008, p. 282).

Na origem do episódio, o conflito foi um movimento sociorreligioso motivado especialmente pelas estruturas sociais, condições materiais e ideológicas, da qual toda sua riqueza de construção e organização social é erroneamente interpretada como sombra do estereótipo do fanatismo. Nessa perspectiva, o latifúndio semifeudal, pano de fundo do conflito, acoberta a relação de produção e dominação camuflada genericamente como delírios coletivos e violência por valores religiosos.

Em vista disso, Monteiro (1974, p. 12) afirma que “no caso de movimentos de rebeldia com teor religioso, a dimensão religiosa pode [...] ser facilmente aliçada como um epifênomeno – uma capa que apenas esconde o que seria essencial”.

Para mais, o autor ainda elucidada a problemática latente repleta de facetas, nos quais:

[...] em seus desdobramentos trágicos, a Guerra Santa evidenciou uma crise na acepção do mundo, por este fato, foram postas em jogo as próprias bases estruturais da totalidade social tal como podia ser percebida



pelos sertanejos. A Guerra Santa foi o epicentro de um abalo de grande envergadura e nela os fatores conjunturais desempenharam o papel de forças desencadeantes, — gatilhos — cuja eficácia como elementos dinamizadores dependia, porém, das clivagens preexistente (Monteiro, 1974, p. 189).

Primordialmente, a história da ocupação humana da terra sempre esteve marcada pela violência aos naturais do território desejado (a exemplo, os indígenas, como anteriormente averiguado no caso das entradas e bandeiras), constituindo-se pela exibição de poder para a expansão exploratória de maneira semelhante as atividades militares. No Paraná e em Santa Catarina esta ocupação configurou-se principalmente por meio da ocupação pioneira e os laços políticos e econômicos estabelecidos pela proteção mútua entre coronéis e chefes políticos - os privilegiados proprietários e fazendeiros - preocupados somente com o avanço de suas posses e o crescimento de suas rendas agropecuárias e madeireiras em detrimento de toda coletividade existente, agravando-se quando a questão de limites entre os estados se intensificou.

Imprescindível para a compreensão do conflito, precisamos retroceder na história local e analisar um dos (se não o maior) elementos do Contestado: o mandonismo regional. O mandonismo tradicional, de forma genérica, é uma forma antecedente ao coronelismo e conceitua-se no poder político que se reforça e instaura subsistindo graças aos laços de interdependência entre iguais e desiguais, ao autoritarismo escalonado em pirâmides de poder envolvendo os grupos oligárquicos dos Estados e seu papel de estabilidade garantidas por acomodações de interesses e proteção mútua, e as chefias locais baseadas na disposição de recursos (Monteiro, 1974).

Nessa lógica, Silva (2008, p. 279) desenvolve:

Como representante do mandonismo local, o coronel exercia sua influência, paternal se possível e coercitiva se necessário, sobre as camadas mais pobres da população que vivia frequentemente como agregada nas terras dos poderosos locais. Desse modo, o coronel prestava um serviço aos políticos estaduais nos períodos eleitorais, arregimentando seus eleitores “de cabresto”, e esperava em troca os favores da política estadual para o seu município e a sua pessoa. Nessa relação entre o poder privado local exercido pelos coronéis o domínio da política estadual pelas oligarquias, residia a substância do compromisso coronelista.



Tais aspectos não são originários do conflito do Contestado, e sim continuidades das lacunas imperiais da plutocracia vigente por meio da simbiose entre o poder central e os mandonismos regionais, que também, posteriormente, manifesta-se no coronelismo intrínseco permeando por toda a história da Primeira República no Brasil (Silva, 2008).

Consoante Monteiro (1974, p. 23):

Afirma-se, por exemplo, que, na Colônia, os ‘coronéis’ dominavam as terras e, no Império, comandavam a política. A República seria apenas uma ampliação de seu domínio. Se, no Império, os presidentes provinciais e seus secretários eram nomeados pelo poder central e dispunham de larga autoridade, viam-se, de fato, envolvidos pelas oligarquias provinciais. A própria inquietação autonomista, expressão das forças econômicas e políticas locais, estava presente antes da República. E ainda: a fragilidade dos poderes centrais - estaduais e federais - permite a formação de lideranças dos mais aptos e poderosos.

Neste meio, havia também a neutralização de chefes locais simpatizantes ao “inimigo” civil (rebeldes) através de outros oficiais, afastando-os de seus cargos e submetendo-os “à autoridade maior representada pelo Exército, subordinando-se ao mandonismo de ambos os ‘interesses gerais’. Rompera-se o equilíbrio de forças sobre o qual se sustentavam” (Monteiro, 1974, p. 29).

Em 1908, a empresa estrangeira *Brazil Railway Company* recebe os direitos da construção de uma linha férrea entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, obtendo a concessão de uma faixa de 15 quilômetros para cada lado, sem considerar habitantes e posseiros (como visto anteriormente no novo sentido de “devoluto”); e, ainda que em seu edital ditasse ser “expressamente proibido invadir ou ocupar terrenos”, sua chegada efetivou a cruel e violenta expulsão de seus respectivos moradores (Monteiro, 1974).

Além de sinalizar inquestionavelmente a concentração fundiária, em 1911 o conflito com os habitantes se amplia com a chegada da empresa vinculada ao mesmo grupo, *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, comprando uma significativa extensão de terra de 180 mil hectares em áreas de jurisdição contestada para explorar araucária, imbuia, cedro e erva-mate; expulsando os ocupantes (posteriormente considerados como “intrusos”) e arruinando a pequena produção local (Monteiro, 1974).



Nesse enquadramento,

Acresce ainda lembrar que esses trabalhadores, ao lado dos que se tornaram operários da indústria madeireira instalada pela Southern Lumber, foram submetidos a um regime de trabalho essencialmente ‘moderno’ para a região. Com toda certeza, essas transformações, muito além do que poderia ser descrito como resultado de um ‘choque cultural’, determinaram alterações econômicas e sociais (Monteiro, 1974, p. 200).

Por conseguinte, um novo século começou através da perpetuação da ordem capitalista, “o que havia começado, e muito concretamente, era antinomia do sonho - o século do dinheiro, dos negócios e da violência crua” (Monteiro, 1974, p. 31).

MISTICISMO DO SERTÃO: COLISÃO ENTRE ASPECTOS SOCIAIS DO CONTESTADO À IMPOSIÇÃO CAPITALISTA

Da violência

O mundo do sertão do Contestado é constantemente descrito como um mundo de violência (Monteiro, 1974), seja por questões de honra, por questões políticas ou por questões de terra, a violência é um elemento cultural que sempre residiu no sertão. Entretanto, tal violência não leva a mesma concepção que hodiernamente, chama-se violência costumeira.

Em suas diversas formas, a violência tem papel único na realidade sertaneja, sendo consagrada desde os costumes e virtudes de heróis, habitada em disputas de terras entre chefes rivais, até mesmo como um instrumento do destino em que o banditismo era um modo de vida normal. Portanto, no sertão, falar no crime propriamente dito não tinha sentido, pois as condutas não eram vistas como atos moralmente reprováveis, condenáveis.

Como se verifica, é correto afirmar que, consoante Monteiro (1974, p. 195) a “alegada intensificação dos índices de criminalidade no sertão, no período imediatamente anterior à eclosão da Guerra Santa, insere-se [...], dentro de uma continuidade - a violência era um dos traços do modo de vida costumeiro”.

Entretanto, é indispensável distinguir que no sertão o nível ideológico é semelhante, no qual “dominadores e dominados, [...] apesar de diferentes, são *potencialmente iguais* e se



reconhecem como *peças*” (Monteiro, 1974, p. 38-9), em vista da similitude de estilos de vida, em contraste com a lógica de dominação capitalista predatória desigual.

Assim, o isolamento da população sertaneja justifica sua rudeza de costumes e hábitos (Monteiro, 1974), dos quais a dignidade fundamenta-se essencialmente na integridade, a agressão contra um era percebida como uma agressão ao todo que pertenciam, demonstrando um intenso padrão de relacionamentos pessoais e sociais que são expressivos e influentes para compreender de modo abrangente a estrutura e o perfil combatente do caboclo durante a Guerra posterior.

Em consequência, com o agravamento do conflito, a violência costumeira - necessária em meio as condições da sociedade que está inserida - cede lugar à violência inovadora, que surge no momento em que a consciência de nivelamento, de igualdade, de reconhecimento, é dilacerada através das novas modalidades de controle, violência e repressão presentes pela instauração da *Brazil Railway*.

Nesse sentido, a característica nacionalista dos rebeldes insurge em resposta à violência brutal sofrida, exigindo uma monarquia não por ser a melhor escolha de maneira sistemática, e sim por tê-la como ponto de referência central de suas ações políticas, em seu cerne, exigia uma nova ordem social; de outro modo, “a concepção cabocla de monarquia não envolvia uma ruptura radical com o mundo social dos homens, mas apenas com o mundo dos coronéis” (Monteiro, 1974, p. 187).

Da religiosidade

Dentro do mundo do sertão havia outro elemento substancial das relações sociais: a religiosidade. O isolamento geográfico das comunidades rústicas distanciou sua população de uma gama de serviços sociais, como escolas, hospitais e principalmente da Igreja, afastando-os dos ritos oficiais. A religião concentrava um intenso e importante caráter de sociabilidade nas comunidades rurais, pela qual os indivíduos se situavam e definiam socialmente. Neste panorama, os laços sociais extremamente fortes, como visto anteriormente, também floresciam por meio da religiosidade, que iniciava com o batismo.



Naturalmente, apesar da distância física, as comunidades adaptaram-se criando um novo rol de costumes com funções espiritualizantes, baseando-se por exemplo nas relações de aliança e compadrio como instituições que manifestavam o relacionamento e miscigenação entre o catolicismo rústico e oficial. Dessa forma, por conta da dificuldade e baixa frequência de visitas da Igreja Católica, usualmente ocorria o batismo duplo, feito primeiro e preferencialmente pelo monge - em vista da proximidade e familiaridade das comunidades - e posteriormente pelo padre (Monteiro, 1974).

Na concepção sertaneja, o monge exercia papel equivalente ao do padre, porém a serviço do mundo religioso rústico, pois o monge vivia o sertão, enquanto o padre era portavo de uma instituição estranha aos sertanejos, ou seja, um estrangeiro.

Isto posto, a impregnação religiosa na vida cotidiana segundo Monteiro (1974, p. 84), apresentava “demarcação nítida entre fenômenos da natureza, da sociedade e do sobrenatural”.

Consoante Marés (2003, p. 77), para além da devoção Católica e as superstições da população cabocla, o Contestado manifesta essa esfera de

[...] descontentamento com a ordem fundiária, mas mais ainda do que descontentamento, desconformidade do sistema com as realidades locais. [...] há mestiços, negros, índios, filhos de imigrantes duramente empobrecidos que ocuparam terras, juntaram-se para viver em paz, não raras vezes buscando no isolamento a segurança e a proximidade com seu Deus e suas crenças.

De acordo com Monteiro (1974, p. 192) “toda negação radical *deste mundo* e desta *ordem* em sua totalidade e toda proposição de um *começo absoluto* tendem para uma *reconstrução do existente* que assume caráter religioso”. Ainda, o autor completa que “não foi, porém, a presença deste modo de expressão [religiosa], mas as condições sociais e culturais gerais que levaram os rebeldes à derrota” (1974, p. 77).

Em meio destas condições de fome e miséria, causadas pela expulsão violenta e matança desenfreada advindas das companhias ferroviárias, Silva (2008, p. 283) “ressalta desses episódios o fato de serem integrados por uma população errante, disposta a cortar todos os vínculos com seus lugares de origem, para se concentrar em redutos sagrados (a terra santa)”.



A GUERRA DO CONTESTADO: UM ESTADO QUE DESTERRA SEU POVO

A estabilidade da vida sertaneja foi interrompida pelas alterações políticas, sociais e econômicas que influenciaram na perturbação da ordenação social de suas comunidades, por meio da desorganização do trabalho no campo com a imposição capitalista dominante, ocasionando a opressão com baixíssimos salários e a monopolização do comércio local, ameaçando de maneira intrínseca a sua sobrevivência (Fraga, 2016). Nessa perspectiva, deve-se reconhecer o completo abandono estatal à população, impondo-os a marginalização ao degradar a natureza e sua relação à terra-floresta-trabalho enquanto condição de existência (Gemelli, 2018).

Os caboclos e as caboclas, cansados, desacreditados, e imbuídos de um sentimento de revolta pelos abusos que sofriam, uniram-se na crença do catolicismo popular, aderindo às pregações do Monge São José Maria, que os incentivou a lutar pelos seus direitos — a fé inabalável se constituiu como fator de coesão popular camponesa que os manteve em guerra civil durante quatro anos (Fraga, 2016, p. 32).

Tanto a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* quanto a *Brazil Railway Company* foram responsáveis pela expulsão, desapropriação e assassinato em massa de milhares de caboclos, caboclas, imigrantes, crianças, idosos e mulheres que residiam nas terras adquiridas por ambas as companhias, exercendo uma perseguição maquiavélica e impiedosa limpeza étnica que perdurou pelo pós-guerra e matava sem discriminação. Entretanto, ainda que em guerra, as terras pertencentes aos coronéis locais foram resguardadas (Gemelli, 2018).

Apesar da desvantagem numérica e material da população civil, os militares precisaram de 13 expedições utilizando armamento bélico pesado, contando com canhões, metralhadoras, bombas, espadas e fuzis contra o armamento rudimentar dos sertanejos, “que, muitos aspectos, faz lembrar a Guerra do Vietnã” (Fraga, 2016, p. 32).

Por fim, a tática militar foi cercar os camponeses numa região menor e nela ir penetrando, ainda que lentamente, onde não deixassem entrar alimentos e munições aos redutos, enfraquecendo os sertanejos. As doenças foram exterminando os revoltosos, sendo que alguns, fugindo da morte, acabavam se entregando as forças oficiais, sendo, a maioria, executada sumariamente (Fraga, 2005, *apud* Fraga, 2016, p. 33).



A Guerra cessa oficialmente em outubro de 1916 com a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, prosseguido de um silenciamento devastador quanto a uma das maiores guerras civis do continente americano, marcada pelo genocídio de milhares de camponeses empobrecidos, configurando crime contra a humanidade sob os critérios do Tribunal Penal Internacional pelos assassinatos em massa, pelos extermínios, pela perseguição religiosa-racial-política, pela violação de corpos, pelos bombardeios de locais religiosos repletos de caboclos e caboclas, pela fome e pela cremação de cadáveres para eliminação de provas (além dos cemitérios, valas comuns e trincheiras) que quase eliminou os camponeses do interior catarinense e paranaense (Fraga, 2016).

CONTESTADO NA ATUALIDADE: HERANÇAS DA ESTRUTURA SOCIOTERRITORIAL LATIFUNDIÁRIA E A INTERDIÇÃO DO ACESSO À TERRA-TERRITÓRIO

Como se vê, inserido nas relações de poder existentes no jogo de interesses entre os latifundiários e o Estado, em prejuízo de sua população campesina, “o poder marca o território e a propriedade privada é sua expressão” (Fonseca, 2019, p. 183) ao expor como o Estado foge de seu papel ideal de mediador de conflitos e garantidor dos direitos fundamentais para tornar-se instrumento de legitimação daquilo que lhe é conivente, obedecendo os interesses do capital, expandindo o latifúndio, agravando a desigualdade social e permitindo a reprodução da violência pelo controle territorial. Portanto, ignora atos lesivos ao interesse público prescrito nos termos da lei, como fez durante a Guerra do Contestado.

Essa situação de passividade e submissão do Estado caracteriza a plutocracia vigente, beneficiando os grandes proprietários sedentos pelo lucro das terras, enquanto camponeses e camponesas vivem no limite da insegurança material/física/social no que diz respeito a sua própria existência, tomados pela incerteza da permanência nas terras como um reflexo infeliz do conflito de 1912.



O Paraná, tem a história escrita com sangue camponês e índio, apesar de suas cidades ostentarem os nomes dos proprietários de terra e dos soldados que puseram suas armas para derramá-lo. A tragédia, para o Direito, é que a violência estava estabelecida na Lei de Terras contra os posseiros que buscassem na terra dignidade para suas vidas. Mais do que isso, os grandes movimentos, como Contestado e Canudos, foram chamados de monarquistas e as tropas foram mobilizadas sob o falso argumento de que os rebelados lutavam para restabelecer o Império no Brasil, quando queriam apenas viver na terra, onde vive todo ser humano e lutavam para que os deixassem estar” (Marés, 2003, p. 78-9).

Apropriadamente, Marx (1842, *apud* Bensaïd, 2017) realiza uma reflexão quanto a propriedade ao questionar que

Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada? Por meio de minha propriedade privada não estou excluindo todo e qualquer terceiro dessa propriedade? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade?

Dessa forma, ao analisarmos o Contestado através das constatações feitas por Gemelli (2018), é vital notar que sempre que o capital busca se expandir através da lógica acumulativa, traz como consequência imediata a degradação da natureza e do trabalho causada pela concentração fundiária. Logo, é urgente reavaliar criticamente o modo de produção que dita a sociedade e reconsiderar os verdadeiros fatores do cenário agrário atual, a fim de superar a análise meramente agrícola e olhar de forma atenciosa à dinâmica espacial e os rebatimentos sociais.

Em suma, o fim do latifúndio no Brasil só será possível com a realização de uma reforma agrária efetiva, que possibilite autonomia e diversidade no campo (Fonseca, 2019) a fim de vencer a histórica interdição do acesso à terra e de maneira esperançosa, contrariar ineditamente a afirmativa de que “‘entre direitos iguais’ dirá Marx em *O Capital*, ‘quem decide é a força’” (Bensaïd, 2017, p. 30).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início, compreendemos que o direito à terra no Brasil colonial surge como um direito de poucos, isto é, de fato um privilégio de classe em uma sociedade da qual dividia-se basicamente em senhores e escravos, cenário em que a lei era facilitada e menos burocrática quando se atendia à economia vigente lucrativa.

Logo, é essencial perceber, segundo Silva (2008, p. 18), que “uma das características da constituição da propriedade da terra no Brasil é que a propriedade territorial se constituiu fundamentalmente a partir do patrimônio público”; e, isto posto, inferir as marcas refletidas hodiernamente, como o latifúndio, a partir da divisão do Brasil em grandes faixas de terra; o baixo desenvolvimento industrial, em razão do alto - e com isso, único - desenvolvimento agropecuário, e; o intenso fator agroexportador, aspecto principal da economia atual.

Em síntese, nesta pesquisa problematizamos sobre como o processo de apropriação privada da terra no Brasil constituiu-se desde o princípio pelo caos fundiário (Silva, 2008) e pela intenção política das classes dominantes em governar o Direito e utilizá-lo como um instrumento de repressão à toda coletividade, dobrando-o ao seu favor e legitimando seus interesses unilaterais. Sob essa perspectiva, torna-se indubitável e notória a repressão estatal quando avaliamos o genocídio ocorrido na Guerra do Contestado, na qual houve múltiplas ações e omissões que segregaram seus indivíduos, extinguindo comunidades em prol do capital e do processo exploratório, frutos de um sistema de produção faminto e insaciável por poder.

Quanto ao Contestado, é ímpar ressaltar a necessidade da contemplação do fenômeno em sua totalidade por meio da historicidade regional, e salientar a relevância da resistência da população cabocla que repercute até os dias hoje, em um processo identitário de herança secular que mantém viva a chama da justiça e da luta respectiva do processo democrático, fundamental no Estado Democrático de Direito.

Por fim, objetivamos a noção de que não poderia haver elemento mais disputado do que a terra, “pois o fato de a terra ser irreproduzível e insubstituível impulsiona a lei da procura e, com isso, a valorização” (Paulino, 2021, p. 79). Ainda que a terra, em



contrariedade, jamais pediu títulos e documentos para entregar seus frutos, dos quais sempre bastou plantar ou coletar (Marés, 2003).

REFERÊNCIAS

- BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In. MARX, KARL. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FONSECA, Silas Rafael da. **Latifúndio (im) produtivo e impasses a recriação camponesa no Sudeste paranaense**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.
- FRAGA, Nilson Cesar. A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. In. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (org.). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.
- GEMELLI, Diane Daniela. Por uma leitura geográfica do Contestado: território, terra e o povo caboclo. São Paulo: **Terra Livre**. 2018.
- MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.
- MONTEIRO, Teixeira Douglas. **Os Errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Capítulo 2 – Faces da Questão Agrária. In. Observatório da Questão Agrária no Paraná (Org.). **Atlas da Questão Agrária no Paraná: Diálogos em Construção**. Naviraís MS: 2021.
- PRIOSTE, Fernando Gallardo Vieira. Das sesmarias à lei de terras de 1850: povo indígena, o direito e a terra mercadoria no Brasil. In. MARÉS, Carlos Frederico. Et al. **Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira**. Curitiba, PR: Letra da Lei, 2016.
- SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- TALASKA, Alcione. **O espaço agrário brasileiro na perspectiva conceitual**: dos aspectos legais às implicações territoriais. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.



EDUCAÇÃO, CIDADANIA E PERTENCIMENTO NO CONTESTADO

EDUCATION, CITIZENSHIP AND BELONGING IN THE CONTESTADO

EDUCACIÓN, CIUDADANÍA Y PERTENENCIA EN EL CONTESTADO

Eduardo do Nascimento Karasinski⁷²

Resumo

Ao inserir a identidade no debate da educação, constitui-se uma direção fundamental para a formação da cidadania ativa como pertencimento a uma comunidade política. Por isso, este trabalho tem como objetivo definir formas de desenvolvimento da cidadania e suas relações de pertencimento com o contexto histórico-cultural do Contestado, em alguns processos educacionais escolares. Promoveu-se o compartilhamento interescolar de atividades pedagógicas sobre o Contestado e, por meio de grupos focais, determinou-se potencialidades e dificuldades na educação cidadã, analisando as relações de pertencimento referentes ao contexto local. Conclui-se que, há uma extensa divergência correlacionada à finalidade da escola, pois, não foram observados processos de gestão escolar acerca do cumprimento da formação cidadã. Além disso, as práticas pedagógicas exitosas estão conectadas a um forte vínculo de pertencimento dos professores às questões políticas do Contestado.

Palavras-chave: Educação; Cidadania; Pertencimento no Contestado.

Abstract

By including identity in the debate on education, it constitutes a fundamental direction for the formation of active citizenship as belonging to a political community. Therefore, this work aims to define ways of developing citizenship and its relationships of belonging with the historical-cultural context of Contestado, in some school educational processes. The inter-school sharing of pedagogical activities about Contestado was promoted and, through focus groups, the potentialities and difficulties in citizenship education were determined, analyzing the relationships of belonging related to the local context. It is concluded that there is a wide divergence correlated to the purpose of the school, since school management processes regarding the fulfillment of citizenship formation were not observed. In addition, successful pedagogical practices are connected to a strong bond of belonging of teachers to the political issues of Contestado.

Keywords: Education; Citizenship; Belonging in the Contestado.

⁷² Educador popular, agente cultural e pesquisador da identidade cabocla do Contestado. Licenciado em Educação Profissional e Tecnológica IFSC. Pós-doutorado UFRGS. Doutor em Ciência e Engenharia de Materiais UDESC, período sanduíche UPV Espanha. Bacharel em Engenharia de Materiais UEPG. Caçador-SC-Brasil. E-mail: eng.mat.duda@gmail.com



Resumen

La inclusión de la identidad en el debate educativo constituye una orientación fundamental para la formación de una ciudadanía activa como pertenencia a una comunidad política. Por lo tanto, este trabajo busca definir formas de desarrollo de la ciudadanía y sus relaciones de pertenencia con el contexto histórico-cultural de Contestado, en algunos procesos educativos escolares. Se promovió el intercambio interescolar de actividades pedagógicas sobre Contestado y, a través de grupos focales, se determinaron las potencialidades y dificultades de la educación ciudadana, analizando las relaciones de pertenencia relacionadas con el contexto local. Se concluye que existe una amplia divergencia correlacionada con el propósito de la escuela, ya que no se observaron procesos de gestión escolar relacionados con el cumplimiento de la formación ciudadana. Además, las prácticas pedagógicas exitosas están conectadas con un fuerte vínculo de pertenencia del profesorado a las cuestiones políticas de Contestado.

Palabras clave: Educación; Ciudadanía; Pertenencia al Contestado.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, com o propósito de mostrar como educação, cidadania e pertencimento se relacionam e qual o diagnóstico dessa interrelação na região do Contestado, parte-se do seguinte exemplo: uma criança oriunda dessa região nas décadas de 1980, 1990 até os anos 2000, já urbanizada, cujos avós entraram no êxodo rural, aprendeu muito pouco na escola sobre a história da Guerra do Contestado (1912-1916), quando não aprendeu errado ou sequer soube da existência. Na aprendizagem dessa criança por meio do convívio familiar e social, tampouco foi comentado no seu cotidiano, portanto, estando estas relações histórico-culturais precarizadas ao olhar aqueles avós vítimas das consequências da Guerra, por meio das lentes do preconceito estrutural, típico do tempo analisado. Sobretudo, porque àqueles avós impediu-se a manutenção da sua forma de vida tradicional e o acesso ao conhecimento desta história familiar, devido às perseguições e ao apagamento cultural das décadas do pós-Guerra. Desta forma, na construção identitária deste jovem foi preferível distanciar-se daquela figura ancestral degradada pelos valores urbanos, aproximando-se dos novos valores apresentados pela globalização. Porém, ainda vivendo no sertão.

Por outro lado, memórias afetivas não valorizadas pela sociedade, ainda encontram-se presentes nesta criança. São memórias do dia-a-dia, construídas no contexto afetivo familiar, embora não tenham sido consideradas importantes para a formação daquele jovem,



dado o Deslocamento Identitário (Hall, 2006). Consequentemente, são memórias que não estão ativas durante a sua atuação na sociedade. Ao mesmo tempo em que, isso ocorreu de forma generalizada para a grande parcela das pessoas na região do Contestado, o grupo social surgido a partir de tal conjuntura, ficou enfraquecido diante das disputas políticas pela falta de pertencimento e, como efeito, pela falta de engajamento, tornando-o mais suscetível ao controle e esquecimento. Se hoje grande parte das pessoas não reconhecem e não se identificam com as causas da Santa Irmandade Cabocla na Guerra do Contestado (Monteiro, 1974; Auras, 1984; Machado, 2004), então, em nada elas orientarão suas vidas neste sentido, mesmo sendo elas fruto dessa configuração histórica.

Ao inserir a identidade neste debate, a questão das diferenças culturais constitui uma direção fundamental para se pensar a cidadania, denominado de cidadania ativa. Neste caso, não mais entendendo a cidadania como simplesmente a garantia de direitos e deveres ao indivíduo, mas também, como forma de pertencimento a uma comunidade política. É por meio do desenvolvimento da cultura societária que as pessoas adquirem motivação, abrindo-se um conjunto de opções mais significativas para sua ação, envolvendo as memórias e os valores compartilhados por aquele determinado grupo social. De tal maneira que, os indivíduos idealizam as condições de sua participação cidadã. Por outro lado, na concepção de cidadania passiva, o Estado é quem garante a atribuição legal e formal do cidadão, estabelecendo um conjunto de leis comuns aos indivíduos. Neste caso, a separação do público e do privado torna-se um princípio fundador da ordem social, já que, cada indivíduo possui um juízo de valor. Logo, o privado passa a representar a liberdade individual. Portanto, a cidadania implica em liberdades e restrições, benesses e obrigações, poderes e responsabilidades do cidadão junto ao Estado. Na concepção de cidadania passiva a criação e defesa de uma ordem política particular, condiciona a participação cidadã ao acesso a direitos civis, políticos e sociais. Neste sentido, a igualdade de oportunidades para exercer a liberdade se sobrepõe à importância da cultura e do contexto histórico. Ao reduzir a cidadania a sua expressão centrada no indivíduo, o sentimento de uma identidade coletiva é depreciado. Assim, retira-se a força da responsabilidade que cada indivíduo tem em participar da vida comunitária (Held, 1999; Plastino, 2006; Sobottka, Ota & Bassani, 2011; Tuzzo & Figueiredo, 2015).



Apesar de ter-se consolidado uma identidade dominante do global naquele jovem do exemplo inicial, o sentido de pertencimento ao Contestado ainda aflora, envolvendo fatores que adentram nas memórias desvalorizadas. Práticas sociais adotadas na época da Guerra do Contestado, ocasião em que os avós eram netos, perpetuam valores fundamentais para uma condição de vida futura mais justa socialmente e sinérgica para o ambiente natural, defronte a problemática da globalização do capitalismo. Por exemplo, as práticas culturais ancestrais, como o benzimento, revelam uma relação holística com o ambiente, integrando práticas naturais de cuidados com a saúde contra a indústria farmacêutica dominante global. Outro exemplo se dá nas práticas alimentares locais com o pinhão e outros processos orgânicos, os quais favorecem a produção de uma base alimentar agroecológica na mata de Araucárias contra o agronegócio dominante global. Os valores sociais da Santa Irmandade Cabocla, também propõem um modo de vida que vai contra o consumismo e os crescentes índices de desigualdades constatados atualmente (Nascimento, 2022).

Portanto, aí existe uma interrelação possível entre educação, cidadania e pertencimento, alvo da análise deste artigo. A partir do contexto antes posto, para entender e atuar na direção da valorização da cultura cabocla do Contestado nos processos educativos, mostra-se de grande relevância científica, tecnológica e social a sistematização dos pontos centrais desta problemática, como forma de orientar as ações de educadores na região do Contestado para o desenvolvimento de metodologias educacionais cujo propósito é a superação desta condição de apagamento cultural. Por isso, este trabalho tem como objetivo definir formas de desenvolvimento da cidadania e suas relações de pertencimento com o contexto histórico-cultural do Contestado, em alguns processos educacionais escolares locais.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto executou-se os seguintes as etapas: promoção do compartilhamento interescolar de atividades pedagógicas sobre o Contestado; levantamento da concepção de professores sobre o conceito de cidadania em convergência com suas

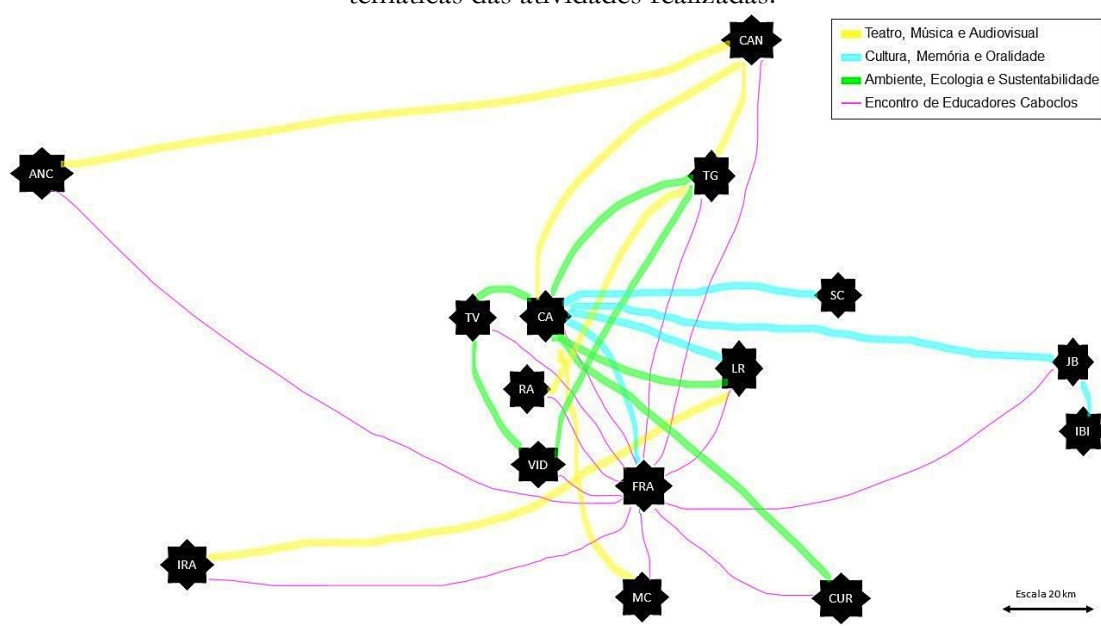


práticas; determinação das potencialidades e dificuldades na educação cidadã e análise das relações de pertencimento nos processos educativos referentes ao contexto histórico-cultural do Contestado.

O mapa de interações da Fig. 1 mostra os intercâmbios de atividades pedagógicas sobre o Contestado promovidos em escolas da região durante o período de novembro de 2021 a novembro de 2022. Ao todo foram realizados 17 eventos onde estiveram envolvidos mais de 600 estudantes do ensino infantil, fundamental, médio e superior de 15 municípios, além de 66 educadores colaboradores, os quais participaram de forma qualificada e ativa da construção das atividades pedagógicas compartilhadas nestes eventos. Cada uma das atividades realizadas nas escolas foi apresentada em um evento em outro município. Ao final, um encontro dos educadores e educadoras caboclos e caboclas do Contestado, amarrou os conhecimentos construídos nestes eventos (Nascimento, et al, 2024).



Figura 1. Mapa de interações pedagógicas interescolares com a legenda indicando as temáticas das atividades realizadas.



Municípios: CAN-Canoinhas, ANC-Anchieta, TG-Timbó Grande, TV-Taquara Verde, CA-Caçador, SC-Santa Cecília, RA-Rio das Antas, LR-Lebon Régis, JB-José Boiteux, VID-Videira, FRA-Fraiburgo, IBI-Ibirama, IRA-Irani, MC-Monte Carlo e CUR-Curitibaanos.

Depois disso, no período de março de 2023 a julho de 2023, aplicou-se a pesquisa aprovada no parecer consubstanciado da Comissão de Ética em Pesquisa (CEP-IFSC) nº 5.705.219, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 60984222.6.0000.0185. Realizou-se um convite formal a escolas predispostas a ceder espaço para execução da pesquisa com os professores interessados. Após o aceite da escola e confirmação de data, organizou-se a coleta de dados constituída de duas etapas.

Primeiro, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes, uma questão estruturada de múltipla escolha sobre cidadania foi aplicada. Num questionário foram dispostas 4 frases afirmativas sobre uma visão voltada ao entendimento passivo da cidadania, respectivamente: i) cidadania está relacionada à atribuição legal e formal dos indivíduos, garantida pelos seus direitos e deveres junto ao Estado; ii) na cidadania o direito particular de separação entre público e privado garante a liberdade dos indivíduos; iii) atualmente, o principal meio de atuação cidadã é com a democracia representativa; iv) a cidadania ocorre a partir do acesso aos direitos civis e



políticos de cada indivíduo. Foram dispostas juntamente outras 4 frases afirmativas sobre uma visão voltada ao entendimento ativo da cidadania, respectivamente: i) a cultura e a construção histórica de um lugar é fundamental para os indivíduos exercerem a cidadania; ii) o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento comunitário está relacionado à formação cidadã; iii) na cidadania há uma idealização em relação ao compartilhamento de valores entre os indivíduos; iv) o pluralismo cultural favorece a participação cidadã dos indivíduos, os quais são responsáveis pela organização e mudança da sociedade.

Cada professor participante da pesquisa assinalou 4 das 8 alternativas que mais se assemelhavam a sua compreensão. As frases foram distribuídas de forma aleatória, resultando numa classificação em 5 posições entre as concepções de cidadania ativa e passiva. Responderam ao questionário 72 professores participantes. Entende-se que esta é uma maneira limitada de levantar-se um conceito cuja complexidade é acentuada, mas em termos gerais, esta questão deve apontar para um entendimento predominante entre o grupo de professores estudado.

Na sequência, aplicou-se o método do grupo focal. Este método serve para convergir os posicionamentos dos professores participantes por meio do discurso do sujeito coletivo. O discurso do sujeito coletivo é uma forma de emergir as representações obtidas a partir das opiniões ou expressões individuais emitidas. A metodologia agrupa os conteúdos das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo (Lefevre & Lefevre, 2014). Foram realizados 7 grupos focais em escolas de diferentes municípios com grupos que variaram entre 5 e 14 professores, totalizando 72 participantes. Os grupos focais duraram entre 45 minutos a 1 hora e 30 minutos, sendo gravados em áudio na íntegra. Após isto, os áudios foram transcritos textualmente para síntese dos conteúdos presentes.

Na primeira questão alvitrada no grupo focal, cada participante fez sua apresentação, enfatizando os componentes curriculares que trabalha, bem como, as tendências das suas abordagens pedagógicas em sala de aula. Assim, avaliou-se as tendências entre a concepção histórico-crítica e a concepção científico-conteudista. Encerrada a apresentação, a questão seguinte foi: como vocês abordam objetivamente a formação cidadã em sala de aula, senão, como observam a presença do tema cidadania na sua prática pedagógica? O assunto não foi



introduzido previamente a fim de que fosse observada a posição dos participantes, conforme seguiu o diálogo entre eles. Encerrada esta questão no grupo focal com esgotamento da livre manifestação dos participantes, outra questão norteadora foi colocada, sendo ela: como vocês avaliam seu pertencimento ao contexto local da escola e ao cotidiano dos estudantes? Finalizou-se a atividade do grupo focal ao serem encerrados os relatos sobre essa questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compartilhamento das atividades de ensino sobre o Contestado

A partir das interações mapeadas na Fig. 1, foi possível erigir, pela primeira vez na literatura, um conjunto de práticas exitosas sobre o ensino do Contestado. Promoveu-se junto a escolas, educadores e educandos, em suma, a apresentação de uma peça teatral e um produto audiovisual produzidos pelos estudantes do Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental de Anchieta durante a Semana do Contestado de Canoinhas, onde também foram expostos trabalhos escolares de estudantes. Professores da Escola Estadual de Educação Básica Machado de Assis de Timbó Grande foram capacitados no Centro de Treinamento da Epagri em Videira e desenvolveram o projeto aquarela com argila, apresentado no Instituto Federal de Santa Catarina de Caçador, o qual adicionalmente promoveu na Escola Estadual de Educação Básica Thomaz Padilha, localizada no distrito de Taquara Verde, uma oficina de horta escolar. A Escola Estadual de Educação Básica 30 de Outubro, localizada no assentamento Rio dos Patos em Lebon Régis, produziu peças cerâmicas com as crianças, bem como, apresentou uma peça teatral juntamente com a apresentação do repertório orquestrado de Vicente Telles em Irani. A Escola Estadual de Educação Básica Irmã Irene localizada em Santa Cecília e a Escola Municipal de Educação Básica Padre Biagio Simonetti de Fraiburgo participaram do desenvolvimento da Caixa de Memória (Nascimento, et al, 2023), projeto de colaboração entre o Museu Histórico e Antropológico do Contestado de Caçador e a Universidade Federal de Pelotas. A Escola Nucleada Municipal Jacinta Nunes de Rio das Antas participou de uma oficina de fotografia e podcast por meio do projeto Estação Contestado da Universidade do Estado de Santa



Catarina de Florianópolis, que por sua vez, promoveu uma formação para professores em Timbó Grande. O Núcleo Municipal Getúlio Vargas em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, ambos de Curitiba, executaram uma oficina sobre recursos hídricos. A Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular de Fraiburgo promoveu palestras na Semana do Contestado da Escola Estadual de Educação Básica Professora Virgínia Paulina Gonçalves de Monte Carlo, que também recebeu a oficina de música desenvolvida no Instituto Federal de Santa Catarina de Caçador. A Escola Municipal Rural Básica Benedito Therézio de Carvalho, localizada no distrito de Felipe Schmidt em Canoinhas, apresentou o projeto sobre ervas medicinais durante o Encontro da Rede de Educadores Caboclos realizado no Instituto Federal Catarinense de Fraiburgo. A Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ, localizada na aldeia Palmeirinha em José Boiteux, recebeu a visita do Instituto Federal Catarinense de Ibirama e também participou do Encontro da Rede de Educadores Caboclos, dentre algumas outras interações e atividades pedagógicas feitas. No documentário “A escola no Contestado: Um tempo anunciador” (Nascimento, et al, 2023) estão registradas todas as interações ocorridas.

Os episódios da série documental antes citada, exibem a ancestralidade, promovendo uma narrativa oral e a convergência entre as diferentes gerações. Neste sentido, insere-se uma visão contínua e perpetuada dos valores tradicionais, da experimentação, da memória e da cultura, bem como, estas relações prosseguem em resistência atemporal. Observa-se uma estética da diversidade, são caboclos, crianças, educandos, anciões e educadores. Há passagens questionadoras que revelam o descaso e destacam criticamente a continuidade dos conflitos. Sobretudo, distingue-se o compartilhamento de conhecimento entre os estudantes, o respeito e o sentido comunitário fortalecido, gerando aproximação com a comunidade a partir da escola. Os episódios trazem uma reflexão sobre o espaço problematizado, ilustrados pelo protagonismo dos estudantes. Ao avaliar-se as temáticas das atividades realizadas nesta etapa inicial, constata-se que, o Contestado é um foco transdisciplinar, cheio de complexidade, que permite o desenvolvimento da educação cidadã pelo viés do pertencimento, atingido na interseção de três áreas da educação, como esquematizado na Fig. 2.



Figura 2. Esquema da interrelação entre áreas da educação de acordo com as temáticas das atividades pedagógicas executadas na rede de educadores caboclos do Contestado durante o ano de 2022.



Fonte: O Autor (2024)

Perfil dos professores e escolas participantes

No processo de compartilhamento das atividades pedagógicas participaram professores das diferentes áreas do conhecimento, não sendo possível correlacionar diretamente a área de atuação com o ensino sobre o Contestado. A princípio o componente curricular de História teria grande afinidade para o ensino da história da Guerra do



Contestado. Entretanto, além dos professores das ciências humanas trabalhando o ensino sobre o Contestado, encontrou-se práticas exitosas de professor das ciências exatas trabalhando com as artes, pedagogo trabalhando com patrimônio cultural, ou então, professor das linguagens trabalhando com educação ambiental, desta maneira, introduzindo de forma criativa e notória o ensino sobre o Contestado. Houve uma grande diversidade de práticas interdisciplinares, sendo que, a principal determinação para o êxito das práticas pedagógicas foi a relação de identificação e pertencimento do professor com as questões políticas do Contestado. Todas as instituições participantes foram públicas, sendo desconhecido no âmbito deste trabalho, qualquer projeto pedagógico exitoso sobre o Contestado na rede privada de educação.

Ademais, participaram da etapa subsequente de pesquisa, 22 professores pedagogos dos quais 8 atuavam na educação especial, 14 professores das ciências da natureza (biologia, química e física), 14 professores das linguagens (letras, educação física e artes), 13 professores das ciências humanas (sociologia, filosofia e geografia), 6 professores de matemática e 3 professores encarregados da gestão escolar. Os professores participantes tinham entre 4 a 22 anos de magistério. Na apreciação do perfil dos professores que participaram dos grupos focais, 46,4% deles disseram ter uma abordagem pedagógica predominantemente científico-conteudista, incluindo, sistematização, generalização e problematização de conhecimentos, aulas expositivas e experimentos laboratoriais. 42,0% dos professores relataram ter uma abordagem pedagógica que se aproxima, genericamente, da concepção histórico-crítica, isto é, aulas reflexivas e dialogadas, metodologias ativas, debates críticos e ações sociais externas à escola. 11,6% dos professores disseram ter uma abordagem pedagógica equilibrada e diversificada entre a concepção científico-conteudista e histórico-crítica. Aqui considerou-se as concepções pedagógicas de uma maneira bastante ampla, desconsiderando nuances, para que fosse possível verificar alguma ligação evidente entre a concepção pedagógica e o ensino sobre o Contestado. Entretanto, tal conexão não pode ser constatada, já que, existiu um equilíbrio entre as concepções. Do mesmo jeito, não foi possível verificar uma relação entre os componentes curriculares e o ensino sobre o Contestado, também mostrando-se volúvel.

As escolas que participaram da etapa de compartilhamento interescolar de práticas pedagógicas foram mobilizadas em função da atuação notória e individual dos professores,



que de alguma forma, já vinham efetuando suas práticas sobre ensino do Contestado nestas instituições. Portanto, observou-se um perfil bastante diversificado, havendo escolas rurais, urbanas centrais e periféricas, de administração municipal, estadual e federal, universidades e associações comunitárias, caracterizando a presença de educadores do ensino formal e não-formal, dos níveis de ensino infantil, fundamental, médio e superior. No geral, a grande maioria das escolas públicas não elabora projetos pedagógicos específicos sobre Contestado, restringindo-se ao insípido conteúdo da Guerra do Contestado presente nos manuais didáticos. Em contrapartida, neste trabalho o diferencial destas instituições participantes é que haviam professores dedicados a um projeto extensivo e destacado de ensino sobre o Contestado, fazendo com que o perfil destas escolas fosse estrito em relação à temática estudada.

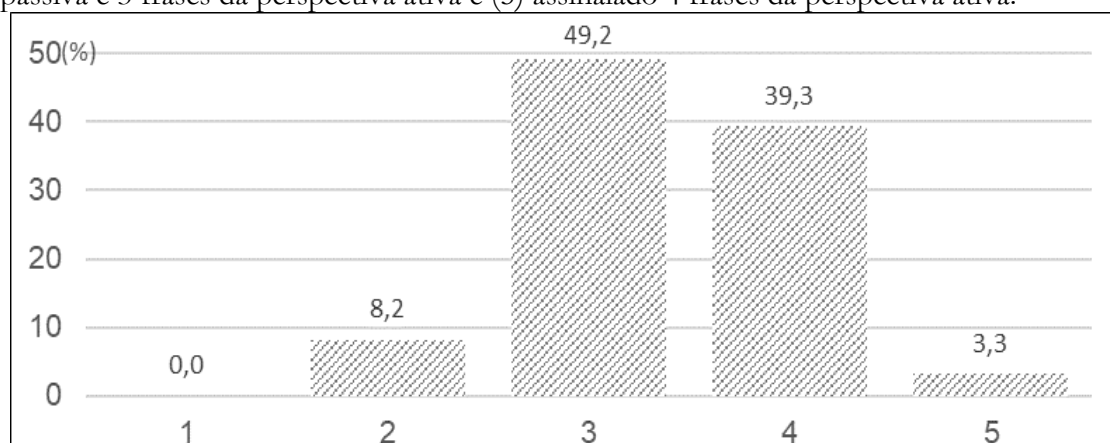
Para a aplicação da etapa de pesquisa foram convidadas e contribuíram: Escola Estadual de Educação Básica (EEEB) Thomaz Padilha localizada no distrito de Taquara Verde em Caçador, EEEB Frei Caneca localizada no centro de Lebon Régis, EEEB Machado de Assis localizada no centro de Timbó Grande, EEEB Irmã Irene localizada no centro de Santa Cecília, EEEB Marechal Eurico Gaspar Dutra localizada no bairro São Luiz de Curitiba, Escola Municipal de Educação Básica Presidente Castello Branco localizada no bairro Industrial de Canoinhas e curso de Pedagogia do Instituto Federal Catarinense de Videira. O perfil das escolas componentes da pesquisa engloba uma localidade rural, escolas centrais de municípios com destaque no progresso da identidade cabocla e municípios de menor evidência, tal qual, há escolas que participaram da etapa de compartilhamento com projetos de destaque e escolas que não tiveram esta aproximação. Também há escolas localizadas em bairros, que atuam nas regiões urbanas periféricas, da administração estadual e municipal. Durante a execução dos grupos focais, nenhum dos professores da educação infantil e das séries iniciais se disponibilizou a participar da pesquisa. Assim sendo, buscou-se complementarmente, o relato de discentes dos semestres finais do curso de pedagogia, aproveitando as suas experiências de estágios no ensino infantil e séries iniciais de alfabetização e letramento.

Como forma de aferir o entendimento do grupo de professores pesquisados com relação à cidadania ativa ou passiva, eles responderam ao questionário antes do grupo focal.



Os resultados encontrados estão dispostos no gráfico da Fig. 3. Observa-se que, quase metade dos participantes assinalou 2 questões da perspectiva ativa e 2 da perspectiva passiva de acordo com a sua visão pessoal. No entanto, parte significativa, mais de 40%, assinalou pelo menos 3 alternativas com a perspectiva ativa de cidadania. Conseqüentemente, pode-se atribuir aos professores uma tendência de entendimento sobre a perspectiva ativa de cidadania. Este fato pode corroborar a afinidade política e o pertencimento às questões do Contestado.

Figura 3. Porcentagem das respostas em função da classificação proposta no questionário sobre a perspectiva de cidadania, sendo ela: (1) assinalado 4 frases da perspectiva passiva; (2) assinalado 3 frases da perspectiva passiva e 1 frase da perspectiva ativa; (3) assinalado 2 frases da perspectiva passiva e 2 frases da perspectiva ativa; (4) assinalado 1 frase da perspectiva passiva e 3 frases da perspectiva ativa e (5) assinalado 4 frases da perspectiva ativa.



Fonte: O Autor (2024)

Potencialidades e dificuldades na educação cidadã

No momento do grupo focal os participantes colocaram ênfase aos aspectos que julgaram importantes em resposta ao questionamento sobre a presença do tema cidadania na docência, indicando potencialidades observadas com relação à sua prática. De todos os relatos, apenas um único professor, prof- α , afirmou executar uma metodologia específica cujo objetivo é a formação cidadã. A cada diferente depoimento citado denominar-se-á de forma abreviada identificado o professor depoente com uma letra grega, como antes prof- α .



Neste caso, por meio da pesquisa-ação o determinado professor e seus alunos procuram estudar uma situação social com vistas a melhorá-la por meio dos conhecimentos científicos. Assim, com atividades de conscientização, os estudantes precisam encontrar formas, referentes aos seus direitos e deveres, inserindo-se em uma ação social. Nos demais relatos a cidadania aparece apenas como tema transversal, sem que haja um planejamento metodológico para o ensino da cidadania como objeto. Esta situação é crítica, ao passo que, todas as escolas participantes apresentam nos seus projetos políticos pedagógicos a formação cidadã como sua finalidade. Portanto, há um conflito técnico, sendo que, o cumprimento desta finalidade não tem um processo de gestão claro nas escolas.

Muitos professores expuseram que buscam práticas pedagógicas reflexivas e críticas, porém, a grande maioria deles não planeja trabalhar o tema cidadania. Ainda analisando as potencialidades indicadas, o prof- λ menciona que todos na escola acabam trabalhando um pouco do tema, no caso específico, ele aborda a formação cidadã casualmente, partindo dos deveres que cada indivíduo possui com a sociedade. Assim, procura apresentar problemas de relevância social para que os estudantes possam refletir e praticar alguma ação quando possível. O prof- μ elabora projetos em componentes curriculares eletivos e não planeja aulas para a temática, mas, salienta que são frequentes os momentos nos quais é necessário falar sobre assuntos correlatos à cidadania. Nestes projetos, os estudantes buscam desenvolver produtos que fiquem para a escola e que outros estudantes também possam utilizá-los, exercitando a sua cidadania. Da mesma forma, o prof- Γ apesar de não trabalhar objetivamente a cidadania em suas aulas, aponta que, a abordagem desse tema é favorecida nos componentes curriculares das ciências humanas. Entretanto, narra que sente dificuldades, justamente por não haver um planejamento sobre o tema, dizendo: “Muitas vezes a gente acaba entrando no assunto por demanda do próprio aluno. Quando você percebe algum tipo de pensamento diferente daquilo que é comum aos alunos, por exemplo, algum tipo de postura cultural antiga. Aí a gente entra no assunto de como a sociedade permitia determinadas práticas e hoje não se permite. Então, a gente acaba entrando no assunto dessa forma, de maneira não muito programada”. Outros professores corroboram, a abordagem sobre cidadania é ampla e trabalhada de forma não específica, comumente presente em momentos reflexivos sobre as sociedades. O prof- Θ também expôs que não



tem a cidadania como tema específico, todavia, aproveita os conteúdos correlatos para trabalhar a questão da participação popular, como forma de fazer o estudante entender o contexto no qual está inserido. O prof-A relatou outros exemplos de práticas pedagógicas na qual houve desenvolvimento da cidadania, mesmo não sendo objetivo destas práticas. Neste caso, quando realizou uma atividade sobre planejamento urbano, os alunos fizeram um estudo de campo, visitando e analisando locais da cidade. Logo, eles observaram que não havia coleta seletiva. A partir disso, os estudantes encaminharam a situação para a câmara de vereadores solicitando providências. Em outra situação, os estudantes escreveram uma redação sobre políticas públicas em educação. A turma redigiu um texto sobre a falta de bolsas de estudo na escola e enviou para a assembleia legislativa de Santa Catarina. Como descrito, existem algumas situações frequentes que os estudantes desenvolvem a sua cidadania, contudo, estes momentos ocorrem sem que o professor medie o aprendizado ou que o estudante tenha consciência de que aquela determinada prática tem como objetivo fazê-lo exercer a sua cidadania, conseqüentemente, desconhecendo o que é esperado dele.

Outras situações colocadas relacionam a formação cidadã à preparação para o mercado de trabalho e ao cumprimento de regras sociais, como é exposto pelo prof-β, o qual ponderou que o tema está presente nas suas aulas, principalmente, nas conversas sobre a contribuição de cada indivíduo na sociedade. Desta forma, ele busca transmitir aos estudantes que cada pessoa tem a sua importância, destacando o papel do trabalho. O prof-γ explanou que contribui para a formação cidadã desenvolvendo disciplina às regras escolares. Ressaltou ainda que, é necessário ser rígido com as responsabilidades e prazos, preparando assim, o estudante para o mercado de trabalho. O prof-ν relatou que a cidadania na sua intervenção ocorre durante as temáticas das tecnologias, também favorecendo a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. O prof-δ destaca que, para além da disciplina às regras escolares, a cidadania é observada no convívio escolar por meio do amadurecimento da socialização. O prof-η acredita que a discussão sobre os conteúdos em confronto com a realidade dos alunos pode incentivá-los a pensar nas ações que tomarão na sociedade. Ainda ressaltou que, a questão da cidadania pode ser verificada no discurso do aluno, quando de alguma forma, ele adquire um senso crítico. O prof-ε observa o desenvolvimento da cidadania nas relações sociais e cotidianas entre alunos e professores,



citando: “A conversa é outra, a aproximação é outra, e muitas vezes, o distanciamento é outro que acontece quando o aluno tem entendimento do seu papel cidadão”. O prof-II expôs que o tema cidadania encontra-se no currículo oculto, assim, o ambiente escolar acaba por moldar os estudantes, com o respeito às normas, com a hierarquia e com a responsabilidade. O prof-ζ confirma: “Cidadania é todo dia, você não precisa falar, hoje a gente vai falar de cidadania, não é um mero conteúdo pra você jogar no quadro”.

Por último, outro fator considerado de grande relevância para a educação cidadã nas escolas foi o componente curricular Projeto de Vida (PV). O PV foi introduzido nas escolas estaduais em 2019 por meio do programa Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI) como um núcleo articulador. No programa Novo Ensino Médio (NEM), implementado nas escolas pilotos desde 2021, o PV tornou-se um componente curricular, sendo agora ministrado por um professor específico. O prof-π ministrante do PV, ressaltou que, este componente tem muito a agregar e dá todo o respaldo para o professor trabalhar a cidadania, conforme apontou os conteúdos programáticos: “Nele reflete-se desde a origem da família, depois passando pela comunidade e os interesses individuais dos estudantes”. O prof-Σ situou que no PV são realizadas atividades correlacionadas ao autoconhecer-se e às relações sociais, por isso, a prática de sala de aula deve instigar o aluno a contribuir nesse processo. Mesmo assim, as aulas não têm como título a cidadania. O prof-κ afirmou que o PV é importante para desenvolver a cidadania ao se introduzir uma reflexão sobre o lugar onde os estudantes vivem. Como exemplo, solicitou aos estudantes que fizessem uma apresentação encenando como seria o trabalho de um guia turístico naquele município. No início os estudantes reclamaram, argumentando que não havia nada atrativo lá. Entretanto, depois de uma visita técnica a um sítio histórico da Guerra do Contestado no decorrer da atividade, os estudantes acabaram fazendo apresentações surpreendentes, mostrando um forte vínculo de pertencimento ao lugar onde vivem, mesmo sem perceberem isso.

Algumas situações de dificuldades na educação cidadã afloraram no grupo focal quando questionados sobre como os professores apuram a consciência dos estudantes com relação ao seu papel cidadão. O prof-ν mencionou: “Comigo eles estão trabalhando mais seguindo as orientações, não chegam a perceber a importância de fazer algo para a escola ou para a comunidade”. O prof-φ comentou que, mesmo discutindo em aula problemáticas



ligadas ao cotidiano dos estudantes, a maioria deles possui dificuldade em desenvolver uma consciência sobre cidadania e pertencimento, dando o seguinte exemplo: “Eu apresentei o tema no começo para os alunos, sobre o que tinha que se fazer com relação aos problemas socioambientais, que é deixar para o próximo. Tenho 9 aulas por semana com eles e são só 14 alunos. Na outra semana eu pedi pra eles, já que a gente estava falando sobre casa própria, que me trouxessem um esboço do que eles queriam projetar para a futura casa deles. Dos 14 só uma aluna quis continuar no lugar onde estava. Essa mesma aluna foi a única que projetou a casa no desenho, que teria cisterna, que teria iluminação solar, áreas ventiladas, etc”. O prof-Δ coloca que, nos componentes curriculares das ciências da natureza o tema da cidadania também é constante. No entanto, contrapõe frisando que, apesar de existirem algumas iniciativas na escola para desenvolver tais atitudes, as ações não são concluídas por dificuldades financeiras e burocráticas, conforme relata: “Por vezes eles se portam de modo crítico, de como está o ambiente e de como vão deixar para as futuras gerações. Só que não se colocam à disposição para mudar essa ação no momento em que eles vivem e no local onde vivem”. Em geral, os estudantes gostam de discutir temas relacionados à cidadania, contudo, é recorrente os questionamentos sobre a necessidade de frequentar a escola, já que, muitos deles têm o sentimento de que não terão oportunidades de exercitar seus conhecimentos, pois, no local onde vivem não há grandes perspectivas de atuação na sociedade. O prof-ϑ relata: “É impossível trabalhar filosofia com uma aula por semana, sendo que, o aluno tem que desenvolver todo o processo reflexivo e crítico para que ele saia e faça com que isso dê resultado. Daí você produz um cidadão de que tipo, você tem um indivíduo que prefere estar fora da sala de aula do que dentro”.

O prof-λ diz: “É um trabalho de formiguinha, a gente ensina lá desde pequeno e a escola é uma continuação disso. No nosso caso aqui, poucos têm essa consciência”. Em seguida cita um exemplo de situação, na qual um estudante após uma conversa sobre determinada situação constrangedora, autorrefletiu sobre as suas atitudes percebendo que, aquela situação era praticada dentro do contexto familiar normalmente. O prof-ξ cita outro exemplo sobre o contexto familiar. Neste caso, determinada família quando soube que o estudante não receberia o auxílio financeiro naquele ano, resolveu que o mesmo não frequentaria mais a escola. Assim, foi necessário tomar providências para a continuidade



daquele estudante, fazendo valer a obrigatoriedade da educação como um direito dele. Após contar o caso, falou: “Eu acho que essas questões com os nossos alunos ainda são fracas neles, eles não se sentem pertencentes, eles às vezes, não compreendem que tudo que tem na escola é pra ele e por eles”. O prof- ζ evidenciou que as famílias estão mais preocupadas com seus direitos do que com os seus deveres, constatando: “Aqui no nosso município as pessoas têm essa ideia, de que eu sou um coitado, que eu preciso receber os auxílios, senão, não vou conseguir fazer nada. Para os pais participarem minimamente do dia na escola é sempre usado uma estratégia de dar um algo em troca”. O prof- σ ratifica a questão da influência familiar sobre a atitude cidadã, fornecendo mais um exemplo. Na situação, um determinado estudante não tinha documentação. Quando a escola questionou os pais, estes também não possuíam documentação adequada. Em outro depoimento, prof- ζ relata: “É um trabalho árduo, porque na comunidade que a gente trabalha aqui, eles não acreditam no potencial deles, não se enxergam como cidadãos”. Logo, o papel dos professores e da escola é revelar o potencial de cada estudante e as possibilidades de transformação da sua realidade, estimulando-os a seguir nos estudos e mostrando as oportunidades. Nesta circunstância, a escola localiza-se em um bairro relativamente distante da região central, sendo assim, a grande maioria dos estudantes não possui uma boa estrutura familiar, conforme avalia o prof- ζ . Não foi explicitado os critérios de uma boa estrutura familiar, mas, ficou subentendido que uma boa estrutura familiar tem relação com a condição financeira e com a exposição às violências. O prof- Λ afirmou: “Não são todos que saem entendendo ou pelo menos tendo um pensamento mais reflexivo. A gente sabe que tem muita gente desinteressada, tem aquelas famílias que não dão apoio”. O prof-B comenta: “Frequentemente a família mesmo não entende o papel cidadão, portanto, isso acaba não sendo incentivado em casa”. Embora o estudante tenha uma formação escolar sistemática, a educação informal de base familiar pode representar um bloqueio ao exercício da cidadania. Desta maneira, o prof- Θ reflete: “A escola é uma construção daquela comunidade, conseqüentemente, como na comunidade haverão aqueles estudantes surpreendentes e engajados, vereadores mirins, ao passo que, a maioria não exerce uma participação ativa”. Seguindo nesta discussão acerca da influência da relação familiar com a escola sobre a atuação cidadão, o prof-Z disse: “Quando a gente falou que os pais não participam, na realidade muitos dos pais não dão atenção mesmo. Por isso, eu



procuro dar a maior atenção possível para os estudantes se sentirem acolhidos, porque a gente observa que eles são carentes”. O prof-A indicou o grave problema de evasão que tem ocorrido no ensino médio, de acordo com ele, porque, a escola não está preparada para receber e não conhece o jovem que a frequenta, dizendo: “Tem muita coisa que também a gente desconhece, dentro da nossa comunidade, muitos de nós ainda não sabemos, por isso, é difícil estimular os alunos a participarem”. O prof-Ξ complementou: “Tem que instigar muito pra eles fazerem algo mais concreto. Dá a impressão que eles recebem tudo meio que pronto, daí utilizam muito o celular, então, muitas vezes não tem noção do papel deles na família e na sociedade”. Destaca-se aqui que, as escolas até promovem eventos voltados para a cidadania, mobilizando os professores, por exemplo para o dia dos pais na escola, entre outros. Entretanto, o prof-M coloca que a dificuldade em trabalhar a cidadania encontra-se na dispersão da noção de valores presente na sociedade atualmente, citando: “Se a gente pegar a participação da família na escola, nos últimos anos foi terrível, a participação é mínima”.

Para fazer o estudante entender que a escola pertence a eles sendo um espaço de formação cidadã, muitas vezes é necessário desconstruir valores rotulados na sociedade. Por isso, os professores indicaram que as turmas com melhores resultados neste sentido têm sido trabalhadas por diversos anos de forma progressiva e continuada. O prof-μ argumenta: “Os estudantes chegam na escola sem terem essa percepção e com o amadurecimento nos anos seguintes começam a ter consciência do seu papel na escola, logo, nessa direção a escola que tem projeto, tem obtido bons resultados”. O prof-ι comentou sobre uma atividade cujo resultado foi positivo em relação ao desenvolvimento da cidadania por meio da aproximação da família com a escola. No projeto da horta na escola, realizado com os anos iniciais do ensino fundamental, o professor propôs aos pais participarem da construção da estufa juntamente com os alunos. O resultado foi que, fortuitamente, muitos pais compareceram e se empolgaram com a atividade. Relatou o prof-ι: “As crianças se sentiram valorizadas, a gente via nos olhinhos delas assim, estavam trabalhando junto com os pais”. Ainda comparou com o momento do retorno aos pais do conselho de classe, no qual muito poucos pais comparecem para conversar com o professor. Ao passo que, no dia da atividade de construção da estufa, esteve presente uma mãe que nunca antes tinha participado do retorno



do conselho de classe, portanto, foi nesse momento que o professor conseguiu conversar com ela. Assim, tem-se conseguido resultados promissores com relação à participação dos pais na tomada de decisões nesta escola.

O prof-Y lembrou que na educação especial desenvolve-se a cidadania cotidianamente, buscando respeitar a individualidade de cada estudante, relatando: “Só do meu aluno conseguir sentar sem apoio, já é um avanço. Ano passado meu aluno não escrevia nem o nome, hoje ele quer ler. Só por hoje ele não empurrou ninguém na fila, então, isso é cidadania. Isso é muito importante, muito significativo para o nosso trabalho”. No entanto, pondera que a maioria dos alunos especiais não conhece o seu direito, narrando: “Há uma diferença de classes, estudantes de maior poder aquisitivo reivindicam a presença do segundo professor e práticas adequadas, porém, estudantes de menor poder aquisitivo não mostram a mesma atitude”. A partir dessa discussão demais professores validaram a situação, avaliando que, naquela escola existe uma grande diversidade de classes sociais com diferentes níveis econômicos. Ao tratar-se de uma escola localizada na região central do município, recebe estudantes do ensino médio de maior poder aquisitivo situados na região central e estudantes de menor poder aquisitivo situados nos bairros mais distantes. Por conseguinte, diferentes problemas foram apontados em relação a este contexto. Em consequência disso, o prof-θ avaliou: “Grande parte dos problemas que a gente enfrenta é por causa desse conflito de estudantes com realidades diferentes. Chega aqui não podem nem se esbarrar que já dá um conflito. Não conseguem conversar, muitas vezes não conseguem resolver, já quer mudar de turma. Muitos daqueles que têm um poder aquisitivo maior acham que têm prioridade de escolher a turma, para escolher o turno, o lugar pra sentar, de não vir de uniforme, né”. Esta situação acaba moldando a identidade dos estudantes, ao passo que, há uma divisão entre estudantes identificados com aspectos da região central e estudantes identificados com aspectos da região periférica da cidade, envolvendo aceitação de alguns indivíduos ou não em determinados grupos. Em outro caso relatado, referente aos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, observou-se a mesma diversidade socioeconômica, porém, foi avaliado que esse fato não intervém nas relações escolares. Contudo, o prof-Θ frisa: “A questão financeira não interfere no relacionamento entre as crianças, mas, eu observo diferenças nos níveis culturais conforme a realidade de cada estudante”.



Relações de pertencimento nos processos educacionais

Apesar de, na maioria das escolas pesquisadas não haver um projeto para formação cidadã, de maneira geral, a escola é voltada para essa finalidade. Desde as bases curriculares, passando pelas resoluções normativas e os temas contemporâneos, é na pré-escola que se inicia a formação pedagógica para a cidadania, com o tema norteador “Eu, nós e os outros”. Em nenhuma das escolas pesquisadas os professores da educação infantil e das séries iniciais quiseram participar da etapa de pesquisa. Justamente, no período fundamental em que se introduz sistematicamente na vida das crianças as interações sociais. Assim sendo, buscou-se aplicar a metodologia com estudantes dos semestres finais do curso de pedagogia, os quais descreveram suas observações durante os estágios curriculares. Neste momento do grupo focal, o prof- ν realçou que, principalmente dentro da educação infantil, o pertencimento aparece de forma estereotipada, como por exemplo no dia do “índio”, sempre representado como um sujeito que vive na floresta com poucas vestes, um cocar, arco e flecha. Senão, quando é negado o acesso ao conhecimento, como é o caso da cultura cabocla do Contestado. Declara o prof- ν : “Não se conta a história dos caboclos e como eles pertenciam a essa terra. Muitas vezes as crianças são originárias dessa história e mesmo assim não conhecem. Então, acaba não sendo possível a criança se identificar com o caboclo”. O prof- φ acrescenta: “Durante uma observação de estágio estava sendo apresentada as relações do homem em sociedade, no entanto, a professora expunha estas relações sem ponderar as diferenças entre as classes, como se fosse tudo homogêneo e não houvessem conflitos. Tanto que, nessa mesma observação, uma das crianças precisava comprar papel crepom pra fazer uma atividade e outra criança falou assim, nossa, mas é 1 real na papelaria, daí ela respondeu, o meu pai e a minha mãe não têm como comprar”. Neste caso, a professora da turma poderia ter explanado sobre as diferenças de classes sociais e como é fundamental a cooperação entre as pessoas, mas não o fez. O prof- χ ponderou que, na educação infantil os professores não trazem questões mais críticas presentes na sociedade, se restringindo ao material didático disponível e continuou a discussão dando um exemplo: “Numa observação em sala estava se trazendo a temática dos animais, mas a professora só trabalhou com conteúdo de ciências e português. Ela não fez mais nenhuma relação com os problemas ambientais de hoje. Isso



também ocorre em todas as outras temáticas”. Neste sentido, o prof- ψ destacou que, na maioria das práticas para educação infantil há uma padronização, na qual, mesmo em uma atividade artística na qual as crianças deveriam exercer a sua autonomia, normalmente elas não exercem, porque reproduzem o que o professor traz para a aula. Os manuais didáticos priorizam o desenvolvimento da autonomia, contudo, na maioria das vezes, essa situação não é privilegiada na prática. Outro exemplo foi dado pelo prof- φ : “Em outro estágio as garrafinhas de água ficavam em cima do armário, para as crianças tomarem água elas tinham que pedir pra alguém pegar as garrafinhas. A gente percebe que os professores querem que o aluno fique ali naquela carteira, sentadinho enfileirado e não abra a boca pra nada, ou então quando o aluno levanta a mão pra falar alguma coisa a professora diz, agora não é hora disso”. Em contrapartida, o prof- ω exemplifica uma situação na qual a partir da intervenção de uma criança, o professor parou a sua atividade para explicar para os demais sobre a questão, fazendo ligações com outros conteúdos. Na situação colocada, o professor ainda incentivou os estudantes a escreverem uma carta. O prof- φ encerra citando: “É bacana você dar esse espaço para criança poder ser mais ativa. O desenvolvimento da autonomia está totalmente ligado à cidadania, então, desde a educação infantil já começa essa construção na criança”. Neste sentido, observa-se como as próprias perspectivas de cidadania passiva e ativa entram em conflito no ambiente escolar, considerando outro exemplo narrado pelo prof- υ : “Você tem que seguir as regras, não pode questionar, essa é a concepção de cidadania que começa na escola. Em um estágio as crianças estavam conversando entre si e a professora não gostou, ela levantou, bateu na mesa, olhou pra eles e disse que eles tinham que seguir as regras. Aí a professora os fez pegarem a agenda e lerem todas as regras que estavam escritas ali”.

Com exceção de 3 dos depoimentos colhidos nos grupos focais, todos os demais professores participantes são naturais da região e afirmaram conhecer o contexto histórico-cultural local, sentindo-se pertencentes à conjuntura que lecionam. Como forma de elucidar as relações de pertencimento e cidadania, o prof- τ relata: “A gente tá tão empolgado querendo passar algum conhecimento pro aluno, poxa, mas ele tá precisando de muito menos, o que ele tá precisando é de outra coisa às vezes”. O prof- Θ cita: “Quando eu faço um teatro com tema livre em sala, daí normalmente aparece, violência, drogas e a realidade



em que eles estão inseridos. A partir disso, você vai conhecendo um pouquinho mais a comunidade escolar”. Já o prof-Z confronta relatando: “Eu não consigo ver assim, eu trabalho aqui esse ano, mas ano que vem você não sabe se vai estar aqui novamente, então, tenho um pouco de dificuldade de ver essas situações”. O prof-Ω pondera que, principalmente os professores com Admissão em Caráter Temporário (ACT) não têm tempo de construir uma proximidade com a comunidade escolar, logo que, trabalham a cada ano em escolas e comunidades diferentes. Sobretudo, destaca o prof-Θ: “Apesar de longos anos de magistério, eu comecei a conhecer mais profundamente a realidade da comunidade, somente quando participei de um projeto fora da escola, indo até as casas das famílias dos estudantes”. Ainda, enfatizou a importância de haver um diálogo não formal, cotidiano, entre estudantes e professor para que seja possível construir vínculos, citando: “É muito importante essa relação com os alunos, daí a gente vai descobrindo situações que nem imaginava e tá dentro da tua sala e você não via. O conteúdo é importante, mas esses momentos de conversa são muito mais profundos. Se nós queremos uma construção da cidadania com efetividade, ela só vai acontecer na interação. Os alunos percebem a afetividade do professor que está envolvido com eles. Pra construir realmente o conceito de cidadania tem que haver esse mergulhar na comunidade”.

Por outro lado, o prof-ε enfatiza a questão cultural do Contestado, ligada ao coronelismo, na qual as relações de poder historicamente estabelecidas, impedem que o indivíduo comum participe das decisões na comunidade. Situação essa que se transpõe para além do contexto escolar, tal como nas relações sociais atribuídas pelos professores ao contexto histórico-cultural do Contestado, ao colonialismo e à história das famílias consideradas tradicionais. Destacou-se que, usualmente, os municípios não promovem ações de preservação da cultura local, preferem exaltar traços da cultura européia, logo, não existem elementos de coesão social e identitária, predominando o aspecto econômico. Portanto, são poucos momentos que o professor consegue tocar neste tema. Prontamente, se defronta com as dificuldades desse conflito identitário, acabando por ser atividades descontínuas. Numa escola localizada em um distrito rural, o prof-β afirma que no local o senso de pertencimento é pequeno, apontando que os estudantes se sentem esquecidos, devido à falta de oportunidades de atuação cidadã que enfrentam. Isto acaba se tornando uma questão



familiar, já que os pais passaram pelas mesmas condições e repassam aos filhos a falta de perspectiva quanto à sua contribuição. Desta maneira, os estudantes não se sentem pertencentes ao lugar onde vivem. É reforçado nas declarações dos professores a exploração que ocorre, em especial para as questões do trabalho, mantendo baixa oferta de oportunidades de trabalho qualificado e consequentemente, baixos salários, bem como, as decisões políticas sendo dominadas por um pequeno grupo social dominante.

Por isso, a escola deve criar espaços para que os estudantes possam gerar pertencimento. O prof-ζ expôs que, os pequenos avanços observados são um grande resultado no desenvolvimento da cidadania dos estudantes e exemplifica: “Antes o aluno ia lá e destruía pelo prazer de destruir e hoje ele entende o porquê de, por exemplo, o extintor estar ali. Se eu não troquei vidro nenhuma vez esse ano por conta de alguém que foi lá quebrar, pra mim ele se tornou um cidadão. Ele se sente pertencente à escola, agora ele sabe o sentido de cada coisa que está aqui”. Segue o prof-Ξ: “A gente vê aí enfermeiros, engenheiros, advogados, alguns professores, técnicos, policiais, tem uma boa porcentagem que estudaram aqui, quando eu analiso isso, ai eu valorizo bastante a escola, porque se eles não fossem preparados aqui, eles não teriam condições de dar conta de fazer isso”. O prof-H diz: “Eu fui aluna problemática e hoje se eu estou aqui é graças à professores que me motivaram, que me apoiaram e que estavam ali do meu lado”. O Prof-Λ lembrou dos aspectos da gestão democrática, dentre eles, a eleição dos gestores, os grêmios estudantis, o conselho escolar e as consultas realizadas à comunidade. Assim, os estudantes vão gerando um senso de pertencimento à escola, observando que sua escolha também é importante. Por último, enfatizou-se a própria figura do professor como determinante na formação do pertencimento e da cidadania ativa nos estudantes. Evidenciou-se que as dificuldades observadas hoje, já foram vivenciadas no passado, havendo uma grande identificação e relação de pertencimento entre professores, estudantes e o lugar onde vivem. Relata o prof-κ: “Nós fazemos o papel de psicólogo, de assistente social, de pai, de mãe, isso a gente faz bastante. É fácil ter empatia porque todos nós tivemos que ralar e correr atrás. Eles também se veem como a gente, por isso, eles querem saber da nossa história. Isso é importante pra construção da cidadania, um ou outro vai usar o exemplo e vai lembrar”.



CONCLUSÃO

Ao serem determinadas as potencialidades da educação cidadã, observou-se uma grande diversidade de práticas interdisciplinares. Foram relatadas práticas com vistas à melhoria de problemas sociais com projetos que buscam desenvolver produtos úteis à comunidade. As práticas que procuram a compreensão do contexto no qual os estudantes estão inseridos, bem como, a reflexão crítica em relação à suas atitudes, também foram apontadas como decisivas para o desenvolvimento da educação cidadã. Do mesmo modo, se registrou a grande relevância do componente curricular Projeto de Vida, ao passo que, nele os estudantes refletem sobre a sua origem familiar, as comunidades e os seus interesses no lugar onde vivem. Além disso, visitas técnicas a sítios históricos e locais públicos foram citadas como uma possibilidade na constituição de vínculos de pertencimento. A formação cidadã foi correlacionada ao papel da escola na preparação para o mercado de trabalho, ao cumprimento de regras, responsabilidades e também, no desenvolvimento da socialização, situando-se no currículo oculto. Contudo, estes momentos ocorrem sem que o professor medie o aprendizado ou que o estudante tenha consciência de que aquela determinada prática tem como objetivo fazê-lo exercer a sua cidadania, conseqüentemente, desconhecendo o que é esperado dele.

O resultado da falta de metodologias que inserem a cidadania como objeto de ensino fica claro quando os professores avaliam a consciência dos estudantes em relação ao seu papel cidadão. Segundo os relatos, a maioria dos estudantes não têm consciência da importância de sua participação ativa na escola ou na comunidade. Esta situação é evidenciada na discussão referente ao contexto familiar e comunitário das escolas pesquisadas. As próprias famílias não compreendem o papel do cidadão, não acreditando no potencial da participação popular nas instituições públicas como a escola. Observa-se que a acentuada desigualdade entre as classes sociais gera diferentes conflitos, moldando a identidade dos estudantes, conseqüentemente, sua atuação social. Há uma situação comum de desassistência e falta de compromisso com a educação, resultando num ciclo vicioso de manutenção do baixo engajamento comunal e do baixo acesso às políticas públicas,



predominando nas comunidades uma visão de cidadania passiva, na qual os indivíduos aguardam o Estado promover melhorias nas suas condições sociais.

Evocou-se o grave problema da evasão, ocorrido atualmente no ensino médio, relacionando-o aos recorrentes questionamentos dos estudantes sobre a necessidade de frequentar a escola, logo que, eles têm o sentimento de que não haverá grandes perspectivas de aplicação de seus conhecimentos e atuação na sociedade. Desta maneira, os professores ponderam que, a escola precisa revelar o potencial de cada estudante e as possibilidades de transformação da sua realidade, estimulando-os. No entanto, atividades que têm esta característica são ofertadas irregularmente, havendo dificuldades financeiras e burocráticas para a sua manutenção. Muitas das dificuldades encontradas no cotidiano dos estudantes são “desconhecidas” pelos professores e pela escola, ou seja, as dificuldades podem até estar mapeadas, porém, são raras as ações orientadas para o enfrentamento destas. Por isso, estimular a participação da comunidade escolar torna-se um obstáculo nas práticas pedagógicas. Apesar de, as escolas promoverem alguns eventos voltados para a cidadania, a participação é mínima, havendo uma dispersão da noção de valores sociais, como por exemplo, em muitos casos, o dia da participação dos pais na escola se transformou num comércio de comidas e bebidas para arrecadação de fundos, não existindo momentos de efetiva participação e reflexão dos pais junto à escola. Portanto, é necessário desconstruir valores rotulados na sociedade, respeitando a individualidade de cada estudante. Além disso, os resultados mais promissores acontecem em turmas que têm sido orientadas por projetos específicos por diversos anos de forma progressiva e continuada, com aproximação entre família e escola.

Não foi possível correlacionar diretamente a área de atuação do professor ou a sua abordagem pedagógica e com as práticas de ensino sobre o Contestado, mostrando que estas têm sido introduzidas criativamente de forma interdisciplinar. A relação de identificação e pertencimento do professor com as questões político-ideológicas do Contestado, apurado na tendência de entendimento sobre a perspectiva ativa de cidadania, conecta-se às iniciativas de ensino sobre o Contestado que são realizadas nas escolas públicas. Aqui, é fundamental ressaltar o reduzido grupo de educadores que promove práticas pedagógicas voltadas ao Contestado. Ciente de que o grupo de professores participantes desta pesquisa não engloba



a totalidade dos professores engajados nesta temática, não obstante, ainda assim este contingente é limitado devido à falta de identificação deste grupo social. Logo é necessário urgentemente novas associações e fomento a espaços de pertencimento.

A problemática das relações de pertencimento nos processos educativos, respectivamente ao contexto histórico-cultural do Contestado, começa a ser elucidadas na ausência da participação de professores da educação infantil e das séries iniciais na pesquisa. Sobretudo, é durante a educação infantil que se começa a formação pedagógica para a cidadania, apresentado às crianças as relações sociais. Depois desse período, a escola deixa de lado a cidadania como objeto de ensino e o estudante volta a ser cobrado somente nos anos finais do seu período escolar, quando consegue cursar até o ensino médio, havendo uma cobrança indireta e pressão social para que este se porte de maneira ativa. Principalmente dentro da educação infantil, o pertencimento aparece de forma estereotipada, ou, quando é negado o acesso, como é o caso da cultura cabocla do Contestado. Em geral, os professores da educação infantil fazem pouca questão de trazer para a sala de aula problemáticas mais críticas presentes nas relações do homem em sociedade. Normalmente, as crianças realizam atividades de reprodução e pouco exercem a sua autonomia. Assim sendo, demonstra-se como a própria perspectiva de cidadania passiva é fortalecida no ambiente escolar, enquanto as práticas dominantes trabalham a habituação das crianças ao cumprimento de regras.

Ao mesmo tempo em que, os professores afirmaram conhecer o contexto histórico-cultural local, sentindo-se pertencentes à conjuntura da escola na qual lecionam, houveram manifestações sobre os problemas causados pela contratação de professores ACT. Constatou-se que este tipo de contratação, diga-se que 70,8% dos professores do Estado tem contrato temporário (Mulinari, 2024), não possibilita ao professor tempo de construir uma proximidade com a comunidade escolar. Sobretudo, revelou-se a necessidade em haver diálogo não formal, cotidiano e extraclasse, entre estudantes e professores para que seja possível construir vínculos sociais de pertencimento. Elaborar uma formação cidadã com efetividade, só acontece a partir da interação entre escola e comunidade. A conjuntura cultural do Contestado, ligada ao coronelismo e ao colonialismo, na qual as relações de poder historicamente estabelecidas produzem complicações a livre manifestação e, mais ainda, a participação dos indivíduos nas decisões públicas, mostra que, tais decisões são dominadas



por um pequeno grupo social política e economicamente hegemônico. Concomitantemente, os municípios não promovem ações de preservação da cultura local, logo, não existem elementos de coesão social e identitária. Em raros momentos os professores conseguem tocar neste tema, acabando por serem atividades descontínuas. Devido à falta de espaços de pertencimento e de oportunidades de participação social enfrentada no Contestado, juntamente com o histórico de gerações que passaram pelas mesmas condições, ocorre a proliferação de uma ordinária perspectiva de atuação cidadã dos estudantes.

Todas as escolas participantes desta pesquisa apresentam nos seus projetos políticos pedagógicos a formação cidadã como sua finalidade. Conclui-se, portanto, que, há uma extensa divergência, pois, não existem processos de gestão em relação ao cumprimento desta finalidade e os resultados predominantes vão contra a funcionalidade social da escola. Apesar de muitos professores executarem práticas pedagógicas dialogadas, reflexivas e críticas, a grande maioria deles não planeja trabalhar o tema cidadania. À medida que, a cidadania permeia o currículo oculto, ocasionalmente, os pequenos avanços observados com relação aos cumprimentos das regras escolares e breves intervenções na gestão democrática escolar são os critérios avaliativos no desenvolvimento da cidadania dos estudantes. Resultados estes que, sequer são considerados nos indicadores de qualidade da educação, os quais consideram somente o nível de aprendizagem de conteúdos, ignorando totalmente a condição social das comunidades escolares.

Neste trabalho promoveu-se o compartilhamento interescolar de atividades pedagógicas sobre o Contestado, organizando um conjunto de práticas exitosas, as quais por meio da narrativa oral, destacaram a ancestralidade e a convergência entre as gerações, trazendo para os estudantes uma visão contínua e perpetuada da experimentação, da memória e da cultura cabocla do Contestado. Observou-se questionamentos que mostraram criticamente a continuidade dos conflitos históricos. Nestas práticas problematizou-se o espaço escolar, enfatizando a diversidade e a aproximação com a comunidade por meio do protagonismo dos estudantes. Por estas razões, o Contestado está inserido no centro da transdisciplinaridade. Concisamente, a educação cidadã, pelo viés do pertencimento, é atingida na interseção da educação patrimonial, com a educação artística e a educação ambiental. Assim sendo, definiu-se formas de desenvolvimento da cidadania em alguns



processos educacionais escolares locais, especialmente aqueles com forte vínculo de pertencimento político-ideológico às questões ligadas ao contexto histórico-cultural do Contestado.

Agradecimentos

Agradeço honrosamente aos educadores caboclos que dedicam total motivação e suporte emocional, servindo de exemplo aos jovens do Contestado. Agradeço à profa. Patrícia Frangelli do IFSC pelo esforço na divulgação, ao prof. Joni Stolberg e à profa. Zilma Peixer da UFSC pelo apoio na realização da pesquisa. Agradeço ao financiamento das atividades da Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia pelo CNPq, MEC, MCTIC e IFSC.

Referências

- AURAS, M. **Guerra do Contestado**: A organização da irmandade cabocla. São Paulo: Cortez, 1984.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELD, D. Cidadania e autonomia. **Perspectivas**, v. 22, p. 201-231, 1999.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. Discurso do sujeito coletivo: Representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 23 p. 502-507, 2014.
- MACHADO, P.P. **Lideranças do Contestado**: A formação e a atuação das chefias caboclas (1912- 1916). Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- MONTEIRO, D.T. **Os errantes do novo século**: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MULINARI, M. **A situação do magistério catarinense em 2024**. Publicado por: SINTE-SC. Florianópolis. Reportagem. 2024. Disponível em: <https://sinte-sc.org.br/Artigo/21948/a-situacao-do-magisterio-catarinense-em-2024-#_ftn2> acesso em: set. 2024.



NASCIMENTO, E. A identidade em diálogo com as desigualdades no contestado. **Expressa Extensão**, v. 27, p. 22-35, 2022.

NASCIMENTO, E.; et al. Caixa de memória do Contestado: Uma abordagem de ensino transdisciplinar. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 13, p. 461-481, 2023.

NASCIMENTO, et al. **A escola no Contestado**: Um tempo anunciador. Publicado por: IFSC Caçador. Documentário em 6 episódios. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wZlrGepbOxg&list=PLIVhTUSSPOsS1yALpTcdnZfM4gC4rlBgR>> acesso em: set. 2024.

NASCIMENTO, E.; et al. A rede cabocla de educadores do Contestado. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 14, p. 21-42, 2024.

PLASTINO, C.A. A cidadania como pertencimento: uma reflexão a partir da psicanálise. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, p. 385-394, 2006.

SOBOTTKA, E.A.; OTA, M.E.; BASSANI, J.C. A cidadania como gramática do pertencimento: Notas para uma leitura de um conceito clássico. **35º Encontro Anual da ANPOCS**, 2011.

TUZZO, S.A.; FIGUEIREDO, L.M.F. A Cidadania e o pertencimento na era da “incompletez”. **Revista Observatório**, v. 1, p. 23-40, 2015.



RESUMOS



COMUNICAÇÃO SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA: JUVENTUDE E POSSIBILIDADES DE PROTAGONISMO

COMUNICACIÓN SOBRE JUSTICIA CLIMÁTICA: JUVENTUD Y POSIBILIDADES
DE LIDERAZGO

COMMUNICATION ON CLIMATE JUSTICE: YOUTH AND LEADERSHIP
POSSIBILITIES

Criselli Maria Montipó⁷³

A comunicação ocupa espaço importante de participação e construção de respostas à crise climática. Este relato de experiência apresenta a pesquisa-ação participativa intitulada *Comunicação e educação climática: sensibilização a partir do protagonismo jovem*, que parte da seguinte problemática: Quais propostas comunicativas e educativas construídas coletivamente podem contribuir no processo de sensibilização para o enfrentamento da emergência climática em Curitiba? O objetivo central da pesquisa, desenvolvida entre 2023 e 2024, foi articular iniciativas comunicativas e educativas construídas a partir da escuta de jovens, a fim de sensibilizar para o enfrentamento da emergência climática em Curitiba (Paraná, Brasil). Participaram da pesquisa 18 estudantes do Ensino Médio (faixa etária de 14 a 21 anos), de dois colégios de áreas vulneráveis, selecionados a partir do documento *Avaliação de Riscos Climáticos da Cidade de Curitiba (2020)*, por integrarem regiões suscetíveis a ondas de calor, deslizamentos, enchentes, inundações e alagamentos. A premissa é de que processos de comunicação devem ser centrados na interação de saberes com as comunidades, a fim de possibilitar a integração e a autonomia de sujeitos políticos implicados nas consequências das emergências climáticas (Shome; Marx, 2016). A pesquisa também se ancora na discussão sobre justiça climática, que propõe o enfrentamento da crise climática a partir da

⁷³ Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integra o Grupo Direitos Humanos e Jornalismo (DHJOR/UFSC), o Grupo Click – Comunicação e Cultura Ciber UFPR e o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) Emergência Climática. E-mail: criselli@gmail.com



responsabilização daqueles que efetivamente causaram o desequilíbrio e têm mais condições de enfrentá-las. A luta por justiça climática busca o reconhecimento das desigualdades sociais vividas em razão da dívida climática, em especial dos países do Norte Global com os países do Sul Global (Mira Bohórquez, 2023). Afinal, a população jovem, que não contribuiu efetivamente para a crise em curso, já enfrenta efeitos climáticos associados a fatores que aumentam sua condição de vulnerabilidade (Unicef, 2021). Aderente ao princípio de autonomia, defendido por Paulo Freire (2019), e em atenção aos pressupostos da comunicação, a pesquisa-ação participativa foi desenvolvida a partir de um conjunto de correntes e abordagens para pesquisa que tem três pilares em comum: a) Pesquisa; b) Participação; e c) Ação (Zapata e Rondán, 2016). As duas rodadas de entrevistas grupais centraram-se na compreensão dos sujeitos de pesquisa como atores sociais. Durante os ciclos de escuta dos jovens houve reflexão sobre meio ambiente, direitos humanos, cidadania e emergência climática. Os resultados apontam que a juventude reconhece a crise climática, mas tem desconhecimento de terminologias como emergência climática, justiça climática e ecoansiedade, apesar de estar imersa na problemática. Ainda que haja afinidade com comunicação digital e formas artísticas para sensibilização sobre o tema, a possibilidade de jovens planejar ações que transformem a situação considerando a realidade concreta são enfraquecidas com a ausência de outros interlocutores (Montipó, Belliard, e Del Vecchio-Lima, 2024). Por isso, foram convidados pesquisadores e extensionistas da UFPR para dividir seus conhecimentos com os jovens participantes da pesquisa. Outros pesquisadores integrantes do Napi Emergência Climática, participaram das rodas de conversas e oficinas, como o Laboratório de Climatologia (LaboClima), do curso de Geografia da UFPR, extensionistas do Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep) e do Projeto Nimbus, ambos da UFPR. Os produtos gerados: cartazes, vídeos, histórias em quadrinhos, maquetes, animações, podcasts, fanzines, ilustrações, entre outras linguagens multimídia, foram compartilhados com a comunidade escolar. Percebe-se esperança e atitudes de ativismo por parte dos estudantes. Espera-se que o conhecimento construído fortaleça o reconhecimento de que a juventude é um grupo social importante no enfrentamento da emergência climática.



REFERÊNCIAS

AVALIAÇÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS DA CIDADE DE CURITIBA. **Prefeitura de Curitiba 2020.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 59ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MIRA BOHÓRQUEZ, P. **Justicia climática: Reflexiones críticas para una nueva comprensión del problema.** In P. C. Mira Bohórquez & Muñoz Fonnegra (Eds.), *Estudios interdisciplinarios sobre el cambio climático*. Colombia: Universidad de Antioquia, 2023, p. 113-149.

MONTIPÓ, Criselli Maria; BELLARD, Amanda de Meirelles; DEL VECCHIO-LIMA, Myrian Regina. Comunicação sobre justiça climática: construção de proposta metodológica de pesquisa-ação participativa em dois colégios públicos de Curitiba. In: **Anais do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Balneário Camboriú, Intercom, 2024.

SHOME, Debika; MARX, Sabine. **A comunicação das mudanças climáticas** — Um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados. Ed. Unifesp/Universidade de Columbia, 2016.

UNICEF - United Nations Children's Fund. **The climate crisis is a child rights crisis - Children's Climate Risk Index (CCRI).** 2021.

ZAPATA, Florencia.; RONDÁN, Vidal. **La Investigación Acción Participativa: Guía conceptual y metodológica** del Instituto de Montaña. Lima: Instituto de Montaña, 2016.



GUERRA DO CONTESTADO: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM IRINEÓPOLIS-SC

WAR OF THE CONTESTADO: A STUDY ON SCHOOL EDUCATION IN IRINEÓPOLIS-SC

GUERRA DEL CONTESTATADO: UN ESTUDIO SOBRE LA EDUCACIÓN ESCOLAR EN IRINEÓPOLIS-SC

Dhionattan de Lara Lima⁷⁴

A Guerra do Contestado (1912-1916), é um dos episódios mais significativos da formação territorial brasileira, especialmente para a região Sul do país. O conflito envolveu uma luta pela terra e pela dignidade dos caboclos que habitavam a região, sendo um tema que merece ser amplamente abordado nas escolas, pois reflete as complexidades sociais, políticas e econômicas do Brasil. Em Irineópolis, SC, a pesquisa realizada teve como objetivo entender o nível de conhecimento dos alunos da rede pública sobre esse importante acontecimento histórico e geográfico, bem como as dificuldades enfrentadas pelos professores ao ensinar sobre o tema. A relevância dessa pesquisa se insere na necessidade de promover uma educação que valorize a história local e regional, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de sua identidade. Os objetivos principais da pesquisa foram avaliar o conhecimento dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio sobre a Guerra do Contestado, identificar as fontes de informação que os utilizaram para conhecer o tema, analisar se já estudaram a Guerra do Contestado em algum momento do processo de escolarização e entender as dificuldades enfrentadas pelos professores de história e geografia para ensinar a temática. A pesquisa foi realizada com 192 alunos da rede pública de Irineópolis, tendo sido entrevistados por meio de um questionário, que abordou questões sobre o conhecimento referente a Guerra do Contestado, suas fontes de informação, e o interesse em aprender mais sobre o tema. Além disso, foi conduzida uma pesquisa com professores de história e geografia da rede pública, visando identificar as dificuldades enfrentadas no ensino do tema. Os dados coletados foram

⁷⁴ Universidade Estadual do Paraná - Unespar - Campus de União da Vitória. E-mail: dhionattan220704@gmail.com



analisados, permitindo a identificação de padrões e tendências nas respostas dos alunos e professores. Os resultados da pesquisa mostraram que 89,3% dos alunos já ouviram falar sobre a Guerra do Contestado, para 65,8% dos alunos este conhecimento foi obtido na escola. No entanto, 42,1% dos alunos afirmaram que nunca estudaram o conflito em sala de aula, o que aponta para um déficit significativo no processo de formação dos estudantes. Quando questionados sobre o desejo de estudar mais sobre o tema, 89,8% dos alunos mostraram interesse, evidenciando uma demanda por maior inclusão do assunto no currículo escolar. A pesquisa com os professores revelou que 71% enfrentam dificuldades para ensinar sobre a Guerra do Contestado, citando a falta de materiais didáticos adequados e a falta de formação específica sobre o tema como os principais obstáculos. Apesar disso, 75% dos professores afirmaram ter estudado sobre a Guerra do Contestado durante a graduação, o que indica que, embora tenham conhecimento teórico, a prática na sala de aula ainda é desafiadora. Os dados coletados indicam que, apesar do reconhecimento da importância da Guerra do Contestado entre alunos e professores, há uma evidente falta de abordagem sobre o tema nas escolas de Irineópolis. A alta porcentagem de alunos que desejam aprender mais sobre o conflito sugere que há espaço para que as escolas implementem um ensino mais significativo. As dificuldades enfrentadas pelos professores, especialmente em relação à falta de materiais didáticos e à formação específica, são questões que precisam ser abordadas pelo poder público e pelas instituições de ensino. É fundamental que haja um investimento em recursos educacionais e na capacitação dos professores, a fim de que possam construir de forma problematizadora o conhecimento sobre a Guerra do Contestado. A pesquisa evidencia, portanto, a necessidade de uma reavaliação das práticas pedagógicas em história, promovendo um currículo que valorize a identidade local e regional. O fortalecimento do ensino da Guerra do Contestado nas escolas não apenas enriquece o conhecimento dos alunos, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com o espaço em que estão inseridos.

Palavras chaves: Guerra do Contestado, Ensino, Educação.



A QUESTÃO AGRÁRIA NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE PARA COMPREENDER A REALIDADE BRASILEIRA

Nicole da Silva Bento⁷⁵

Diane Daniela Gemelli⁷⁶

Este trabalho problematiza algumas questões preliminares decorrentes de uma pesquisa de Iniciação Científica (IC) intitulada “A questão agrária através das Constituições brasileiras: uma análise temporal, sociopolítica e econômica”. A investigação tem como centralidade entender o contexto social, econômico e sociopolítico no qual as constituições brasileiras foram sendo elaboradas e como influenciaram o surgimento dos princípios e disposições do direito agrário brasileiro. Ao estudar as constituições brasileiras e correlacioná-las ao direito agrário, destaca-se que a formação do território foi moldada por relações capitalistas, o que gerou e fomentou a exclusão de povos originários, tradicionais e de segmentos da população caracterizados como minorias. Essa dinâmica reflete o contexto social, político e econômico que influenciou as percepções sobre o conceito de terra ao longo dos anos. No decorrer da história brasileira, o direito constitucional foi delineado por meio da promulgação de sete constituições federais (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988), cada uma apresentando diferentes visões sobre o direito agrário. Contudo, observou-se uma sobreposição do direito privado em detrimento do direito público. Essa dinâmica reflete o contexto social, político e econômico que influenciou as percepções sobre o conceito de terra ao longo dos anos. A função social da terra, consagrada como princípio fundamental do ordenamento jurídico brasileiro, impõe que a propriedade rural atenda a uma série de finalidades socioeconômicas e ambientais. A Constituição Federal de 1988 orienta a regulamentação das relações agrárias relacionadas à propriedade rural, impactando diretamente as políticas públicas voltadas ao uso da terra e à reforma agrária. Essa legislação busca afastar a concepção individualista do proprietário rural, promovendo a ideia de que a terra deve gerar renda, produzir, cumprir a legislação ambiental e proporcionar bem-estar

⁷⁵ Estudante do segundo ano do Curso de Direito da Unespar – Campus de União da Vitória. Bolsista PIBIC/UNESPAR 2024/2025. E-mail: nicole.nickbento@gmail.com

⁷⁶ Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientadora desta pesquisa. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br



não apenas ao proprietário, mas também a trabalhadores e à sociedade em geral. Entretanto, a concentração fundiária reforçou as marcas autoritárias da sociedade brasileira, pois, ao se concentrar em um segmento restrito da população, a falta de acesso à terra perpetua um contexto social que se solidifica ao longo das décadas. Metodologicamente esta pesquisa deve seguir algumas etapas metodológicas que incluem um levantamento bibliográfico sobre o direito agrário e as constituições brasileiras, visando compreender as nuances e os contextos que moldaram as legislações ao longo do tempo. Espera-se que os resultados deste estudo venham proporcionar uma análise crítica das normas agrárias, bem como uma compreensão aprofundada das relações de poder que perpetuam as desigualdades no campo e na cidade. A propriedade privada se configura, atualmente, como um pilar fundamental para a sustentação da sociedade capitalista, uma vez que o direito à terra não é assegurado de maneira equitativa. Nesse sentido, o direito agrário emerge como uma área crucial do ordenamento jurídico, regulando as relações jurídicas relacionadas à posse e ao uso da propriedade da terra no Brasil, influenciando, por sua vez, as políticas agrícolas. A concentração da terra por uma parcela restrita da população fomenta o genocídio cultural de grupos minoritários e/ou de maiorias minorizadas, contribui para a desigualdade social e prejudica os direitos dos movimentos agrários e do campesinato. A análise do direito agrário através das constituições brasileiras, com foco nos interesses de classe e na justiça social, é de suma importância para compreender as dinâmicas de poder e as desigualdades tanto no campo quanto na cidade. Essa análise ressalta as bases jurídicas que regem as relações agrárias em diferentes contextos, contribuindo para a construção da realidade territorial do país na atualidade.

Palavras-chaves: Constituições Federais, Direito Agrário, Terra

Agradecimento: Agência de fomento Fundação Araucária - Modalidade: PIC 2024/2025.



NAS ÁGUAS DO MONGE: ANÁLISE AMBIENTAL E RELIGIOSIDADE NO POCINHO DO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO – UVA/PR

Fernanda de Fátima Dias Cardoso⁷⁷

Vanessa Cristina Chucailo⁷⁸

O presente trabalho surgiu como parte do estágio obrigatório do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus União da Vitória, no qual buscou-se aplicar alguns conhecimentos teóricos em situações práticas relacionadas à atuação do profissional do Técnico em Meio Ambiente. Desta maneira, o objetivo da pesquisa é apresentar uma breve análise ambiental da água do “Pocinho de João Maria” localizado no distrito de São Cristóvão, em União da Vitória, Paraná. Para isso buscou-se inicialmente compreender a questão religiosa envolvida na utilização das águas de fontes e poços do território do Contestado, e que remetem à benção de “São João Maria”. Esta tradição surge em meados do século XIX, quando pelo planalto meridional brasileiro trilhavam indivíduos chamados pelas populações sertanejas de “monges”, “andarilhos” e “profetas”. O mais popular deles foi o Monge João Maria, um religioso leigo que perambulava pelo sul do país abençoando e sinalizando fontes de água com cruzes de madeira, que posteriormente, passaram a ser reconhecidas e denominadas pela população como “águas santas” ou “águas do monge”. Seus conhecimentos sobre ervas medicinais e suas supostas atividades de curas e bênçãos ganharam amplitude dialogando com os saberes das comunidades pelas quais passava, fazendo com que as pessoas atribuísem a ele, uma aura de santidade. Assim, uma forte crença passou a se materializar em cruzes, cavernas, grutas e fontes de água que tivessem alguma relação com o monge João Maria, ou apenas “São João Maria”, como também passou a ser chamado pela população. Posteriormente, vários indivíduos assumiram de alguma maneira a identidade de João Maria,

⁷⁷ Estudante do 3º ano do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio do Instituto Federal do Paraná, campus União da Vitória. Estagiária no Acervo e Centro de Pesquisa Histórica de União da Vitória, Paraná.

⁷⁸ Doutora em História. Supervisora de estágio, voluntária e pesquisadora no Acervo e Centro de Pesquisa Histórica de União da Vitória, Paraná.



de absorvência. Neste teste, os resultados obtidos nas amostras coletadas foram 0,05 NTU, 0,09 NTU e 0,013NTU, resultando em uma média final de 0,09 NTU. A partir desses resultados constatou-se que as amostras apresentaram um nível de materiais em suspensão muito pequena, levando em consideração que o valor máximo permitido para turbidez é de 5,0 NTU, ou seja, nenhuma das amostras analisadas ultrapassou esse parâmetro. Mas em relação ao pH, uma vez que as recomendações do Ministério da Saúde indicam que o pH da água potável deve ser mantido na faixa de 6,0 a 9,5, concluiu-se que a água do poço de “São João Maria” não apresenta níveis aceitáveis e recomendados para o consumo humano, ou seja, podem apresentar riscos à saúde. Embora as crenças religiosas existam em relação à água “milagrosa” do Monge, é importante esclarecer e alertar a população local em relação aos riscos de ingestão daquela fonte d’água.

Palavras-chave: Monge João Maria; Fontes d’água; Meio Ambiente.



A RELAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO TERRITÓRIO CONTESTADO: DIREITO, EXISTÊNCIA E DIGNIDADE HUMANA

Cristiane Gembiski⁷⁹

Diane Daniela Gemelli⁸⁰

A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um conflito tensionado pela disputa de terras entre racionalidades econômicas contraditórias, em território atualmente localizado entre a região serrana de Santa Catarina e o sul do Paraná. A construção da estrada de ferro e a exploração da madeira promoveram a expulsão das famílias que viviam neste território, as deixando sem qualquer amparo, isso evidencia a negação de vários direitos básicos como a moradia, alimentação e segurança, conseqüentemente acarretando sinais de desigualdade como a fome e a pobreza. Conflito este, que, portanto, privou os habitantes da região de seus direitos sociais. A negação aos direitos que aconteceu durante a guerra pode ser a explicação dos motivos que mostram a região do Contestado enquanto espacialidade notoriamente suscetível à vulnerabilidades socioeconômicas, o que é demonstrado em dados estatísticos do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Considerando, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina que é de 0,774, é possível observar que a maioria dos municípios da região contestada está abaixo da média estadual, como é o caso de Irineópolis (0,699), mostrando a necessidade desta pesquisa para encontrar respostas a respeito dos direitos sociais ainda negados. Portanto, o objetivo desta pesquisa, que está em estágio inicial, tem como foco principal a investigação quanto aos reflexos sociais dos direitos que até hoje são negados às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tendo como referência a microrregião de Canoinhas, composta por municípios que foram afetados pela guerra e que apresentam um desenvolvimento aquém em relação a outros municípios do estado catarinense que estiveram envolvidos. Além disso, compreender o que é pobreza e como se

⁷⁹ Estudante do segundo ano do Curso de Direito da Unespar – Campus de União da Vitória. Bolsista PIBITI/UNESPAR 2024/2025. E-mail: cristianegembiski@gmail.com

⁸⁰ Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientadora desta pesquisa. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br



manifesta, analisar a existência social da população afetada, identificar quais direitos sociais são negados e propor ações que podem ser implantadas para uma melhor qualidade de vida, a partir da identificação dos fenômenos históricos, sociais, políticos e econômicos, também são objetivos da pesquisa. Metodologicamente, a investigação conta com oito etapas que são distribuídas, conforme o cronograma, em doze meses, sendo as duas primeiras destinadas a leitura de textos a fim de construir uma abordagem teórica sobre o que é a pobreza no território Contestado e sua relação com as condições de vida da população, também se busca uma linha de raciocínio sobre a relação da pobreza articulada à dinâmica socioterritorial. A terceira parte tem como objetivo selecionar um estudo de caso, ou seja, é a escolha do município que será estudado a partir da formulação teórica das etapas anteriores. Na quarta etapa será realizada a elaboração de tabelas e gráficos que devem problematizar a realidade econômica e social da região. Na quinta e sexta serão organizadas e realizadas as atividades de campo, quando serão observadas na realidade as condições de existência social, também serão levantadas informações orais e registros fotográficos. Na penúltima etapa os dados obtidos em campo serão analisados e devidamente comparados com as informações do referencial teórico, além de investigar estratégias possíveis para promover uma melhor qualidade de vida. Já na última parte, que é a oitava parte da pesquisa, ocorrerá à elaboração de materiais escritos para apresentação e publicação em eventos científicos. O método utilizado é o materialismo histórico dialético, que se baseia em compreender a realidade como ela é concretamente, segundo a análise teórico-metodológica da investigação que consiste no estudo bibliográfico, produção e análise de dados da realidade social. A pesquisa verticalizará o estudo em um dos municípios da microrregião, com objetivo de obter resultados específicos e evidenciar quais são os direitos negados até o presente, a fim de explicar os dados do índice relativamente alto de pobreza no município escolhido, já que, segundo os dados que constam no Censo, o índice de pobreza do estado catarinense é de 3,65%, porém municípios como Bela Vista do Toldo (20,14%) e Canoinhas (8,63%) estão acima da média. Além disso, deve agregar na investigação as condições de existência social no território Contestado, bem como conhecer a realidade social, territorial e econômica. Assim, consideramos que a análise investigativa dos fenômenos histórico-sociais e político-econômicos da realidade são necessários para uma melhor compreensão das condições de



vida, do exercício dos direitos sociais e a identificação da negação desses respectivos direitos, para, assim, prover políticas públicas capazes de garantir a dignidade humana.

Palavras-chaves: Pobreza; Negação; Direitos Sociais; Políticas Públicas.

Agradecimento: Agência de Fomento Unespar - Modalidade: PIBITI 2024/2025.



FEIRA DA DIVERSIDADE NA UNESPAR - UNIÃO DA VITÓRIA: INCENTIVANDO O COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO

Amanda Holzapfel da Silva⁸¹

Felipe Pokryviecki Waldmann⁸²

Diane Daniela Gemelli⁸³

A Feira da Diversidade é uma iniciativa do Projeto de Extensão Observatório da Questão Agrária no Paraná - Reduto Contestado, vinculado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Unespar - Campus União da Vitória, ao Programa de Extensão Coletivo Paulo Freire de Filosofia, Educação e Cultura e ao Projeto de Extensão Redesol - Mulheres no Território Contestado Tecendo Economia Feminista e Solidária. Esta ação ocorre semanalmente, às terças-feiras, às 18h30, no pátio coberto da universidade, e é organizada em torno de diversos objetivos: a) criar um espaço universitário para a comercialização justa de produtos da agricultura camponesa e de trabalhadoras urbanas fora do mercado convencional; b) promover a geração de renda por meio de uma economia sustentável, priorizando o bem-estar humano acima do lucro; c) discutir as práticas produtivas no Contestado Paranaense como resistência ao modelo hegemônico de produção; d) incentivar a produção de alimentos artesanais e agroecológicos, sem agroquímicos; e) problematizar a questão agrária em reuniões, rodas de conversa, atividades de campo e eventos; f) compartilhar saberes e experiências para construir uma sociedade colaborativa; g) possibilitar o acesso da comunidade à universidade, promovendo um diálogo que favoreça a horizontalidade entre feirantes, professores, estudantes e agentes universitários. A degradação ambiental é uma preocupação recorrente do projeto. A Feira da Diversidade realiza uma campanha de arrecadação de embalagens reutilizáveis, como vidros para conserva, caixas de ovos e embalagens plásticas para bolos e sucos, por exemplo. Essa iniciativa ajuda os feirantes a economizar na compra de recipientes e inclui a coleta de óleo

⁸¹ Estudante do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória.

⁸² Estudante do Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória.

⁸³ Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientadora desta pesquisa. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br



de cozinha usado, que é transformado em sabão. A campanha não apenas gera economia para os feirantes, aumentando sua renda, mas também contribui para a redução de resíduos e minimiza a degradação da natureza. A arrecadação de embalagens e óleo de cozinha é organizada pelos bolsistas, com o auxílio da coordenadora, distribuindo caixas personalizadas em diferentes áreas da universidade. As caixas são identificadas com cartazes que explicam a campanha, orientam sobre como acondicionar as doações e lembram a comunidade acadêmica da importância de participar, incentivando a contribuição ao projeto. A divulgação da campanha acontece nas redes sociais da iniciativa, como grupos de WhatsApp e uma página no Instagram, que são geridos por nós, bolsistas. Após as doações, os feirantes realizam a autogestão do que foi recebido, distribuindo conforme a necessidade de cada um/uma. As redes sociais têm sido eficazes para divulgar o projeto, permitindo que mais pessoas conheçam os feirantes e a diversidade de produtos oferecidos. Por isso foram criados dois grupos no WhatsApp e um perfil no Instagram relacionados à iniciativa. Um dos grupos com feirantes, bolsistas e coordenadores, focado na organização das ações e comunicação direta entre nós, e outro aberto à comunidade externa, que divulga os produtos disponíveis. No perfil do Instagram, são postadas fotos e vídeos das atividades do projeto, que na sequência do desenvolvimento das ações, serão publicadas informações sobre quem são os feirantes que integram a feira e qual a importância dela para eles, além de outras problematizações que envolvem a questão agrária. Essa Feira surge como uma resposta à vulnerabilidade social que marca o cotidiano de vários indivíduos na Microrregião de União da Vitória, enquanto herança deixada pela Guerra do Contestado. Essa realidade é marcada pela concentração de terras em latifúndios, que priorizam monoculturas de pinus, eucalipto e soja. Essas grandes propriedades não apenas limitam a diversificação da produção agrícola, mas também impedem que a população camponesa utilize essas terras para cultivar alimentos, gerar renda e garantir moradia. Como resultado, a população local se vê forçada a importar produtos essenciais, elevando os custos de vida. Segundo Gemelli, Fonseca e Dalpra (2022) dados do IPARDES de 2020 indicam que cerca de 70% da população local recebe entre um e dois salários mínimos, variando de R\$ 1.412,00 a R\$ 1.824,00, valores insuficientes para cobrir as despesas cotidianas. Embora a Feira não proporcione uma renda suficiente para a sobrevivência plena, ela representa uma rede de apoio fundamental para



camponeses e trabalhadores urbanos que são feirantes, permitindo a troca de experiências e a construção de vínculos. Assim, a iniciativa visa à comercialização justa e solidária de produtos, favorecendo esses trabalhadores e promovendo sua inserção em um espaço que valoriza suas práticas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e colaborativa.

Palavras-chave: feirantes; geração de renda; arrecadação de embalagens; questão agrária no Paraná.

Agradecimentos: À Fundação Araucária pela concessão das bolsas PIBIS e PIBEX no período 2024-2025.



COMO AS ENCHENTES AFETAM O ECOSISTEMA LOCAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E REGIÃO

Nicolas Fernando Wille

Darlan Szibor

Elton Carlotto

Kauã Antônio Soares Trudes

João Felipe Zanona

Pedro Henrique Kuyava Cardoso

Roger Luiz Bieberbach Neto

Lian Emmanuel Haneiko Gomercindo

Professor orientador: Pedro Rodrigues Sousa da Cruz

Instituto Federal do Paraná – Campus União da Vitória

Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio

O estudo teve como objetivo principal buscar compreender os impactos ambientais que uma enchente pode acarretar para o ecossistema, tanto beneficemente quanto maleficamente e, como objetivos específicos foram elencados a realização de pesquisas sobre como as enchentes afetam animais aquáticos, doenças, plantas e o terreno/relevo. Pois, ao entendermos melhor como essa classe de desastre afeta a natureza, podemos ajudar a auxiliar sua melhoria e prevenir espécies invasoras, redução de população de espécies ameaçadas, extinção, entre outros problemas causados pelas enchentes. A metodologia embasou-se em uma análise qualitativa dos dados obtidos por meio de visitas técnicas realizadas nas regiões ribeirinhas do rio Iguaçu e pela realização de entrevistas com moradores locais. Os subtemas determinados como fatores fundamentais afetados pelas enchentes foram: animais aquáticos, doenças, vegetação, terreno e relevo. Após isso, foram realizadas pesquisas em artigos científicos e outros meios de estudo, como a visita realizada ao acervo histórico de União da Vitória, localizado na antiga estação ferroviária do município. Nesta mesma visita, identificamos relevos que sofreram alterações geográficas após as enchentes dos anos de 1983, 1992, 2014 e 2023 e alguns animais que foram afetados por estas enchentes. Até o momento, foi descoberto por meio de pesquisas sobre animais aquáticos que na maioria dos



casos, as enchentes acabam ajudando espécies aquáticas e principalmente peixes. Porém, foram notados pela população ribeirinha o aparecimento de novas espécies de peixes, anfíbios e répteis durante e após a enchente, afetando diretamente o balanço ecológico da região, fazendo com que espécies invasoras exterminem espécies nativas da região. Em relação ao subtema das doenças causadas pelas enchentes, foram realizadas entrevistas com moradores ribeirinhos do rio Iguaçu e pesquisas em sites especializados, onde concluiu-se que os casos de doença aumentam consideravelmente durante as enchentes. As enchentes causam diversas doenças, como por exemplo, diarreias, gastroenterites, cólera, febre tifoide, varíola, entre outras. Algumas dessas doenças são transmitidas por animais, outras pelo contato com objetos infectados, entre outros. Nesse subtema buscamos achar como a enchente causa doenças, como evitar tais doenças, como esclarecer estas doenças, como elas chegam as pessoas e como podemos ajudar a população a não ficar doente com estas enfermidades. Em relação a identificar sobre como a vegetação é afetada nas enchentes concluiu-se que: as enchentes afetam drasticamente a vegetação, destruindo diversas plantas e ajudando outras, até mesmo a falta delas, amplificando os efeitos das enchentes, pois existe um tipo de vegetação, a mata ciliar, que ajuda o terreno a segurar a enchente e evitar a erosão das margens. Há também uma contra parte da enchente, sendo um fenômeno natural, que tem seus benefícios para com a natureza, pois as enchentes enchem o solo de nutrientes, fazendo a vegetação se reestabelecer facilmente. Como metodologia foram entrevistadas pessoas que passaram por enchentes e viram a vegetação mudando e também foram entrevistados biólogos, geógrafos, entre outras pessoas que puderam contribuir com alguma informação sobre o tema. E por fim, sobre os impactos e consequências no solo e relevo causados pelas enchentes, constatou-se que diversos problemas ambientais que prejudicaram diretamente a região afetada e principalmente os moradores, fazendo-se perder lavouras, assoreamento e acúmulo de entulhos na terra. Além dessas observações, causas urbanas como: a perda de imóveis, moradias cobertas por lama e sujeiras deixadas pelo rio e entre outras consequências, também puderam ser apresentadas como causas. Como conclusão, identificamos como as enchentes mudam o ecossistema geral, causando alterações geográficas no relevo principalmente onde vivemos e, também, como podemos auxiliar na recuperação dos danos causados pelas enchentes e demais adversidades.



ANÁLISE GERAL DAS CAUSAS DAS ENCHENTES DO RIO IGUAÇU EM UNIÃO DA VITÓRIA-PARANÁ

Daniela Maria Matzenbacher

Luís Egídio Dalmaz

Eduarda Geisler

Ingrid Layse Vladcovski

Nicole Ostrowski Senf

Sara Kantovisck

Professora orientadora: Ana Paula Ganassoli

Instituto Federal do Paraná – Campus União da Vitória

Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio

A cidade de União da Vitória, situada no estado do Paraná, enfrenta periodicamente inundações devastadoras provocadas pelo transbordamento do Rio Iguaçu. Estas enchentes têm um impacto significativo tanto sobre a população local quanto sobre o meio ambiente, resultando em danos materiais, econômicos e sociais consideráveis. Este fenômeno, recorrente ao longo dos anos, gera uma inquietação constante em relação à segurança das pessoas e à preservação das áreas afetadas. O presente estudo investiga as principais causas das inundações em União da Vitória, com o objetivo de identificar os fatores naturais e antrópicos que contribuem para a sua ocorrência, bem como avaliar as medidas já implementadas para a prevenção e mitigação dos impactos. Por último, são propostas recomendações para minimizar os efeitos das inundações e aprimorar a gestão dos riscos para a região. A pesquisa é orientada pela seguinte questão central: que fatores naturais e humanos propiciam a ocorrência das enchentes em União da Vitória e como é possível melhorar e aperfeiçoar as estratégias preventivas e atenuantes existentes? Para responder a essa questão, foi adotada uma abordagem multidisciplinar, que envolveu a análise de vários aspectos do problema. Primeiramente, foram investigados os fatores naturais, como a própria geografia da cidade, sua localização próxima ao Rio Iguaçu e ainda aspectos climáticos, como a intensidade e a distribuição das chuvas na região. A geografia local,



caracterizada por áreas planas e pela proximidade com o curso do rio iguaçu, faz com que o município esteja naturalmente mais predisposto a inundações, especialmente em períodos de chuvas fortes e prolongadas. Além disso, é necessário considerar os fatores humanos, como a ocupação desordenada da área e a impermeabilização do solo devido ao crescente processo de urbanização, que tornam a cidade mais suscetível aos alagamentos durante temporais intensos. Além da natureza, várias soluções que ajudam a realçar esse assunto também são da natureza intrínseca. Deve se notar que, no contexto do problema da reincidência foram estudados os fatores antrópicos, dentre os que, na opinião dos especialistas, manifestam com mais frequência, vale ressaltar a desflorestação da bacia do Rio Iguaçu, tudo isso leva a uma redução na capacidade de absorção do solo. Tal situação aumenta as vulnerabilidades do desastre, como resultado, durante a temporada de subida das águas, a população sofre severamente com as inundações. Além disso, a parte de infraestrutura da rede de drenagem ainda não está suficientemente desenvolvida e seu papel no refluxo é pequeno, isso provoca alagamentos das ruas e de áreas habitadas. Primeiramente, os dados hidrometeorológicos devem ser analisados, ou seja, é relevante verificar a quantidade de chuvas e a vazão do Rio Iguaçu ao longo dos últimos anos. Isso é fundamental para correlacionar a ocorrência de eventos extremos de precipitação e os níveis de inundações que têm sido observados para tentar encontrar um padrão que indique uma relação direta entre ambos. Em segundo lugar, mapas topográficos e imagens de satélite seriam usados para identificar as zonas mais propensas à inundações, bem como para visualizar em proporção as áreas que foram alagadas. Isso servirá para compreender os efeitos do relevo local na propagação de inundações e quais áreas devem ser tratadas como as mais importantes em termos preventivos. Os resultados da pesquisa conterão uma análise detalhada dos principais fatores que causam as inundações em União da Vitória. Em relação aos fatores naturais, as inundações devem ser atribuídas às chuvas fortes e prolongadas, bem como à geografia das inundações da região. No entanto, em relação aos fatores humanos, é importante notar que o desmatamento e a incursão em áreas de risco são atribuídos como agravantes do problema. Além disso, uma análise comparativa de como a frequência e a força das enchentes mudaram ao longo do tempo para investigar o modo como esses fatores se relacionam e como a mudança climática pode afetar o futuro. Finalmente, recomendamos a implementação de investimentos em infraestrutura



de drenagem urbana e estruturas de contenção e retenção de água, como bacias de retenção. Essas estruturas reduzirão o volume de fluxo de águas que chega aos rios e áreas urbanas diminuindo o risco de inundações. Concluímos que essa pesquisa está destacando a necessidade de implementação de variedades em termos de medidas preventivas e corretivas que protejam a população e conservem o meio ambiente de União da Vitória.

Palavras-chaves: Prevenção; estratégias; inundações; fatores; futuro.



CASAS ESLAVO-PARANAENSES: UMA PROPOSIÇÃO DE ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL GEOGRÁFICA

João Leandro Kaspczak⁸⁴

Prof^a. Dr^a. Alcimara Aparecida Föetsch⁸⁵

É crucial refletir sobre as marcas e as grafias do passado, neste sentido, o olhar para as problemáticas de ordem cultural é extremamente promissor. O Estado do Paraná é formado por uma miscelânea composta por várias etnias, dentre elas, os povos eslavos, notadamente ucranianos e poloneses que ocuparam e ocupam a região do Contestado desde os anos finais do século XIX. Várias são as questões que justificaram o processo imigratório destes países europeus para o Brasil, vão desde os conflitos, perseguições, pobreza e guerras nos países de origem, até a busca por novas oportunidades e acolhimento no país de destino. Neste contexto identitário, a presente proposta objetiva analisar, em termos arquitetônicos, as construções materiais das casas de origem polonesa no município de Cruz Machado/PR, observando as tendências, linguagem cromática, adereços, disposição dos cômodos, varandas, entorno e demais elementos que compõe a edificação. Os imigrantes poloneses ao chegarem ao Contestado encontraram uma topografia mais acidentada e uma mata muito mais fechada. Assim como na Europa, o Paraná possui a presença de coníferas, árvores presentes em clima mais ameno, como, por exemplo, o Pinheiro do Paraná, a Araucária. As primeiras casas foram construídas com a madeira serrada desta e de outras árvores como a imbuia, que eram partidas em cunhas e formavam tábuas grandes e pequenas. Nas casas, o telhado apresentava forte inclinação, sempre acima dos 30°, essa condição era por conta da neve na Europa, mas que teve um papel importante no escoamento de água das chuvas no Paraná. Nas residências de tronco, os sótãos não eram muito confortáveis e isso fez com que fossem em grande parte utilizados para guardar mantimentos, sendo que apenas as famílias mais numerosas precisavam usar o local como dormitório. As cozinhas eram feitas com o

⁸⁴ Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória, E-mail: joaoleandro513@gmail.com

⁸⁵ Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientadora desta pesquisa. E-mail: alcimara.foetsch@unespar.edu.br



mesmo assoalho de madeira dos outros componentes das casas, eram separadas do chão por um pequeno espaço de ar que funcionava como isolante, grande parte dessas casas também possuíam a cozinha separada, denominadas de “*Butkas*”, algumas ainda tiveram referência dos caboclos com o passar do tempo e eram efetivadas no modelo de chão batido. As casas normalmente possuíam paredes baixas, não passavam dos três metros devido a questão do peso das vigas, o telhado era constituído por tabuinhas e após um tempo introduzido no modelo de telhas. Dentro de uma análise de tipologia, é notório que uma casa eslavo-paranaense tem uma vedação por tábuas colocadas verticalmente, a existência de varandas e a presença de cores fortes. Vale ressaltar que ocorreram algumas mudanças no tamanho das casas com o passar do tempo, tendo em vista que as primeiras levas de imigrantes passaram por dificuldades extremas, nessa análise o tempo vai passando e as famílias crescendo, com isso as casas velhas viravam paiol e as novas abrigavam mais dormitórios. As casas desde o início tiveram a cozinha como maior área útil, a percepção da importância deste cômodo é dada devido a função que tinha, era o local das refeições e onde eram recebidas as visitas, então as pessoas mais próximas das famílias costumavam usar para rodas de chimarrão. No costume de famílias mais antigas o sótão era utilizado para dormitório dos meninos enquanto os quartos de térreo eram usados pelas meninas, o sótão era interligado por uma escada, normalmente pela cozinha que era o centro da casa. Alguns poucos colonos eslavos também usavam casas com telhados quatro águas, porém a grande parte desses colonos usavam o que habituava duas águas, nas zonas rurais também são perceptíveis janelas com tendências ao Espartano. Assim sendo, percebe-se que as casas passaram por várias adaptações, desde simplistas no final do século final do século XIX e início do século XX, até casas maiores com o passar do tempo. Com o nascimento dos descendentes desses imigrantes, seus laços ainda estão afirmados principalmente nas casas interioranas, as casas coloridas com um jardim cheio de vida, os belos quadros de santos e uma cozinha típica nos mostra o quão forte é a presença polonesa e ucraniana em nossa região. Hoje estamos habituados a construções cada vez mais minimalistas, casas cada vez mais tristes num olhar arquitetônico das casas eslavo-paranaenses.

Palavras-chave: Povos eslavos; paisagem material; casas.



O ZINE COMO VEÍCULO CRIATIVO DE CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA DA REGIÃO DO CONTESTADO

Renato Cauê Grosskopf⁸⁶

Prof^a. Dr^a. Alcimara Aparecida Föetsch⁸⁷

A Guerra do Contestado entre Paraná e Santa Catarina (1912-1916 e anos seguintes), fixou limites, definiu divisas, remodelou paisagens e reconfigurou a dinâmica sociocultural da região contestada. A multiplicidade de narrativas que versam sobre os acontecimentos vai desde os relatos oficiais devidamente registrados e reconhecidos, até as justificativas das populações remanescentes, cada qual com sua contribuição, perspectiva e compreensão. Neste contexto, testemunhando a relevância da pluralidade das vozes, a presente proposta objetiva sugerir um veículo criativo denominado “zine” que aciona linguagens visuais com o intuito de promover reflexões e construir significados. O termo “*Fanzine*” origina-se da fusão de “*fan-magazine*”, que se traduz por “revista de fãs”, designando uma forma de autopublicação de caráter independente, produzida de maneira artesanal e de baixo custo. Esta prática emergiu nos Estados Unidos durante a década de 1930, como resposta às barreiras impostas pelo mercado editorial, especialmente aos autores de ficção científica, cujas obras eram frequentemente desqualificadas, rotuladas como subliteratura. No Brasil, os primeiros fanzines surgiram na década de 1960, inicialmente voltados para o universo das histórias em quadrinhos e denominados “boletins”. Foi apenas a partir de meados da década de 1970 que o termo “*fanzine*” ganhou maior difusão, popularizado por revistas francesas e por publicações vinculadas ao movimento *punk* inglês. Ao longo dos anos, os fanzines passaram por um processo de expansão e sofisticação, acompanhando os avanços tecnológicos e a popularização dos meios de impressão. Embora marginais ao mercado editorial convencional, constituíram-se como importantes veículos de expressão, voltados para divulgar manifestações culturais tradicionalmente desprestigiadas pela grande imprensa. Posteriormente, o termo “*zine*” foi adotado como uma ramificação dos fanzines, marcando

⁸⁶ Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória, E-mail: renatocgross15@gmail.com

⁸⁷ Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientadora desta pesquisa. E-mail: alcimara.foetsch@unespar.edu.br



uma transição significativa na natureza dessas publicações. Deixando de ser exclusivamente uma revista criada por fãs, o zine passou a representar um meio de expressão mais autoral e abrangente. Este formato permite a seus criadores a liberdade de abordar temáticas de sua escolha e publicar o conteúdo de forma inteiramente livre e independente sem resignar-se unicamente à cultura de fãs. Portanto, trata-se de uma poderosa ferramenta que pode ser utilizada para uma construção semiótica da região do Contestado, evidenciando as expressões de resistência por meio do uso de narrativas alternativas. Através do zine ou da zine (sem definição de gênero) pretende-se explorar o potencial cultural e pedagógico enquanto expressão cultural e gatilho de memória, analisando a relação entre a produção de imagens e o acionar de significados, com o intuito de perceber as diferentes interpretações que podem surgir do observar das representações visuais dos elementos selecionados. Para tanto, partiu-se de uma abordagem qualitativa na escolha de temáticas que inspiraram a confecção de desenhos e a seleção dos textos acerca da região do Contestado. O zine produzido recebeu o título de “Mói”, fazendo referência aos versos atribuídos a São João Maria, foi elaborado em folha de papel sulfite, dobrado e recortado de modo a resultar em algo que não é um livro, não é uma revista e não é uma história em quadrinhos, mas que pode ser o resultado da fusão destes. As ilustrações foram elaboradas pelo autor considerando cinco temas: 1) Paisagem e conflito; 2) Fé e territorialidade; 3) Símbolos e identidade; 4) Caminhos do Contestado; e 5) Resistência e espaço. Espera-se que a partir desta proposição do zine enquanto dispositivo semiótico seja possível aos leitores e interpretantes a elaboração de diversas narrativas e perspectivas sobre o Contestado, articulando um diálogo entre o tempo passado e os espaços do presente, valorizando a memória coletiva por meio da arte e seu potencial de grafar resistências e afirmações culturais. A semiótica, enquanto linguagem dos signos pode, por meio do seu potencial comunicativo, fornecer bases para a interpretação dos sistemas sociais, históricos e culturais de representação do mundo, da região e do lugar, isto porque nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, objetos, expressões, paisagens, sons e sentidos. Por fim, acredita-se que o zine enquanto construção imagética do Contestado constitui interessante linguagem visual ao instigar a reflexão e a construção de sentidos na mente dos leitores.

Palavras-chave: Região do Contestado; Fanzine; Linguagem visual.



COMPARAÇÃO SOCIOECONÔMICA ENTRE OS FATORES DAS ENCHENTES DE 1983-2023

Victor Fernando Fragoso Stefani

Gustavo de Moura

Henrique Preisner Taufenbach

João Raimundo Neto

Kauan Roiek Krokosz

Pedro Arthur Ribeiro

Yuri Gustavo da Silva de Castilhos

Professora orientadora: Emília Laudicéia Moreira

Instituto Federal do Paraná – Campus União da Vitória

Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio

A nossa pesquisa é uma comparação socioeconômica entre a enchente de 1983 e a de 2023, mostrando não apenas os impactos imediatos, mas também as mudanças e permanências nas condições da cidade ao longo desses 40 anos em relação às enchentes que a afetam. Esse estudo é de suma importância para compreendermos tanto o que os servidores públicos realizaram para minimizar a situação das enchentes ao longo dos anos quanto o que ainda pode ser feito para mitigar esses desastres naturais no futuro. Através dessa análise, buscamos identificar se as medidas implementadas foram eficazes e quais lições podem ser extraídas para evitar problemas semelhantes nas próximas décadas. Nosso objetivo é comparar os aspectos socioeconômicos das enchentes de 1983 e 2023. Para isso, iremos analisar dados relevantes de ambas as enchentes, como o número de mortes, desabrigados, a cobrança de impostos durante esses períodos críticos, relatos sobre pessoas que enfrentaram falta de água e comida, o fechamento de empresas locais devido aos danos causados pela água, além de realizarmos entrevistas com moradores afetados e servidores da prefeitura. Essas informações são cruciais para entender a extensão do impacto das enchentes na vida da população e nas estruturas sociais da cidade. A metodologia utilizada para este estudo foi estruturada em várias etapas. Primeiramente, elaboramos perguntas



específicas que nos permitissem investigar as causas e consequências das enchentes ocorridas em ambos os anos. Em seguida, realizamos um levantamento detalhado de dados históricos sobre as enchentes, buscando informações em arquivos públicos e acervos digitais disponíveis, durante a revisão da literatura. Para complementar nossa pesquisa teórica, fizemos uma visita técnica a diferentes locais afetados pelas enchentes, onde colhemos respostas diretamente com historiadores locais, geólogos e moradores que vivenciaram essas experiências, combinando a pesquisa etnográfica com a revisão da literatura. Essa interação foi fundamental para enriquecer nosso entendimento sobre as nuances dos eventos. Além disso, durante nossa visita ao acervo histórico, conseguimos reunir alguns resultados significativos. Observamos comparações em artigos publicados na época das enchentes e coleções de documentos que detalham as ações governamentais em resposta aos desastres naturais. Nossa visita de campo revelou-se extremamente proveitosa para coletar informações valiosas e respostas diretas às nossas perguntas formuladas anteriormente. Também utilizamos dados disponíveis através de sites na internet que compilaram informações relevantes sobre cada evento. Até o momento, já levantamos números importantes relacionados às duas enchentes, como o total de óbitos registrados, o número de desabrigados que perderam suas casas devido às inundações, relatos sobre pessoas que enfrentaram sérias dificuldades com a falta de água potável e alimentos básicos durante os períodos críticos. Também analisamos os decretos emitidos em cada data relevante e a verba destinada ao município após cada uma das enchentes. No entanto, alguns dados revelam que essa verba não foi sempre destinada corretamente aos moradores afetados pelas inundações. Essa realidade se tornou evidente em nossas conversas com os habitantes locais durante as entrevistas. Esses relatos revelaram um descontentamento generalizado com a maneira como os recursos foram geridos após as catástrofes, segundo dados analisados até o momento. Muitos moradores expressaram frustração com a falta de apoio adequado por parte do governo municipal e destacaram que as promessas feitas após cada evento nem sempre foram cumpridas. Isso nos leva a refletir sobre a importância da transparência na gestão pública e da necessidade urgente de um planejamento mais eficiente para situações emergenciais. É importante ressaltar que nossa pesquisa ainda está em andamento. Estamos ampliando a base de dados para garantir uma análise abrangente e precisa das duas situações enfrentadas pela



cidade ao longo dessas quatro décadas. E pretendemos elaborar um jornal informativo que sintetize nossas descobertas e também realizar uma apresentação que possa ser compartilhada com a comunidade acadêmica e com os cidadãos interessados no tema. Esperamos que essa comparação entre as enchentes não apenas iluminará questões históricas relevantes, mas também servirá como um instrumento educativo para conscientizar sobre a importância da preparação adequada frente aos desastres naturais. Com isso esperamos também contribuir significativamente para o debate sobre políticas públicas relacionadas à gestão de riscos e à resiliência urbana.

Palavras chaves: Enchente; Consequências Socioeconômicas; Calamidade.



COMPREENSÃO DOS MÉTODOS MAIS EFICAZES PARA O ADJUTÓRIO DOS RIBEIRINHOS DO RIO IGUAÇU

Yavini Maria Dobkowski

Davi Roder Vogt

Ana Luisa Homenhiuk

Mariana Clara Oanieski Vigano

Maria Fernanda Joly Barczak

Yan Gabriel Becker

Otávio Augusto Martendal

Matheus Bertioti Marques

Professor orientador: Alex Mateus Porn

Instituto Federal do Paraná – Campus União da Vitória

Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio

Encontra-se na origem das cidades gêmeas de União da Vitória e Porto União, a possível explicação para os cenários desafortunados de enchentes que ocorrem precipuamente na região, uma vez que os pilares primários da área urbana de Porto União receberam privilégios para com seus locais de construção em relação ao que foi delimitado para a ocupação dos moradores de União da Vitória, conforme dados levantados no acervo histórico do município. Com essas características da origem desse núcleo urbano, percebe-se a razão de moradores de União da Vitória serem mais atingidos pelas cheias. Deve-se considerar o plano de estabelecimento de moradias e comércios pertencentes a cidadãos de maiores condições financeiras no princípio da criação do município, para o entendimento do efeito das inundações em localidades atingidas em um período atual. É necessário considerar ainda que as cheias do Rio Iguaçu nunca foram identificadas como eventos isolados, mas sim os acontecimentos recorrentes que ganharam reconhecimento na época da estruturação e formação das edificações pertencentes a indivíduos de melhor poder aquisitivo, o que pode ser observado através da localização de prédios ricos em detalhes de época que restaram na área urbana. Isso posto, dispomos como objetivo fundamental a compreensão dos métodos de maior efetividade para o adjutório dos ribeirinhos. Para mais, explorar maneiras de



aperfeiçoamento de tais métodos com o passar do tempo, captando a atribuição governamental, todavia essencialmente o encargo do corpo social dos ribeirinhos em momentos de enchentes, os quais vêm tecendo a própria rede de apoio. Por conseguinte, buscamos desenvolver como material final do estudo uma roda de diálogo a fim de apresentar instruções dos artifícios mais efetivos para auxiliar os ribeirinhos em ocasiões de enchentes, e igualmente divulgar todos os direitos concedidos às pessoas afetadas, como também buscar informar as pessoas sobre a origem das enchentes tanto em fatores naturais, políticos ou por outras ações do homem, essa poderá ser realizada com estudantes da instituição, aberta para a comunidade ou também ser levada ao próprios ribeirinhos. Os dados levantados para a realização do trabalho acadêmico dispõem de análises de documentos históricos e governamentais, registro de imagens, pesquisas de campo nas imediações do rio com o acompanhamento de professores universitários, e visitas a lugares como, acervos históricos, e museus locais, além de entrevistas com ribeirinhos efetuadas anteriormente, somado a uma interlocução com servidores públicos e instituições privadas de ajuda humanitária conectadas ao tema. A pesquisa se encontra em andamento, porém os resultados constatados nas inspeções já realizadas constam um nível precário de apoio governamental prestados às pessoas afetadas na enchente de 1983, e observou-se que desde esse evento há uma melhora efetiva por parte dos órgãos públicos, todavia conforme as análises das entrevistas, a rede de apoio instituída pelos próprios ribeirinhos seria ainda a mais eficaz, mostrando ser uma comunidade unida principalmente em momentos de calamidade. Dispostos os fatos, concluímos com o material analisado e considerado até o presente momento, que os auxílios prestados pelo governo são escassos, apresentam insuficiência ou inexatidão de divulgação de benefícios para a população de modo que os residentes não tenham alcance das informações que dizem respeito a seus direitos, com poucas pessoas usufruindo de tais. Adicionalmente, podemos observar que a comunidade dos ribeirinhos possui uma autonomia parcial pelo bem conviver com sua vizinhança em casos de enchentes. Com vários indivíduos determinando prioridade o auxílio de sua comunidade como um todo, seja com bens materiais, trabalhos braçais, na limpeza das ruas e propriedades, ou até mesmo, por meio de terceiros como doações de roupas, alimentos, móveis, entre outros itens. Devido ao fato de que a pesquisa e realização do trabalho ainda



está em andamento, não foram coletados até o presente momento o pronunciamento de nenhuma autoridade que se faz presente na área ou de servidores de órgãos públicos. Com isso constatamos que a pesquisa visa estudar meios de amenizar os danos das enchentes e garantir uma melhor divulgação de informações que visam uma ajuda para os ribeirinhos.

Palavras-chaves: Enchente; Rede de apoio; Ribeirinhos do Iguaçu.



O CONTESTADO NAS ESCOLAS DE SC E PR: EDUCAÇÃO E CONFLITO COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO OU ABORDAGENS VAGAS?

Daiane Gudas⁸⁸

Michael Wellington Sene⁸⁹

A Guerra do Contestado foi um evento crucial para Santa Catarina e Paraná, marcado por disputas de fronteiras territoriais. No entanto, o conflito transcendeu a questão das terras, abrangendo também fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos, refletindo as dinâmicas complexas que se perpetuam até hoje. Iniciada em 1912, foi encerrada em 1916 com a assinatura de um acordo de limites entre o presidente da província do Paraná, Afonso Alves Camargo, e o presidente da província de Santa Catarina, Felipe Schmidt. No entanto, o conflito não se restringiu apenas à disputa territorial entre os dois estados. Durante esse período, várias controvérsias surgiram, muitas delas ligadas à expansão de empresas estrangeiras no Brasil, o que agravou ainda mais as lesões sociais. Um dos principais protagonistas desse cenário foi o empresário norte-americano Percival Farquhar, que, através de sua empresa Brazil Railway, adquiriu o controle acionário da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Essa ferrovia atravessava a região contestada, e a presença de grandes interesses estrangeiros sobre terras tradicionalmente ocupadas por caboclos e posseiros sem títulos legais aumentou a sensação de injustiça e marginalização. Farquhar e sua companhia, especificamente na exploração dos recursos naturais e da infraestrutura da região, passaram a desocupar essas terras, forçando a expulsão de milhares de famílias que viviam nelas por gerações. Esse processo refletiu uma luta maior entre dois modelos de desenvolvimento: de um lado, a expansão capitalista, que via a terra como mercadorias, promovendo a privatização e o lucro, e, de outro, a sociedade camponesa, que via a terra como um meio de vida e a base de sua existência comunitária. A remoção forçada dos camponeses não apenas intensificou o conflito durante a Guerra do Contestado, mas também contribuiu para as profundas desigualdades sociais e econômicas que marcaram a região. Mesmo após o fim da guerra, essas questões continuaram a moldar as dinâmicas territoriais e de propriedade de

⁸⁸ Curso de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória.

⁸⁹ Professor do Colegiado de Geografia da Unespar – Campus União da Vitória e orientador desta pesquisa.



terras no Brasil. Outra figura importante que perpassa o território do Contestado é o Monge São João Maria, que até hoje é lembrado pela sua forte influência espiritual na região. Apesar de a história demarcar três monges, na tradição popular, eles não são lembrados como indivíduos separados, mas como três figuras cujas vidas se entrelaçaram para formar a imagem de um 'santo' coletivo, símbolo de fé e devoção no imaginário da população, venerados como profetas, curandeiros, santos e conselheiros. Por onde passavam, eram vistos como portadores de amor, devoção, simplicidade e caridade, trazendo esperança às comunidades. A história e a geografia do Território do Contestado são complexas, com diversos autores tratando do tema. Foi um marco importante para Santa Catarina e Paraná, mas, infelizmente, essa relevância histórica é pouco abordada nas escolas atualmente. A falta de atenção ao Contestado na educação básica deixa alunos e professores alheios às marcas que esse episódio deixou nas pessoas e no próprio espaço geográfico. Elementos como a ferrovia, as estações antigas e as casas dos ferroviários, que testemunham as continuidades e transformações do território, passam despercebidos. A aula de campo é uma metodologia que pode ajudar a preencher essa lacuna, explorando o próprio município onde a escola está inserida. Por exemplo, entre União da Vitória (PR) e Porto União (SC), há muitos locais históricos que podem ser visitados para ensinar os alunos sobre a linha férrea e as antigas casas dos ferroviários, muitas vezes habitadas por pessoas em condições de vulnerabilidade social. Essas dinâmicas refletem as desigualdades e as marcas deixadas pela Guerra do Contestado, que ainda hoje afetam a população. A história da guerra, seus impactos e as transformações no território precisam ser mais discutidas nas escolas. No entanto, a falta de materiais didáticos e a abordagem superficial do tema nas aulas são obstáculos para esse aprendizado. As antigas casas de operários, muitas delas em situação precária, são um exemplo de como o território se transformou. As crianças crescem em casas sem saneamento básico, e as prefeituras muitas vezes destinam famílias vulneráveis a esses espaços como forma de 'esconder' a pobreza. É necessário refletir sobre o que aconteceu com o território e as pessoas afetadas pela guerra, incentivando a curiosidade dos alunos e aprofundando o ensino dessa parte tão importante da história regional. A guerra não deve ser tratada apenas como um evento distante, mas como um processo cujas marcas ainda são evidentes e significativas para a compreensão das desigualdades e transformações do território.



POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVADAS NO ÂMBITO DA ECONOMIA E DA SAÚDE MENTAL DURANTE O ENFRENTAMENTO DA INUNDAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA DURANTE AS CHEIAS DO RIO IGUAÇU EM 2023

Raíssa Fideles da Luz

Isabella Letícia Jasinski

Eloísa Janiszewski

Vincent Gabriel Schultz Ribeiro

Leoduan Gabriel Witter

Paulo Ricardo Silveira

Arthur Hatschbach Graupmann

José Becker da Silva Junior

Professor orientador: Túlio Medeiros

Instituto Federal do Paraná – Campus União da Vitória

Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio

Neste trabalho, buscamos explorar o complexo cenário das políticas públicas e do planejamento dos parlamentares em resposta às enchentes que afetaram diversas comunidades. O foco da nossa investigação é compreender como as medidas de emergência foram formuladas e implementadas, quais estratégias de recuperação se mostraram eficazes e quais falhas foram observadas nas ações tomadas para mitigar os efeitos devastadores das enchentes. Além disso, analisamos a reação dos empreendedores locais frente à crise e os desafios e oportunidades que emergiram desse contexto adverso. As inundações não apenas danificaram infraestruturas físicas, mas também impactaram profundamente o cotidiano das famílias. O deslocamento forçado de pessoas resultou em uma desestruturação social significativa, com a perda de bens pessoais e a interrupção de serviços essenciais como saúde, educação e abastecimento de água. Diante desse panorama desolador, nosso objetivo principal é identificar as respostas das políticas públicas e os serviços de saúde mental que foram mobilizados para apoiar a população afetada. Com o consentimento dos orientadores envolvidos no projeto, utilizamos métodos de pesquisa oficiais aliando dados quantitativos



e qualitativos. A coleta de dados quantitativos foi realizada por meio de questionários aplicados em áreas duramente atingidas pelas enchentes. Simultaneamente, realizamos entrevistas qualitativas com membros da comunidade para obter um entendimento mais profundo das experiências vividas durante e após o evento. Os dados coletados foram utilizados pelo método etnográfico uma vez que foi utilizado um questionário de respostas livres com a população afetada. Também utilizamos a análise de conteúdo para interpretar os depoimentos colhidos. Os resultados obtidos indicam que as medidas de emergência implementadas inicialmente foram insuficientes para atender às demandas imediatas da população afetada. Observou-se uma série de omissões significativas na execução das políticas públicas que deveriam ter sido acionadas. Entretanto, um aspecto positivo que emergiu desse cenário foi a mobilização comunitária. Os moradores se uniram para oferecer apoio mútuo, demonstrando uma notável resiliência diante da adversidade. Essa solidariedade se traduziu em ações coletivas que ajudaram a amenizar e aliviar os efeitos da crise. Além disso, surgiram oportunidades relacionadas ao empreendedorismo local focadas na reconstrução econômica da região afetada. Apesar disso, os desafios relacionados ao retorno à normalidade e à recuperação emocional das famílias continuam presentes e exigem atenção contínua. Com isto, é possível concluirmos que é fundamental aprimorar as estratégias de resposta a crises naturais no futuro. Isso inclui promover a inclusão social durante processos de recuperação e fortalecimento dos serviços de saúde mental disponíveis para as populações afetadas. A experiência que foi vivida durante as enchentes deve servir como um alerta para a importância do planejamento político adequado e da implementação eficaz de políticas públicas. Além disso, é essencial que haja um investimento sistemático em infraestrutura resiliente que possa suportar eventos climáticos extremos. Isso envolve não apenas a construção ou reforma de canais de drenagem e barragens, mas também a criação de espaços verdes urbanos que possam absorver água da chuva e reduzir o impacto das enchentes. A integração entre diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – é essencial para garantir uma resposta coordenada e eficaz às crises naturais. Por fim, é necessário reconhecer o papel vital da educação ambiental nas comunidades afetadas. Programas educativos podem capacitar os cidadãos a entender melhor os riscos associados às enchentes e as medidas preventivas que podem ser adotadas em suas vidas cotidianas. Isso



não apenas ajuda a salvar vidas durante eventos críticos, mas também fortalece o tecido social ao promover uma cultura de prevenção e resiliência.

Palavras-chave: políticas públicas; enchente; saúde mental; reconstrução.



YOUTUBE E HISTÓRIA PÚBLICA: O CANAL ENSINARTHUR PARA POPULARIZAÇÃO DO MOVIMENTO DO CONTESTADO

Arthur Luiz Peixer⁹⁰

Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues⁹¹

Em 2020, durante a quarentena da pandemia de COVID-19, foi criado o canal EnsinArthur com o objetivo de promover o conhecimento histórico fundamentado em critérios de pesquisa e debates aprofundados por meio de vídeos acessíveis a um público amplo. O canal, voltado para o ensino de História, produziu lives, entrevistas, documentários, curtas e vídeo-aulas sobre temas variados, como história nos videogames, história local, filosofia e história geral. Até o momento, foram mais de 60 vídeos produzidos, com mais de 1000 inscritos. Em 2023 o canal recebeu o selo "Saberes Históricos", concedido pelo fórum de mesmo nome, organização ligada a ANPUH, reconhecendo seu compromisso com a divulgação de conhecimento histórico e social. Além disso, o EnsinArthur se destaca pela construção de um acervo digital sobre a Guerra do Contestado (1912-1916), no Sul do Brasil, por meio de vídeos que resultam de pesquisas, visitas técnicas e entrevistas. O projeto também incentiva a participação estudantil, com destaque para o "Curtas Contestados", onde alunos do ensino fundamental produzem filmes de ficção sobre o conflito. A partir do conceito de história pública de autoridade compartilhada, proposto por Michael Frisch, este trabalho analisa o processo de produção do canal EnsinArthur, refletindo sobre sua consolidação como um arquivo digital que contribui para o ensino de História e a preservação da memória sobre a Guerra do Contestado.

Palavras-chave: História Pública; Guerra do Contestado; Canal de História; Ensino de História; Arquivo Digital.

⁹⁰ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. PROFHISTÓRIA, Bolsista CAPES. E-mail: arthurpeixer@gmail.com

⁹¹ Orientador, Professor no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado de Santa Catarina.



Anais do V Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado e da XXXI Semana do Meio Ambiente. Universidade Estadual do Paraná – Campus União da Vitória, Instituto Federal do Paraná, Campus União da Vitória, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Cornélio Procópio e Universidade Estadual de Londrina.

Realizado em União da Vitória – Paraná e Porto União – Santa Catarina
23 a 26 de outubro de 2024.

Formatação do Anais: Nilson Cesar Fraga, Laboratório de Geografia, território, Meio Ambiente e Conflito e Observatório da Região e da Guerra do Contestado.

Junho de 2025